



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

ESCOLA DE ARTES

DEPARTAMENTO DE ARQUITECTURA

Intervenções no Património Arquitectónico no século XXI:

Cidade de Évora

Ana Sofia Pereira Janes Monteiro

Orientação: Prof. Doutora Maria do Céu Simões Tereno

Mestrado Integrado em Arquitectura

Dissertação

Évora, 2018

Esta dissertação inclui as críticas e as sugestões feitas pelo júri



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

ESCOLA DE ARTES

DEPARTAMENTO DE ARQUITECTURA

Intervenções no Património Arquitectónico no século XXI:

Cidade de Évora

Ana Sofia Pereira Janes Monteiro

Orientação: Prof. Doutora Maria do Céu Simões Tereno

Mestrado Integrado em Arquitectura

Dissertação

Évora, 2018

Esta dissertação inclui as críticas e as sugestões feitas pelo júri

Constituição do Júri:

Presidente: Jorge Paulo Duarte Hipólito de Sá

Orientador: Maria do Céu Simões Tereno

Arguente: António Álvaro Borges Abel

Universidade de Évora

2018

IV



Intervenções no Património Arquitetónico no século XXI:

Cidade de Évora

AGRADECIMENTOS

À professora doutora Maria do Céu Tereno pela orientação deste trabalho, por toda a disponibilidade, motivação e observações pertinentes que foram imprescindíveis para a realização desta dissertação. Ao arquiteto Fernando Sequeira Mendes pela disponibilidade demonstrada. À Câmara Municipal de Évora, em especial à Divisão de Gestão Urbanística.

À Dona Rosa, ao Senhor Manel e à Dona Isabel, por todo apoio, ajuda e amizade ao longo de todo o percurso académico.

À minha família e em especial aos meus pais pela força e apoio incondicional e por acreditarem sempre em mim.

Aos amigos e aos grandes amigos.

A todos os que fizeram parte deste percurso.

Aos meus pais

ÍNDICE

Resumo / Abstract	XI
00. Introdução	1
01. Intervenções no património	5
1.1.Evolução das teorias de intervenção em património	11
1.1.1. Contexto Internacional	28
1.1.2. Contexto Nacional	35
02. Cidade de Évora	39
2.1.Enquadramento Histórico	43
2.2.Evolução Morfológica do Centro Histórico	47
2.3.Defesa do Património de Évora	66
03. As Intervenções no Património do Centro Histórico de Évora no séc. XXI (2001-2018)	77
3.1. <i>Casos de Estudo</i>	96
3.1.1.Caso de estudo - Antigo Palácio da Inquisição/ Fundação Eugénio de Almeida	98
3.1.2.Caso de estudo - Antigo Convento de São Domingos	106

3.1.3.Caso de estudo - Antigo Celeiro Comum/ MADE	111
3.1.4.Caso de estudo - Antigo Palácio dos Condes de Basto/Paço de São Miguel/ Fundação Eugénio de Almeida	116
3.1.5.Caso de estudo - Igreja de São Francisco	124
3.1.6.Caso de estudo - Antigo Palácio dos Spúlvedas/ Hotel Mar de Ar Aqueduto	130
3.2. Conclusão	136
04. Considerações finais	143
05. Bibliografia	147
06. Índice de Imagens	155
07. Índice de Anexos	165
7.1. Anexos	168

RESUMO

*Intervenções no Património Arquitetónico no século XXI
- Cidade de Évora*

Nos núcleos urbanos históricos, alguns dos edifícios classificados atualmente como património, deixaram de ter o uso para o qual foram projetados e construídos inicialmente. Ao longo do tempo, muitos destes edifícios tiveram outros usos, outros programas e como consequência, foram submetidos a várias alterações e adulterações estruturais e arquitetónicas.

Devemos pensar, no que se tornaram atualmente estes edifícios patrimoniais, refletindo sobre os vários usos a que foram sujeitos.

A cidade de Évora é uma escolha inevitável para o estudo das intervenções em património arquitetónico, devido à sua classificação pela UNESCO, como património mundial, desde 1986.

A partir de uma investigação inicial sobre as recomendações e processos de conservação e reabilitação em edifícios patrimoniais, refletimos de seguida, sobre a forma como intervimos e transformamos o património em Évora, tendo em conta as metodologias de intervenção que melhor valorizam estes edifícios e como tal a própria cidade.

Palavras-chave: Évora, História, Património, Intervenção, Apropriação

ABSTRACT

*Architectural Heritage Interventions in the XXI century -
City of Évora*

In historic urban centers, some of the buildings currently classified as heritage, no longer have the use for which they were designed and built initially. Over time, many of these buildings had other uses, other programs and as a consequence, they underwent various structural and architectural alterations and adulterations.

We must think about what these heritage buildings have become, reflecting on the various uses to which they were subjected.

The city of Évora is an unavoidable choice for the study of interventions in architectural heritage due to its classification by UNESCO as a world heritage site since 1986.

Based on an initial investigation into the recommendations and processes of conservation and rehabilitation in heritage buildings, we most reflect on how we intervene and transform heritage in Évora, taking into account the intervention methodologies that best value these buildings and as such the city itself.

Key-words: Évora, History, Heritage, Intervention, Appropriations

A presente investigação centra-se no estudo das intervenções feitas no conjunto de edifícios do centro histórico da cidade de Évora, no espaço intramuros, tendo em conta os tipos de reabilitação realizados.

Atualmente, os Centros Históricos são suscetíveis de variadas intervenções de reabilitação e conservação, tendo em conta o envelhecimento das mesmas e a modernização das sociedades. Como tal, torna-se necessário a existência de uma relação coerente entre essas cidades tradicionais e o modo de vida moderno, sendo para isso necessário, adaptá-las à situação atual, intervindo de forma adequada e não deturpando os seus elementos estruturantes e formais, definidores da sua morfologia e identidade.

O **objetivo** desta investigação, pretende aprofundar o conhecimento sobre intervenções feitas no século XXI em edifícios de grande valor cultural na cidade de Évora, estudando os novos programas e os novos tipos de habitar, paralelamente aos projetos originalmente construídos. Pretende-se perceber se as intervenções feitas nos edifícios históricos do centro da cidade, respeitam as características formais e simbólicas originais, e como tal a memória e a sua identidade, mesmo que muitas vezes seja necessário alterar-lhes a função original, para a população atual usufruir.

Como **objeto de estudo**, surge a cidade de Évora e vários dos seus edifícios patrimoniais, localizados no Centro Histórico, apresentados como exemplo de como se tem intervindo durante o século XXI na cidade.

A cidade de Évora é uma referência essencial no estudo de intervenções feitas em Património arquitetónico, primeiro, pela sua classificação como Património Mundial pela UNESCO, em 1986. E a segunda razão, ressalta da ótima relação que a população mantém com o passado desta cidade, ao longo dos anos, vivendo quotidianamente o presente, em edifícios construídos em épocas anteriores. Apesar dessa aproximação do habitante com o património, o centro histórico, com o passar dos anos foi envelhecendo e degradando. Por vezes as intervenções feitas, mesmo que bem-intencionadas, no seu resultado final não valorizam o edifício, ou o espaço urbano em que se insere, modificando toda a sua lógica formal e adulterando-o parcial ou totalmente, ou noutros casos por descuido e desvalorização do património.

Para a compreensão dos objetivos referidos, a **metodologia** de trabalho adotada, consiste inicialmente no estudo e pesquisa sobre as teorias e conceitos sobre património; para isto é necessário compreender um pouco sobre o seu contexto histórico presente nas cartas e convenções internacionais de salvaguarda do património, e de seguida perceber de que forma o conceito de património chegou a Portugal e como foi interpretado no contexto português.

De seguida, é necessário perceber a cidade de Évora como objeto de estudo, tendo em conta o seu enquadramento histórico e evolução morfológica, a evolução da defesa e preocupação sobre o património do seu centro histórico e a forma como isso influenciou as intervenções ao longo dos anos.

Por último, como conclusão do estudo, em forma de inventário, analisam-se intervenções feitas no centro histórico da cidade de Évora no século XXI, utilizando vários edifícios e as suas intervenções, com caraterísticas diferentes, como casos de estudo, servindo de exemplo do tipo de intervenções que se praticam na atualidade.

Estes casos de estudo, são: O antigo Palácio da Inquisição, atualmente museu da Fundação Eugénio de Almeida; o antigo Convento de São Domingos, atualmente ocupado por habitação e comércio; O antigo Celeiro Comum, atualmente Museu do Artesanato e do Design (MADE); o antigo Palácio dos Condes de Basto/ Paço de São Miguel, atualmente centro de arte e cultura da Fundação Eugénio de Almeida e Museu dos coches; a Igreja e antigo convento de São Francisco; e o antigo Palácio dos Sepúlvedas, atualmente Hotel Mar de Ar Aqueduto.

Após a análise a cada um destes edifícios, será possível tirar algumas conclusões sobre a melhor forma de respeitar a identidade e memória do património construído, e o que fazer para que não caia no abandono e ruína, ou até do seu desaparecimento.

Como **estado de arte** será importante referir um conjunto de leituras essenciais para a prossecução deste trabalho de investigação, a *Alegoria do Património* e *As Questões do Património – Antologia para um combate*, de Françoise Choay, têm especial destaque por ajudarem a contextualizar o tema do património no tempo e no espaço e para ajudar a perceber os conceitos de “património” e “património

histórico”, de “monumento” e “monumento histórico”. Para uma compreensão ao nível internacional das questões do património, as cartas, convenções, princípios e recomendações de conservação e salvaguarda do património, como a *Carta de Atenas* (1931), a *Carta de Veneza* (ICOMOS, 1964), os *Princípios de La Valeta* (ICOMOS, 2011), a *Convenção de Faro* (Conselho da Europa, 2005), a *Carta de Cracóvia* (UNESCO, 2000), a *Carta Internacional para a Salvaguarda das cidades Históricas* (ICOMOS, 1987), *Convenção para a Salvaguarda do Património Arquitetónico da Europa* (Conselho da Europa, 1986), *Recomendação sobre Salvaguarda dos Conjuntos Históricos e da sua função na vida contemporânea* (UNESCO, 1976), *Carta Europeia do Património Arquitetónico* (Conselho Europeu, 1975). Juntamente com a obra de Flávio Lopes e Miguel Brito Correia, *Património Cultural – Critérios e Normas internacionais de proteção*, que fazem uma compilação cronológica de todo o quadro normativo e das estratégias a adotar na proteção do património, em que nas últimas décadas, Portugal se tem apoiado, tal como a tese de doutoramento, pela Universidade de Évora, de Eduardo Jorge Esperança, *Património e Políticas culturais* (1999).

Para um enquadramento mais específico da cidade de Évora e do seu património, é fundamental a análise do *Inventário Artístico de Portugal – Concelho de Évora* (1966), de Túlio Espanca, que faz um cuidadoso inventário de todo o património da cidade de Évora, juntamente com as primeiras monografias e inventários feitos da cidade, *Roteiro da Cidade de Évora e Breves Noticias dos seus principais monumentos*, a cargo do Visconde de Guedes, de 1871, numa ação pioneira em Portugal de inventariar os monumentos da cidade, e mais tarde a obra de 37 fascículos intitulada *Estudos Eborenses – História e Arqueologia* da autoria de Gabriel Pereira, de 1884, também excelentes testemunhos do interesse e urgência do zelo pelo património que desde muito cedo se afirmou na cidade de Évora. Esta análise é complementada pela tese de doutoramento pela Universidade de Évora de Luís Manuel Gomes Boavida-Portugal, *Os Centros Históricos numa estratégia de conservação integrada – Contributos para o estudo do processo urbano recente do Centro Histórico de Évora* (2003), que se dirige à problemática do desenvolvimento urbano e às suas relações com a questão dos centros históricos, explorando os fatores de mudança e as novas

abordagens ao desenvolvimento das cidades, utilizando como caso de estudo a cidade de Évora e o seu centro histórico.

No que respeita à investigação dos casos de estudo, utilizados neste trabalho como exemplos das intervenções feitas, analisaram-se monografias, artigos publicados em revistas sobre os arquitetos e os próprios edifícios. Recorreu-se também aos ateliers de arquitetura que estiveram ligados à última intervenção de cada um. Também se pesquisou no arquivo da Câmara Municipal, e na Fundação Eugénio de Almeida no intuito de perceber o contexto histórico sobre os edifícios diretamente ligados à mesma instituição, e também ao arquivo da Direção Geral do Património Cultural (DGPC).

Após toda a pesquisa realizada e estudo sobre as cartas, convenções, princípios e recomendações de conservação e salvaguarda do património, assim como toda a regulamentação e legislação sobre intervenções em património pelo qual Portugal se rege, e pelo qual o património da Cidade Évora é protegido, é apresentada como conclusão da dissertação uma análise crítica sobre as intervenções feitas no centro histórico de Évora, usando os casos de estudo como exemplos.

01. INTERVENÇÕES NO PATRIMÓNIO

1.1. Evolução das teorias de intervenção em património

1.1.1. Contexto Internacional

1.1.2. Contexto Nacional

01 INTERVENÇÕES NO PATRIMÓNIO

*“Património:
é o conjunto das obras do homem nas quais uma comunidade reconhece os seus valores específicos e particulares e com os quais se identifica. A identificação e a valorização destas obras como património é, assim, um processo que implica a seleção de valores.”*

(Carta de Cracóvia 2000, Cracóvia (Polónia), 26 de outubro de 2000.)¹

1. Consultada em: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/cartadecracovia2000.pdf> (consultado a março 2018).

Neste capítulo, fazemos uma análise geral à definição de património, para melhor entendimento deste conceito, analisamos primeiramente a evolução das teorias de intervenção em património, abordando não só a cronologia dos fatos, como também o contexto internacional e nacional das teorias, critérios e normas sobre salvaguarda de património.

Reunindo a evolução do pensamento e teorias sobre património, as cartas, as recomendações, as convenções e os princípios de salvaguarda patrimonial, para compreensão de vários conceitos (para além do conceito geral de património), como a definição de monumento e *monumento histórico, conservação, identidade, autenticidade e restauro*, referindo a *Carta de Cracóvia 2000*², tal como outros conceitos que sejam relevantes para a compreensão do objeto de estudo.

É também importante referir que toda a análise efetuada neste capítulo, tem como objetivo último, a compreensão da melhor (e possível) forma de preservar e intervencionar o património arquitetónico.

O conceito de *património* que está intimamente ligado à herança deixada pelos antepassados, “ligada às estruturas familiares, económicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no espaço e no tempo” (CHOAY, 1999). Deste conceito advém a noção de *património histórico* que designa toda a herança deixada pelos antepassados “de uma comunidade alargada à dimensão planetária e constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que consagram a sua pertença comum ao passado” (CHOAY, 1999). Esta noção remete-nos à *memória* que uma comunidade tem do seu passado e da sua identidade e como tal à noção de *monumento* que “deriva do substantivo latino *monumentum*, que deriva do verbo *monere*: «advertir», «lembrar à memória»” (CHOAY, 2011), utiliza-se este termo para adjetivar todo o objeto ou artefacto que nos remeta às memórias do passado. Este termo, monumento e monumento histórico, foram usados pela primeira vez, no intuito de designar os artefactos com grande valor histórico e estético, por *Alois Riegl* em 1903.

O significado deste conceito tem mudado ao longo dos séculos, segundo os critérios e exigências dos tempos. Na sua

2. A *Carta de Cracóvia 2000*, elaborada em Cracóvia (Polónia), a 26 de outubro de 2000, foi elaborada “(...) no espírito da Carta de Veneza (1964), tendo em conta as recomendações internacionais e motivados pelo processo da unificação europeia, na entrada do novo milénio, (...)”. Esta carta dá-nos a definição de vários conceitos.

Consultada em: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/cartadecracovia2000.pdf> (março, 2018).

origem os monumentos eram apenas compreendidos como um bem útil, ou seja, este deveria servir a população perante as suas necessidades, só assim faria sentido fazê-lo perdurar no tempo. Só mais tarde, o edifício ou objeto é reconhecido com valor histórico e cultural, identitários de uma sociedade. Assim, inicia-se o debate sobre o restauro e preservação/conservação dos monumentos. Antes de mais, será importante definir estes dois conceitos, no intuito de entender as premissas de intervenção no património.

Por *restauro*, entende-se a restituição do estado inicial (total ou parcial) ou do estado posterior à construção de um edifício, no caso da deterioração deste, por ação do tempo ou devido a alterações feitas em épocas posteriores à sua construção. Esta ação tem como objetivo a restituição da sua legibilidade e identidade originais, e acentuar o valor histórico e artístico do edifício, admitindo, por vezes, a remoção de uma parte e/ou fragmento, em detrimento de outro considerado de maior importância histórica ou artística. Em trabalhos de restauro é importante considerar as questões de *autenticidade*³ inerentes à *identidade*⁴ do edifício.

A *preservação* ou *conservação dos monumentos*, pressupõe o conjunto de atitudes a tomar com o objetivo de prolongar o tempo de “vida” e a existência do edifício ou objeto.

Apesar do interesse e preocupação sobre o património ter surgido com mais expressão a partir do século XIX sabe-se que o interesse pelas “antiguidades” é muito remoto. As primeiras normas sobre conservação e restauro do património surgiram, ainda que muito restritas, na Antiguidade. Mas só no século XX, após o caos instalado pela 1ª Grande Guerra (1914-1918), em 1931 é organizado pelo *Conselho internacional dos Museus* (ICOM), o *Congresso Internacional para a Proteção da Obras de Arte e Monumentos* que se trata da primeira conferência internacional sobre proteção e a conservação de monumentos de arte e história, que concluiu com o primeiro ato normativo internacional exclusivamente dedicado ao património a *Carta de Atenas, sobre restauro de monumentos* (LOPES & CORREIA, 2014)⁵.

Mais tarde, em 1964, é realizado em Veneza, o *segundo Congresso de arquitetos e especialistas de edifícios históricos*, no qual é aprovada a *Carta Internacional sobre a conservação e restauro*

3. “*Autenticidade*: é o somatório das características substanciais, historicamente provadas, desde o estado original até à situação atual, como resultado das várias transformações que ocorrem no tempo.” (CARTA DE CRACÓVIA, 2000).

4. “*Identidade*: entende-se como a referência coletiva englobando, quer os valores atuais que emanam de uma comunidade, quer os valores autênticos do passado.” (CARTA DE CRACÓVIA, 2000).

5. LOPES, F. & CORREIA, M. B. (2014). Património Cultural. Critérios e Normas Internacionais de Proteção. Casal de Cambra: Caleidoscópio.

de monumentos e sítios, conhecida como *Carta de Veneza*, e é também criada uma nova associação, o *Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios* (ICOMOS)⁶, apadrinhados, pela já existente desde 1945, *Organização das Nações Unidas* (ONU) criadora da UNESCO (*United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* – *Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura*). Esta “carta” vem “(...) atualizar a Carta (de Atenas), de modo a definir melhor os princípios envolvidos e ampliar o seu âmbito num novo documento.” (CARTA DE VENEZA, 1964)⁷. A partir desta Carta, ao longo dos anos foram realizadas várias outras cartas e convenções internacionais, que vieram complementar e atualizar as normas e princípios de salvaguarda do património, tendo em conta que o tempo e as sociedades estão em permanente evolução, e todos os desafios que essa evolução impôs, também foram criadas várias organizações não governamentais que prestam o seu contributo às questões do património, para além das já apresentadas anteriormente, ICOMOS e ICOM, é de referir também a ICCROM (*International Center for the study of the Presevation and the Restoration of Cultural Property* – *Centro Internacional de Estudos para a Conservação e o Restauro dos Bens Culturais*).

A crescente consciencialização sobre os problemas de salvaguarda do património cultural por todo o mundo, tem progredido em muito, aumentando de ano para ano o número de bens inscritos na lista da UNESCO. Após a criação do *Comité do Património Mundial e o Fundo do Património Mundial*, pela mesma organização, no ano de 1978 foram feitas as primeiras inscrições de bens na lista de Património (contava com um total de 12 inscritos, sendo 8 bens culturais e 4 bens naturais), em 2017 a lista subiu para 1073 bens inscritos (sendo 832 bens culturais, 206 bens naturais e 35 bens mistos em 167 Estados)⁸. Entre os 1073 bens inscritos, 15 são bens portugueses, entre os quais 14 bens culturais e 1 bem natural, que são (cronologicamente apresentados):

- Centro Histórico de Angra do Heroísmo, Açores (1983);
- Convento de Cristo, Tomar (1983);
- Mosteiro dos Jerónimos e Torre de Belém, Lisboa (1983);
- Mosteiro da Batalha (1983);
- Centro Histórico de Évora (1986);

6. Sobre a ICOMOS disponível em: <http://www.icomos.pt> (março, 2018).

7. Consultado em: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/CartadeVeneza.pdf> (março, 2018).

8. Consultado em: <https://en.unesco.org> (março, 2018).

- Mosteiro de Alcobaça (1989);
- Paisagem cultural de Sintra (1995);
- Centro Histórico do Porto, Ponte D. Luís I e Mosteiro da Serra do Pilar, Porto (1996);
- Sítios arqueológicos do Vale do Rio Côa e de Siega Verde (1998);
- Floresta Laurissilva, Madeira (1999);
- Alto Douro vinhateiro (2001);
- Centro Histórico de Guimarães (2001);
- Paisagem da cultura da vinha da Ilha do Pico, Açores (2004);
- Cidade Fronteira e de Guarnição de Elvas e as suas fortificações (2012);
- Universidade de Coimbra (2013).

Desde, aproximadamente, a década de 80 do século passado, temos observado um aumento significativo na preocupação pela salvaguarda do património português, cada vez mais assistimos a um maior interesse na identificação, inventariação e preservação do património em Portugal, possivelmente pelo crescente interesse na divulgação do mesmo.

Atualmente, a legislação e as estratégias de proteção do património cultural português, veiculam-se nas normas e critérios promovidos pela UNESCO, ICOMOS e pelo Conselho da Europa.

1.1

Evolução das teorias de intervenção em património

A preservação do património surge desde a *Antiguidade Clássica*, o Homem dessa época sentiu necessidade de preservar os “objetos” deixados pelas sociedades passadas, não pelo sentido histórico do monumento e no intuito de preservar os testemunhos históricos, até porque, como *Choay* refere: “(...) falta a esses tempos o distanciamento da história, sustentado por um projeto deliberado de preservação (...)” (CHOAY, 1999: pp.32). A necessidade de reutilização dos “objetos” ou edifícios antigos, prendia-se, por isso, não a um valor histórico ou cultural intrínseco, mas sim à utilidade que esse edifício representava, ou seja, estes eram restaurados para que respondessem às necessidades da época, aquilo que deixou de exercer as funções para o qual foi concebido, seria reutilizado e alterado se necessário.

Assim as grandes civilizações da *Antiguidade Clássica*, como a grega e a romana, executavam inúmeras obras de reconstrução ou novas construções nos modelos das edificações danificadas que existiram. Na época, nada impedia a destruição dos “objetos” do passado, como *Choay* refere: “(...) com efeito, nenhum princípio proíbe a destruição de edifícios ou de objetos de arte antigas. A sua preservação prende-se a causas aleatórias. Além disso, (...) nem os edifícios antigos (religiosos ou civis) admirados, foram investidos de valor histórico.” (CHOAY, 1999: pp.31). A escolha pelo objeto a preservar ou restaurar, não se baseava, como já referimos, numa questão de valor histórico ou cultural do objeto, mas “(...) de um simples processo de apropriação (...)” determinado pelo gosto pessoal do colecionador de “objetos” antigos (CHOAY, 1999: pp.31).

Apesar da despreocupação pelo valor histórico, sabe-se que as primeiras normas de proteção, apesar de raras e restritas a um “território limitado”, aparecem na *Antiguidade*, especialmente durante o império romano, como o exemplo do *Decreto de 44 d. C.*, da cidade de *Herculano*, em Itália, e o *Édito de 17 de julho de 389* dos imperadores *Valentiniano, Teodósio e Arcádio* (LOPES & CORREIA, 2014: pp. 13)



Fig. 1 **ARENA DE NÎMES EM FRANÇA**, ocupado desde a Idade Média por casas.

Fonte: gallica.bnf.fr / Bibliothèque nationale de France.

Esta indiferença pelo valor histórico e cultural dos monumentos, mantém-se pela *Idade Média*. Nos finais desta época, a Europa pós-romanização, apresentava um grande número de monumentos da *Antiguidade Clássica*. Se por um lado, a cristianização veio tirar significado a estes edifícios antigos, conjugados com a insegurança e miséria vividas na época, por outro, resultou na transformação, destes edifícios, em pedreiras ou, que fossem “(...) recuperados e desvirtuados” através de apropriações levianas (CHOAY, 1999: pp. 32).

Todavia, por razões práticas e de economia, tendo em conta que se viviam tempos de crise, muitos edifícios antigos foram deliberadamente conservados, prática instigada pelo clero (maior detentor dos monumentos antigos). A atração dos elementos da igreja pelas obras antigas, deveu-se, não só a um interesse utilitário, mas essencialmente pela atração intelectual que estes “objetos” do passado, despertavam ao clero, “(...) único depositário de uma tradição letrada e da *humanitas* antigas.” (CHOAY, 1999: pp.33), e pelo fascínio que estas obras suscitavam: pelas grandes dimensões, pela riqueza, perícia de execução e pela perfeição dos pormenores. De fato, muitas habitações patrícias romanas, foram transformadas em mosteiros e conventos e outros edifícios em igrejas e capelas, como o caso do Panteão de Roma, que foi transformado em local de culto a Virgem Maria.

Destas intervenções é testemunho um *Decreto do ano de 408 d.C.*, que induz à reutilização dos templos antigos, de modo a protegê-los da degradação, enquanto monumentos públicos.

Se por um lado havia o interesse pela reutilização dos edifícios e o fascínio, que levou a que alguns dos monumentos antigos fossem inclusive, desmantelados em fragmentos e inseridos em novas construções, no intuito de as decorar e aprimorar, por outro, começa a surgir o interesse histórico pelos monumentos antigos, é neste contexto que Roma, decreta a proteção da coluna de *Trajano*, em 1162, impedindo que esta “(...) seja mutilada e destruída e aplica penas severas aos infratores.” (LOPES & CORREIA, 2014: pp.13)⁹.

É assim que, se “abrem as portas” para um pensamento de “renascimento”, que ainda levaria três séculos a ser consolidado: “É neste contexto mental, nestes locais e sob a designação plural de «antiguidades» que se deve situar o nascimento do monumento histórico.” (CHOAY, 1999: pp.38).

9. «Nós desejamos que ela permaneça intacta por tanto tempo quanto a duração do mundo [...]. Aquele que tentar causar-lhe qualquer dano será condenado ao pior e os seus bens serão confiscados.», excerto do Édito de 1162 (CHOAY, 1999: pp.38)..

É realmente a partir do *Renascimento*, que os monumentos da Antiguidade Clássica ganham o total reconhecimento pelo seu valor histórico. Na fase do *Quattrocento*, surge o interesse pelo passado, a arte é o testemunho da história dos Homens, e intrinsecamente ligada à memória, nasce assim o conceito de “monumento histórico”.

Os humanistas de *Quattrocento* encontravam nos monumentos, a confirmação dos textos que continham os livros e manuscritos antigos, procurando perceber a sua veracidade de forma a restaurar a glória do passado, do qual o *Homem do Renascimento* descende.

No entanto, mais tarde, o interesse intelectual dos letrados e humanistas, que viram nos monumentos o testemunho físico dos textos do passado, e não apenas, como uma obra de arte em si, opõe-se a uma visão mais sensível dos “*artífices*” da época, que se interessaram principalmente pelas formas: “Pertenceu de fato, a escultores e a arquitetos a descoberta em Roma do universo formal da arte clássica.” (CHOAY, 1999: pp.41).

Finalmente, entre 1420 e 1430, estabeleceu-se, um diálogo entre artífices e humanistas, reclamando a conservação e a proteção dos monumentos clássicos, “Por um lado, os primeiros formam o olhar dos segundos, ensinam-nos a ver com outros olhos. Por outro, estes últimos revelam aos arquitetos e aos escultores a perspectiva histórica e a riqueza da *humanitas* greco-romana, (...)” (CHOAY, 1999: pp. 42-43).

Em 1425, o papa *Martinho V*, produziu uma bula em que cria o posto *Magister Varium*, cujo dever era reparar ruas, pontes, muros, portas e até certo ponto, alguns edifícios, pode-se assumir como sendo o primeiro decreto de restauração produzido nesta época.

Foi nessa época, que *Nicolau V* incumba a *Alberti*¹⁰ o estudo e levantamento da cidade de Roma, com o intuito de a restaurar. *Alberti* fica também encarregado do restauro e conservação dos principais monumentos da *Antiguidade*. Assim, mais tarde, *Alberti* escreve o mais importante tratado de arquitetura desta época, a *De re aedificatoria*, em que descreve e ilustra as regras arquitetónicas, servindo para isso de modelo os edifícios romanos, como melhor exemplo de beleza e perfeição arquitetónica.

Sucedendo o papa *Martinho V*, vários pontífices são unânimes em proclamar a preservação e proteção dos monumentos. Em 28 de

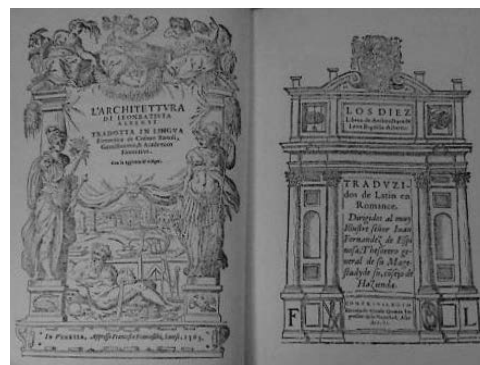


Fig. 2. **DE RE AEDIFICATORIA**, (1443-1452) Leon Baptista Alberti.
Fonte: <https://historiacivil.wordpress.com> (abril, 2018)

10. Leon Baptista Alberti (1404-1472), arquiteto, escultor, teórico de arte e humanista do Renascimento italiano



Fig. 3 **ARCO DE TITO COM RESTOS DE FORTIFICAÇÃO MEDIEVAL**, gravura de Giovanni Battista Piranesi.

Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Arco_de_Tito (abril, 2018).

abril de 1462, o papa *Pio II Piccolomini*, pública a bula *Cum Almam Nostrum Urbem*, que distingue monumentos e antiguidades, apelando a necessidade de conservar a cidade de Roma “na sua dignidade e esplendor” (CHOAY, 1999: pp.46). *Pio II*, enuncia uma série de interdições na intervenção e preservação dos monumentos, sob a pena de pesadas multas e até excomunhão: “Ele proíbe «a todos, religiosos ou laicos, sem exceção, qualquer que seja o seu poder, a sua dignidade, o seu estatuto ou a sua condição, qualquer que seja a dignidade eclesiástica (mesmo pontifícia) ou mundana de que estão revestidos, demolir, destruir, danificar ou transformar em cal, direta ou indiretamente, pública ou secretamente, qualquer edifício público da *Antiguidade* e todos os vestígios de edifícios antigos existentes sobre o solo da dita Cidade ou nas suas proximidades, mesmo que se encontrem em propriedades que lhes pertençam, na cidade ou no campo».” (CHOAY, idem).

Os papas renascentistas, empenharam-se exaustivamente na elaboração de medidas preventivas e da recuperação dos monumentos. Exemplo é, do papa *Paulo II* (1464-1471) que manda restaurar o arco *Septimo Severo*, o *Fórum Romano* o Coliseu e a Coluna de Trajano. Também *Sisto IV* (1471-1484), que produz a bula *Quum Provivide de 25 de abril de 1574* (primeiro édito contra a exportação de obras de arte), manda restaurar o templo de *Vesta* e manda isolar o Arco de *Tito* (encostado às fortificações medievais dos *Frangipanni*).

Até finais de *Quattrocento*, muitas foram as medidas de salvaguarda publicadas, destas incluem-se, normas de impedimento da utilização de partes de monumentos em novas construções e a pilhagem de achados arqueológicos.

Noutras zonas da Europa as normas de salvaguarda dos monumentos, também foram surgindo, entre as pioneiras enumera-se: a *Proclamation Aganyst Breakynd or Defacing of Monuments*, de 19 de setembro de 1560, proclamada pela rainha Isabel I de Inglaterra; o *decreto sobre Monumentos Antigos*, de 28 de novembro de 1666, proclamado pelo rei Carlos XI da Suécia; o *Alvará em Forma de Ley*, de 20 de agosto de 1721, proclamado pelo rei D. João V de Portugal; e o *Regulamento sobre Monumentos e Antiguidades*, ordenado em 1779 pelo grão-duque Frederico II de *Hessen*.

Após o pensamento renascentista, de que o monumento é a

memória viva do passado, o século XVIII, assinalado pela Revolução Francesa (1789-1795), consagra-se uma mudança na forma de ver o património e a sua salvaguarda. A Revolução, que marca o início da *Idade Moderna*, originou a destruição e o vandalismo de muitos monumentos, principalmente em França, tornado urgente a consolidação de raciocínios, critérios e princípios de atuação na área de intervenção e salvaguarda do património.

Houve a necessidade de promover o interesse público pelos monumentos, estes passaram a ser considerados de património cultural da nação¹¹, competindo a todo o cidadão a salvaguarda e preservação dos monumentos. São também criados instrumentos de preservação como os museus¹², os inventários, as classificações dos monumentos, que passam a ser tarefas primordiais a cargo das comissões revolucionárias, constituídas por esta altura da Revolução Francesa: como a Comissão de Instrução Pública; o Comité de Assembleia Legislativa; a Comissão dos Monumentos; e mais tarde a Comissão Temporária das Artes. É assim que, pela primeira vez, a gestão do património histórico é sujeito a um quadro jurídico consolidado e baseado num trabalho científico.

É com estas comissões revolucionárias que se destacam algumas figuras importantes para as teorias de intervenção e salvaguarda, para a época, como *Aubin-Louis Millin* (1759-1818), antiquário que produz um significativo trabalho jurídico na comissão dos monumentos, abrindo portas a outras personalidades, no debate sobre as metodologias e princípios de conservação e restauro, como *Vitet*¹³, *Mérimée*¹⁴, *Vicq d'Azyr*¹⁵ e *Quincy*¹⁶.

Assim, podemos dizer, que este período foi abundante em medidas legislativas, algumas contraditórias, como representação de uma época de revolução e alguma instabilidade política, como o caso do Decreto de 14 de agosto de 1792, em que a Assembleia Nacional de França decreta a destruição dos monumentos que representavam as lembranças e testemunhos dos feudalismos e da realeza e mais tarde, como resposta a este decreto a Comissão dos Monumentos insurge-se com o decreto de 3 de *Brumário* que zela pela conservação de objetos com valor artístico, "(...) interdita «retirar, destruir, mutilar ou alterar de alguma forma, sob pretexto de fazer desaparecer os sinais de feudalidade e de realeza nas bibliotecas, nas coleções [...] ou entre os artistas, os livros, os desenhos [...], os quadros,

11. Com a Revolução Francesa surgiram os princípios de liberdade, fraternidade e igualdade, contrapondo aos princípios absolutistas que existiam anteriormente na Europa. Assim, o património, é então, considerado da nação e não restrito a uma classe social (como o clero e as elites nobres), como acontecia no passado.

12. O museu deixa de ser um local associado à cultura de elite e passa a servir toda a nação, constituindo-lhe o valor educativo.

13. *Ludovice Vitet* (1802-1873), historiador de arte e político liberal francês, foi também inspetor dos Monumentos Históricos.

14. *Prosper Mérimée* (1803-1870), historiador e arqueólogo e político francês, também ele foi inspetor dos Monumentos Históricos.

15. *Félix de Vicq d'Azyr* (1748-1794), médico e anatomista francês, durante a Revolução foi membro do Comité de Instrução Pública.

16. *Antoine-Chrysostome Quatremère de Quincy* (1755-1849), foi estatuário, historiador e teórico de arte e político francês, também ele foi membro do Comité de Instrução Pública.

as estátuas, os baixos-relevos [...], as antiguidades [...] e outros objetos que interessam às artes, à história e ao ensino.» (CHOAY, 1999: pp. 94). Sem dúvida, com avanços e recuos, esta época antecipa a consolidação das doutrinas e teorias que se sucedem nos séculos XIX e XX.

Com efeito, ao longo do século XIX até ao irromper da 1ª Guerra Mundial, com a chegada da era industrial e os avanços tecnológicos que a Europa assistiu, a maioria dos países publicará legislação que acompanhará a realidade desta nova era. Também foram criados organismos responsáveis, em cada país, pela proteção do seu património. A industrialização contribuiu para a progressão dos conhecimentos históricos e arqueológicos, também foi um contributo decisivo (juntamente com o início do período do *Romantismo*), para a renovação dos valores atribuídos aos monumentos históricos privilegiando os valores da sensibilidade nomeadamente os valores estéticos e artísticos.

Como precursor desta nova era moderna, e da preocupação pela salvaguarda dos monumentos, o papa *Pio VII* (1742- 1823), publica a 1 de outubro de 1802, um édito, considerado o instrumento legal mais completo em matéria de antiguidade e belas-artes, até então. Seguindo o exemplo do papa *Pio VII*, muitos países europeus publicaram, também, normas legislativas de salvaguarda do património. Também fora da Europa surgem as primeiras normas de conservação, como o caso do México, que pública um decreto em 10 de novembro de 1827, sobre exportação de antiguidades.

Paralelamente, sucederam-se cada vez mais, intervenções de restauro, em vários países. Por esta altura, surgiu em Itália uma teoria que iria influenciar toda a Europa, denominado de “*Restauro arqueológico*”, esta teoria pressupunha primeiramente um estudo arqueológico dos edifícios históricos e posteriormente seriam retirados todos os acrescentos introduzidos nos séculos seguintes a ser concebido, devolvendo ao edifício a forma mais aproximada do original à sua época de construção (*anastilosis*)¹⁷. Apesar da intenção de devolver a forma original ao monumento, foram destruídas muitas partes da história dos mesmos e das suas envolventes.

Também nessa época, com a presença forte do debate sobre salvaguarda do património, surgem diversas correntes teóricas de intervenção em monumentos, que irão influenciar decisivamente as

17. *Anastilosis* ou anastilose consiste na reconstrução ou reintegração normalmente de parte de um edifício, utilizando elementos originais que se encontram desagregados do conjunto.

normas atuais. Algumas dessas correntes foram: o *restauro estilístico* (tendo como expoente *Viollet-le-Duc*); o movimento *anti-restauro* (tendo como expoente *John Ruskin*); o *restauro histórico* (tendo como expoente *Luca Beltrami*); o *restauro moderno* ou *restauro filológico* (tendo como expoente *Camilo Boito*); o *restauro científico* (tendo como expoente *Gustavo Giovannoni*); o *restauro crítico* (tendo como expoente *Cesari Brandi*); e a *conservação integrada*, (LOPES & CORREIA, 2014)¹⁸. Outros teóricos foram também importantes neste debate como *Alois Riegl* “fundador da teoria moderna da história da arte” (CHOAY, 2011)¹⁹, e já no século XX, no caminho para as convenções doutrinárias pelo qual atualmente se orientam as normas e legislações sobre conservação e salvaguarda do património, *Cesare Brandi* foi figura fulcral.

O século XX, conta também com vários teóricos que reforçam a importância da melhoria e adaptação das medidas de salvaguarda, ao presente e à sociedade atual, e a todas as questões, problemas e desafios que esta acarreta.

Algumas das figuras que se destacam sobre as perspetivas atuais de intervenção no património foram: *Lewis Mumford*²⁰, que refere que o maior atributo de um ambiente urbano é a capacidade de renovação e chama a atenção para a forma da sociedade contemporânea encarar o monumento “(...) se é monumento então não é moderno, se é moderno não pode ser monumento.”, como o próprio afirma; *Aldo Rossi*²¹, que foi autor de um importante estudo sobre a relação da “cidade” com as teorias de conservação, faz a distinção de dois elementos da cidade dividindo-a em duas partes: a área habitacional e urbana, que consolida a ideia de cidade e a sua história e os seus monumentos vistos como pontos fixos de referência, em torno dos quais se agregam os restantes edifícios da cidade, e por outro lado a cidade antiga que é encarado como uma obra de arte em que os monumentos assumem o papel fundamental, não lhes sendo atribuída a capacidade de transformação. A conservação destes conjuntos opõe-se assim ao processo de transformação da cidade, estando este fenómeno diretamente ligado ao declínio de certas áreas da cidade em detrimento de outras; *Solá-Morales*²², refere que nas últimas décadas, o debate sobre intervenção no património tem-se centrado na questão de *autenticidade*, discutindo se o princípio a ter

18. Usando a terminologia para as teorias, utilizada por *Javier Rivera* em: *Restauración Arquitectónica desde los orígenes hasta nuestros días. Conceptos, Teoría e Historia, em Teoría e Historia de la Restauración, tomo 1 del Master de Restauración y Rehabilitación del Patrimonio*. pp.102-169. Ed. Munilla-Lería, Madrid (1997).

19. Choay, F. (2011). As questões do Património. Antologia para um combate. Lisboa: Edições 70.

20. *Lewis Mumford* (1895-1990), historiador, escritor, geógrafo, crítico e professor americano.

21. *Aldo Rossi* (1931-1997), arquiteto e teórico de arquitetura italiano.

22. *Solá-Morales* (1942-2001), arquiteto, historiador e teórico de arquitetura espanhol.

em conta é a forma, ou a matéria, ou a história, mas atualmente o princípio essencial é dar uma resposta projetual específica consoante o monumento a intervir, trata-se de dar a melhor resposta, perante o monumento, propondo uma intervenção sensível e realista, tendo em conta, também, todas as teses e teorias desenvolvidas ao longo do tempo. Em 1998 Solá-Morales escreveu um texto²³ onde chama a atenção para uma nova problemática, das sociedades atuais, sobre a perceção e o consumo do património, aproximando-o ao consumo em massa dos “parques temáticos”²⁴. O fenómeno do turismo²⁵ em massa que a sociedade atual atravessa, incita inevitavelmente à museificação dos monumentos, este fenómeno sujeita-os a um processo de exposição que inevitavelmente faz com que os monumentos percam o significado e função, passando a ser apenas vistos e não vividos quotidianamente.

No âmbito do tema das intervenções no património, é importante o conhecimento da evolução das teorias de restauro e salvaguarda, e dos contributos que todas tiveram na base das doutrinas e normas atuais, todas elas de alguma forma se completaram e contribuíram para a melhoria e consolidação de legislação sobre salvaguarda do património. Porém, é necessário a consciencialização de que este fenómeno do restauro e salvaguarda, continua a ter um carácter evolutivo e deve continuar a adaptar-se às sociedades atuais, sempre com o principal intuito de preservar o património.

Eugène Viollet-le-Duc “Restauro estilístico”²⁶

Nasceu em Paris em 1814, estudou arquitetura na Escola de Belas Artes de Paris, foi arquiteto, desenhador, escritor crítico e historiador de arte. O seu trabalho foi desenvolvido sobretudo na área do restauro arquitetónico, tendo realizado um importante trabalho em edifícios da Idade Média, provavelmente por ter sido um grande admirador do estilo Gótico, para ele, esse era “o modo mais racional de construir”.

As suas teorias sobre salvaguarda do património foram muito influenciadas pelos estudos desenvolvidos pelos seus antecessores, Vitet e Mérimée, valorizando os estudos arqueológicos dos edifícios,

23. Solá-Morales (1998). *Património arquitetónico ou Parque temático*. In revista LOGGIA: *Arquitectura & Restauración*, nº5: pp.30-35.

24. Por “parque temático”, entenda-se os “os conjuntos deliberadamente fictícios, simuladores, da Disneyland, DisneyWorld ou EuroDisney.” (SÓLA-MORALES, 1998).

25. O turismo tem vindo a afirmar-se como principal fator de desenvolvimento económico, social e cultural em Portugal. (SÓLA-MORALES, 1998).

26. A teoria do *Restauro Estilístico*, consistia em dar ao monumento a “grandeza” devida, mesmo que este nunca a tivesse tido.

segundo os seus fragmentos originais, retirando todos os acrescentos introduzidos em épocas posteriores à sua construção, de modo a restituir o seu estado original, levando os edifícios ao seu estado mais “puro”.

Este tipo de restauro defendido por *Viollet-le-Duc*, era feito mediante documentos históricos e usando como recurso os desenhos originais, quando estes não existiam, o restauro era feito mediante as regras de estilo da época de construção ou dos edifícios circundantes semelhantes. Como o próprio afirmou “(...) restaurar um edifício [...] é restabelecê-lo num estado completo que pode nunca ter existido.”²⁷ *Viollet-le-Duc* levou a sua teoria a um limite, que por vezes fez intervenções bastante imaginativas, transformando e adulterando profundamente alguns edifícios.

No fundo, o que *Viollet-le-Duc* procurava nos seus estudos de história e arqueologia, era a “(...) inteligência de um sistema construtivo suscetível de inspirar uma arquitetura contemporânea, fiel à identidade de uma cultura nacional.” (CHOAY, 2011: pp.33), demonstrando nos seus trabalhos, um excelente conhecimento técnico e uma grande capacidade de entender a arqueologia, os seus conhecimentos abrangiam a parte estrutural e a funcionalidade e racionalidade construtiva dos edifícios.

As suas teorias foram reconhecidas e preconizadas por toda a Europa durante todo o século XIX prolongando-se para o século XX.

Das suas obras de restauro, destacamos: o restauro da *Igreja Madeleine de Vézelay*, em 1840, recomendado por *Mérimeé* (na altura, inspetor dos Monumentos Históricos de França); mais tarde, entre 1845 e 1864, participou nas obras de recuperação da *Igreja de Notre-Dame* de Paris, parcialmente destruída após a Revolução Francesa. A obra mais representativa das suas teorias, foi o restauro que realizou no *Castelo de Pierrefonds*, em que conseguiu evidenciar a sua criatividade, alterando-o profundamente tendo em conta o forte estado de degradação que o edifício apresentava.

Para além das suas obras de restauro, *Viollet-le-Duc* ficou também conhecido pelas suas obras escritas, como o *Dictionnaire raisonné de l'architecture française* (1854-1868), ou as *Entretiens sur l'architecture* (1863-1872).

Viollet-le-Duc faleceu em 1879 na região de *Lausanne*.

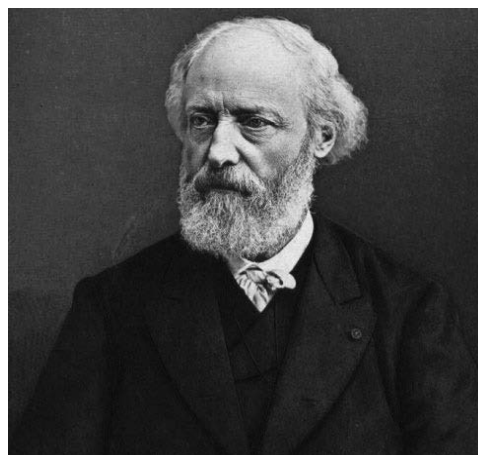


Fig. 4. **EUGÈNE VIOLLET-LE-DUC**

Fonte: <https://bonjourparis.com/wp-content/uploads/2015/11/Viollet-Duc.jpg> (abril, 2018).

27. *Viollet-le-Duc, E.* (1868). *Dictionnaire raisonné de l'architecture française*. Paris: Librairies-Imprimeries réunis. v. VIII, pp.14.



Fig. 5. **JOHN RUSKIN**

Fonte: <http://www.ruskinmuseum.com/content/john-ruskin/who-was-john-ruskin.php>(abril, 2018).

John Ruskin

“Anti-Restauro”²⁸

Nasceu em Londres em 1819. Foi um escritor, teórico e crítico de arte, inglês.

Ruskin surge como opositor a *Viollet-le-Duc*, no início de um século conturbado, dividido por conservadores e progressistas, que se confrontavam com ideias e teorias de restauro distintas, este defendia a conservação litigiosa como modo de preservação dos monumentos, contrapondo-se à reconstrução estilística de *Viollet-le-Duc*, que para *Ruskin* conduzia à perda irreversível de grande parte do conteúdo documental do edifício, afetando a sua autenticidade histórica. *Ruskin* afirma, em relação aos restauros “nós não temos o mínimo direito de o fazer. Eles não nos pertencem. Eles pertencem, em parte, aos que os edificaram, em parte ao conjunto de gerações humanas que nos seguirão”²⁹. Para ele o restauro de um edifício é retirar a sua autenticidade e a sua memória. As suas ideologias vinculam-se com o conceito do *Romantismo*³⁰, que sobrepõe a sensibilidade emotiva em contraponto da razão.

Preconiza, que a situação atual do edifício e a sua história devem ser respeitadas até às últimas consequências, cingindo-se a intervenções de prevenção à destruição total do monumento causada pelo tempo, possibilitando à perda efetiva do legado deixado pelos antepassados.

As suas teorias sobre restauro influenciaram profundamente as teorias inglesas do século XIX, que se vêem como teorias nacionalistas, em que o edifício é visto como a história da sua nação. Os seguidores das doutrinas de *Ruskin*, como *Morris*³¹ e *Pugin*³² espalharam as suas ideias por toda a Europa, em debates e conferências.

O legado de *Ruskin* conta com muitas obras escritas, alguns deles autênticos tratados de arquitetura e das suas teorias de restauro, destacamos: *The poetry of architecture* (1837), que publica sob o pseudónimo “*Kataphusin*”; *The seven lamps of architecture* (1849), que é uma “meditação sobre arquitetura” onde define as suas teorias sobre conservação e ilustra com desenhos seus; e *Stones of Venice* (1851-1853).

John Ruskin morreu a 20 de janeiro de 1900 em *Cúmbria*,

28. A teoria do Anti-Restauro conjugava a ideia de apenas manter o edifício sem o restaurar e por sua vez, no limite, a ruína.

29. *Ruskin, J.* (1849) *The seven Lamps of architecture*. Londres: J. M. Den and Son. pp.201l.

30. *Romantismo* foi um movimento artístico, político e filosófico que a Europa no século XIX.

31. *William Morris* (1834-1896), designer, escritor e político inglês.

32. *Augustus Welby Northmore Pugin* (1812-1852), arquiteto inglês.

Inglaterra.

Camillo Boito

“Restauro Moderno ou Restauro Filológico” ³³

Nasceu em Roma no ano de 1836. Estudou na *Accademia di Belle Arti di Venezia*. Mais tarde, em 1860, foi nomeado professor na Academia de Belas Artes de Brera em Milão.

Camillo Boito foi responsável pela conciliação coerente entre as teorias de restauro de *Viollet-le-Duc* e *Ruskin*, reconhecendo a valência dos dois testemunhos, recolhendo o melhor de cada uma das doutrinas. Considerava que o importante era evitar a todo o custo a destruição dos monumentos sem que estes sejam substituídos aos poucos pelo “falso histórico”.

De *Viollet-le-Duc*, considera importante a reutilização na consequente manutenção dos edifícios, mas propondo uma intervenção mínima, admitindo novas adições apenas como medidas extremas de consolidação reconhecendo-lhe a distinção destas modernas adições das partes originais.

De *Ruskin*, partilha a noção da memória do passado contido no edifício e o medo da corrupção histórica. Sem nunca negar o valor artístico do monumento, destaca como maior influência para a intervenção de restauro, o valor do monumento enquanto testemunho histórico. Assim, critica as teorias preconizadas pela escola francesa, considerando as reconstruções como atentados à autenticidade do monumento, opondo-se, por outro lado, à visão fatalista de *Ruskin*, apelando para a necessidade da recuperação dos edifícios.

A sua teoria de restauro e intervenção no património, divide a atividade restauradora em três tipos: para os edifícios da *Antiguidade Clássica*, propõe o restauro arqueológico de ação mínima, contemplando apenas na consolidação técnica; para os monumentos medievais ou ruínas, propõe o restauro “*pitoresco*”, invisível, sobretudo a nível estrutural, e para os monumentos modernos, propõe um restauro arquitetónico, que envolva todo o edifício e que promova a sua utilidade prática.

Estes princípios que preconizou, serviram de bases às teorias e doutrinas atuais, que têm sido reformuladas, adaptadas e melhoradas ao longo do tempo, até aos dias de hoje.

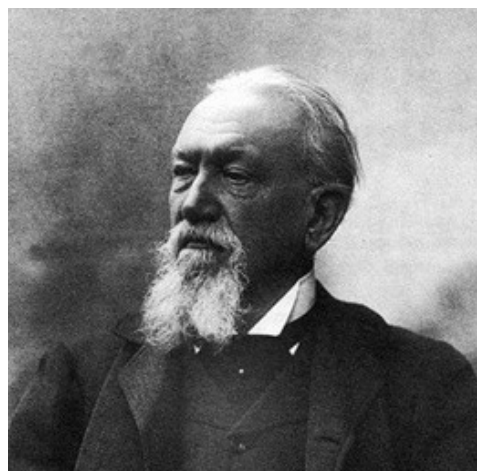


Fig. 6. **CAMILLO BOITO**

Fonte: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/08.086/3049>(abril, 2018).

33. *Filologia* é a ciência que estuda uma cultura, literatura ou civilização, sob uma visão histórica, a partir de documentos escritos.



Fig. 7. **LUCA BELTRAMI**

Fonte: https://fr.wikipedia.org/wiki/Luca_Beltrami#/media/File:Luca_Beltrami_1930.jpg(abril, 2018).

Camillo Boito morreu em Milão aos 77 anos no ano de 1914.

Luca Beltrami

“*Restauro Histórico*”³⁴

Nasceu em Milão em 1854, formou-se no Politécnico de Milão em arquitetura, no ano de 1876, onde foi aluno de *Camilo Boito*.³⁵ Mais tarde, assumiu o cargo de professor de arquitetura na Academia de Belas Artes de Milão e depois também lecionou no Politécnico de Milão.

Beltrami considerava que o ato artístico era único e irrepetível, e como tal, acreditava que cada obra de arte devia ser vista como única, por isso, no que toca ao debate sobre restauração, *Beltrami* preconiza que nesse tipo de intervenção, não deviam ser tidos em consideração critérios gerais, mas sim que se devia ter em conta a individualidade de cada obra de restauro. Ou seja, antes de iniciar qualquer intervenção era necessário a análise do edifício fundamentada em registos e documentação fidedignos. Só após essa análise e com o conhecimento total do edifício a intervir, é que se poderá proceder à restauração, que deveria conduzir à reposição total ou parcial dos seus elementos, tendo em conta o original.

O objetivo das teorias que *Beltrami* preconizava, eram a preservação do legado artístico do monumento, salvaguardando a sua imagem, memória e identidade. Defendia, assim, que as sobreposições e acrescentos que pudessem alterar a integridade (figurativa) ou reconhecimento da obra, fossem totalmente eliminados. Usava como máxima da sua doutrina: “*com’era, dov’era*” (como era, onde estava).

Este método que em teoria parecia bastante rigoroso, acabou por falhar na prática, levando a que algumas restaurações tenham sido feitas com base em interpretações críticas de fontes e testemunhos pouco rigorosos.

Da longa lista de obras e intervenções arquitetónicas destacamos: o *Pallazo della Banca Commerciale* italiano (1907-1911), em Milão, com vista para a *Piazza della scala*; e a restauração do *Castelo sforzesco* de Milão (1890-1900).

Luca Beltrami morreu aos 79 anos, em 1933, em Roma.

34. Na teoria do *Restauro Histórico*, os restauros conduziam a uma reposição total ou parcial, fundamentada em registos fidedignos da obra original (documentos escritos, desenhos, fotografias, etc).

35. Ver apresentação de *Camilo Boito* nesta dissertação.

Gustavo Giovannoni
“Restauo Científico”³⁶

Nasceu em Roma, no ano de 1873. Formou-se em engenharia civil em 1895 na Universidade de Roma. Foi um dos seguidores de *Camilo Boito* e após terminar o curso, começou a lecionar, primeiro como assistente na escola de Engenharia e mais tarde, como professor, a disciplina de arquitetura geral, na *Royal Application School for Engineers*. Foi também, diretor da Escola de arquitetura em Roma, entre os anos de 1927 e 1935. Mais tarde, lecionou na Primeira Faculdade de Arquitetura de Itália, na Universidade de Roma.

Em 1931, foi considerado, por muitos, um dos mais importantes intervenientes da Conferência de Atenas, da qual resultou o primeiro documento internacional de proteção e salvaguarda dos monumentos: a *Carta de Atenas*. As suas ideias e teorias estão na base das normas fundamentais desta *Carta*, bem como, nos princípios de criação de organismos e instituições internacionais de proteção e salvaguarda do património, após a 2ª Guerra Mundial (como o caso do ICOMOS ou da UNESCO).

Os princípios da sua doutrina baseiam-se na rutura entre o antigo e o moderno, ou seja, *Giovannoni* considerava que num restauro arquitetónico a intervenção moderna deve, sempre, diferenciar-se das partes antigas, possibilitando a coexistência entre os dois. Preconiza, cinco tipos de intervenção em monumento: a *consolidação*, de carácter técnico, ao nível estrutural do edifício, evitando o seu desaparecimento, admitindo a utilização de novos materiais e tecnologias, desde que, fiquem ocultos; seguindo-se a *recomposição*, que consistia na recolha de fragmentos dispersos e na sua remontagem nas posições originais, recuperando a imagem total ou parcial do edifício; a *desmontagem* (se necessário), admitida apenas no caso de certas peças não possuírem valor artístico ou documental, e no caso desta desmontagem não afetar a legibilidade global do monumento; o *complemento*, apenas aceite desde que bem fundamentado nas bases documentais, não se podendo sobressair às pré-existências originais; e por último, *Giovannoni* admite a possibilidade da inovação, neste caso, as novas intervenções a



Fig. 8. **GUSTAVO GIOVANNONI**

Fonte: <https://casabellaweb.eu/2015/11/25/gustavo-giovannoni/>(abril, 2018).

36. A teoria do *Restauo Científico* é uma metodologia de conservação que procura garantir a sobrevivência da autenticidade do monumento enquanto valor documental, histórico e artístico, recusando a possibilidade de renovação de acordo com paradigmas arquitetónicos contemporâneos, por esta afetar drasticamente a salvaguarda material e espiritual desses valores.

que o monumento foi sujeito, podem sobressair da pré-existência, admitindo a possibilidade de utilizar materiais diferentes do original, mas a inovação é apenas admitida no caso da inviabilidade desta ser provada.

Giovannoni foi precursor da ampliação do conceito de monumento à sua envolvente, deixando de ser apenas entendido individualmente, passando a ser entendido num conjunto, “(...) uma cidade histórica constitui em si um monumento, quer pela sua estrutura topográfica, quer pelo seu aspeto paisagístico, quer ainda pelo carácter das suas vias e pelo monumento individual seria igualmente conveniente aplicar leis de proteção e os mesmos critérios de restauro, de levantamento, de reconstrução e de inovação”³⁷. Rapidamente as teorias de *Giovannoni* de conjuntos históricos e cidade históricas, fez com que o conceito de urbanismo fosse alargado, e a partir daí, começaram-se a recuperar casas e ruas, com vista à cidade num todo.

Para além das suas doutrinas, que influenciaram as normas atuais de salvaguarda do património, como já foi referido, e a sua vasta carreira académica que nos deixou uma marca nas escolas de arquitetura europeias, a lista das suas obras escritas é igualmente vasta, contudo, destacamos: *Vecchie città ed edilizia nuova* (1913) e *Il diradamento edilizio dei vecchi centri: il quartiere della rinascenza in Roma* (1913).

Das obras de arquitetura podemos destacar: o projeto para a *Fabbrica Birra Peroni* em Roma (1909-13); a Igreja dos Anjos da Guarda (1920), em Roma; as restaurações de *Villino Calderai Torlonia* (1910), em Roma, e do *Templo de Hercules* (1913), em Cori; e as intervenções urbanísticas do *Rnaissance Districte* (1913-18), em Roma, o plano para *Bergano Alta* (1934), e o plano diretor de Nápoles (1926-27).

Gustavo Giovannoni morreu em Roma, no ano de 1947.

Aloïs Riegl

Nasceu em *Linz*, Áustria, em 1858. Estudou na Universidade de Viena, onde frequentou os estudos de direito, filosofia e história. Em 1886 Riegl aceitou o cargo de curador do Museu de

37. Na teoria do *Restauro Histórico*, os restauros conduziam a uma reposição total ou parcial, fundamentada em registos fidedignos da obra original (documentos escritos, desenhos, fotografias, etc).

artes Decorativas de Viena, no qual trabalhou durante dez anos. Em 1902, ficou encarregue de dirigir a Comissão austríaca dos monumentos históricos, neste cargo estava encarregue de preparar a nova legislação de salvaguarda do património, um ano mais tarde, escreveu a obra literária *Der moderne denkmalkultus* (O culto moderno dos monumentos), onde fez uma análise crítica sobre a noção de monumento histórico, numa abordagem social e filosófica, fez assim a distinção entre o monumento e monumento histórico, analisando este último, estruturado em duas categorias de valores: valores rememorativos, diretamente relacionados com o passado e a memória; e os valores contemporâneos, que se relacionam com o presente. *Os valores rememorativos* remetem, assim, como Riegl afirmou, ao valor histórico e de antiguidade, que dizem respeito à idade do monumento marcado pelo tempo. Quanto ao conjunto dos *valores contemporâneos*, o autor remete para o “valor de arte”, e ao valor da utilização, tendo em conta o uso prático que a sociedade fez dos monumentos. Refere também que o “valor de arte” pode ser dividido em duas categorias: o *valor de arte relativo*, que diz respeito à forma como a sociedade moderna classifica as obras artísticas antigas; e o *valor da novidade*, que diz respeito à forma como as sociedades modernas querem impor um aspeto novo a um monumento antigo. Esta análise que Riegl faz, demonstra as noções e valores contraditórios atribuídos, ao longo dos séculos, ao monumento histórico.

O contributo de *Aloïs Riegl*, remete à análise crítica que realizou, do ponto de vista administrativo para a melhoria das políticas de salvaguarda dos monumentos, a melhor intervenção a que o monumento seria sujeito dependia apenas, da correta avaliação dos valores patrimoniais do edifício, não obstante do seu enquadramento histórico e artístico.

Para além do *Culto moderno dos monumentos*, Riegl deixou-nos uma vasta obra literária, essencialmente sobre a história e teoria da arte como: *Stillfragen* (1893), ou *Historische grammatik der bildenden kunst* (Gramática histórica das artes visuais), publicado após a sua morte, sendo a sua última obra *Das hollanische gruppenportät* (O retrato de grupo da Holanda), (1902).

Aloïs Riegl morreu aos 47 anos em 1905, em Viena, Áustria.



Fig. 9. **ALOÏS RIEGL**

Fonte: <http://cuteurl.info/wwwainfo-alois-riegl.html> (abril, 2018).



Fig. 10. **CESARI BRANDI**

Fonte: <http://realitas.joasecocarmona.com/2014/09/restauro-critico.html> (abril, 2018).

Cesari Brandi “*Restauro Crítico*”³⁸

Nasceu em Siena, Itália em 1906. Licenciou-se em direito e em história da arte. Entre 1930 e 1960, foi funcionário da Administração de tutela do Ministério da Cultura. Durante esta época formou, em 1938, o Instituto Central de Restauro (ICR) em Roma, do qual se tornou diretor no ano seguinte.

Para *Brandi*, o monumento era visto como uma obra de arte e o restauro de cada monumento deveria ser considerado individualmente, não se generalizando a obra de restauro com regras e normas, constituindo um ato criativo e crítico perante cada obra de arte. A sua preocupação pelo restauro e salvaguarda do património, levou a que Brandi sentisse a necessidade de ampliar o conceito de “*teoria do restauro*”, adaptando-o às exigências da sociedade moderna. Como o próprio afirmou: “(...) a consistência física da obra de arte deve ter necessariamente prioridade porque assegura a transmissão da imagem ao futuro.”, e como tal, o restauro “(...) deverá restabelecer a unidade potencial da obra de arte, sempre que isso seja possível sem cometer uma falsificação artística ou uma falsificação histórica e sem apagar as marcas do percurso da obra de arte através do tempo.”

Após a 2ª Guerra Mundial, surgiu a urgência de recuperar as cidades desaparecidas e o património destruído, assim, reabriu-se o debate sobre intervenções no património, exigindo a revisão dos princípios e metodologias de salvaguarda, propostos anteriormente por *Camillo Boito* e *Gustavo Giovannoni*, que começaram a ser criticadas por não darem resposta rápida ao problema que se vivia. Assim nasceu a *teoria do restauro crítico* que tem como protagonistas, para além de *Cesari Brandi*, *Argan*³⁹, *Bonelli*⁴⁰ e *Pane*⁴¹. Este novo pensamento teórico sobre intervenção e salvaguarda do património, tornou-se a base fulcral, da *Carta Internacional de Restauro – a Carta de Veneza* (1964).

Da sua vasta obra literária destaca-se: *Teoria del restauro* (1963), onde reúne o seu pensamento sobre o restauro, defendendo que a sua qualidade irá depender do juízo crítico e do valor artístico do monumento. Também destacou a importância da materialidade, pelo qual “deverão ser feitos todos os esforços e investigações

38. A *teoria do Restauro Crítico* destaca os valores artísticos. Estes prevalecem sobre os valores históricos.

39. *Giulio Carlo Argan* (1909-1992), historiador e teórico de arte italiano.

40. *Renato Bonelli* (1911-2004), arquiteto, historiador e teórico de arte italiano.

41. *Roberto Pane* (1897-1987), arquiteto e historiador italiano.

para que possa durar o mais longo tempo possível” como afirma no seu livro (BRANDI, 1963: pp.69), será sobre a matéria que se deve sustentar o conhecimento científico e técnico e a escolha dos melhores procedimentos a utilizar. Chamou a atenção para o facto de haver um distanciamento entre o momento de criação e o presente, e entre estes existir um período de tempo intermédio que também se tornou “passado”, e toda a vida do monumento até ao presente deve ser tomado em consideração no momento de o intervir, ou seja, todas as marcas que o monumento obteve e conservou ao longo do tempo, devem ser incluídos na obra de arte como um todo, como afirma: “O restauro deve permitir o restabelecimento da unidade potencial da obra de arte, sem produzir um falso histórico ou um falso artístico e sem anular os traços da passagem da obra pelo tempo.” (IDEM: pp. 6).

Esta abordagem ao restauro crítico de *Brandi*, alerta para a importância da salvaguarda da autenticidade e identidade da obra de arte.

Cesari Brandi morreu aos 82 anos de idade, em 1988 em Siena, Itália.

1.1.1. Contexto Internacional

Apesar da elaboração de princípios e normas, a serem aplicados internacionalmente, ter sido produzida com mais abundância no século XX, a verdade é que já no século XIX, se sentiu a necessidade de criar um conjunto de normas sobre a correta forma de intervenção nos monumentos, a ser aplicada de forma coerente e generalizada em todos os países. Foram, então, realizados diversos congressos, de forma a chegar a um consenso a nível mundial. E foi no *Congresso Internacional para Proteção das Obras de Arte e Monumentos*, realizado em Paris, em 1889, que foram propostas uma série de resoluções que serviriam de base para orientar as intervenções no património, como é o caso: da criação de comissões nacionais e internacionais de “*Amigos dos Monumentos*”; a realização de documentação escrita e gráfica sobre qualquer intervenção em património e o registo escrito e gráfico dos edifícios demolidos; a redução da carga fiscal sobre os proprietários de edifícios antigos; a valorização dos monumentos pela sua iluminação e abertura ao público; a indicação, pelo Governo de cada país, dos monumentos cuja salvaguarda deve estar assegurada em tempo de guerra, por uma convenção internacional; a criação de uma publicação internacional para ligar os artistas e estudiosos de arte; a criação de arquivos internacionais de desenhos históricos de arquitetura; o reconhecimento profissional dos conservadores/restauradores e distinção dos empreiteiros especializados nos restauros dos monumentos; a revisão da legislação sobre exportação das obras de arte; a uniformização das legislações nacionais de proteção do património e a contínua organização de congressos internacionais (LOPES & CORREIA, 2014: pp. 16-17).

Mas só após a 1ª Guerra Mundial (1914-1918), começaram a surgir as primeiras normas internacionais, com o objetivo de regular a paz e de salvaguardar os monumentos, no intuito de proibir a sua destruição em caso de conflito armado, debatidos diversas vezes em vários congressos, nenhum deles dedicado unicamente à problemática da salvaguarda do património.

O primeiro documento normativo, unicamente dedicado ao património, aconteceu anos mais tarde, em 1931, resultado

da *Conferência Internacional sobre Proteção e Conservação de Monumentos de Arte e de História*⁴², intitulado *Carta de Atenas* (ver anexo 1.1).

A *Conferência de Atenas*, para além de tratar (numa segunda parte), sobre os trabalhos de restauro da Acrópole ateniense, discutiu, também, o conjunto de temas, bastante atuais, ligados à conservação e restauro dos monumentos, as suas conclusões resultam na referida Carta. Esta rege-se pelos princípios gerais, de assegurar a conservação dos edifícios, instituindo, sempre que possível, a manutenção regular e permanente, em detrimento do restauro aplicado apenas como último recurso, sem que as intervenções feitas no monumento, eliminem partes deste, feitas em épocas posteriores, de modo a não prejudicar a identidade e autenticidade do monumento, promovendo a reutilização dos edifícios, de forma a respeitar o seu carácter histórico e artístico, garantindo a sua manutenção, e como tal, a sua longevidade. Incube o Serviço Internacional de Museus (*Office International des Musées*), de recolher e publicar os quadros das normas legais utilizadas nos diferentes Estados, mantendo esta informação sempre atualizada.

Para a valorização dos monumentos, a *Carta de Atenas* recomenda que se respeite o “carácter e fisionomia das cidades” e da envolvente dos monumentos antigos, atendendo, também, para o cuidado estudo das plantas e espécies vegetais “que melhor se adaptam a cada monumento ou conjunto”, de modo a conservar o seu carácter antigo, e a supressão da presença de publicidade, postes ou fios elétricos e de qualquer elemento exterior que possa causar poluição visual, nas imediações dos monumentos.

No caso último, da necessidade de restauro do edifício, ficou aprovada a possibilidade do recurso a técnicas e a utilização de materiais modernos, sem que estes se destaquem do preexistente, sempre que possível, de modo a não alterar o aspeto e o carácter do edifício a restaurar, mas apenas nos casos em que assim se evite a desmontagem ou reposição de partes.

No caso das ruínas, é imposta uma conservação escrupulosa, recorrendo-se sempre à reposição dos elementos originais encontrados (*anastilose*), para o efeito, os novos materiais utilizados deverão ser de reconhecimento claro. No caso da impossibilidade

42. Este Congresso contou com a participação de 120 peritos, de 24 países.

de conservação da ruína, recomenda o seu enterro de novo, após se terem efetuado os registos rigorosos do monumento. Cabe aos peritos especializados aconselhar o método de conservação, tendo em conta que cada monumento é um caso específico.

É aconselhada, também, a colaboração entre Estados na salvaguarda e conservação do património, incumbindo à Comissão Internacional de Cooperação Intelectual da Sociedade das Nações, dar o parecer sobre os trabalhos a desenvolver.

Tendo em conta que a Carta reconhece todo o património como sendo da Nação, qualquer cidadão tem o dever de respeitar e recorrer à manutenção e conservação de todos estes testemunhos físicos de todas as civilizações.

Finalmente, encarregou cada Estado da inventariação e arquivo de todos os documentos relacionados com todos os seus monumentos, publicando-os no serviço Internacional de Museus, para que esta organização, possa analisar e divulgar a melhor forma de usar a informação relativa ao monumento, e através de um possível estudo comparativo, aumentar o entendimento sobre o melhor processo a realizar.

Em 1933 é realizado o *4º Congresso Moderno Internacional de Arquitetura (CIAM)*, no qual foi elaborada a *Carta de Atenas do Urbanismo Moderno*. Esta, dedicou-se apenas à questão do urbanismo moderno, apontando a cidade como conjunto patrimonial. Considerando urgente a salvaguarda dos conjuntos urbanos.

Os anos seguintes foram marcados pelo eclodir da 2ª Guerra Mundial (1939-1945), e pelos inúmeros esforços de proteger os monumentos patrimoniais contra os perigos da guerra. Em 1945, com o intuito de promover a paz e o reerguer dos países envolvidos, é criada a Organização das Nações Unidas (ONU), que com vista à proteção dos bens culturais, cria o Órgão Executivo Especializado para a Educação, Ciência e Cultura, UNESCO (*United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*). Esta organização, sucedeu à Comissão Internacional de Cooperação Intelectual da Sociedade das Nações, e ao longo dos anos revelou ter um papel importante na proteção e salvaguarda do património cultural.

A UNESCO incentivou a criação de diversas outras organizações, das quais se destacam o Conselho Internacional de

Museus (ICOM), fundado em 1946; o Centro Internacional de Estudos para a Conservação e o Restauro dos Bens Culturais (ICCROM), fundado em 1957; e o Conselho Internacional dos Monumentos e dos Sítios (ICOMOS), fundado em 1965, esta tem sido uma das organizações internacionais que tem dado um maior contributo para a definição dos princípios de salvaguarda e intervenção no património.

A UNESCO promoveu a elaboração de inúmeras convenções, recomendações e organizou também, vários congressos, dos quais se destacam os dois *Congressos Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos*, o primeiro em 1957 em Paris, que contou com a participação de 25 países, e o segundo Congresso que se realizou em Veneza, em 1964, que contou com a participação de 61 países e mais de 500 participantes, no qual foi eleita a Comissão Provisória que no ano seguinte criaria oficialmente o ICOMOS. Também este 2º Congresso, originou a criação e aprovação da *Carta Internacional sobre a Conservação e o Restauro de Monumentos e Sítios*, intitulado *Carta de Veneza* (ver anexo 1.2), considerado um dos mais importantes documentos sobre salvaguarda do património realizado até então. Esta Carta de 1964, considerada mais tarde, com valor histórico, não podendo ser alterada, apenas completada, serviu de base para a produção dos posteriores documentos normativos do ICOMOS.

Na sua introdução é referida a *Carta de Atenas* de 1931, e os seus princípios, que contribuíram para ampliar o olhar sobre o património, mas que 33 anos depois, numa sociedade que enfrentava, na época, problemas mais complexos e diversificados, a nova Carta de Veneza veio atualizar a antiga *Carta de Atenas*.

No seu 1º artigo, a *Carta de Veneza* começa por dar a noção de património, numa definição mais alargada, englobando o monumento e a sua envolvente como um todo. Refere também, que a conservação dos monumentos, pressupõe obrigatoriamente a sua manutenção permanente e, no caso da necessidade de restauro, deve recorrer-se a todos e quaisquer meios científicos e técnicos, que possam contribuir para o estudo e proteção do monumento em causa. Estabelece, que a intervenção deve ser feita respeitando a essência do monumento e a sua envolvente, não podendo este, ser retirado do seu ambiente. Devem ser respeitados os materiais originais

e a documentação existente, e a intervenção deve ser precedida e acompanhada de um estudo exaustivo do monumento. No caso último, da necessidade de novos acrescentos, que substituam partes inexistentes de um edifício, estes devem distinguir-se sempre das partes originais, integrando-se harmoniosamente no todo.

Refere ainda que, qualquer trabalho de restauro ou escavação deve ser acompanhado de “relatórios analíticos ou críticos, ilustrados com desenhos ou fotografias” (ICOMOS, 1964), todo o desenrolar dos trabalhos feitos devem ser arquivados nos organismos públicos, publicados e colocados à disposição da comunidade.

Seguindo a *Carta de Veneza*, muitas são as cartas, recomendações e convenções, que surgem nos anos que se seguem até à atualidade, dos quais destacamos: a *Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural*, em 1972, realizada pela UNESCO, esta, considerou a cultura humana e a natureza como valores indissociáveis, e como tal, criou uma lista onde estão inscritos os monumentos e sítios, considerados de valor excecional, segundo vários critérios (ver anexo 1.3). Esta lista tem vindo a aumentar ao longo dos anos⁴³; a *Carta sobre Turismo Cultural*, de 1976, realizada pelo ICOMOS, que revela os aspetos positivos e negativos das atividades turísticas, em forte desenvolvimento, e o que essa atividade poderá proporcionar ao património no futuro, assim a organização redige uma base de ação, de modo a valorizar sempre o património e a sua proteção; a *Carta Internacional sobre Salvaguarda das Cidades Históricas*, de 1987, foi realizada pelo ICOMOS, conhecida por *Carta de Washington*, foi o resultado de vários anos de estudos, refere o processo de desenvolvimento espontâneo ou deliberado das cidades, como “expressão material da diversidade das sociedades ao longo da sua história” (ICOMOS, 1987)⁴⁴. Esta carta, tem como objetivo a salvaguarda dos conjuntos urbanos históricos, sejam eles cidades, vilas, centros ou bairros históricos de maior ou menor dimensão, com a sua envolvente natural ou construída pelo Homem, estes ameaçados de degradação ou destruição, devido ao impacto que o forte crescimento urbano tem, atualmente, nestes conjuntos patrimoniais; o *Documento de Nara sobre Autenticidade do Património Cultural*, de 1994, realizado em conjunto pela UNESCO, ICOMOS e ICCROM. Este documento teve como objetivo “questionar o pensamento

43. A lista do património mundial pode ser consultada: <http://whc.unesco.org/en/list/> (abril, 2018).

44. Carta Internacional sobre Salvaguarda das Cidades Históricas, ver anexo 1.4.

convencional em matéria de conservação do património cultural, e debater as formas e os meios de alargar os horizontes na perspetiva de assegurar um maior respeito pela diversidade das culturas e do património (...)” (ICOMOS & UNESCO & ICCROM, 1994)⁴⁵, mas acima de tudo, este documento tem como objetivo, definir com clareza o conceito de “autenticidade”; a *Carta de Cracóvia 2000 sobre os Princípios para a Conservação e o Restauro do Património Construído*, de 2000, elaborada por peritos de 51 países, financiado pela União Europeia. Este documento faz uma síntese das normas e princípios expostos nos documentos anteriores a este, e propõe uma atualização face à salvaguarda e intervenção no património, tentando minimizar e renovar alguns princípios que se tornaram, de certa forma, obsoletos (ver anexo 1.6); e finalmente, os *Princípios de La Valetta para a Salvaguarda e Gestão dos Conjuntos Urbanos Históricos*, de 2011, realizada pelo ICOMOS, esta carta chama a atenção para o aumento das exigências no atual contexto urbano e para a reflexão sobre a conservação dos conjuntos históricos, assim, procedeu à atualização dos princípios e recomendações produzidas nas anteriores *Carta Internacional sobre Salvaguarda das Cidades Históricas (ou Carta de Washington)*⁴⁶ e na *Recomendação sobre Salvaguarda dos Conjuntos Históricos e da sua Função na Vida Quotidiana* (UNESCO, 1976). Este documento, também esclarece uma série de conceitos como: “cidades e conjuntos urbanos históricos”, englobando elementos materiais (estrutura urbana, elementos arquitetónicos, as paisagens dentro e fora das cidades e os vestígios arqueológicos) e elementos imateriais (atividades, funções históricas e simbólicas, práticas culturais, tradições, memórias e referências culturais), como definidores das cidades ou conjuntos urbanos, “contexto”, “salvaguarda”, “zona urbana protegida”, “zona de proteção”, “plano de gestão” e “espírito do lugar”. Chama a atenção, para os aspetos de mudança a que as cidades e conjuntos urbanos históricos estão sujeitos, como: “mudança e meio ambiente”, “mudança em ambientes construídos”, “mudança nos usos e no ambiente social” e “mudança e património imaterial”. E apresenta uma série de propostas e estratégias a tomar, tendo em conta que se deve, acima de tudo, preservar a “autenticidade e a integridade das cidades e dos conjuntos urbanos históricos, (...)”, “as relações existentes no conjunto formado pela cidade, ou conjunto urbano histórico, e respetivos contextos (...)”, “o

45. Documento de Nara, ver anexo 1.5.

46. Esta Carta é referida anteriormente nesta dissertação, neste mesmo capítulo.

tecido social e diversidade cultural” e “os materiais não renováveis, cujo o consumo deve ser diminuído, incentivando a reutilização e a reciclagem” (ICOMOS, 2011)⁴⁷.

47. Princípios de La Valetta, ver anexo 1.7.

1.1.2. Contexto Nacional

Em Portugal a consciencialização pela salvaguarda do património surge no século XVIII, com a primeira ação normativa para conservação do património monumental, designado de *Alvará de 20 de agosto de 1721*, incumbida por D. João V, à Academia Real da História (organismo também criado pelo rei). Este Alvará, determina a inventariação e conservação dos monumentos antigos que existiam no reino, D. João V "(...) ordena que nenhuma pessoa de qualquer estado, qualidade e condição que seja, desfaça ou destrua em todo nem em parte qualquer edifício (...)">⁴⁸ que seja testemunho dos vários povos que passaram por Portugal (fenícios, gregos, persas, romanos, godos e árabes).

Na segunda metade do século XIX, cresce a necessidade de zelar pelo património e promover-se o levantamento de modo a inventariar os monumentos nacionais, possibilitando abrangê-los num regime especial de proteção. Portugal atravessava uma Guerra Civil (1828-1834) e como consequência, consolidava-se o *Liberalismo*, é então decretada a extinção das ordens religiosas a 30 de maio de 1834. Assim, todos os edifícios religiosos foram desocupados pelo clero, muitos destes, foram então, vendidos em hasta pública e transformados em armazéns, arrecadações, estábulos e utilizados para outros fins, que de forma alguma, enalteciam o valor cultural, artístico e histórico destes edifícios. Aqueles que apresentavam melhor situação de conservação, e que lhes era atribuído algum valor patrimonial, eram adquiridos pelo Estado, e utilizados para fins militares e administrativos. Mas muitos destes edifícios, foram condenados à demolição.

Perante este flagelo, alguns eruditos da época, com destaque para Alexandre Herculano ⁴⁹ e Almeida Garrett ⁵⁰, reclamaram a urgência pela salvaguarda dos monumentos patrimoniais e do Estado fazer aprovar medidas de conservação e restauro dos edifícios. Neste contexto, em 1863 é fundada a Real Associação de Arquitetos Cívicos e Arqueólogos, que tinha como objetivo maior, zelar e defender o património cultural português. Em 1880, esta associação apresentou a primeira lista de monumentos a classificar, agrupando-os em seis



Fig. 11. **ALVARÁ EM FORMA DE LEY | POR D. JOÃO V | 1721.**

Fonte: IPPAR (1994). *Património Arquitetónico e Arqueológico. Informar para proteger*(pp.7).

48. Excerto do Alvará, consultado em: IPPAR. (1994). *Património arquitetónico e arqueológico: informar para proteger*. Lisboa: IPPAR.

49. Alexandre Herculano (1810-1877), foi escritor.

50. Almeida Garrett (1799-1854), foi escritor e dramaturgo.

classes: “obras-primas da arquitetura e da arte portuguesa”; “edifícios com significado para o estudo da história das artes”; “monumentos militares; “estatuária”; “padrões e arcos comemorativos”; e “monumentos pré-históricos”.

Em 1882, foi criada a Comissão dos Monumentos Nacionais, presidida por Joaquim Possidónio da Silva⁵¹, que enviou questionários e esclarecimentos sobre os monumentos existentes em cada município, para a possibilidade de inventariar e catalogar todos os edifícios monumentais existentes, não conseguindo, contudo, uma resposta positiva de todos os municípios. Ainda assim, em 1884 consegue redigir e entregar um relatório à Comissão. Nos anos que se seguiram, a Comissão dos Monumentos Nacionais analisou e conseguiu inventariar inúmeros edifícios em estado de degradação, existentes por todo o país. Contudo, abalada por fortes críticas ao seu trabalho, a Comissão foi extinta em 1898.

É então constituído o Conselho Superior dos Monumentos Nacionais, presidido por Ramalho Ortigão⁵² que, em 1904, apresentou um novo projeto para a classificação dos monumentos, dividindo-os em três grupos: “megalíticos e pré-históricos”; “antigos”; e “idade-média, renascença e modernos até 1810”. Estes grupos subdivididos por religiosos, civis e militares. Dois anos após a sua constituição, em 1906, o Conselho conseguiu a classificação do Castelo de Elvas, e no ano seguinte, a lista de monumentos classificados, contava já com 14 edifícios. Nos anos seguintes, o Conselho conseguiu que a lista aumentasse de tal forma, que em 1910, já contava com 516 monumentos classificados, por todo o país, tendo sido, esta lista oficializada e aprovada pelo Governo em forma de *Decreto de 16 de junho*, publicado no *Diário do Governo*.

Em 1929, com o intuito de organizar as várias instituições⁵³ de obras públicas e monumentos nacionais, que até aí existiam, num só, é criada a Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), por *Decreto de 30 de abril*. Influenciada pela política nacionalista do *Estado Novo* (1933-1974), a DGEMN, no início, preconizava medidas de conservação e reestruturação, baseadas no valor histórico dos monumentos, apoiado em pesquisas e análises rigorosas dos monumentos e seus documentos. Este critério de avaliação, não se revelou rigoroso, dependendo muitas vezes da leitura feita pelo técnico de restauro que efetuava a intervenção, assim

51. Joaquim Possidónio da Silva (1806-1896), foi arqueólogo, arquiteto e fotógrafo.

52. Ramalho Ortigão (1836-1915), foi escritor e jornalista.

53. Para além do Conselho Superior dos Monumentos Nacionais, podemos destacar outros organismos de obras públicas e monumentos, como: a Direção Geral das Bellas-Artes; a Direção das Obras Públicas; e a Administração Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais.

se justifica as diferenças nas obras contemporâneas de restauro feitos nessa época, de Norte a Sul do país, por esta instituição, mas por diferentes arquitetos. Nos anos seguintes, foram redigidos vários decretos que introduzem diferentes graus de monumentos e categorias de classificação do património, como: o Imóvel de Interesse Público, introduzido pelo *Decreto n.º 20985 de 7 de março de 1932*; e o Valor Concelhio, introduzido pela *Lei n.º 2032 de 11 de junho 1949*.

Em 1934, foi criado o Ministério das Obras Públicas, liderado por Duarte Pacheco⁵⁴, que impulsiona a obrigatoriedade de todos os municípios disporem de Planos Gerais de Urbanização, aprovadas e autenticados pelo Governo.

A partir da década de 70, foram criados vários programas de ajuda à recuperação dos imóveis em estado de degradação: o primeiro foi o Programa para Recuperação de Imóveis Degradados (PRID), criado na década de 70, mas reestruturado em 1983; o Programa de Reabilitação Urbana (PRU), criado em 1985; o Programa de Reabilitação de Áreas Urbanas Degradadas (PRAUD), criado em 1988; e no mesmo ano é criado o Regime Especial de Participação na Recuperação de Imóveis Arrendados (RECRIA). Nem todos estes programas de ajuda financeira, tiveram sucesso.

Em 1985, foi publicada a *Lei do Património Cultural Português*, que tem por base o enquadramento jurídico anterior, mas que o atualiza, incorporando as teorias e valores sobre salvaguarda e valorização do património, transmitidos pelas instâncias internacionais que, entretanto, foram criadas, como a UNESCO e o Conselho da Europa.

Na década de 90 do século XX, a DEGMN, pela *Lei Orgânica* publicada no *Decreto-Lei n.º 284 de 18 de agosto de 1993*, conferiu uma noção mais alargada do conceito de património, indo de encontro ao espírito do *Documento de Nara*, redigido dois anos mais tarde. No final desta década, a DEGMN, teve oportunidade de participar na redação da *Carta de Cracóvia 2000*.

A DEGMN, foi extinta anos mais tarde, pelo Decreto Lei nº 223/2007, de 30 de maio, e as funções que diziam respeito às intervenções sobre património habitacional não classificado, que esta instituição possuía, foram integrados no Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU), a gestão do sistema de informação sobre o património português, ficaram a cargo do Sistema de Informação

54. Duarte Pacheco (1900-1943), foi engenheiro.

para o Património Arquitetónico (SIPA) e as atribuições relativas ao património classificado ficaram na competência do Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico (IGESPAR). Mais tarde, em 2011, o IGESPAR e o Instituto dos Museus e da Conservação (IMC) fundiram-se, constituindo uma nova instituição de apoio ao património português, a Direção Geral do Património Cultural (DGPC).

Durante o século atual, a legislação portuguesa, e estratégias de salvaguarda e restauro em património, seguem as recomendações internacionais promovidas pela UNESCO, Conselho da Europa e pelo ICOMOS.⁵⁵

55. Apresentamos em anexo, a tabela referente a toda a legislação com maior importância sobre o património português e a forma adequada de o intervir (ver anexo 1.8).

02. CIDADE DE ÉVORA

2.1. Enquadramento Histórico

2.2. Evolução Morfológica do Centro Histórico

2.3. Defesa do Património de Évora

02 CIDADE DE ÉVORA

“O viajante está em Évora

[...]

Em Évora há, sim, uma atmosfera que não se encontra em outro qualquer lugar; Évora tem, sim, uma presença constante de História nas suas ruas e praças, em cada pedra ou sombra; Évora logrou, sem defender o lugar do passado sem retirar espaço ao presente. Com esta feliz sentença, dá-se o viajante como desobrigado de outros juízos gerais, e entra na Sé.

Há templos mais amplos, mais altos, mais sumptuosos. Poucos têm esta gravidade recolhida.”

(Saramago, J. Viagem a Portugal. 15ª. Ed. Lisboa: Caminho, 1997, p.342-343.)



Fig. 12. **ORTOFOTOMAPA DE ÉVORA, ONDE SE SALIENTA A CIDADE INTRAMUROS**
Imagem realizada pela autora

Neste capítulo analisamos a cidade de Évora, para entendimento do caso de estudo geral. É apresentado um breve enquadramento histórico da cidade, mais precisamente do seu centro histórico, de seguida analisamos a evolução da morfologia da sua malha urbana, e fazemos um enquadramento da evolução no interesse e preocupação gerados, pela proteção do património da cidade, no intuito de perceber melhor, como esta foi entendendo o seu património e os métodos de proteção e conservação realizados ao longo dos anos, com o objetivo de entender, mais tarde, as formas de intervenções que foram feitas no património arquitetónico, do centro histórico.

No excerto que apresentamos no início do capítulo, José Saramago no seu livro *Viagem a Portugal*, caracterizou perfeitamente a cidade de Évora. Uma cidade histórica, que vive o presente sem nunca esquecer o passado, as memórias de outras épocas e da sua fundação. Sem ser a maior cidade ou a mais “sumptuosa”, encontramos no seu centro histórico um exemplo único e excepcional da história de um país e das sociedades que a habitaram.

A cidade de Évora “(...) é um exemplo excepcional de um conjunto arquitetónico (...) que ilustra (...) vários períodos significativos da história humana” (UNESCO, 2008), é esta sobreposição de épocas, culturas e modos de vida, que faz de Évora uma cidade única na sua morfologia e testemunho arquitetónico. Este foi um dos critérios de classificação do seu centro histórico a património da Humanidade pela UNESCO, a 25 de novembro de 1986 (ver anexo 2.1). Outro dos critérios, foi o facto de “testemunhar uma troca de influência considerável durante um dado período ou uma área cultural determinada, sobre o desenvolvimento da arquitetura, (...) das artes monumentais, da planificação das cidades (...)”, assim a classificação pela UNESCO, assentou no facto de “a paisagem urbana do centro Histórico de Évora ser um lugar único para compreender a influência exercida da arquitetura portuguesa no Brasil, como é o exemplo do centro histórico de Salvador da Bahia (critério ii), e por “o centro histórico de Évora ser o melhor exemplo de uma cidade da era do ouro de Portugal, após a destruição de Lisboa pelo terramoto de 1755.”, (critério iv), (UNESCO, 1986)⁵⁶.

56. Consultado em: <http://whc.unesco.org/en/list/361> (dezembro, 2018).

2.1

Enquadramento Histórico

Évora, capital da região centro sul de Portugal, situa-se na confluência de três bacias hidrográficas – Tejo, Guadiana e Sado. Juntando esta característica geográfica, ao facto de desde sempre ser o cruzamento de diversas vias e rotas comerciais, que fazem a ligação a toda a Península Ibérica, foram provavelmente, a razão desta cidade ter tido uma grande importância para diversos povos, que por aqui assentaram, como os romanos, os visigodos e os árabes.

Sabe-se que a ocupação dessa região remonta à pré-história, devido à existência de vestígios monumentais de carácter sagrado, da época neolítica, (SIMPLICIO, 1997) ⁵⁷ mas não há certezas da origem da sua fundação.

Foi no período romano que a cidade de Évora ganhou grande importância, obtendo o desígnio de *Liberaltas Julia*, pelo imperador *Júlio César*, no século I d. C., deixando como testemunho da monumentalidade e desenvolvimento urbano, social e económico, o Templo Romano, as termas, vestígios do que foram umas *domus* e alguns troços de muralha, como exemplos maiores desta época ⁵⁸.

Durante as ocupações visigóticas e muçulmanas a cidade não assumiu tão grande importância, deixando poucos indícios da passagem destes povos por Évora, mas sabe-se que enquanto permaneceram na cidade, fizeram algumas alterações à cerca romana, tornando-a mais robusta. A presença muçulmana, também é visível no traçado urbano, que se sobrepôs à organização da cidade romana, dando-lhe alguma irregularidade.

Em 1165, a cidade de Évora foi conquistada aos muçulmanos, pelo cavaleiro Geraldo Sem Pavor e integrada no reino de Portugal; dois anos depois, o rei D. Afonso Henriques outorgou foral, convertendo a cidade num importante centro político, e religioso, onde instituiu a sede da ordem Militar de São Bento de Calatrava, mais tarde designada como Ordem de Avis. Desta época da conquista portuguesa, destaca-se o início da construção da Sé, em 1204. ⁵⁹

Desde essa época, a cidade foi crescendo, assumindo, mais tarde, a posição de principal centro urbano do país, com a fixação da

57. Simplício, M. D. (1997). Evolução e morfologia do espaço urbano de Évora. (tese doutoramento) Universidade de Évora.

58. Val-Flores, G. S. (2011). A evolução urbana do centro histórico de Évora – vol.1. C.M.E., Évora.

59. Beirante, M. A. (1996). Évora na Idade Média. Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa.

família real e das cortes, durante os séculos XIV-XVI. Durante este tempo, Évora cresceu exponencialmente, impondo a construção de inúmeros edifícios religiosos, como igrejas, conventos e colégios, e inúmeros edifícios civis, como palácios, casas nobres e solares, incluindo o Paço Real, do qual atualmente apenas resta a Galeria das Damas. Este forte crescimento, fez com que a cidade se fosse desenvolvendo para fora da cerca existente, o que contribuiu para a construção de uma nova cintura de muralhas, iniciada em 1350 e prolongada a sua construção por aproximadamente um século (SIMPLÍCIO, 1997). Com a construção desta nova cintura de muralhas, a cidade voltou a ser protegida e claramente delimitada, sendo que o antigo núcleo romano se mantém como o centro geográfico da cidade.

Nos séculos XVII e XVIII a densidade de novas construções foi muito menor, na sua maioria foram feitas apenas obras de renovação das casas populares que existiam, transformando-as em edifícios de grandes dimensões, o que densificou a ocupação do espaço urbano. Uma das grandes necessidades desta época, foi o reforço do sistema defensivo que delimita a cidade, conduzindo à construção de uma cortina abaluartada (ABEL, 2007).

No século XIX, a malha urbana da cidade intramuros já tinha sido preenchida quase na totalidade, o que levou a que apenas se fizessem obras de renovações. Esta é uma época em que começa a surgir por toda a Europa a preocupação pela preservação do património, incluindo o património arquitetónico. Em Portugal, Évora foi uma das primeiras cidades a interessar-se pela conservação dos seus edifícios, levando a que alguns intelectuais da época, como Gabriel Pereira⁶⁰, Cunha Rivara⁶¹ ou Filipe Simões⁶² entre muitos outros, reconhecessem a necessidade de promover o levantamento e inventário⁶³ de vários edifícios da cidade, permitindo assim que esses edifícios pudessem então, ser considerados monumentos, atribuindo-lhes o regime especial de proteção. Apesar dos esforços, alguns dos edifícios religiosos não tiveram o mesmo destino, após a extinção das ordens religiosas em Portugal⁶⁴, e após a morte da última residente dos conventos, alguns foram reutilizados pelo Estado (apenas aqueles que se encontravam em melhor estado de conservação) com novas funções administrativas e militares. Outros, eram vendidos em hasta pública para serem usados como armazéns ou estábulos. Muitos

60. Gabriel Pereira (1847-1911), escritor, teórico de arte e bibliotecário.

61. Joaquim Cunha Rivara (1809-1879), médico, filósofo, matemático, professor e bibliotecário

62. Filipe Simões (1835-1884), médico, filósofo, professor e bibliotecário.

63. Em 1871 foi feito o primeiro inventário da cidade de Évora, pelo Visconde de Guedes intitulado "Roteiro da cidade de Évora e breves notícias dos seus primeiros monumentos", mais tarde, em 1884, Gabriel Pereira pública 37 fascículos intitulado "Estudos Eboresenses – História e Arqueologia".

64. Com a Revolução Liberal, em 1834, as ordens religiosas foram extintas em Portugal. No século anterior o Marquês de Pombal decretou a expulsão dos Jesuítas do país.

outros edifícios religiosos, aqueles que não tiveram interessados, acabaram por ser demolidos, como é o caso do antigo convento de S. Francisco, o convento de Santa Catarina, o convento do Paraíso, o convento de S. Domingos ou o Convento de Santa Mónica.

Apesar das perdas irreversíveis, sofridas na arquitetura da cidade, nesta época, houve algumas construções importantes iniciadas no século XIX, como foi o caso do Teatro Garcia de Resende, a fundação de uma Biblioteca pública (no antigo Colégio dos Meninos de Coro), a fundação de duas sociedades recreativas, o Jardim Público, o Palácio Barahona (estes últimos, da autoria do cenógrafo italiano Giuseppe Cinatti) e também o edifício da EPAC (empresa pública de abastecimento de cereais). São deste século também as obras de restauro do Templo Romano, tendo sido demolidos os vestígios medievais feitos no monumento quando este servia de açougue, o Templo voltou assim, à aproximação da imagem primitiva.

No século XX, são algumas as novas construções na cidade intramuros, alguns dos exemplos são a reconversão do que restava do Convento de Santa Catarina num edifício de habitação coletiva⁶⁵, a reclassificação do antigo Quartel 28 de Maio (junto ao jardim público) no Colégio Luís António Verney, a Casa Cordovil e o Palácio do Vimioso, agora polos da Universidade de Évora. O Salão Central Eborense⁶⁶ foi remodelado em 1943 pelo arquiteto Keil do Amaral, que o adaptou a cinema e salão de festas. Também o atual edifício do Banco de Portugal sofreu grandes intervenções, alterando totalmente a sua fachada. Outros edifícios classificados, foram alvo de intervenções apenas de recuperação como o Palácio D. Manuel (Galeria das Damas), entre muitos outros. Também várias praças e jardins foram intervencionadas, como foi o caso do tabuleiro da Praça do Giraldo, a Praça Joaquim António de Aguiar, ou Jardim Diana⁶⁷. Nas décadas de 40 e 50 do século XX, foram feitas obras de reconstrução nas muralhas da cidade, pela Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais.

Foi da primeira metade deste século a constituição do Grupo Pró-Évora, uma associação de defesa do Património, em 1919, que foi decisiva para a classificação de grande parte dos edifícios do Centro Histórico de Évora a monumento nacional, promovendo a sua proteção e requalificação. Por esta altura, a cidade já contava com cerca de trinta edifícios classificados.

65. Antes da reconversão em conjunto habitacional este espaço do Convento de Santa Catarina, serviu como Pavilhão de cinema ao ar livre, o Éden Esplanada.

66. O Salão Central Eborense foi construído em 1916, adaptado de um barracão existente. Este sofreu várias obras de remodelação ao longo dos anos, tendo encerrado em 1988. Volta a ser alvo de obras de remodelação em 2018.

67. Barbosa, J. M. P. (s/d). Risco de um Século – Memórias da Evolução Urbana de Évora. Ed. Câmara Municipal de Évora, Évora.

Após a elaboração de várias plantas da cidade, no século anterior, em 1928 foi feito um novo levantamento, através de fotografia aérea, “mais explícito que os anteriores no que diz respeito às áreas adjacentes à cidade muralhada” (ABEL, 2007: pp.84). Os elementos cartográficos, realizados até 1937, foram essenciais para a realização do primeiro Anteprojeto do Plano de Urbanização da Cidade de Évora (1937 a 1939). Este e outros planos posteriores, realizados ao longo dos anos, servem de base para o primeiro Plano Diretor Municipal de 1985⁶⁸ (relatório CME, 2007). No ano seguinte a Câmara Municipal de Évora, obteve a classificação do Centro Histórico de Évora como Património da Humanidade, após a apresentação da candidatura à UNESCO.

No século XXI a cidade de Évora e o Centro Histórico, ganharam uma grande visibilidade como Património da Humanidade e a procura turística aumentou, “(...) e começaram a aparecer os investidores hoteleiros, que se propunham dotar a cidade de meios de alojamento (...)” (C.M.E., revista Mosaico nº10, 2011, pp.18), assim alguns destes alojamentos temporários construídos nos anos que se seguiram, foram um dos meios de reabilitação de edifícios que se encontravam em mau estado ou devolutos no Centro Histórico da cidade, contribuindo para a sua proteção enquanto monumentos. Muitos foram os edifícios, monumentos ou espaços públicos alvo de pequenas e grandes intervenções, durante o século corrente (século XXI)⁶⁹ como mostraremos no capítulo seguinte⁷⁰.

68. Este PDM, apesar de ter entrado em vigor apenas em 1985, teria sido elaborado entre os anos de 1978 e 1979.

69. Nesta dissertação analisamos o século XXI, dos anos de 2000 a 2018.

70. Capítulo 3 – As Intervenções em Évora no séc. XXI (2000-2018).

2.2

Evolução morfológica do centro histórico

CIDADE ROMANA – Liberalitas Julia

Sabe-se que neste lugar de Évora, antes dos romanos, terão passado inúmeros outros povos, como já foi referido anteriormente e é inegável a existência de elementos megalíticos nesta zona.

Também é visível que “à romanização não terão sido alheios os precedentes do lugar, (...)” (ABEL, 2007: pp. 43), pois na sua maioria, os romanos terão “aproveitado” as localizações das antigas povoações, “(...), uma vez que esta tinha já adquirido as funções territoriais que, (...), a romanização subentendida, (...)” (ABEL, 2007: pp. 43).

Assim, acredita-se que Évora não foi exceção, sendo “o resultado da sobreposição a uma possível pré-existência, (...)” (ABEL, 2007: pp.46). Implantando-se no cruzamento de várias vias romanas e junto aos campos férteis da planície, instalou o seu centro urbano, a acrópole, no ponto mais alto da cidade. Aqui, ainda hoje visível, situa-se o Templo Romano, lugar de culto aos deuses e centro da acrópole, seguido de uma Basílica e entre estes dois monumentos, encontrava-se o Fórum (praça), e mais a sul, junto à Basílica, no lugar onde atualmente existe o museu da cidade, pensa-se que poderia existir um Teatro. Mais a oeste, estariam as Termas romanas, existindo hoje vestígios destas no atual edifício da Câmara Municipal. Em volta destes elementos monumentais da cidade romana, seriam as zonas de habitação (Insulae e Domus), de que é vestígio atualmente, parte do edifício da Direção Regional da Cultura do Alentejo, virada para a rua da Alcárcova de Cima.

O traçado urbano desta cidade romana era, possivelmente, como é regra das cidades romanizadas, completamente ortogonal, com os seus eixos estruturantes cardo (eixo norte/ sul) e decumano (eixo este/ oeste), que acredita-se ser, o eixo entre a rua Francisco Soares Lusitano, o largo Marquês de Marialva e o largo D. Miguel de Portugal, respetivamente o cardo, e a atual rua 5 de Outubro, continuando sob o sítio que a Sé hoje ocupa, pela rua da Freiria de

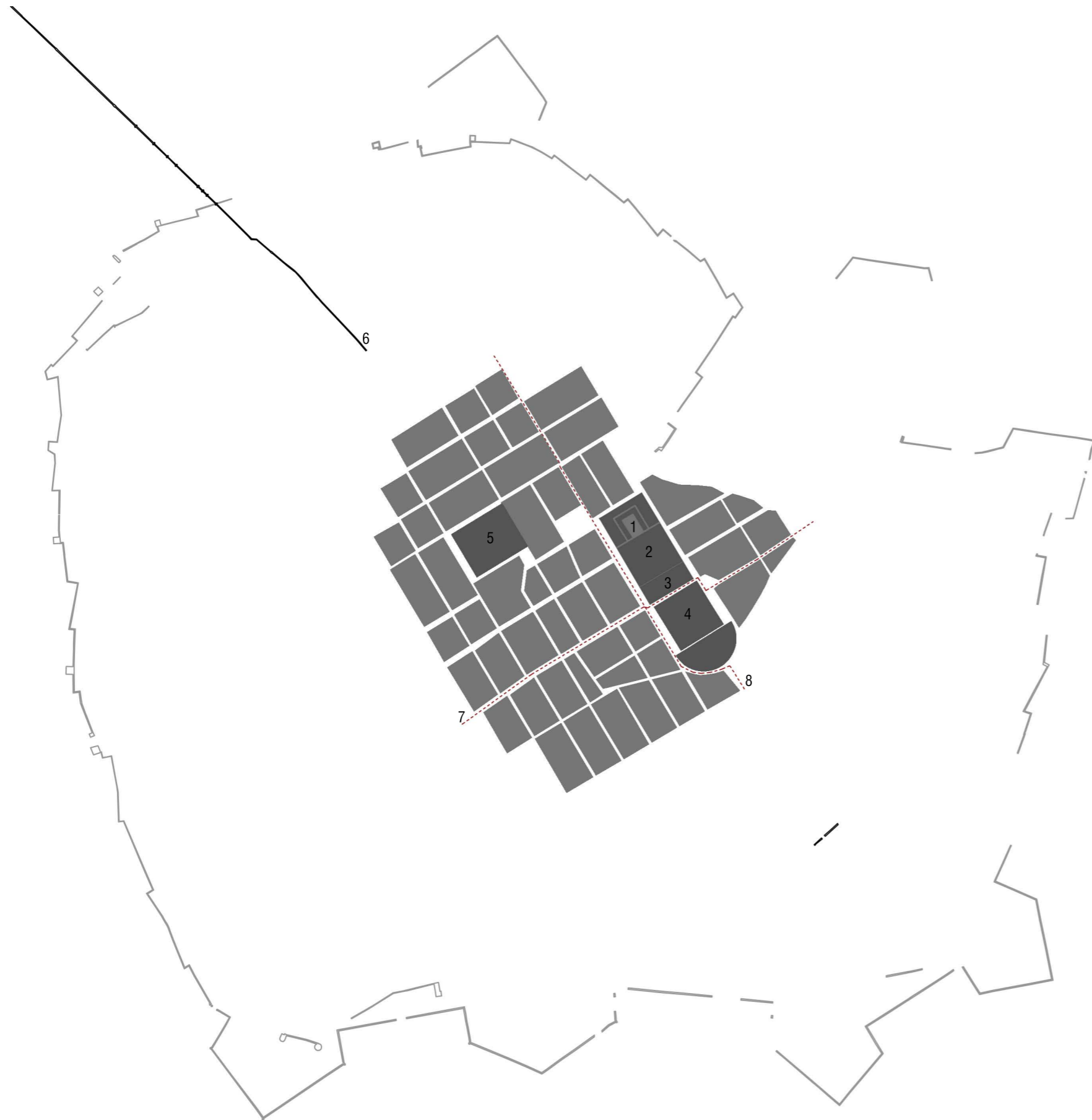
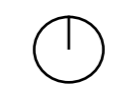


Fig. 13. **PLANTA SÉCULO I d. C., LIBERALITAS JULIA** | ESCALA 1:5500
1. Templo Romano; 2. Fórum; 3. Basílica; 4. Teatro; 5. Termas; 6. Acueducto; 7. Cardo; 8. Decumano.
Planta realizada pela autora



Cima, o decumano (relatório CME, 2017)⁷¹. Posteriormente, a cidade romana teve a necessidade de ser um espaço limitado e defendido por uma cerca de muralhas, da qual ainda hoje existem alguns troços, como é o caso do Arco de D. Isabel, fragmento da porta de muralha com o mesmo nome. Esta cerca de muralha, teria aproximadamente 1200 metros de extensão, por esta, abriam-se várias portas, como a já referida Porta D. Isabel, a Porta da Selaria, a Porta de Moura,⁷² para além destas três portas, Túlio Espanca, refere a possibilidade da existência de uma quarta, a Porta do Sol, “(...) presume-se que se rasgava entre a torre da Mouchinha (demolida) e no local, sensivelmente, onde os freires de S. Bento edificaram, no séc. XII, a albergaria e capela de S. Miguel do Castelo”⁷³.

Também se calcula, que teria sido erguido um Aqueduto, sobre o qual, mais tarde, se ergueu um novo aqueduto, tal como existe nos dias de hoje.

Existem também, referências à existência de um Arco de Triunfo, que estaria situado no lugar da atual Praça do Giraldo. (SIMPLÍCIO, 1997: pp. 89-91)⁷⁴.

71. Informação retirada do relatório Operação de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Évora, pp.9, de 2017, da Câmara Municipal de Évora.

72. Lima, M. P. (2004). Muralhas e Fortificações de Évora. Argumentum. Évora.

73. Espanca, T. (1966). Inventário artístico de Portugal. Concelho de Évora, volume I, pp.10. Ed. Academia Nacional de Belas-Artes. Lisboa.

74. Simplício, M. D. (1997). Evolução e morfologia do espaço urbano de Évora. (tese doutoramento) Universidade de Évora.

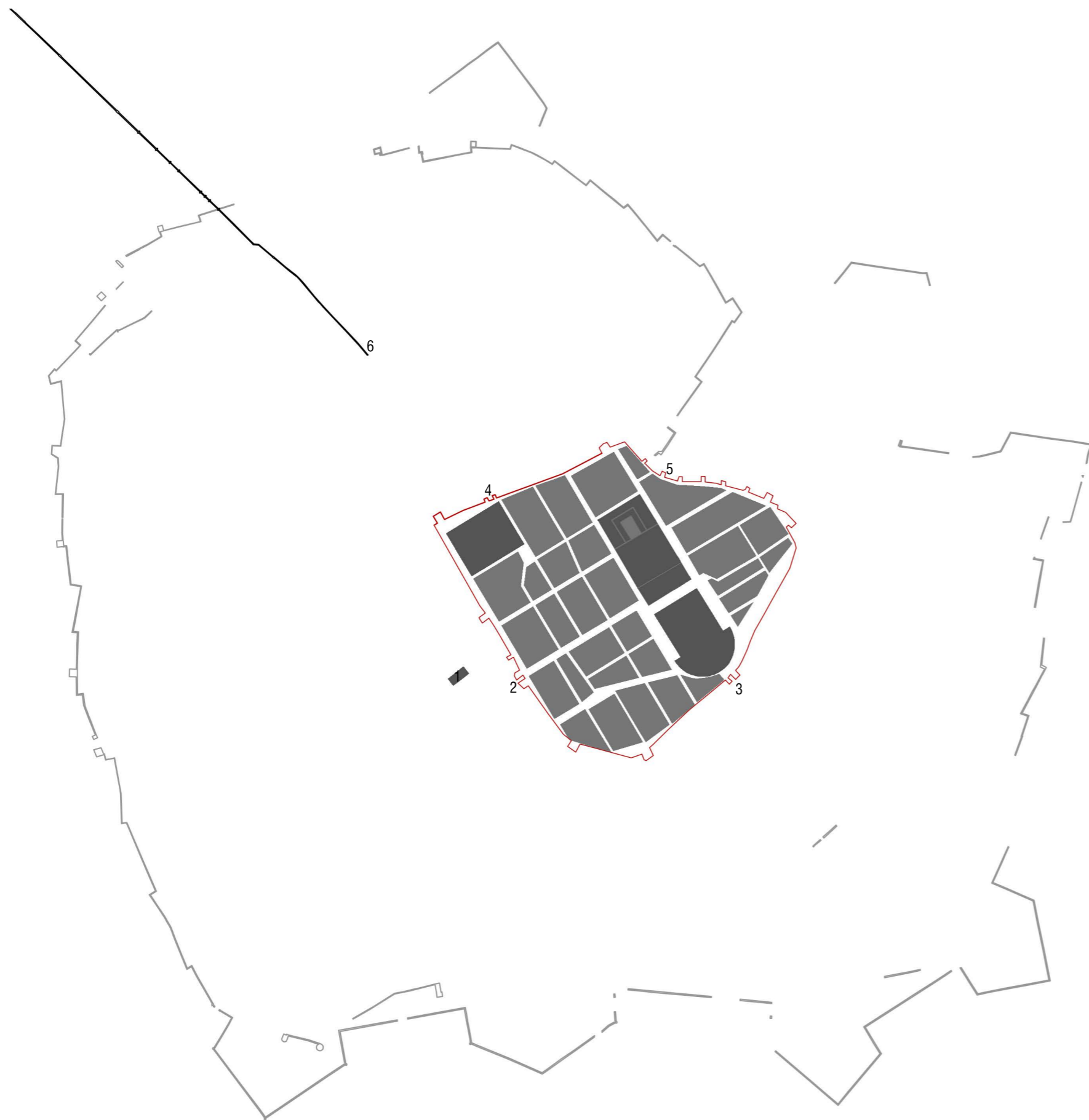


Fig. 14. **PLANTA SÉCULO IV a. C., LIBERALITAS JULIA** | ESCALA 1:5500
1. Arco do Triunfo; 2. Porta da Selaria; 3. Porta de Moura; 4. Porta D. Isabel; 5. Porta do Sol; 6. Aqueduto
Planta realizada pela autora



CIDADE MUÇULMANA – Yábura

Após a queda do Império Romano, os muçulmanos fixaram-se nesta zona, chamando a esta cidade de Yábura. Apesar deste povo não ter deixado muitos testemunhos desta época, classificaram a cidade como “(...) próspera, densa e “capital” de uma região.” (ABEL, 2007: pp.48).

Esta cidade muçulmana sobrepôs-se assim, à cidade deixada pelos romanos, as fortificações mantiveram-se, mas consolidadas e reabilitadas, onde antes era a zona importante e de culto, também assim se manteve, mas nessa época, com uma Mesquita mor, no lugar onde atualmente se situa a Sé Catedral, e o Alcazar ou Alcáçova (castelo muçulmano)⁷⁵.

As ruas da cidade romana, completamente ortogonais, dão agora lugar a ruas desalinhas e de traçado irregular.

São desta época, também, os primeiros arrabaldes da cidade (zonas exteriores à cerca, onde se localizam diferentes comunidades: arrabaldes moçárabes, judeus e muçulmanos), estes núcleos serviram mais tarde, no desenvolvimento da cidade cristã, no exterior da cerca velha (SIMPLÍCIO, 1997).

75. Segundo A. BEIRANTE (1988) na sua tese de doutoramento pela Universidade Nova de Lisboa, Évora na Idade Média. A urbe intramuros era dividida em duas partes distintas: o Alcazar ou Alcáçova (castelo) e a Medina (zona restante da cidade destinada ao povo).



Fig. 15. **PLANTA SÉCULO X a. C., YÁBURA** |
ESCALA 1:5500
1. Alcazar ou Alcáçova; 2. Mesquita mor; 3. Pequenas
mesquitas; 4. Arrabaldes; 5. Praça da Mesquita mor.
Planta realizada pela autora



CIDADE MEDIEVAL – Évora

Após a cidade ter sido conquistada aos árabes em 1165, integrando o reino de Portugal, o rei D. Afonso Henriques, concedeu-lhe foral em 1167, como já foi referido no início do capítulo. Nesta época a cidade de Évora, torna-se num importante centro político e estratégico (SIMPLÍCIO, 1997), como que para marcar o início do domínio português nesta cidade, são iniciadas as obras da Sé Catedral, primeiro grande monumento da era cristã.

A estrutura urbana manteve-se, aproximadamente, como era no domínio árabe, mas o interior da cerca antiga começou a densificar-se, completando o espaço quase na totalidade. Surgiram algumas albergarias e casas nobres, principalmente na zona em volta do Castelo Medieval, nesta altura, também o Templo Romano foi reestruturado, tornando-se no açougue da cidade.

Começou a definir-se a estrutura urbana exterior à cerca e formou-se a primeira grande praça, a Praça Grande (atual Praça do Giraldo). Os novos quarteirões exteriores à cerca, começaram a desenvolver-se junto às estradas de ligação a outros núcleos urbanos, de forma regular apesar de não serem planificados, como era usual nas cidades medievais da época. A cidade de Évora, dividiu-se em duas partes: o centro urbano, a zona mais nobre e mais antiga, inserida dentro da cerca existente; e a zona de crescimento livre, exterior às muralhas, formando os arrabaldes aproximadamente até ao século XIV, quando se iniciou a construção da nova cintura de muralhas (SIMPLÍCIO, 1997).

Esta nova cerca foi mandada construir em meados de 1350, tendo em conta o crescimento rápido e densificado da cidade, fora da cerca antiga, por isso houve a necessidade de proteger a nova malha urbana e de criar um novo limite.

A nova cintura de muralhas tinha cerca de 3500 metros de perímetro e abria-se para o exterior por dez portas, em que duas delas eram contíguas às da cerca antiga, a Porta do Sol (ou Porta da Traição) e a Porta do Moinho de Vento, na zona onde mais tarde esta nova cerca foi demolida para dar lugar à construção do atual edifício do Colégio do Espírito Santo, em meados do século XV (LIMA, 2004)⁷⁶.

Nesta época, os eixos estruturantes de crescimento da

76. Lima, M. P. (2004). Muralhas e Fortificações de Évora. Argumentum. Évora.



Fig. 16. **PLANTA DE ÉVORA 1166 - 1295 |**
 ESCALA 1:5500

1. Convento de S. Francisco; 2. Albergaria de Jerusalém; 3. Convento de Stª Catarina; 4. Convento de S. Domingos; 5. Igreja de Stº Antoninho; 6. Igreja de S. Tiago; 7. Igreja de S. Mamede; 8. Castelo Medieval; 9. Sé Catedral; 10. Igreja de S. Pedro; 11. Albergaria do Corpo de Deus; 12. Primeira Mouraria; 13. Judiaria; 14. Casa da Câmara e Celeiro dos Bispos; 15. Paço Episcopal; 16. Recolhimento dos Monges; 17. Igreja de S. Miguel; 18. Corpo de Deus de Stº Antoninho; 19. Mesquita; 20. Açougue (Templo Romano); 21. Paço dos Freires de Évora; 22. Rossio de Alconchel.

Planta realizada pela autora



malha urbana, eram as vias de acesso às portas da cerca nova, correspondendo assim às ruas: da Lagoa, de Avis, de Alconchel, da Corredoura, da Mesquita, Mendo Estevens, de Machede e do Raimundo, que acede à Praça Grande (Praça do Giraldo), também elemento fulcral do desenvolvimento da cidade. Esta Praça, também se tornou no núcleo central de concentração do comércio e serviços da cidade⁷⁷.

Na zona central da cidade de Évora, na área envolvente do Templo romano,⁷⁸ começou a surgir uma grande concentração de palácios e casas nobres.

Os edifícios religiosos foram implantados no exterior da cerca antiga, disseminados pela cidade. Foram construídos dois novos conventos e também algumas igrejas e ermidas.⁷⁹

Também, dispersos pela cidade, foram construídas algumas albergarias, algumas destas, para albergar a corte durante a estadia da família real na cidade.

Nesta época a cidade de Évora, com o seu grande desenvolvimento, começou a ganhar importância perante o rei, tornando-se a segunda cidade do reino, e mais tarde, sendo escolhida para ser quartel general das campanhas militares dos monarcas (SIMPLÍCIO, 1997).

77. A Praça do Giraldo manteve-se até aos dias de hoje como centro de concentração de comércio e serviços da cidade intramuros.

78. Apesar do monumento, nesta época servir como açougue, ou seja, o mercado medieval, onde era feito o abastecimento diário, pela população (SIMPLÍCIO, 1997).

79. Como é o caso dos conventos de Santa Mónica e de Santa Clara, e da ermida de Vera Cruz e a Igreja de S. Vicente.



Fig. 17. **PLANTA DE ÉVORA 1300 - 1350** | ESCALA
1:5500
Crescimento da malha urbana fora das muralhas
existentes
Planta realizada pela autora





Fig. 18. **PLANTA DE ÉVORA 1350 - 1470 |**
 ESCALA 1:5500
 1. Palácio dos Estáus; 2. Câmaras reais e jardins de D. João I e D. Afonso V; 3. Convento de Stª Mónica; 4. Convento de Stª Clara; 5. Ermida de Vera Cruz; 6. Igreja de S. Vicente; 7. Sinagoga Grande da Judiaria; 8. Albergaria do Santo Espírito; 9. Albergaria de S. Miguel; 10. Albergaria de Santa Maria da Orada; 11. Albergaria de S. Gião; 12. Albergaria da Trindade; 13. Albergaria de S. Salvador; 14. Albergaria de S. Bartolomeu; 15. Palácio dos Castros; 16. Palácio dos Melos; 17. Palácio dos Condes de Sortelha; 18. Palácio dos Melos de Carvalho; 19. Judiaria; 20. Nova Mouraria; 21. Rossio. A. Porta do Raimundo; B. Porta do Rossio; C. Porta da Mesquita; D. Porta de Mendo Estevens; E. Porta de Machede; F. Porta da Traição (antiga Porta do sol); G. Porta do Moinho de Vento; H. Porta de Avis; I. Porta da Lagoa; J. "Buraco" dos Penedos; L. Porta de Alconchel.
 Planta realizada pela autora



CIDADE DO SÉC. XV AO SÉC. XX – Évora

No século XV, a malha urbana de Évora, já estava consolidada e preenchida, dentro da cerca nova, tal como existe atualmente.

No século seguinte, a cidade tornou-se tão relevante, que muitas famílias nobres aqui se instalaram, aumentando cada vez mais o número de casas nobres, palácios e solares, também o número de edifícios religiosos cresceu exponencialmente.

Foram construídos o Convento do Salvador⁸⁰, o Convento e Igreja da Graça, o Convento do Calvário, várias igrejas e ermidas e outros edifícios de índole religiosa, como foi o caso do Recolhimento de Santa Marta e o Palácio da Inquisição, onde se instalava o tribunal inquisidor. Também edifícios importantes como o Colégio do Espírito Santo, o Hospital do Espírito Santo⁸¹, ou o Castelo Novo⁸² e o Seminário Maior (ou Real Colégio de Nossa Senhora da Purificação), foram fundados nesta época, e foi consolidado e reconstruído o Aqueduto da Água de Prata, sobre o antigo aqueduto romano, provocando algumas alterações na estrutura urbana, obrigando à abertura das atuais ruas do Salvador e rua Nova.

Ocorreram alguns arranjos urbanísticos relevantes, como a construção das arcadas da Praça Grande e da atual rua João de Deus e os primeiros trabalhos de calçamento das ruas da cidade⁸³ (SIMPLÍCIO, 1997).

No século XVI, dada a importância que a cidade tinha ganho, o rei e a sua corte, mudaram-se, temporariamente, para Évora, foi então construído o Palácio Real⁸⁴, junto ao Convento e Igreja de São Francisco.

Um século mais tarde, o rei D. João IV, ordenou a reparação das portas e panos de muralha, que acusavam algumas deformações na sua estrutura. Para o reforço ainda melhor da cintura de muralha, iniciaram-se as construções de vários baluartes⁸⁵, e assim se definiram por inteiro o limite da cidade intramuros.

Durante este século XVII, para além do reforço das fortificações, construíram-se poucos edifícios de grande importância cultural e arquitetónica para a cidade, apenas algumas casas nobres, palácios, solares, igrejas e ermidas, mas é de referir a construção da Capela dos Ossos, criada no antigo dormitório dos frades, do Convento de São Francisco, como memorial de reflexão à morte.

80. No lugar onde atualmente se situa o edifício dos CTT, na rua do Salvador.

81. Atual Universidade de Évora, polo do Espírito Santo.

82. Atualmente, este edifício funciona como quartel general dos Dragões.

83. Até ao século XV as ruas de Évora eram todas em terra batida.

84. O Palácio Real atualmente não existe no seu todo, tendo permanecido apenas um troço, a chamada, Galeria das Damas, usualmente conhecido por Palácio D. Manuel).

85. São os Baluartes de São Bartolomeu, do Príncipe, do Conde de Lippe, do Picadeiro, do Assa, de Nossa Senhora de Machede e dos Apóstolos.



Fig. 19. **PLANTA DE ÉVORA 1470 - 1580** | ESCALA 1:5500

1. Igreja e Convento da Graça; 2. Igreja de Stº Antão; 3. Casa Nobre Garcia de Resende; 4. Hospital do Espírito Santo; 5. Pousada real dos Estáus; 6. Paço Real; 7. Convento do Calvário; 8. Paço Morgados da Bandeira; 9. Solar dos Condes de Sabugal; 10. Casa nobre Severins de Faria; 11. Colégio Espírito Santo; 12. Recolhimento de Santa Marta; 13. Palácio dos Condes de Soure; 14. Convento do Salvador; 15. Colégio de São Paulo; 16. Paço Arqueiepiscopal; 17. Palácio dos Sepúlvedas; 18. Palácio Condes de Murça; 19. Paço Mendenha; 20. Paço Silveira Henriques; 21. Casa Morgado do Esporão; 22. Palácio da Inquisição; 23. Paço Inês Henriques; 24. Casa Cordovil; 25. Paço Mascarenhas; 26. Igreja da Misericórdia; 27. Casa Infante D. Luís; 28. Casa Rui de Melo; 29. Igreja Espírito Santo; 30. Solar dos Cogominhos; 31. Casa na Rua de Burgos; 32. Convento do Paraíso; 33. Solar Condes de Portalegre; 34. Convento S. João Evangelista; 35. Paço Bispo D. Afonso de Portugal; 36. Castelo Novo; 37. Casa Nobre Jorge de Lencastre; 38. Paços do Concelho.
- Planta realizada pela autora



De resto, a estrutura da malha urbana manteve-se, em geral, com a mesma imagem que obteve desde o final do século XV.

No século XIX, Évora no seu perímetro intramuros, encontrava-se preenchida quase na totalidade, as únicas construções de grande importância que surgiram nesta época, foram o Teatro Garcia de Resende (de 1881), o Palácio Barahona e o Jardim e Mata Pública, que se instalou no interior de dois dos baluartes existentes⁸⁶. Também foi desta altura a reestruturação do Templo Romano, que teve obras de desobstrução das paredes do monumento.

Para além das obras de construção referidas, com a revolução liberal e a extinção das ordens religiosas em Portugal, muitos dos conventos existentes na cidade, foram deixados ao abandono e alguns chegaram mesmo a ser demolidos, parcial ou na sua totalidade, como é o caso do Convento de São Francisco (da qual apenas uma ala do Convento chegou até aos nossos dias) e como consequência o Palácio Real (do qual apenas a Galeria das Damas prevaleceu até à atualidade), o Convento de São Domingos (também parcialmente demolido), para dar lugar à Praça D. Pedro (atual Praça Joaquim António de Aguiar), o Convento de Santa Catarina, o Convento de Santa Mónica (parcialmente destruído), entre muitos outros, dos quais, atualmente, só resta parte do edifício ou simplesmente a memória da sua existência em épocas remotas.

Houve também várias obras de reconversão e reabilitação em alguns edifícios da cidade, juntamente com algumas obras no espaço público, como foi o exemplo da construção do tabuleiro central da Praça do Giraldo em 1868, o alargamento da Rua da República e demolição dos arcos da Rua do Paço em 1895, o alargamento da Travessa do Sertório, e os melhoramentos da Praça com o mesmo nome, onde veio a instalar-se o edifício dos Paços do Conselho (Câmara Municipal), que para tal, também, o Convento do Salvador foi demolido (BARBOSA, s.d.).

No século passado (século XX), apenas foram feitos alguns arranjos urbanísticos, como foi o caso do plano para o jardim onde existira em tempos, o Convento do Paraíso, atualmente também demolido, para dar lugar ao Jardim do Paraíso e posteriormente, ao Tribunal da Justiça, construído também no século XX.

No terreno onde existira o Convento de Santa Catarina, foi construído o Éden Esplanada, cinema ao ar livre⁸⁷. A antiga Praça D.

86. Os Baluartes do Príncipe, e do Conde de Lippe.

87. Mais tarde o Éden esplanada foi desativado e demolido dando lugar a um conjunto habitacional em banda, como o conhecemos atualmente, projeto do arquiteto Silva Dias, construído em 1992.



Fig. 20. **PLANTA DE ÉVORA 1580 - 1800** | ESCALA 1:5500

1. Casa nobre Morgados de Brito; 2. Igreja de S. Pedro; 3. Trem Militar; 4. Casa Nobre Jacinta da Silveira; 5. Colégio de S. Manços; 6. Solar dos Barreiros; 7. Paço Morgados de Mesquita; 8. Paço Lobos da Gama; 9. Solar Marqueses de Angeja; 10. Casa nobre do Arcebispo de Moura; 11. Paço Bispos Inquisidores; 12. Convento de São José; 13. Convento de N.^a Sr.^a dos Remédios; 14. Convento das Mercês; 15. Seminário Maior; 16. Pousada Condes de Unhão; 17. Hospital da Cadeia; 18. Ermida de N.^a Sr.^a da Natividade; 19. Igreja de N.^a Sr.^a da Pobreza; 20. Igreja de São Bartolomeu; 21. Hospital Militar; 22. Paço Morgados de Manedos; 23. Ermida de N.^a Sr.^a da Cabeça; 24. Convento do Carmo; 25. Convento do Carmo; A. Baluarte de S. Bartolomeu; B. Baluarte do Príncipe; C. Baluarte do Conde de Lippe; D. Baluarte do Picadeiro; E. Baluarte do Assa; F. Baluarte de Nossa Senhora de Machede; G. Baluarte dos Apóstolos.
 Planta realizada pela autora



Pedro, libertada no século anterior, foi alvo de um plano de reabilitação, para aí se implantar uma praça ajardinada, na altura conhecida como Jardim das Canas (atual Praça Joaquim António de Aguiar), sofrendo várias alterações à sua imagem nos anos seguintes. (SIMPLÍCIO, 1997).

A Praça do Giraldo, também foi alvo de vários arranjos urbanísticos, como a remodelação e reestruturação do edifício dos antigos Paços do Concelho, que nessa altura começou a funcionar como Banco de Portugal, alterando de tal forma a sua fachada antiga que não se reconhecem vestígios do edifício antigo. Também alguns edifícios mais abaixo do Banco de Portugal, na Rua da República, foram demolidos para dar lugar ao atual edifício da Caixa Geral de Depósitos.

No antigo terreiro do Convento de São José, a Rua de Aviz, em 1943, foi também alvo de um projeto de ordenamento dando lugar ao Largo de Aviz, como hoje o conhecemos⁸⁸. A zona da Sé e sua envolvente, tiveram obras de reordenamento, no átrio da Catedral e em frente ao templo, construindo-se aí o promontório ajardinado, que hoje conhecemos como Jardim Diana. A zona envolvente da cintura de muralhas teve um plano de ordenamento e embelezamento, durante o Estado Novo, no ano de 1955, conhecido por Buraco dos Colegiais. (BARBOSA, s.d.).

Para além das intervenções referidas, muitos foram os edifícios reabilitados e intervencionados, uns por apresentarem forte estado de degradação, outros porque seriam reutilizados com outra função, como serviços e comércio.

Apesar das várias adaptações na malha urbana, ao longo dos séculos, atualmente, a cidade intramuros encontra-se preenchida na totalidade. Cabe às instituições competentes, no século XXI, manter a memória da sua história, reabilitando os edifícios existentes e espaços públicos adjacentes, para estes não caírem em estado de degradação e poderem servir a população presente e futura, conforme as suas necessidades. É destas intervenções efetuadas no século XXI, que falaremos mais à frente.

88. Foi também introduzida uma fonte em mármore que antes existia na antiga Praça D. Pedro (atual Praça Joaquim António de Aguiar), para o Largo de Aviz.



Fig. 21. **PLANTA DE ÉVORA SÉC. XX** | ESCALA
1:5500 REVER A ESCALA
Desenvolvimento Urbano da cidade de Évora no
século XX.
Planta realizada pela autora



2.3

Defesa do Património em Évora

Ao longo dos tempos, os edifícios de Évora foram, variadas vezes, intervencionados, com o intuito de serem reabilitados e reutilizados para diferentes fins, servindo as diferentes comunidades que por esta cidade passaram. Mas estas intervenções, apenas foram realizadas pela necessidade da reutilização do espaço, sem qualquer preocupação com a importância de o edifício ser um testemunho da história em épocas passadas, ou pela sua importância estética.

Assim, muitos edifícios da cidade, atualmente são o testemunho da história da mesma e de todos os séculos passados, em várias camadas.

Apesar da grande preocupação pelo património em Évora, só ter surgido cerca da segunda metade do século XIX, já no século XVI, André de Resende (1499-1573), importante humanista português, foi pioneiro na defesa do património eborense, escreveu a monografia *História da Antiguidade da Cidade de Évora*, em 1553, e contribuiu para que alguns monumentos epigráficos chegassem até aos nossos dias.

Seguindo o exemplo de André de Resende, Manuel Severim de Faria (1583-1655), Manuel Fialho (1646-1718) e Martim Cardoso Azevedo (15...-1614) (de pseudónimo Amador Patrício), escreveram sobre a cidade de Évora. Estes dois últimos, escreveram respetivamente *Évora Ilustrada*, em 1701 e *História das Antiguidades de Évora*, em 1739, que ganha a atenção do Eborenses para a história da sua cidade.

Já no início do século XIX, quando D. Frei Manuel Cenáculo Villas-Boas (1724-1814) ocupa o lugar de arcebispado de Évora, de certa forma revoluciona o gosto e interesse pelas antiguidades, pela história e pelo ensino, quando manda construir a biblioteca e um museu, onde reúne a sua importantíssima coleção.

Muitos foram os homens ilustres de Évora, que mais tarde, encontraram nos ideais de Cenáculo um motivo da continuação da defesa pelo património e das antiguidades, muitos desses homens tornaram-se bibliotecários do espólio que Cenáculo iniciou. Foi o

caso de Cunha Rivara (1809–1879), que fez um trabalho notável na Biblioteca de Évora, reabilitando e ampliando as suas instalações e reorganizando e catalogando os objetos do espólio da biblioteca.

Também o Dr. Filipe Simões (1835–1884) se tornou bibliotecário, conseguindo a reforma desta instituição e do Museu. Preconizou uma das maiores reestruturações e reabilitações da cidade de Évora quando mandou fazer a limpeza e desobstrução das paredes medievais do Templo Romano, procurando atribuir-lhe a imagem original.

Seguindo o exemplo de Cunha Rivara e Filipe Simões, também Gabriel Pereira (1847–1911), mais tarde, foi um defensor incondicional da obra de Cenáculo. Sendo um entusiasta das antiguidades e património da cidade de Évora, estudou com afinco as obras do Padre Manuel Fialho e de André de Resende, de quem defendeu os ideais. Tornou-se um dos grandes batalhadores numa época em que havia algum desinteresse, por parte da sociedade, no património e na história portuguesa. Esse desconhecimento era a causa maior de algum vandalismo e inércia na defesa do património.

As batalhas travadas no século XIX surtiram efeito, já que no século seguinte, muitas personalidades se manifestaram na defesa do património da cidade. Como foi o caso do Conde Vill'Alva, Vasco Maria Eugénio de Almeida (1913-1975), que para além de se evidenciar como mecenas da cidade, fez questão de adquirir alguns dos imóveis que estariam em forte estado de degradação e como tal em vias de serem demolidos, para os reabilitar e colocá-los ao serviço da cidade.

Também neste século, um grupo de eborenses e amantes da cidade, juntaram-se para defender o seu património, e impulsionar com maior rapidez restauração dos seus edifícios. Surge então, o Grupo Pró-Évora, uma organização sem fins lucrativos, que proporcionou a salvaguarda de grande parte dos edifícios do centro histórico de Évora. Sem a força deste grupo, provavelmente não teriam resistido até hoje.

Em 1939 o Grupo Pró-Évora promoveu um curso de Cicerones, no qual Túlio Espanca (1913-1993), outra personalidade ilustre na investigação da história eborense e na inventariação dos monumentos da cidade de Évora e seus arredores, se classificou com distinção. O trabalho de Túlio Espanca foi, sem dúvida, uma das mais valiosas e completas pesquisas feitas no século XX.

Após a conclusão da obra de levantamento e inventariação do património da Cidade de Évora, feita por Túlio Espanca, a Câmara Municipal de Évora, apresentou a sua candidatura ao Instituto Português do Património Cultural, que por sua vez a apresentou à UNESCO.

Para dar início à candidatura a Património Mundial pela UNESCO, para além da minuciosa inventariação e levantamento feito, referido anteriormente, foi necessário inicialmente a criação de um Programa de Recuperação do Centro Histórico. Foi por isso criado em 1982 o Núcleo do Centro Histórico de Évora, dando início a um conjunto de pequenas intervenções urbanísticas e habitacionais. Após a execução dessas intervenções a Câmara Municipal contactou a UNESCO, de forma a perceber as possibilidades da classificação de Évora, a resposta foi favorável e, a 25 de novembro de 1986, o Centro Histórico de Évora conseguiu a classificação de Património da Humanidade.

A classificação dada à cidade foi um ponto de partida para a preservação e regeneração do seu Centro histórico, já que ganhou com isso uma grande procura turística, e para tal foi necessário preparar e dotar a cidade de infraestruturas de apoio ao turismo e aos novos habitantes. Assim começou-se a reutilizar e reabilitar os edifícios existentes para servirem a cidade, proporcionando a intervenção em vários edifícios que estavam abandonados, em avançado estado de degradação, dando uma nova imagem à cidade histórica.

ALGUNS INTERVENIENTES NA DEFESA DO PATRIMÓNIO DE ÉVORA:

André de Resende

Nasceu em Évora, não se sabendo com exatidão a data de nascimento. Sabe-se que em 1508 iniciara os seus estudos no Convento da ordem de S. Domingos.

Foi um frade dominicano e intelectual da época e cedo demonstrou grande interesse pela história e pelas antiguidades, tendo completado os seus estudos na Universidade de Salamanca, em

filosofia e teologia e mais tarde em epigrafia⁸⁹.

Assim que retornou a Évora, D. João III, que se encontrava na cidade, nomeou André de Resende mestre dos infantes. Teve oportunidade de se dedicar ao estudo das epigrafias, a sua grande paixão.

Em 1555 criou uma escola que fechou anos mais tarde devido à abertura da Universidade.

Aos cinquenta e três anos de idade, André de Resende dedicou-se inteiramente à execução das suas obras históricas, escreveu inúmeras, mas a que se considera como sua obra prima é a *História da Antiguidade da Cidade de Évora*.

É a André de Resende que Évora deve muitas descobertas arqueológicas incluindo a descoberta de um aqueduto romano, sobre o qual, incentivou a construção de um outro aqueduto, aquele que atualmente conhecemos como Aqueduto da Água de Prata.

As pesquisas e estudos deste Mestre, deram-lhe também a oportunidade de reunir inúmeras antiguidades, as quais instalou no seu palácio, transformando-o num autêntico museu da cidade.

A 9 de dezembro de 1573, André de Resende morreu, sendo sepultado no Convento de S. Domingos, em 1839 devido à demolição deste convento os seus restos mortais foram trasladados para a Sé.

Manuel Severim de Faria

Nasceu em Lisboa em 1583, mas muito cedo veio para Évora para casa do seu tio (nessa época chantre⁹⁰ da Sé de Évora), que o orientou na sua educação.

Frequentou a Universidade de Évora, onde se destacou com excelentes resultados no mestrado em artes e no doutoramento em teologia.

Mais tarde, por renúncia do seu tio, Manuel Severim de Faria tornou-se, também ele, chantre da Sé. Com excepcional empenho no cargo que exercia, Severim de Faria iniciou uma reforma do arquivo da Sé, inventariando-o e organizando os objetos que fariam parte do arquivo.

No palácio onde viveu enquanto chantre, reuniu uma valiosa coleção de obras de arte, contando com valiosas antiguidades e manuscritos, tornando o palácio num museu por excelência.



Fig. 22. **MANUEL SEVERIM DE FARIA**
Fonte: <https://eborateam.weebly.com/our-school.html>

89. *Epigrafia* consiste no estudo e análise de inscrições antigas.

90. Chantre da Sé era chamado ao diretor do canto e dos cantores das igrejas, competia-lhe dirigir tudo o respeitante não só ao canto, mas também à liturgia das cerimónias. (A CIDADE DE ÉVORA, A. XL-XLI, n.º 67-68, 1984-85; pp. 5-20).



Fig. 23. **D. FREI MANUEL CENÁCULO VILLAS-BOAS**

Fonte: <https://plataformacidaniamonarquica.wordpress.com/2017/02/21/frei-manuel-do-cenaculo-o-construtor-de-bibliotecas/>

Morreu em 1655, no seu palácio, sendo sepultado no cemitério da Cartuxa, e mais tarde, em 1839, trasladado para a Sé Catedral.

D. Frei Manuel Cenáculo Villas-Boas

Nasceu em Lisboa a 1 de março de 1724. Cerca dos seus dezasseis anos ingressou na ordem Terceira de S. Francisco, e em 1740 seguiu os estudos em humanidades e mais tarde o doutoramento em teologia na Universidade de Coimbra.

Foi nomeado bispo de Beja em 1770, e a par do bispado, exerceu o cargo de presidente da Junta da Providencia Literária, criada para tratar da reforma dos estudos. Dois anos mais tarde foi eleito presidente da Junta do Subsídio Literário. Após a morte do rei D. José, deixou os cargos referidos, voltando a dedicar-se inteiramente ao bispado de Beja, fundando bibliotecas e um curso de teologia e humanidades no seu paço episcopal de Beja.

No ano de 1802, foi finalmente nomeado arcebispo de Évora, deixando o bispado de Beja.

Quando seguiu para Évora, Cenáculo levou consigo, parte das antiguidades que tinha reunido na sua coleção, das quais faziam parte, aproximadamente, cento e sessenta lápides, alguns fragmentos de escultura e de arquitetura, assim como várias inscrições da idade média e moderna, que atualmente integram o espólio da Biblioteca e Museu de Évora.

Junto ao paço episcopal de Évora mandou construir duas salas que serviram de biblioteca e museu que mais tarde doou à Igreja, e que se tornou sede de saber e cultura da cidade, iniciando o que hoje conhecemos como Biblioteca Pública e Museu regional de Évora.

Morreu aos oitenta e nove anos, no palácio episcopal de Évora, em 26 de janeiro de 1824.

Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara

Nasceu em Arraiolos a 23 de junho de 1809. Iniciou os estudos na cidade de Évora, e mais tarde ingressou na Universidade de Coimbra no curso de matemática e filosofia, mas rapidamente se

transferiu para o curso de medicina, no qual se formou no ano de 1836.

Dois anos mais tarde voltou para Évora, para lecionar filosofia no liceu da cidade e num colégio particular, ao mesmo tempo que exercia o cargo de bibliotecário na Biblioteca Pública de Évora, gratuitamente. Cunha Rivara, desenvolveu um notável trabalho de ampliação e reabilitação das instalações e reorganização e catalogação dos objetos existentes, já que a Biblioteca, por essa altura, se encontrava em elevado estado de degradação e abandono. Também fez questão de ajudar a aumentar o espólio da biblioteca, doando cerca de duas centenas de livros que recuperou de livrarias e dos antigos conventos abandonados desde 1834.

Produziu o Catálogo dos Manuscritos da Biblioteca Pública Eborense, em quatro volumes, valioso guia para investigadores e historiadores.

Mas uma das obras mais notáveis para o património da cidade de Évora, realizada por Cunha Rivara foi, após convencer a Câmara Municipal, juntamente com um grupo de cidadãos, iniciar as escavações em volta do Templo Romano, desobstruindo-o dos muros e das casas que se encontravam junto ao monumento. Foi Cunha Rivara que entusiasticamente orientou as obras de escavação do templo, relatando todo o processo das escavações. Documentos esses, que o médico nos deixou como testemunhos do acontecimento, juntamente com a correspondência trocada com a Câmara Municipal e também uma descrição do templo, revelando um grande conhecimento do monumento, da sua arquitetura e estrutura.

Permaneceu em Évora, até à sua morte a 20 de fevereiro de 1879.

Augusto Filipe Simões

Nasceu a 18 de junho de 1835 em Coimbra, onde fez todos os seus estudos, formando-se em filosofia em 1854 e mais tarde em medicina, em 1855.

Em 1863 foi chamado para lecionar no Liceu de Évora, e seguindo as pisadas de Cunha Rivara, no mesmo ano se tornou bibliotecário da Biblioteca Pública de Évora.

Filipe Simões produziu vários relatórios destinados a



Fig. 24. **JOAQUIM HELIODORO DA CUNHA RIVARA**

Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Joaquim_Heliodoro_da_Cunha_Rivara#/media/File:Joaquim_heliodoro_Cunha_Rivara.JPG

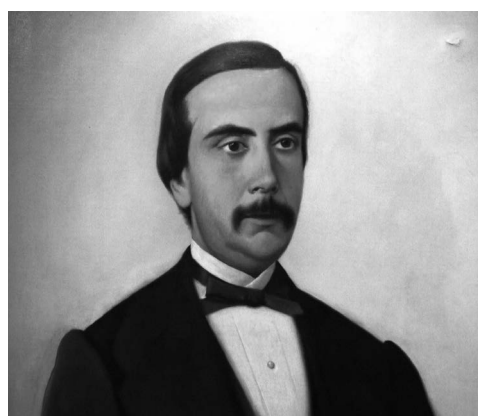


Fig. 25. **AUGUSTO FILIPE SIMÕES**

Fonte: <http://pedrastalhas.blogspot.com/2017/08/o-templo-romano-de-evora-em-obras-146.html>

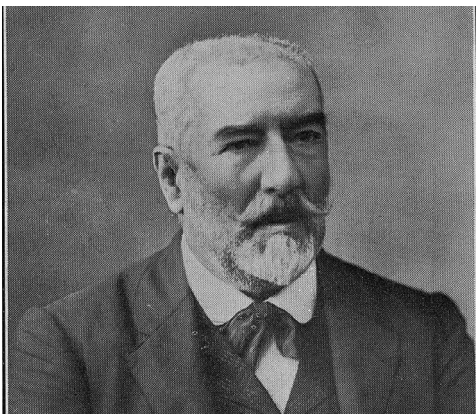


Fig. 26. **GABRIEL VITOR DO MONTE PEREIRA**
Fonte: <http://aterraeagente.blogspot.com/2013/09/evora-4-rua-gabriel-victor-do-monte.html>

informar as autoridades para procederem a importantes reformas nas instituições onde trabalhou, com o intuito do melhor desempenho destas. Em 1865 como bibliotecário, professor e interessado na arte das antiguidades, produziu o *Relatório Acerca da Biblioteca Pública*, em 1869 a *Reforma de Instrução Secundária*, e no mesmo ano o *Relatório à cerca da Renovação do Museu Cenáculo*.

Mais tarde, foi provedor da Misericórdia de Évora, onde promoveu a reforma da misericórdia, propôs a criação de um posto meteorológico e aí deu consultas gratuitas.

Atento às questões sobre o património e revivalismo arquitetónico, que se começava a impor no resto da Europa, Filipe Simões retoma a questão de uma intervenção no Templo Romano de Évora, em que as paredes medievais ameaçavam ruína, desobstruindo a estrutura original, voltando a ser o ex-libris da cidade. Para isso Simões, invoca o apoio dos engenheiros Caetano da Câmara Manoel e João Macário dos Santos e do cenógrafo e arquiteto italiano Giuseppe Cinatti⁹¹.

A remoção das paredes do templo, aconteceu em 1871, sob vigilância de António Francisco Barata⁹², pois Filipe Simões teria regressado a Coimbra, onde seguiria uma carreira académica na universidade da cidade.

Em 1 de fevereiro de 1884, vítima de uma psiconeurose, suicidou-se na cidade de Coimbra.

Gabriel Vitor do Monte Pereira

Nasceu em Évora a 7 de março de 1847. Frequentou a Escola Politécnica de Lisboa e a Escola Naval mas, interrompeu os estudos, não atingindo qualquer grau superior.

No ano de 1872, o Dr. Filipe Simões, que na altura assumira o cargo de presidente da Comissão Administrativa da Santa Casa da Misericórdia, propôs a nomeação de Gabriel Pereira para empregado da secretaria da mesma instituição. Para além do cargo atribuído, Gabriel Pereira encarregou-se do arranjo e conservação do arquivo da Misericórdia.

Em 1875 foi impressa a primeira obra de Gabriel Pereira, intitulada *Dolmens ou Antas nos arredores de Évora*. Para além da participação com vários artigos no jornal *O Manuelinho de Évora*, em

91. Giuseppe Cinatti que se encontrava em Évora por estar a projetar o palácio Barahona e o Jardim Público.

92. António Francisco Barata era um historiador e investigador de Évora.

1884 começou a escrever ainda, os 37 fascículos da sua grande obra *Estudos Eborenses*, um dos primeiros inventários do património da cidade de Évora. No ano seguinte continuou a sua vasta lista de obras, com o primeiro tomo de *Documentos Históricos da Cidade de Évora*.

No ano de 1886, deixou a sua cidade natal, para se empregar na Biblioteca Nacional de Lisboa, sendo nomeado diretor dois anos mais tarde. De Lisboa continuou a elaboração dos *Estudos Eborenses*, que se prolongou até 1892. Em Lisboa, nos anos que se seguiram, o eborense exerceu vários cargos diretivos em várias instituições, como na Sociedade de Geografia e na Real Associação dos Arqueólogos e Arquitetos Portugueses.

Em 16 de dezembro de 1911, morreu em Lisboa e nessa época, Gabriel Pereira, exercia o cargo de Inspetor dos Arquivos e Bibliotecas Nacionais.

Vasco Maria Eugénio de Almeida

Nasceu a 30 de agosto de 1913 em Lisboa, obteve o título de 2º Conde Vill'Alva, transmitido pelo pai. Estudou no Instituto Superior de Agronomia, onde se formou em 1936.

Vasco Maria Eugénio de Almeida seguindo as pisadas de seu bisavô, que era um grande entusiasta do património de Évora - tendo feito parte do grupo que apoiou Filipe Simões na restituição da imagem original do Templo Romano da cidade - também se preocupou com grande afinco, na defesa do património de Évora, sendo um dos maiores mecenas da cidade, daquela época.

Nos anos 60 do século XX, Eugénio de Almeida, adquiriu dois imóveis, ambos classificados, o Palácio dos Condes de Basto e edifícios adjacentes e o Palácio da Inquisição e Casas Pintadas, os dois em avançado estado de degradação, com o intuito único de proceder à sua reabilitação.

Também criou a Fundação Eugénio de Almeida, que ainda hoje, apoia a cultura e ensino de Évora. Posteriormente esta instituição começou a funcionar nos dois edifícios, referidos anteriormente, após profunda reabilitação.

Outro dos imóveis classificados, que também adquiriu foi o Convento da Cartuxa, o qual reabilitou e permitiu o regresso dos monges cartuxos ao convento.



Fig. 27. **VASCO MARIA EUGÉNIO DE ALMEIDA**
Fonte: <http://www.fea.pt/6196-vasco-maria-eugenio-de-almeida>

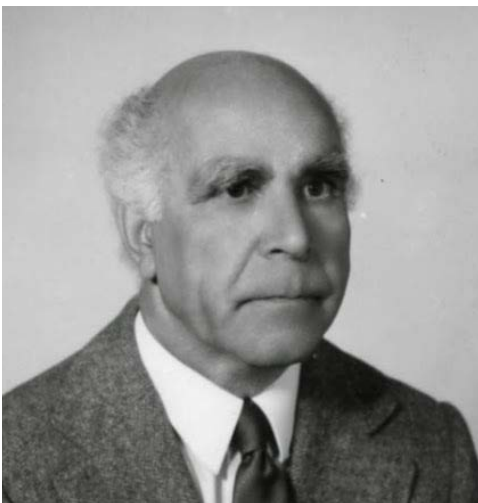


Fig. 28. **TÚLIO ALBERTO DA ROCHA ESPANCA**
Fonte: [http://www.bib.uevora.pt/galeria/acervo_tulio_espanca/\(album\)/6025460071552749841](http://www.bib.uevora.pt/galeria/acervo_tulio_espanca/(album)/6025460071552749841)

Vasco Maria Eugénio de Almeida, morreu em Lisboa a 11 de agosto de 1975. A fundação, por ele criada, ainda hoje funciona e é um dos principais centros de cultura da cidade.

Túlio Alberto da Rocha Espanca

Nasceu em Vila Viçosa, a 8 de maio de 1913, no seio de uma família muito conhecida da cultura portuguesa, era primo e afilhado da conhecida poetisa Florbela Espanca.

Em 1939 ingressou no curso de cicerones, promovido pelo Grupo Pró-Évora, classificando-se com distinção. No ano seguinte, entrou para o Turismo Municipal como guia-intérprete, a par deste trabalho, começou a publicar artigos sobre história e história da arte, e mais tarde em 1942 colaborou, com vários artigos e como editor, no Boletim de Cultura da Câmara Municipal de Évora, *A Cidade de Évora*, com o qual colaborou até ao ano da sua morte.

Devido à sua paixão pelo Alentejo e pela história e arte da cidade de Évora, escreveu para além de inúmeros artigos em jornais e revistas científicos, também os trinta e seis *Cadernos de História e Arte Eborense*. Foi autor dos livros *Inventário Artístico de Portugal – distrito de Évora*, que fez a pedido da Academia Nacional de Belas-artes. Estes inventários proporcionaram um melhor conhecimento do património alentejano, constituindo ainda hoje o mais completo levantamento dos monumentos alentejanos.

Para além de todas as sua importantíssimas obras, realizou inúmeras exposições, conferências e visitas guiadas pelo património eborense. Todo o entusiasmo e estudo do património realizado por Túlio Espanca, foi decisivo para a candidatura da cidade na classificação desta como Património Mundial, e também colaborou no seu processo.

Devido a todo o seu extraordinário trabalho realizado, foi inúmeras vezes reconhecido e galardoado com vários prémios e honras, uma das quais como doutor honoris causa pela Universidade de Évora.

No dia 2 de maio de 1993, aos 79 anos, Túlio Espanca morreu em Évora.

Grupo Pró-Évora

Em junho de 1916, a Associação dos Arqueólogos Portugueses faz uma visita à cidade de Évora, com intenção de testemunhar o valioso património arquitetónico e arqueológico de Évora e o estado em que teria chegado à época. Como resultado da visita, em outubro é apresentada pela Assembleia Geral da Associação, uma proposta para elaboração de um grupo “(...) composto de sócios e de pessoas estranhas, mas residentes em Évora ou desta cidade naturais, o qual (...), procurará por todos os meios, contribuir para que a histórica cidade do Sul, (...), seja respeitada, não só nos seus grandes monumentos, como nas suas pequenas construções civis, artísticas e pitorescas.”⁹³

Assim, um grupo de eborenses, preocupados com o futuro do património de Évora, reuniu-se e fundou o Grupo Pró-Évora a 16 de novembro de 1919. Dessa primeira sessão foi elaborado um artigo com várias missões a serem cumpridas, entre as quais, descritas nas alíneas a) proteção não só aos monumentos de Évora, como também à estética cidadina; e b) conservação e restauração dos monumentos e curiosidades históricas, de modo a impedir tudo o que possa tirar à cidade o aspeto característico.⁹⁴

No mesmo ano da sua constituição, o Grupo solicitou a classificação da torre da Rua Nova, da torre pentagonal da Rua da Selaria e do arco D. Isabel, como Monumentos Nacionais, que teve aprovação no ano seguinte. Em 1921 o Grupo continua com a sua persistente ação, e juntamente com o Conselho de Arte e Arqueologia, pediu a classificação de outros muitos edifícios que estariam em risco de ruína ou da certa demolição, classificações essas, aprovadas no ano seguinte. No mesmo ano (1921), O Grupo solicitou uma licença para limpeza do claustro da Sé.

Para além dos pedidos de classificação como Monumentos Nacionais de inúmeros edifícios – por volta de 1922, a cidade já contava com cerca de trinta edifícios classificados -, a limpeza do claustro da Sé, a defesa das muralhas da cidade, o Grupo Pró-Évora, também comprou a Casa Amaral para aí introduzir o Museu regional. Também proporcionaram muitas conferências, exposições, o curso de cicerones e várias publicações de propaganda a Évora, que ajudaram a instituir e educar os eborenses e visitantes da cidade a defender o

93. Informação pesquisada no boletim de cultura da Câmara Municipal de Évora, A Cidade de Évora, A. VII (1949-50), n.º 19-20, O Bairrismo Eborense por Joaquim Augusto Câmara Manoel, pp. 140-152.

94. Informação pesquisada no boletim de cultura da Câmara Municipal de Évora, A Cidade de Évora, A. VII (1949-50), n.º 19-20, O Bairrismo Eborense por Joaquim Augusto Câmara Manoel, pp. 140-152.

seu património.

O Grupo Pró-Évora continua atualmente a sua atividade como associação independente, sem fins lucrativos, apenas com o intuito de defender, preservar e valorizar o património de Évora.

03. As Intervenções no Património do Centro Histórico de Évora no séc. XXI (2001-2018)

3.1. Casos de Estudo

- 3.1.1 Casos de Estudo 1 - Antigo Palácio da Inquisição/
Fundação Eugénio de Almeida
- 3.1.2 Casos de Estudo 2 - Antigo Convento S. Domingos
- 3.1.3 Casos de Estudo 3 - Antigo Celeiro Comum/
MADE
- 3.1.4 Casos de Estudo 4 - Antigo Palácio dos Condes de
Basto /Paço de S. Miguel / Fundação Eugénio de Almeida
- 3.1.5 Casos de Estudo 5 - Igreja de São Francisco
- 3.1.6 Casos de Estudo 6 - Antigo Palácio dos Sepúlvedas /
Hotel Mar de Ar Aqueduto

3.2. Conclusão

03

**AS INTERVENÇÕES NO PATRIMÓNIO DE ÉVORA NO SÉC. XXI
(2001 – 2018)**

“II

[...]

A cidade resplandecia a um sol familiar, branca, enredada de ruínas, de arcos partidos, nichos das orações de outras eras, como olhares embiocados. Évora mortuária, encruzilhada de raças, ossuário dos séculos e dos sonhos dos homens, como te lembro, como me dóis! (...)”

(Ferreira, V. Aparição. 69ª. Bertrand ed. Lisboa, 2003, pp. 24-25)



Fig. 29. **ÉVORA, FINAIS DO SÉCULO XIX**
Fonte: C.M.E. (2007). Évora Desaparecida. Fotografia e património 1839...1919. (pp.159).

Como Vergílio Ferreira refere na sua obra *Aparição* de 1959, até meados dos anos 30 do século XX, Évora teria passado por vários anos de desleixo e abandono, apesar das sucessivas tentativas, por parte de alguns eborenses, para salvaguardar e valorizar o património da cidade. A partir do século XX, surgem as grandes preocupações com a preservação do património por todo o mundo⁹⁵, e Portugal não foi exceção, impulsionado pelo aparecimento das primeiras cartas e recomendações para valorização e proteção do património, pelo resto da Europa. Assim sendo, “o grande momento do restauro monumental em Évora ocorreu entre os anos trinta e setenta do século XX” (DGEMN, revista Monumentos nº 26, 2007, pp.147).

Não sendo possível falar das intervenções feitas no século XXI, nos edifícios do centro histórico de Évora, sem perceber o que antes se fez, recuamos ao século XX. Não se pretendendo uma abordagem exaustiva, mas sim esclarecedora, de forma a enquadrar a atual atitude perante as intervenções nos edifícios da cidade.

De forma a organizar as cidades e os seus traçados, em 1934, o recém-criado Ministério das Obras Públicas, comandado pelo engenheiro Duarte Pacheco, determina a obrigatoriedade, a partir daí, de todo e qualquer município dispor de planos gerais de urbanização, autenticados pelo governo.

A cidade de Évora, não é exceção, mas dada a falta de técnicos especializados na Câmara Municipal, Duarte Pacheco designa um arquiteto francês, Étienne Gröer, para conceber e projetar o primeiro plano da cidade. Este plano levou alguns anos a ser elaborado, sendo aprovado apenas em 1945, em que propunha uma via de comércio que destuía parte do centro histórico, para além da reconversão dos espaços verdes sobre o espaço extramuros que circunda a muralha Fernandina, este plano não chegou a ser realizado.

Como tal no tecido urbano intramuros, mantinha-se a problemática da salvaguarda dos edifícios patrimoniais, muitos edifícios encontravam-se, por esta altura, arruinados e denotava-se já algumas alterações ao traçado característico. No intuito de alterar esta situação e disciplinar a construção intramuros, em 1937 é aprovado o *Regulamento Geral da Construção para a Cidade de Évora*, no qual, no artigo 3º, estipulava “(...) a cidade de Évora é pelo valor intrínseco, de interesse nacional, devendo, por isso, manter-se a sua fisionomia sem alterações que a prejudiquem.”⁹⁶

95 Como referimos anteriormente no capítulo 1 desta dissertação.

96 Consultado em: CME (1937). Regulamento Geral da Construção Urbana para a Cidade de Évora. Gráfica Eborensis, Évora.

Este regulamento, de 1937, apesar de conseguir garantir, de certo modo, a organização construtiva da cidade de Évora, também foi protagonista de alterações irreversíveis à imagem do centro histórico, como é o exemplo de várias fachadas de imóveis que foram substituídos, dotando-as de um desenho mais característico de Évora (fachadas brancas de vãos retangulares em granito), exemplo disso, em 1948, fo o edifício em frente à Câmara Municipal, no qual a fachada foi totalmente demolida, tal como a fachada original do Teatro Garcia de Resende, esta desapareceu para dar lugar à nova fachada branca, de vãos ortogonais e friso superior em granito, como atualmente se apresenta (DGEMN, revista Monumentos nº26, 2007, pp.152-153). Outros edifícios foram mesmo totalmente demolidos, como o caso dos desaparecidos Armazéns do Chiado, na Praça do Giraldo, um dos poucos exemplares da arquitetura do ferro que existia em Évora, deu lugar a uma nova construção mais tradicional, “(...) conforme estética do regulamento de 1937.” (DGEMN, revista Monumentos nº26, 2007, pp.153).

Nessa época o Estado teve necessidade de alojar serviços que servissem a cidade e a sociedade de então, para isso era necessário encontrar edifícios que tivessem capacidade de os albergar, no entanto, dado o estado de degradação de muitos dos edifícios da cidade, e a sua complexa recuperação, delega então a 3ª Secção (sul) da Direção Geral dos Edifícios e Monumentos, de orientar e fiscalizar as primeiras demolições, restauro e reconversões controladas no espaço intramuros.

A primeira destas intervenções, foi a demolição de quase totalidade do antigo Convento do Salvador, em 1948, para no mesmo lugar ser construída a estação dos CTT, esta intervenção implicou também a abertura da Rua de Olivença, terminada em 1951, durante esse ano a DGEM do Sul também procedia à recuperação do Arco D. Isabel, e realizava as obras de reabilitação da Torre sineira do Convento do Salvador, para aí transferir a sua sede.

Também em 1948 foi demolido o aglomerado de casas no Largo D. Manuel de Portugal, encostado à Sé, o que proporcionou também a reformulação do adro da Catedral e a construção da escola de ligação ao largo, desimpedindo o respetivo alçado.

No ano seguinte, o Palácio de D. Manuel é submetido a grandes obras de reconstrução e restauro, depois de vários anos de



Fig. 30. **ARMAZÉNS DO CHIADO NA PRAÇA DO GIRALDO, 2ª DÉCADA DO SÉC. XX**

Fonte: C.M.E. (2007). Évora Desaparecida. Fotografia e património 1839...1919. (pp.72).



Fig. 31. **CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO DOS CTT, 2ª DÉCADA DO SÉC. XX**

Fonte: C.M.E. (s/d). Risco de um Século. Memórias da Evolução Urbana de Évora. (pp.118).



Fig. 32. **ÉDEN ESPLANADA**, (1943)
 Fonte: C.M.E. (s/d). Risco de um Século. Memórias da Evolução Urbana de Évora. (pp.136).

abandono. Também no Largo de Santa Catarina, o Convento com o mesmo nome, que se encontrava devolutos, foi demolido para aí se instalar o complexo Éden Esplanada, espaço de cinema ao ar livre, projetado pelo arquiteto Keil do Amaral em 1946. Três anos antes, o mesmo arquiteto teria reabilitado o edifício Salão Central, localizado entre o Pátio do Salema e a Rua do Valdevinos, adaptando-o a espaço de cinema e salão de festas.

Alguns edifícios da Praça do Giraldo foram igualmente sujeitos a grandes intervenções, que começaram por volta de 1955, como os já referidos Armazéns do Chiado, onde se instalou a delegação de Évora do Montepio Geral. E nas imediações da Praça, na Rua da República, uma série de edifícios foram derrubados e intervencionados, para aí se instalar a agência da Caixa Geral de Depósitos, obra que teve de submeter ao já referido *Regulamento Geral da Construção Urbana de 1937*, pois o primeiro plano terá sido reprovado pela Câmara Municipal. Também nesse ano as obras de alargamento do Buraco dos Colegiais foram concluídas. Estas obras implicaram a demolição de um prédio na Rua José Estevão Cordovil, permitindo a urbanização e ajardinamento do espaço que vai desde a Torre das Cinco Quinas, até ao Palácio dos Condes de Basto, mantendo a circulação pedonal existente e permitindo a passagem pela Porta do Moinho de Vento.

Na década de 40 do século XX, a cidade intramuros conseguiu atingir a taxa de ocupação mais elevado até então, contava com 4 700 fogos, albergando 18 559 pessoas (C.M.E., revista Mosaico nº10, 2011, pp.11).

Na década de 60, também se assistiu a um conjunto de importantes intervenções na área intramuros da cidade, principalmente na zona da Acrópole, como é o caso do antigo Palácio da Inquisição e anexos, que foram submetidos a grandes obras de remodelação inicialmente para adaptação a hotel, mas acabando por aí se instalar o Instituto de Estudos Superiores (ISESE), com projeto do arquiteto Ruy Couto, que lhe concedeu o aspeto geral que atualmente conhecemos do edifício, mais tarde com arranjo do espaço fronteiriço da autoria do arquiteto paisagista Gonçalo Ribeiro Teles.

Também da autoria do arquiteto Ruy Couto, foram feitas grandes obras de conservação e restauro no Palácio dos antigos Condes de Basto e nos seus edifícios adjacentes, que se encontravam em forte estado de degradação, restituindo ao edifício a traça original.

Da mesma altura é a reabilitação do Convento dos Loios, por iniciativa do Estado, e adaptação a pousada de luxo, com projeto do arquiteto Ruy Couto. E as obras de conservação e restauro da Igreja de Nossa Senhora da Graça e respetivo Convento, que deu lugar à Messe de Oficiais da Região Militar do Sul.

Durante a década de 70 a cidade de Évora, cresceu de forma desordenada e dispersa, do qual resultou na degradação e desorganização urbana. Assim os principais objetivos municipais eram, o ordenamento urbano, a infraestruturação básica e a proteção dos valores históricos e ambientais da cidade (C.M.E., Riscos de um Século, 2001, pp.188).

Só em 1979, é finalmente concebido o primeiro Plano Diretor Municipal (PDM)⁹⁷ que estabeleceu o perímetro urbano e tinha como principais objetivos: “apoiar e reforçar a cidade como polo regional e favorecer os sistemas de crescimento demográfico do concelho; apoiar a estabilização da população dos aglomerados rurais como forma de evitar a sua regressão e permitir uma efetiva ocupação do concelho; apoiar a satisfação das necessidades básicas da população, quer das zonas rurais quer da área urbana; apoiar a proteção dos valores históricos, culturais e ambientais do concelho.” (C.M.E., Riscos de um Século, 2001, pp.153). Este primeiro Plano foi complementado com o Plano geral de Urbanização que objetivava: “a reabilitação dos imóveis do Centro Histórico, em particular da habitação, e preservação do património arquitetónico e cultural; (...) contrariar a construção em altura (regra apontada no antepiano de Conceição Silva, em 1975), limitando os edifícios, na sua maioria de dois e quatro pisos, em novas zonas industriais; (...).” (C.M.E., Riscos de um Século, 2001, pp.154).

Este Plano Geral de Urbanização (PGU) foi revisto 12 anos mais tarde de forma a adequá-lo à realidade que se vivia na época, mas também com o intuito de adaptá-lo ao futuro que se perspectivava para a cidade, assim os objetivos foram revistos, sendo eles: “ delimitação precisa dos novos limites urbanos da cidade; um salto qualitativo no processo de preservação/recuperação do centro histórico; alargamento da política de preservação do património a todo o território; construção de novos equipamentos ou conjuntos arquitetónicos representativos da modernidade da cidade; fomento da diversidade de funções de cada uma das zonas da cidade; também

97. Este PDM foi também o primeiro feito em Portugal.

este PDM é revisto e adequado à nova realidade.

Estas revisões dos planos davam especial ênfase “(...) à valorização do património através da revitalização do tecido urbano, da utilização dos espaços históricos desaproveitados, da criação de novos elementos simbólicos, da integração de todo o património na vivência da cidade; à globalização da imagem da cidade atenuando as descontinuidades de ordem física e qualitativa entre o intra e o extra muros e entre a cidade e a sua periferia; à criação de uma rede verde de suporte da estrutura biofísica, assumida em articulação com a rede viária principal um papel ordenador de todo o espaço urbano e sirva de base a toda uma estrutura verde de uso coletivo a dotar a cidade; à valorização e criação de espaços públicos como garantes e facilitadores do encontro e convívio de todos os cidadãos, nomeadamente os mais desfavorecidos; à garantia da integração social de todos os habitantes reforçando as políticas de solos e habitação que garantam programas integradores de estratos sociais múltiplos.” (C.M.E., Riscos de um Século, 2001, pp.189).

Em inícios da década de 80, após a adesão de Portugal à Convenção da UNESCO em 1979, “conforme consta do Decreto 49/79 de 6 de julho (...)” (C.M.E., revista Mosaico nº10, 2011, pp.11), a Câmara Municipal de Évora, percebe que a cidade poderia lucrar com a possibilidade da sua classificação como Património da Humanidade. Mas para tal havia um caminho longo a percorrer, já que era necessário voltar a valorizar o património que resistia no Centro Histórico. Assim foi criado em 1982 o Núcleo do Centro Histórico de Évora que procedeu de imediato ao Programa de Recuperação do Centro Histórico, antecedido de um estudo metodológico, com o objetivo de “(...) valorizar o património herdado dos nossos avós e melhorar as condições na zona antiga da cidade.” (C.M.E., Riscos de um Século, 2001, pp.194). Assim procederam a vários arranjos urbanísticos, como à recuperação de várias habitações, com a criação do programa Casa Caiada e a continuação do Programa de recuperação de imóveis degradados.

Em 1986 o Centro Histórico de Évora foi finalmente classificado como Património da Humanidade pela UNESCO. Mas rapidamente o município percebeu que esta classificação traria uma visibilidade e publicidade, a qual a cidade ainda não estaria pronta para receber. Para isso, era urgente dotar o seu centro histórico de

infraestruturas de apoio à procura turística. Nos anos que se seguiram, vários investidores implantaram várias novas unidades hoteleiras no centro histórico como o antigo Hotel da Cartuxa (atual Mar de Ar Muralhas) e outros que vieram dar função a alguns edifícios existentes e inutilizados, no espaço intramuros, como a Albergaria do Calvário (antigo lagar do Convento do Calvário), a residencial Riviera (anterior Pensão Portalegre) e o Solar Monfalim (anterior Pensão Eborensense). Da mesma forma vários serviços instalaram as suas filiais e delegações no Centro Histórico, como é o caso da torre oriental da Porta de Moura, recuperação efetuada pelo Banco Comercial Português, para aí se instalar a sua Direção Regional do Alentejo.

Outras instituições também contribuíram para a recuperação de vários edifícios do Centro Histórico, como é o caso da Universidade que tinha adquirido vários prédios históricos, com o intuito de aí instalar os vários polos de ensino e investigação, como a antiga Casa Cordovil⁹⁸, o Palácio do Vimioso⁹⁹, o Quartel 28 de Maio (reclassificado como Colégio Luís António Verney)¹⁰⁰ e a Cadeia dos Estudantes¹⁰¹, Edifício de Santo Agostinho¹⁰², tal como algumas residências universitárias como por exemplo, a Residência Portas de Moura¹⁰³, a Residência Florbela Espanca¹⁰⁴, Residência Eborim¹⁰⁵, Residência Soror Mariana¹⁰⁶.

Também desta altura, o edifício dos antigos Celeiros da EPAC (Empresa Pública de Abastecimento de cereais) na rua do Cicioso, foi recuperado para dar lugar ao Centro Comercial Eborim¹⁰⁷, e o antigo Éden Esplanada foi desativado e intervencionado como edifício habitacional de Santa Catarina pelo arquiteto Francisco Silva Dias, em 1992.

Também na década de 90 do século XX foram intervencionados os seguintes monumentos: a Igreja de S. Francisco e dependências; as muralhas e baluartes; a Igreja do Salvador (responsabilidade da DGMN) a Igreja da Misericórdia (SCME); a casa nobre da Rua de Burgos (para albergar organismos do Ministério da Cultura), o Solar e Torre dos Zuzartes (na porta de Moura, para instalação do BCP) e a antiga casa nobre para instalação do Fórum Eugénio de Almeida (Fundação Eugénio de Almeida).

Nessa época, foram implementados vários Programas de ajuda financeira e ajuda à recuperação de Áreas Urbanas degradadas (PRAUD); o Programa de recuperação das caixilharias de Madeira

98. Antiga residência dos morgados de Brito (onde viveu o escritor Severim de Faria, chantre de Évora). Projeto de intervenção do arquiteto José A. Vieira, para alojar a diretoria, serviços técnicos, departamento de ciências, departamento de línguas e literatura.

99. Antigo palácio dos condes do Vimioso. Atualmente aloja o Instituto de Investigação e Formação Avançada (IIFA) e outras unidades de apoio ao ensino e investigação.

100. Antigo Quartel 28 de maio, atualmente aloja o departamento de química, informática, ecologia, geociências, biofísica e arquitetura paisagística.

101. Antiga Cadeia atualmente aloja os serviços administrativos, serviços de ciência e cooperação, serviços de informática, serviços de ação social e algumas unidades de apoio.

102. Antigo Convento de Santa Mónica. Foi intervencionado em 1992, atualmente aloja os serviços académicos e de computação, escola de línguas e escola de S. Mamede (escola de ensino básico).

103. Antiga casa nobre do século XVI. Residência feminina na rua Augusto Eduardo Nunes, nº 18. Intervencionada pelos serviços técnicos da Universidade.

104. Antiga casa particular do século XIX. Residência feminina na rua da Rampa. Intervencionada pelos serviços técnicos da Universidade.

105. Antiga casa particular, na rua de Eborim. Residência feminina, intervencionada pelos serviços técnicos da Universidade.

106. Antiga casa particular, na rua Diogo Cão. Residência feminina, intervencionada pelo arquiteto Miguel Lima.

107. O centro comercial Eborim depois de vários anos abandonado foi recuperado como unidade hoteleira, Évora Olive Hotel, em 2015/16.

(pela CME); o Programa Municipal de Recuperação de Fogos (PMRF), assim a cidade beneficiou da recuperação de 271 fogos, no espaço intramuros (relatório CME, 2017).¹⁰⁸

Apesar das muitas intervenções que se fizeram durante o século XX, havia ainda muitos prédios e áreas do centro histórico a necessitarem de obras e intervenções urgentes, mas para tal, a Câmara Municipal necessitava rapidamente de apoios financeiros. Assim, em conjunto com a Associação Comercial de Évora, criaram o EVORACOM,¹⁰⁹ apresentando uma candidatura que visava a modernização urbanística e comercial da cidade.

As intervenções pelo Programa EVORACOM iniciaram no ano de 2000 e prolongaram-se por cinco anos. Este programa tinha como principal objetivo o reordenamento e requalificação de vários espaços públicos, como a Praça do Sertório, a Travessa do Sertório, a Praça 1º de Maio, a Rua Cândido dos Reis, a Praça Joaquim António de Aguiar, a Rua Elias Garcia e o Largo Luís de Camões, a Rua João de Deus, a Rua 5 de Outubro, a Alcárcova de Cima e Alcárcova de Baixo, Rua Miguel Bombarda, Largo Álvaro Velho e Rua da República e todos os estabelecimentos comerciais que se tivessem candidatado neste programa, também beneficiaram de intervenções. Estas intervenções focaram-se essencialmente no alargamento de passeios, no melhoramento das condições de acesso às transversais e na substituição dos pavimentos das ruas mais utilizadas pela população.

Outros programas de apoio à conservação e reabilitação de edifícios foram feitos desde o início do século XXI. Falamos do Programa Municipal Casa Caiada, implementado desde 2000, e que desde esse ano já apoiou 87 intervenções por todo o centro histórico, abrangendo principalmente edifícios de habitação ou mistos; o Programa Municipal de Reabilitação de Fogos, que apoiou 126 intervenções; o Programa REcria/REHABITA (Recuperação de imóveis habitacionais com rendas baixas, em áreas críticas de reconversão urbanística, financiada pela Câmara Municipal de Évora e pelo IHRU (Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana), que apoiou intervenções em 43 edifícios e 117 frações; o Programa Polis, que entre 2003 e 2006 visava a requalificação da zona envolvente às muralhas entre a Porta do Raimundo e a Porta da Lagoa; e do Programa Acrópole XXI, aprovado em 2011 e apoiado pelo QREN

108. Informação retirada do relatório Operação de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Évora, pp.20-21, de 2017, da Câmara Municipal de Évora.

109. Programa de apoio financeiro à reabilitação do Centro Histórico de Évora.

(Quadro de Referência Estratégico apoiado financeiramente por verbas comunitárias), que tinha como principal objetivo a regeneração do centro Histórico e sua envolvente, em que participaram onze entidades e instituições a primeira a proceder a trabalhos de modernização e dinamização, foi a Direção Regional da Cultura do Alentejo, que iniciou as obras de reabilitação da sua sede na casa da Rua de Burgos, com um projeto de intervenção a cargo do arquiteto José Filipe Ramalho em 2007; a mesma instituição em parceria com o Cabido da Sé de Évora, procedem à reabilitação da Igreja do Salvador, em 2010, com o intuito de aí instalar o Fundo Arquivístico da Diocese de Évora.

Também a Fundação INATEL, participou neste programa, apoiando a intervenção feita em 2011 no antigo Palácio dos Condes de Murça,¹¹⁰ na Rua Serpa Pinto, onde atualmente funciona a sede da Fundação em Évora, para aí se instalar todo o arquivo histórico e museológico do INATEL, um museu do relógio e uma oficina de apoio, e ainda um bar/cafetaria.¹¹¹

A cargo da Associação Comercial do Distrito de Évora – comércio, turismo e serviços, ficou a antiga Pousada Real dos Estaus, o n.º 64-73 da Praça do Giraldo, procedendo em 2011, à recuperação dos espaços interiores e fachadas deste edifício, que se teria transformado na sede da instituição em 1891.¹¹²

Também a Universidade de Évora usufruiu deste Programa Acrópole XXI, procedendo assim, à intervenção na ala poente do antigo Palácio do Vimioso, em 2012, com projeto do arquiteto Pedro Lagrifa Oliveira, que tinha como programa um espaço destinado ao Centro Interativo de Arqueologia, aberto ao público.

Outra instituição que participou no Programa, foi a Biblioteca Pública de Évora, que previa três diferentes operações a serem efetuadas no seu edifício¹¹³, de forma a conservar e recuperar, mas também dinamizar os espaços. A primeira operação a ser concluída em 2011 foi a adaptação de uma sala existente no rés-do-chão, dotando-a de um novo sistema de iluminação e de elementos de apoio a exposições temporárias. A segunda operação, apesar de mais urgente só avançou em 2018, apesar de em 2014 ter sido feito um estudo de diagnóstico estrutural do edifício, este visava a recuperação das caixilharias e de janelas e portas, dos telhados, que apresentavam infiltrações e recuperação dos rebocos que apresentavam fissuras.

Mas as grandes intervenções conseguidas através deste

110 Também conhecido como Palácio do Barrocal.

111. Entretanto desativado em 2018.

112. Ao longo do século XXI, este edifício teve várias pequenas intervenções de recuperação, mas de forma faseada, dependendo do dono de cada uma das parcelas do edifício, onde funcionam vários serviços (sucursal bancária Santander, restaurante e cafetaria, lojas, Sociedade Harmonia Eborense, Associação comercial do Distrito de Évora e Posto de Turismo).

113. A Biblioteca Pública de Évora está instalada neste edifício desde o século XVII.

Programa Acrópole XXI, foram as que ficaram a cargo da Fundação Eugénio de Almeida, concluídas em 2013, que abrangiam dois conjuntos arquitetónicos: o primeiro foi o Palácio da Inquisição e Casas Pintadas; e o segundo o Pátio de S. Miguel e o antigo Palácio dos Condes de Basto. No primeiro caso (antigo Palácio da Inquisição e Casas Pintadas), contou com projeto de recuperação do arquiteto Sequeira Mendes do atelier Arquiespaço, para integrar o centro de arte e cultura da Fundação, restaurante e winebar. No segundo caso (Pátio de S. Miguel e antigo Palácio dos Condes de Basto), teve projeto de reabilitação do arquiteto Francisco Barata, transformando-o na sede da Fundação, no qual ia integrar um arquivo e biblioteca, museu de carruagens, cafetaria e ainda a possibilidade da reabertura da Porta da Traição (que dá acesso ao Buraco dos colegiais).

Outras grandes intervenções em património arquitetónico realizadas no século XXI, do qual resultaram novos espaços museológicos e culturais, foram: o antigo Paço Arquiepiscopal, que em 2009 foi reabilitado e transformado no Museu da cidade, com projeto do arquiteto Raul Hestnes Ferreira; o antigo Colégio dos Meninos do Coro, na ala norte da Sé, que em 2009 foi adaptado a Museu de Arte Sacra, com projeto do arquiteto João Luís Carrilho da Graça; a Igreja e Convento de São Francisco e Capela dos Ossos, também receberam finalmente obras de recuperação e reabilitação em 2015, adaptando parte do convento, que resistiu até à atualidade, a museu, com projeto do arquiteto Adalberto Dias; a Igreja de São Vicente, em 2014, a Igreja e parte do Convento do Salvador do Mundo, em 2014, e o antigo Celeiro Comum (atual museu do artesanato e do design), em 2011, foram intervencionados, mas apenas com pequenas obras de recuperação e a adaptação a museu e salas expositivas.

Outras intervenções, mas desta para adaptação a unidades habitacionais permanentes e/ou temporárias, foram o edifício que restou do Convento de São Domingos, que em 2008 foi reabilitado e adaptado a complexo comercial e habitacional, com projeto do arquiteto Henrique Mira Godinho; o mesmo aconteceu com o antigo Convento de Santa Mónica, mas neste caso, sem sucesso, pois as obras não foram concluídas, deixando-o embargado e com aparência de espaço de estaleiro abandonado; mais sorte teve o antigo Palácio dos Sepúlvedas, que após muitos anos de apropriações variadas do edifício, como fábricas de cereais, azeite e têxteis, foi sujeito a grandes

obras de reabilitação e adaptação para unidade hoteleira (atual Hotel Mar d'Ar Aqueduto), com projeto dos arquitetos Sofia Salema e Pedro Guilherme; também a antiga casa nobre dos Senhores do Morgado do Esporão, em 2017 foi sujeito a intervenções de forma a adaptá-lo a unidade hoteleira (atual aparthotel Casa Morgado do Esporão), com projeto do arquiteto Girão Lima; tal como o edifício dos antigos Celeiros da EPAC (mais tarde adaptados a centro comercial Eborim), que após anos de abandono, foi sujeito a obras de reabilitação e adaptação a hotel (atual Hotel Olive) com projeto de Henrique Mira Godinho; também, em menor escala, em 2009 o prédio da Rua de S. Manços n.º 13-17, foi sujeito a obras de reabilitação, com projeto do arquiteto Andrew Shore, também responsável pelo projeto de reabilitação do prédio na Rua das Amas do Cardeal n.º 15 e 17; também o prédio no Largo Dr. Evaristo Cutileiro n.º 19, foi intervencionado com um projeto habitacional do arquiteto João Ventura Trindade. O Antigo Convento e Igreja dos Loios, adaptados a unidade hoteleira desde o século XX, foram sujeitos a intervenções de recuperação.

Para fins de serviços e comércio, outros edifícios do centro histórico foram intervencionados, como foi o caso do antigo Palácio do Bispo de Braga Azevedo e Moura, que desde o século XIX teria sido adaptado a uma coletividade (Circulo Eborense), é em 2010, sujeito a obras de recuperação, servindo o mesmo fim; o antigo Palácio Barahona, que desde o século XX foi adaptado para a instalação de serviços, foi em 2006 sujeito a obras de recuperação principalmente na fachada, servindo assim o Tribunal da Relação; a antiga casa nobre n.º 90 da Rua de Avis, teve obras de reabilitação para aí se instalar, em 2002, a Delegação Regional do Turismo; a antiga casa nobre na Rua do Raimundo, n.º 48-50, foi sujeita a intervenções de reabilitação e adaptação a escola de música em 2008, funcionando aí o Departamento de Música da Universidade (Colégio Mateus d' Aranda); o edifício n.º 13 da Rua dos Penedos, foi reabilitado em 2004 para aí se fixar a sede da Fundação Alentejo Terra Mãe (entretanto extinta), do qual resultou um conjunto de vários edifícios atualmente abandonado e em ruínas; o antigo Paço dos Melos de Carvalho também foi intervencionado várias vezes durante o século XXI, em 2004 para adaptação a restaurante com projeto do arquiteto Rui Russo, em 2007 com vista a alteração de parte do imóvel para instalação de um minimercado, e finalmente em 2008 para instalação

e adaptação a café/bar, com projeto da autoria do arquiteto José Carlos Andrade Rodrigues.

Mantendo o caráter religioso, a mais recente reabilitação realizada no centro histórico de Évora, foi a intervenção feita na Igreja de Santo Antão, no topo da Praça do Giraldo, terminada em Dezembro de 2017, promovida pela Direção Regional da Cultura do Alentejo e pela Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Santo Antão, os trabalhos de recuperação constaram essencialmente na reparação de rebocos exteriores, limpeza e reparação de coberturas e recuperação de todo o conjunto da fachada, também foi possível, após um estudo feito, devolver as suas cores originais (cinzento, ocre e branco).

Alguns outros edifícios do centro histórico foram sujeitos a intervenções de menor dimensão, particularmente visíveis na Praça 1º de Maio, na Rua da República e na zona da Mouraria, mas mesmo assim, as intervenções realizadas ao longo deste século, ainda não são em número ou em períodos de tempo mais curtos, para ser possível vislumbrar uma imagem da cidade de Évora mais limpa e modernizada.

Uma das intervenções já anunciada e muito esperada, é a que irá ser realizada no edifício do Salão Central, após anos de abandono, em 2018 foram iniciados os trabalhos de sondagens arqueológicas, mas ainda sem previsão para a reabilitação do edifício.

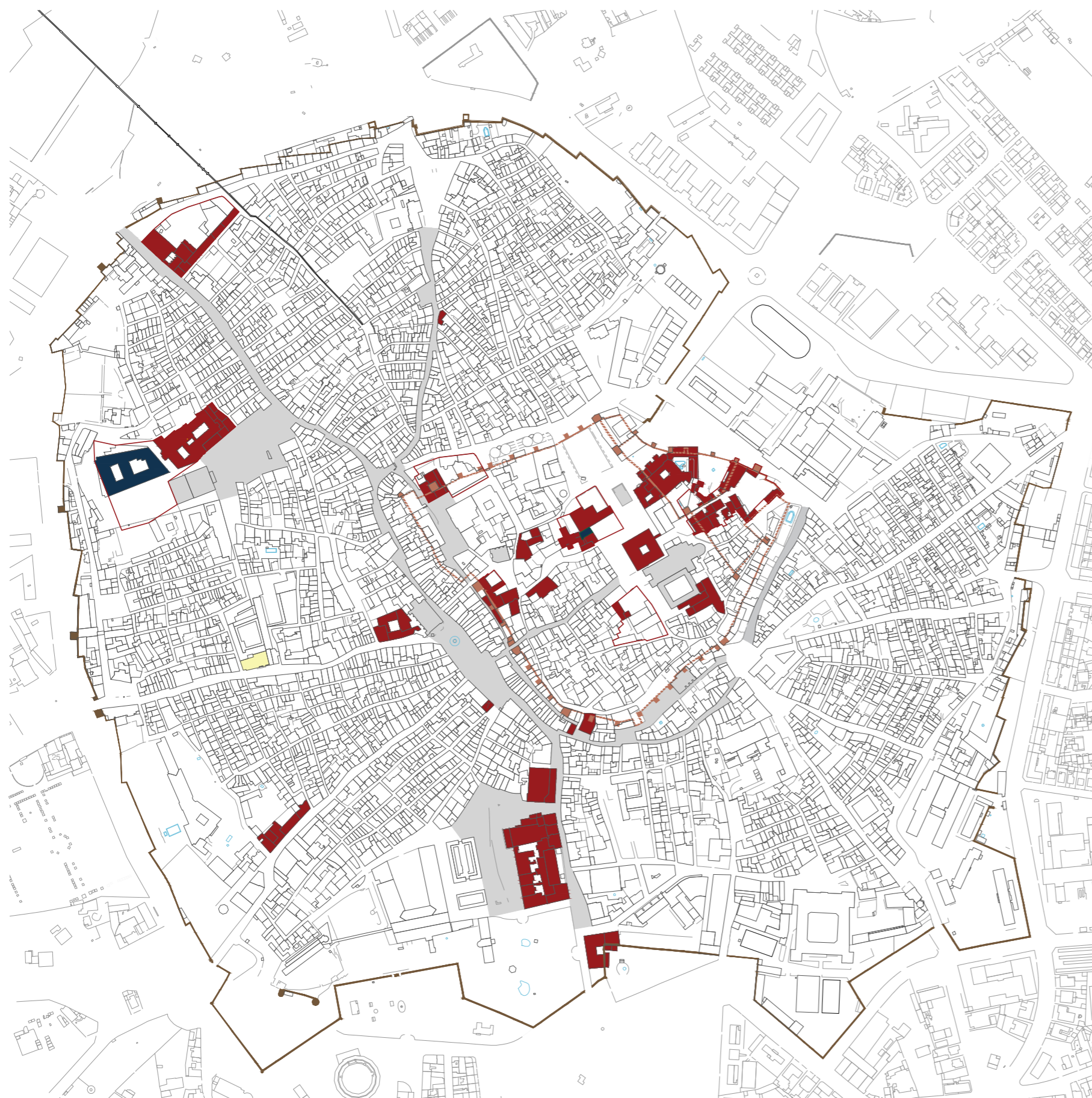


Fig. 33. **PLANTA DAS INTERVENÇÕES EM PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO NO SÉCULO XXI, (2001-2018)**
 Planta realizada pela autora.

LEGENDA:

- Novas construções dentro dos limites de antigos imóveis
- Grandes e médias intervenções de reabilitação, restauro e conservação, de imóveis, no séc. XXI
- Pequenas intervenções de construção de imóveis, no século XXI.



Sem dúvida que desde os anos 30 do século XX, testemunhámos um crescente cuidado e preocupação pela preservação do património arquitetónico do Centro Histórico de Évora, assistimos a um maior número de intervenções de restauro e reabilitação nos edifícios, e à transformação de muitos outros convertidos a novos programas que servem a sociedade atual, não permitindo que caíssem em ruína e se tornassem obsoletos, mas sim vividos no presente com a lembrança do que foram no passado.

É de ressaltar o empenho por parte de várias instituições públicas, como a Câmara Municipal de Évora, a Direção Geral do Património Cultural (DGPC), ou da Universidade de Évora e instituições privadas como a Fundação Eugénio de Almeida, como tantas outras, pela vontade de preservar o património eborense. Mas é também de salientar o longo caminho que ainda deve ser feito, nomeadamente na manutenção periódica de todo e qualquer edifício do centro histórico, e evitando assim que cheguem a um forte estado de degradação ou mesmo ruína, de forma a fazer valer a sua classificação como Património da Humanidade, obtido também, pelo seu valor excepcional e único do conjunto arquitetónico.¹¹⁴

Segundo os censos de 2011 realizados pelo INE,¹¹⁵ até à data, existiram um conjunto de edifícios do centro histórico com necessidade de realização de obras de conservação ou reabilitação (aproximadamente 1/3 dos edifícios). Segundo os dados obtidos pelo INE, dos 3138 edifícios apurados, pelas freguesias de Santo Antão (1098 edifícios), São Mamede (984 edifícios) e Sé e São Pedro (1056 edifícios), 1462 prédios necessitavam de algum tipo de intervenção. Para o estudo, o INE dividiu as reparações necessárias em: pequenas, médias, grandes e muito grandes, e em três conjuntos de reparações: na cobertura, na estrutura e nas paredes e caixilharias exteriores.¹¹⁶

De forma a aferir a continuidade dos dados obtidos em 2011, a Divisão de Ordenamento e Reabilitação Urbana (DORU) da Câmara Municipal de Évora, realizou um levantamento, com base na observação direta do exterior dos edifícios, entre abril e julho de 2015, de forma a entender o estado de conservação dos edifícios nesse ano, assim agrupou-os por: bom, razoável, mau, ruína e ainda os que se encontravam em obras. Concluiu-se que dos 1026 edifícios registados (32.7% do total dos 3138 edifícios existentes no centro histórico);

114. Para uma melhor compreensão das intervenções feitas no século XXI no centro histórico de Évora, é apresentado nos anexos 3.1, uma tabela do inventário feito das intervenções.

115. Instituto Nacional de Estatísticas – INE.

116. Em anexo, 3.2 e 3.3 apresentam-se as tabelas, apenas referentes às três freguesias (Santo Antão, São Mamede e Sé e São Pedro), obtidas pelo estudo do INE.

82 encontravam-se em bom estado de conservação (7.9%); 606 encontravam-se em estado razoável de conservação (59.1%); 260 em mau estado (25.3%); 56 em estado de ruína (5.5%); e 22 em obra (2.1%)¹¹⁷. Conclui-se deste estudo que 316 (30.7%) dos edifícios do centro histórico, à altura do estudo, apresentava-se em mau estado de conservação e em ruína.¹¹⁸

A partir do estudo feito pela Divisão de Ordenamento e Reabilitação Urbana (DORU) em 2016, utilizando o mesmo esquema e estratégia, com base na observação direta externa, aferimos o estado de conservação dos 1026 edifícios do Centro Histórico de Évora. Concluímos que, em 2018, 122 dos edifícios encontravam-se em bom estado de conservação (11.9%); 627 em estado razoável de conservação (61.1%); 158 em mau estado (15.4%); 96 em ruína (9.6%); e 23 em obra (2.2%). Assim sendo, podemos observar que o conjunto dos edifícios em mau estado de conservação e em ruína diminuíram, sendo 254 dos edifícios (24.8%), e os edifícios em bom e razoável estado de conservação aumentaram de 688 (67.1%) para 749 (73%).

Apesar das percentagens positivas, observámos que o número de edifícios em ruína também aumentaram, sendo que 40 dos edifícios, que em 2016 se apresentavam em mau estado de conservação, caíram rapidamente para o estado de ruína e devolutos. Um número representativo da falta de cuidado pelos edifícios que já se encontravam com fragilidades e em estado de degradação eminente.¹¹⁹

117. Segundo contagem dos edifícios através da figura 2 (planta do Levantamento do Estado de conservação do Edifícios em Ruínas e potencialmente Devolutos no Centro Histórico de Évora) apresentado no documento ORU pela Câmara Municipal de Évora.

118. Como é possível observar na planta apresentada na figura 34.

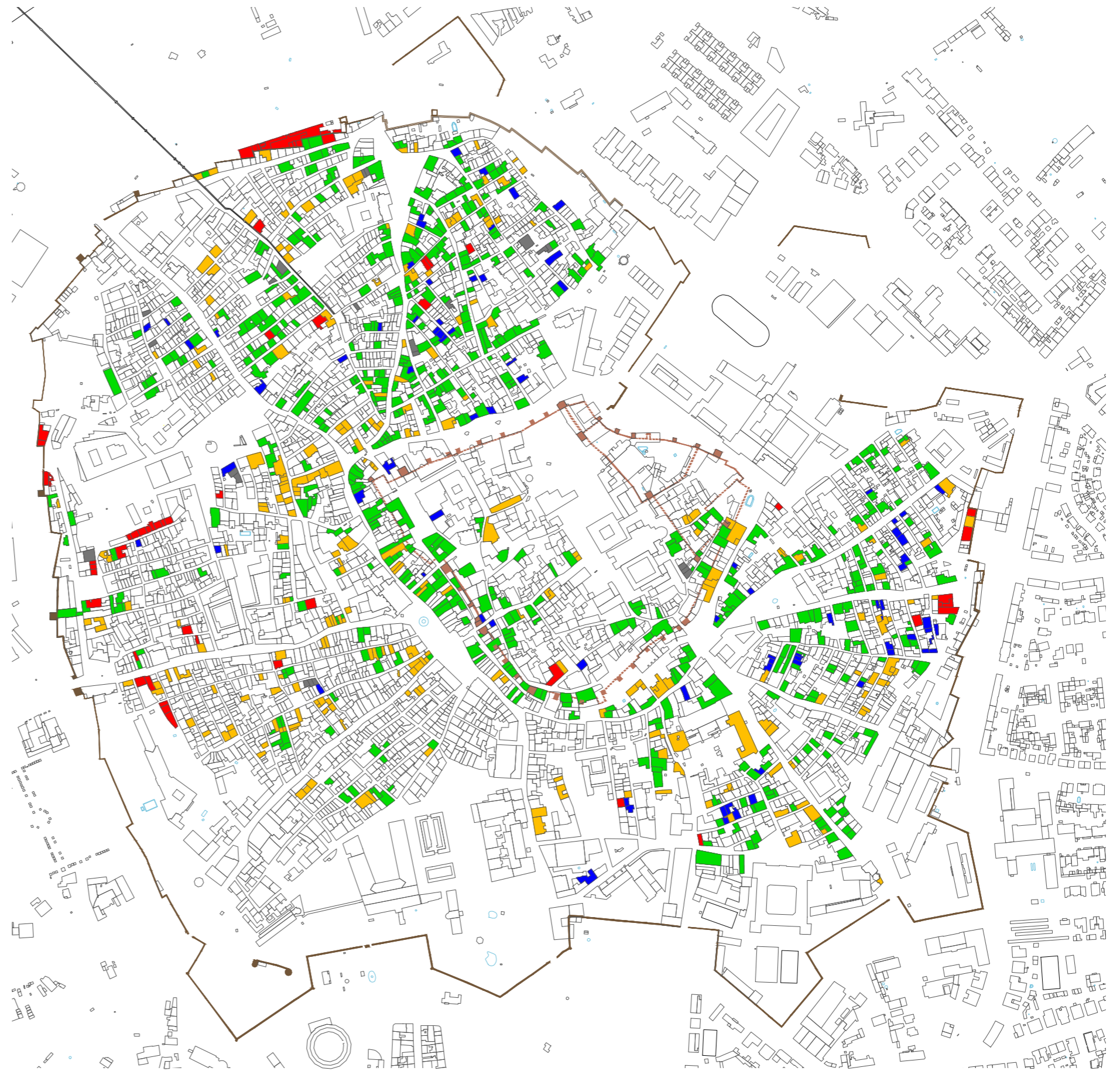
119. Como é possível observar na planta apresentada na figura 35 realizada à imagem da planta realizada pelo DORU.

Fig. 34. **PLANTA DO LEVANTAMENTO DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO DO EDIFÍCIOS EM RUÍNAS E POTENCIALMENTE DEVOLUTOS NO CENTRO HISTÓRICO DE ÉVORA, (2016)**

Fonte: C.M.E., ORU pela Câmara Municipal de Évora

LEGENDA:

-  Bom
-  Razoável
-  Em Obra
-  Mau
-  Ruína



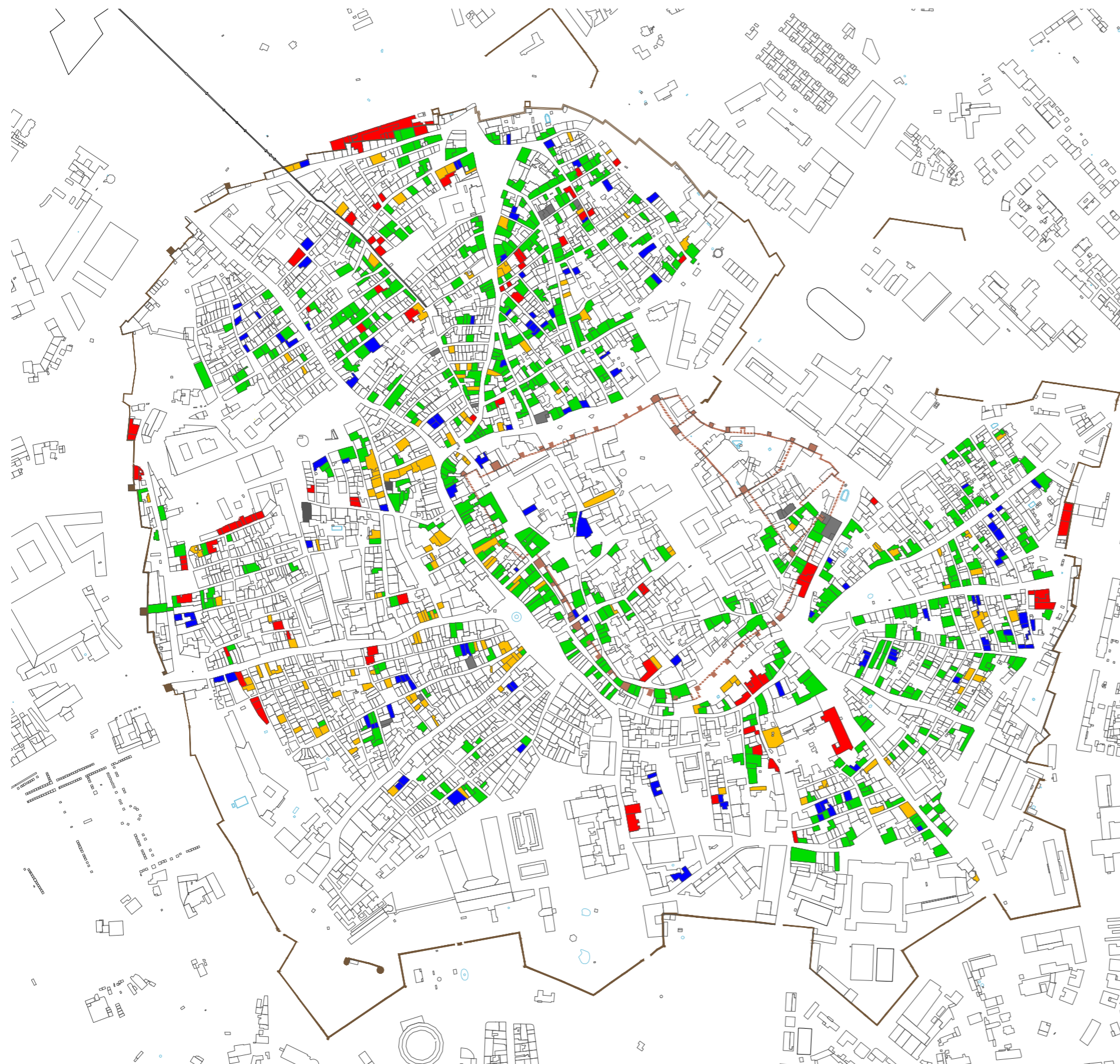
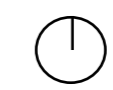


Fig. 35. **PLANTA DO LEVANTAMENTO DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO DO EDIFÍCIOS EM RUÍNAS E POTENCIALMENTE DEVOLUTOS NO CENTRO HISTÓRICO DE ÉVORA, (2018)**
 Fonte: Planta realizada pela autora.

- LEGENDA:
- Bom
 - Razoável
 - Em Obra
 - Mau
 - Ruína



3.1 CASOS DE ESTUDOS

120. *Proteção/salvaguarda*: estes conceitos reúnem todas as operações realizadas num objeto construído, de forma a assegurar a sua existência futura.

121. *Intervenção*: este conceito reúne todas as operações realizadas num objeto construído das quais resultam alterações ao existente.

122. *Manutenção*: esta operação consiste na prevenção de danos e no ato contínuo de assegurar o bom funcionamento do edifício.

123. *Reparação*: é o ato de reverter os danos técnicos e construtivos de um edifício.

124. *Consolidação*: consiste no reforço das estruturas construtivas de um edifício.

125. *Preenchimento de lacunas*: consiste na restituição de um edifício ao estado original, completando alguma parte desaparecida.

126. *Renovação*: consiste no tratamento de superfícies de um edifício, (limpeza, polimento...), de forma a restituir a integridade e coerência visual do mesmo.

127. *Reabilitação*: esta operação tem como principal objetivo a restituição da funcionalidade de um edifício, ou seja, torná-lo novamente habitável, por vezes com outras funções.

128. *Translocação*: esta é uma operação muito minuciosa, que consiste no desmonte, e recolocação noutra local de um edifício, ou partes deste.

129. *Remodelação*: intervenção que consiste na alteração formal e por vezes construtiva de um edifício.

130. *Ampliação*: consiste numa adição ao edifício patrimonial.

131. *Reinterpretação*: consiste na reformulação formal de elementos históricos como base de uma intervenção num edifício patrimonial.

Na Carta de Veneza de 1964 (referenciada no primeiro capítulo desta dissertação), com os seus princípios orientadores da intervenção e salvaguarda do património, transmitiu duas noções básicas pelo qual essas intervenções no património construído se deve reger, as noções de: *conservação* e *restauro*.

Conservação significa assim, a forma de intervir com o objetivo de retardar o processo de degradação do objeto patrimonial, de maneira a manter as suas características identificadoras. “A conservação dos monumentos visam salvaguardar em primeiro lugar uma manutenção permanente dos mesmos” (CARTA DE VENEZA, 1964).

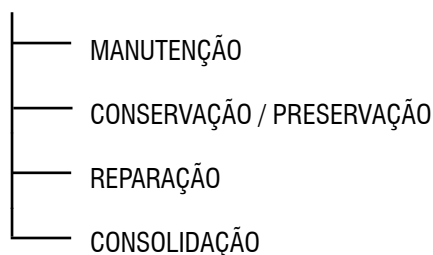
Restauro visa a reposição dos valores históricos e estéticos do objeto patrimonial, para tal é necessário o recurso não só à investigação histórica e à arqueologia, mas também à ciência e à tecnologia. “Destina-se a conservar e a revelar os valores estéticos e históricos dos monumentos. (...) O restauro será sempre precedido e acompanhado de um estudo arqueológico e histórico do monumento.” (CARTA DE VENEZA, 1964).

De forma a completar este léxico base, surgiram também outros termos e noções mais especializados (manutenção, consolidação, reabilitação, reintegração...). Assim, para este estudo e de forma a torná-lo de mais fácil compreensão, tentaremos agrupá-los, usando como base o artigo *Para uma terminologia da disciplina de proteção do património construído* do arquiteto António Nunes Pereira, para a revista JA, *Jornal de Arquitetos* nº 213 de nov./dez. de 2003, tendo em conta que está é apenas uma possibilidade de abordar o tema. Neste artigo o arquiteto resume a terminologia em dois grupos: *proteção/salvaguarda*¹²⁰; e *intervenção*¹²¹. No primeiro grupo de *salvaguarda e proteção*, reúne os termos: *manutenção*¹²²; *conservação* e *preservação*; *reparação*¹²³; *consolidação*¹²⁴. No grupo de *intervenção*, reúne os termos: *restauro*, do qual pertence o *preenchimento de lacunas*¹²⁵; *renovação*¹²⁶; *reabilitação*¹²⁷; *translocação*¹²⁸; *remodelação*¹²⁹; *ampliação*¹³⁰; *reinterpretação*¹³¹;

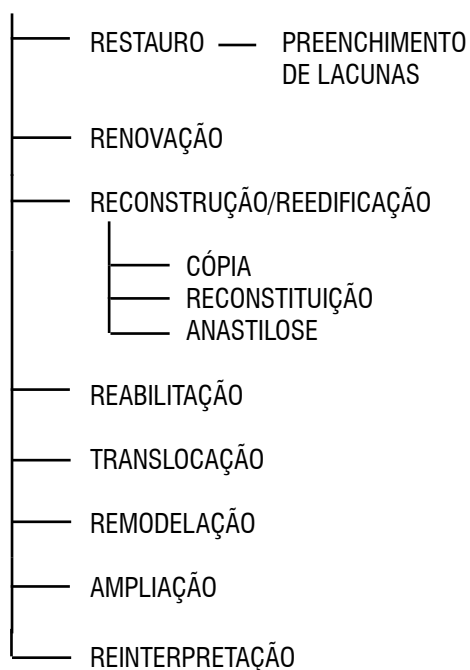
*reconstrução e reedificação*¹³², do qual pertencem os termos de *cópia*¹³³, *reconstituição*¹³⁴ e *anastilose*¹³⁵.

Desta forma, tornar-se-á mais fácil o entendimento das operações feitas nos casos de estudo escolhidos nesta dissertação.¹³⁶

PROTEÇÃO / SALVAGUARDA



INTERVENÇÃO



De todos os edifícios intervencionados de que fizemos referência no início deste capítulo (pp. 86 - 91), reuniu-se um conjunto de edifícios que melhor clarificam os tipos de intervenção feitos em Évora no século XXI. Os quais apresentamos de seguida.

132. *Reconstrução/reedificação*: consiste numa nova construção de um edifício ou partes deste, em substituição de outro desaparecido. Podendo recorrer-se à cópia, anastilose ou reconstituição.

133. *Cópia*: consiste na construção de uma réplica exatamente igual ao objeto patrimonial existente.

134. *Reconstituição*: consiste numa réplica o mais exata possível do objeto patrimonial original desaparecido.

135. *Anastilose*, significado clarificado na pág. 18 desta dissertação

136. Artigo *Para uma terminologia da disciplina de proteção do património construído* do arquiteto António Nunes Pereira, para a revista JA, *Jornal de Arquitetos* nº 213 de nov./dez. de 2003

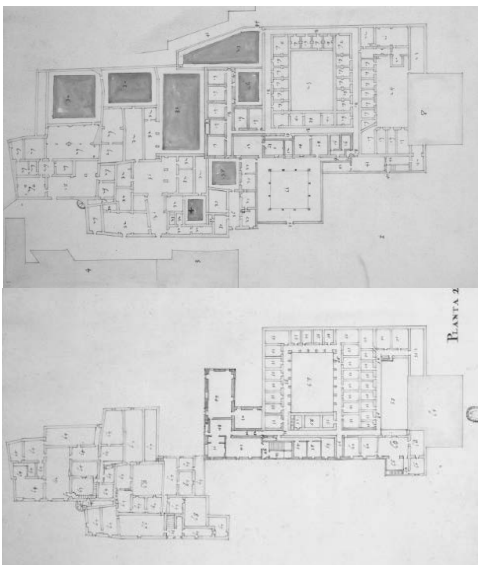


Fig. 36. **PLANTA DA INQUISIÇÃO**, Mateus do Couto(1634)
 Fonte: Cedido pelo arquiteto Fernando Sequeira Mendes. Existentes no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (2018).



Fig. 37. **FOTOGRAFIA DA INQUISIÇÃO**, Autor desconhecido (Anterior à intervenção dos anos 60 do séc. XX)
 Fonte: Cedido pelo arquiteto Fernando Sequeira Mendes. (2018).

3.1.1. Caso de Estudo 1– Antigo Palácio da Inquisição/Fundação Eugénio de Almeida

Tipologia: Arquitetura Civil

Época de construção: XVI

Localização: Largo do conde de Vila Flor

Freguesia: Sé e São Pedro

Proteção Legal: Dec. n.º 37 801, de 2-5-1950

Categoria: IIP

Breve descrição do edifício existente: Da construção original, ainda anterior ao século XVI, permaneceu a estrutura das “casas Pintadas”; do século XVI, por projeto do arquiteto -mor Mateus do Couto, permaneceu toda a frente do palácio e a união entre o Tribunal e “casas Pintadas”; nos séculos XIX e XX sofreu várias alterações na sua estrutura.

Intervenção: 2008 - 2013, Centro de arte e Cultura da Fundação Eugénio de Almeida

Projeto: Arq. Fernando Sequeira Mendes (ARQUIESPÇO)

Origem e Evolução: O edifício original do Santo Ofício compreendia um conjunto de casas que o rei D. João III (1521-1557) adquiriu. Este conjunto tinha fachada para o atual Largo Conde Vila Flor e para uma rua que o separava do solar dos condes da Vidigueira (atual edifício das “Casas Pintadas”).

Tendo em conta que o edifício adquirido teria dimensões reduzidas para a função que lhe tinha sido atribuída, o Cardeal D. Henrique (1539-1580) – Inquisidor geral do Reino, decidiu ampliar o edifício, para isso adquiriu quase todos os edifícios que rodeavam o tribunal até ao Templo Romano¹³⁷. Apenas no século XVII o antigo Solar foi comprado na totalidade, constituindo assim, bem imobiliário da Inquisição, e adaptado a residência privativa dos bispos inquisidores.

Em 1622, o Inquisidor João Álvares Brandão decide fazer novas reformas no conjunto de edifícios. Assim, incumbe o Arquiteto-Mor da Inquisição, Mateus do Couto, do projeto de remodelação e ampliação. Em 1636, o arquiteto desenhou a planta do Tribunal e Paço do Santo Ofício. Com o projeto de Mateus do Couto o edifício ficou

137. O Templo Romano, na época serviria de açougue da cidade.

dividido em duas partes: a leste, o Tribunal da Inquisição, e a Oeste (na zona das “Casas Pintadas”) o Paço dos Bispos Inquisidores.

Assim o edifício serviu a Inquisição até a extinção desta, em 1821. Pouco tempo depois o edifício acolheu o chamado “Teatro Eborense” ou “Teatro das Casas Pintadas”, que funcionou até 1893.

Na década de 20 do século XX, no antigo edifício da Inquisição, funcionou o “Hotel Alentejo” até 1949. No ano seguinte o conjunto do antigo Tribunal e “Casas Pintadas”¹³⁸, foram classificados como Imóveis de Interesse Público, pelo Decreto-lei nº 37 1801 de 2 de maio.

Em março de 1960 o edifício, que estaria em forte estado de degradação e abandono, foi adquirido pelos Condes Vill’Alva. Em abril do mesmo ano é incumbido ao arquiteto francês Nikita de Groër de fazer o anteprojecto do restauro e adaptação a hotel de turismo (que previa 37 quartos). Este anteprojecto foi aprovado pela Câmara Municipal, mas após iniciadas as obras de limpeza e desobstrução de parte do antigo tribunal, o projecto foi suspenso, pois o Conde Vill’Alva tinha tomado conhecimento que o Estado iria transformar o antigo Convento dos Loios em Pousada, e assim inviabilizava a rentabilidade do novo hotel.

Apesar do projecto para o Hotel de Turismo não ter seguido em frente, Eugénio de Almeida (Conde Vill’Alva) não desistiu da reutilização do edifício, por isso entre 1964-1965 encomendou um projecto para adaptação a Instituto de Estudos Superiores ISESE (Instituto Superior Económico Social de Évora), ao arquiteto Ruy Couto (na altura diretor da Direção Regional dos Edifícios e Monumentos Nacionais do Sul).

Esta intervenção resultou em várias modificações ao edifício que até à época teria resistido, como algumas alterações nas fachadas Sul e Nascente e na fachada tardoz, e segundo um estudo feito por altura da intervenção de 2013, pensa-se que a zona central do antigo Tribunal, terá também sido submetida a profundas alterações, tendo sido demolida para dar lugar a um vestíbulo com arcada e uma grande escadaria, os vãos e caixilhos foram substituídos, a fachada principal foi libertada dos altos muros que existiriam e que formavam um pátio de entrada, e o embasamento da entrada foi elevado ao nível da soleira da porta de entrada.

Em 1977, a Fundação Eugénio de Almeida, em acordo estabelecido com a Universidade de Évora cedeu gratuitamente as



Fig. 38. **FOTOGRAFIA DA INQUISIÇÃO**, Autor desconhecido (Anterior à intervenção dos anos 60 do séc. XX)

Fonte: Cedido pelo arquiteto Fernando Sequeira Mendes. (2018).



Fig. 39. **FOTOGRAFIA DA INQUISIÇÃO**, Autor desconhecido (Após intervenção dos anos 60 do séc. XX)

Fonte: Cedido pelo arquiteto Fernando Sequeira Mendes. (2018).



Fig. 40. **FOTOGRAFIA DA INQUISIÇÃO**, Autor desconhecido (Após intervenção dos anos 60 do séc. XX)

Fonte: Cedido pelo arquiteto Fernando Sequeira Mendes. (2018).

138. Assim designado desde o século XVII.



Fig. 41. **FOTOGRAFIA DA INQUISIÇÃO**, Autor: Fernando Guerra (2015)
Fonte: <http://ultimasreportagens.com/ultimas.php>.



Fig. 42. **FOTOGRAFIA DA INQUISIÇÃO**, 2018
Fonte: Fotografia tirada pela autora.

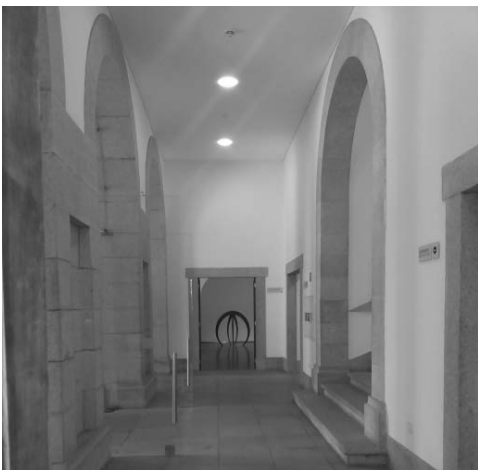


Fig. 43. **FOTOGRAFIA DA INQUISIÇÃO**, 2018
Fonte: Fotografia tirada pela autora

139. Programa de reabilitação referido anteriormente neste capítulo.

instalações para funcionamento de algumas divisões da mesma instituição, até 2005.

Já no século XXI, no âmbito do Programa Acrópole XXI¹³⁹, a Fundação decide, em 2013, vocacionar o Antigo Tribunal da Inquisição como Centro de Artes e Cultura, propondo projeto de reabilitação e requalificação ao arquiteto Fernando Sequeira Mendes, do atelier ARQUIESPACO.

Intervenção: .Após o estudo da evolução de todo o conjunto, com base na documentação existente e por análise das técnicas construtivas, dos materiais ou das gramáticas utilizadas em todas as **intervenções** feitas ao longo dos séculos, foi possível entender as partes do edifício anteriores ao século XVII, o que foi executado por Mateus do Couto em 1634, e por exclusão (tendo em conta a inexistência de documentação que o prove) o que resultou da intervenção dos anos sessenta do século XX. É assim possível concluir que, as partes que permanecem atualmente, anteriores ao século XVII, para além de alguns elementos do interior do Tribunal, resume-se essencialmente na construção das Casas Pintadas. As alterações feitas em 1634 foram toda a frente do Tribunal/Palácio da Inquisição e o ponto de contacto entre este e as Casas Pintadas. Das intervenções feitas, menos significativas, entre os séculos XVIII e XIX, percebemos que apenas a fachada das Casas Pintadas foi alterada. E que dos anos sessenta do século XX, pelo arquiteto Ruy Couto, foi alterada toda a zona central do interior do Tribunal/Palácio da Inquisição, e alterações pontuais nas fachadas sul, nascente e a tardoz.

O novo projeto, pressupõe que a área que antecede a entrada principal deveria ser um pátio de acolhimento, esta zona foi prolongada até à zona de contacto com as Casas Pintadas, constituindo-se o conjunto como um todo, que recebe quem está no Largo do Marquês de Marialva através de uma longa escadaria.

Ao entrar no edifício do antigo Tribunal existe um átrio que recebe o público e que faz a distribuição para os espaços de acesso livre, a loja, o centro interpretativo a nascente, o alpendre dos frescos, jardim e horto das Casas Pintadas, a poente. As áreas expositivas vão aparecendo nos vários pisos, a primeira no piso 0 a norte do átrio de entrada e as outras no primeiro e segundo piso. Nestes pisos superiores, o projeto pretendeu maximizar a área expositiva. No piso

O das Casas Pintadas localiza-se o restaurante/cafetaria, com acesso pelo exterior ou pelo átrio do antigo tribunal.

Para além destes espaços o projeto prevê a **reabilitação** do conjunto e como tal contém, as áreas técnicas e de apoio complementam o programa, havendo instalações sanitárias para o público no primeiro e segundo piso, e acessos verticais a todos os pisos do edifício.

Com o princípio da **restituição** ao seu estado original, tentou-se sempre que possível e sempre que existisse documentação suficiente como fundamento, devolver ao conjunto intervencionado, a coerência e identidade. Assim, as portas da fachada principal foram **reconstituídas**, já que nos anos sessenta teriam sido demolidas, e eliminou-se a última janela de sacada do primeiro piso, já que após ter sido feita investigação, os arquitetos terem constatado que esta teria sido introduzida nos anos sessenta, fazendo uma **reintrepertação** dessa intervenção.

Também no segundo piso, a janela que dá para o “Cubículo do Inquisidor”, foi redimensionada e reposicionada para o local original, já que se constatou, através de fotografias anteriores à intervenção de Ruy Couto, que esta teria sido alterada também nos anos sessenta, o teto conserva o caixotão policromado do século XVII.

Na fachada traseira, apenas foram eliminados alguns vãos por razões funcionais, justificado pelo facto, de esta ter sido totalmente modificada nos anos sessenta.

A cobertura (reconstruída em betão armado nos anos sessenta), foi consolidada e totalmente substituída, devido ao elevado estado de degradação estrutural, e sob esta instalaram-se todos os sistemas de ar condicionado e climatização.

No intuito de rematar o espaço entre o edifício das Casas Pintadas e do antigo Tribunal e retomar os acessos de forma funcional, **reinterpretando** as escolhas feitas neste local nos anos sessenta do século passado, construiu um novo elemento de caráter contemporâneo, em estrutura metálica que suporta um conjunto de lâminas de mármore branco de 10 milímetros, colado sobre vidro temperado, cada um destes painéis tem 2 metros por 6 metros. A ligação entre o antigo Tribunal e o restaurante é feita assim, pela introdução de um “labirinto” de rampas que serve de rótula de ligação entre os dois equipamentos, que dá acesso ao átrio com plano de

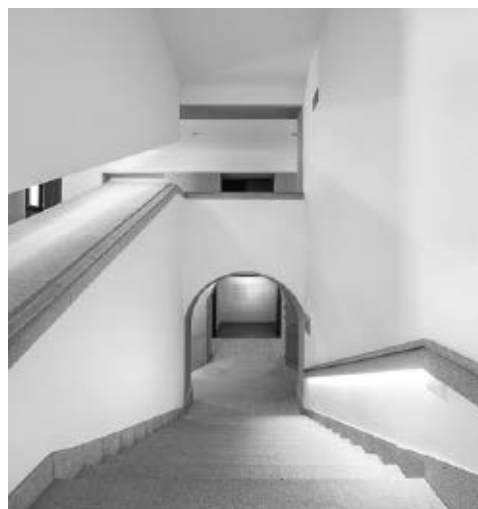


Fig. 44. **FOTOGRAFIA DA INQUISIÇÃO**, Autor : Fernando Guerra (2015)
Fonte: <http://ultimasreportagens.com/ultimas.php>.



Fig. 45. **FOTOGRAFIA DA INQUISIÇÃO**, 2018
Fonte: Fotografia tirada pela autora

vidro-mármore, e daí - após recuperação de uma porta que em tempos teria sido entaipada, acede-se ao restaurante, única **ampliação** feita no conjunto edificado.

A **intervenção** feita nas Casas Pintadas foi mínima, apenas de forma a **conservar, reparar e renovar** os elementos construtivos originais, e **reabilitar** de forma a possibilitar a nova função dada ao edifício.

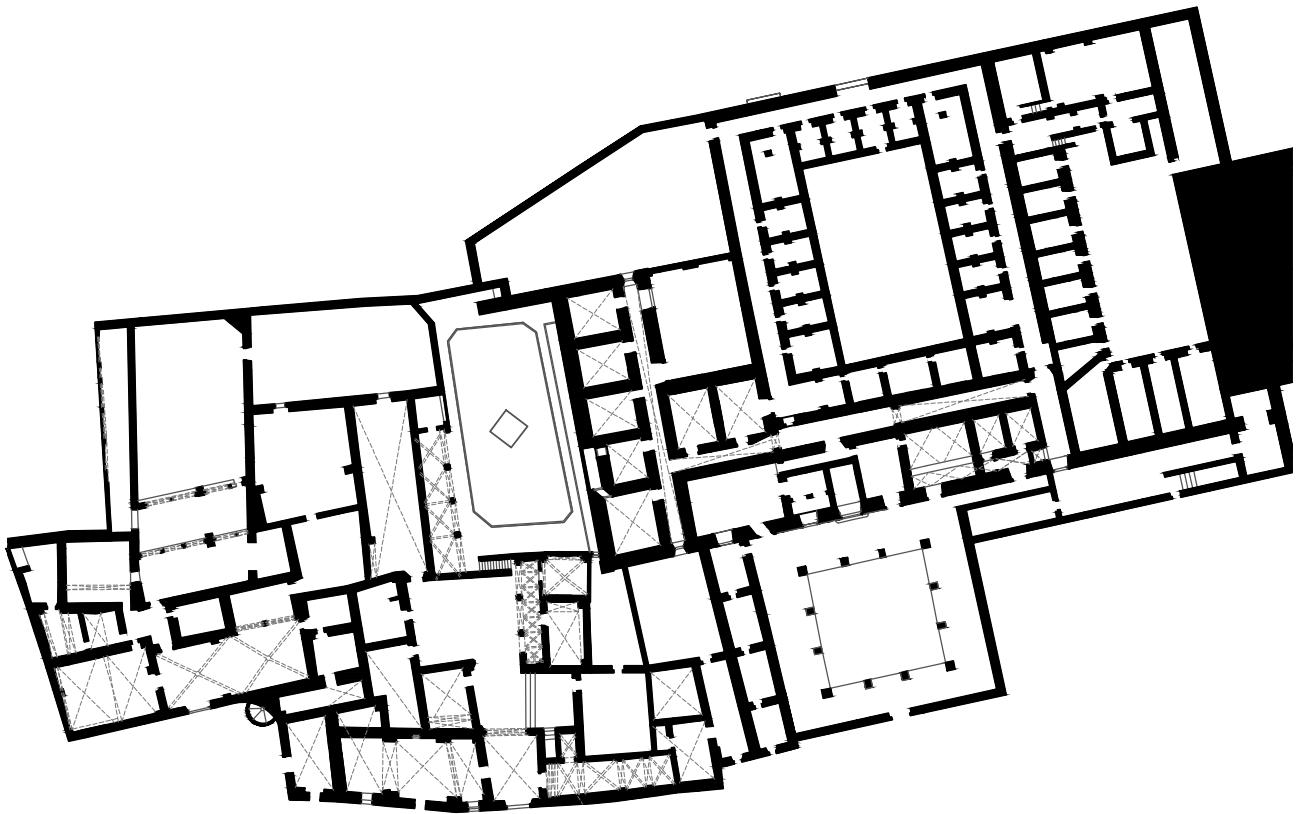


Fig. 46. **EVOLUÇÃO EM PLANTA PISO 0 E ALÇADO**,
Séc.XVII, Escala 1:700
Fonte: Planta realizada pela autora sobre a planta
original(2018).

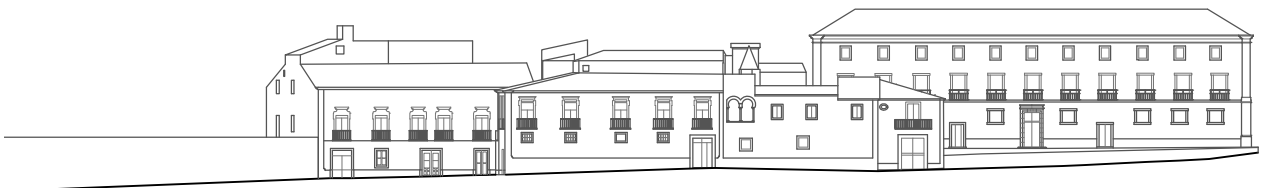
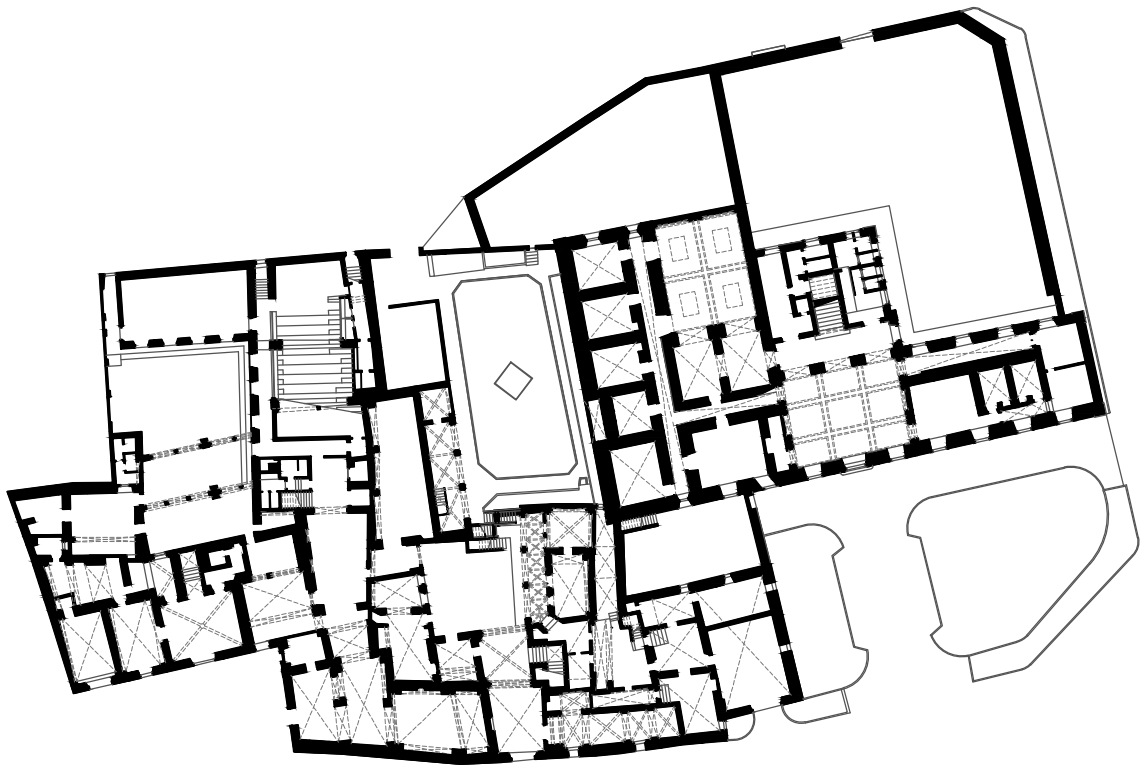


Fig. 47. **EVOLUÇÃO EM PLANTA PISO 0 E**
ALÇADO, Séc.XX, Escala 1:700

Fonte: Planta realizada pela autora sobre a planta original(2018).



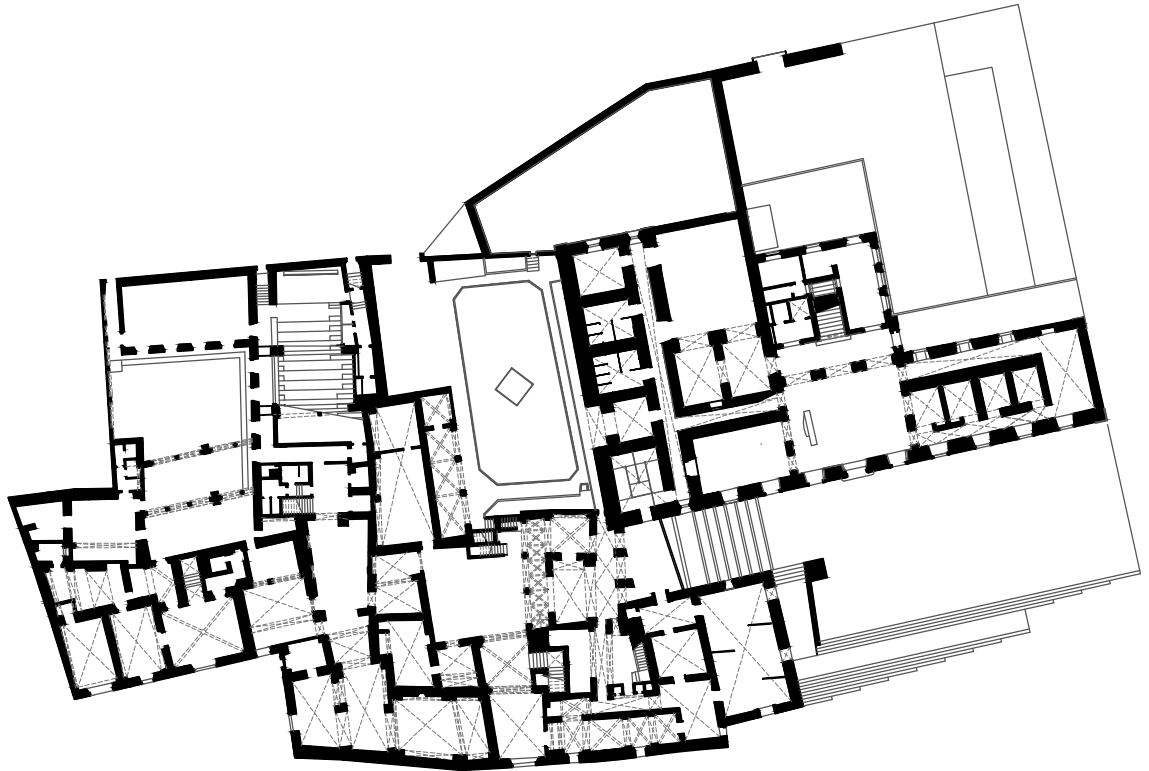


Fig. 48. **EVOLUÇÃO EM PLANTA PISO 0 E ALÇADO, Séc.XXI, Escala 1:700**

Fonte: Planta realizada pela autora sobre a planta original(2018).



Fig. 49. **FOTOGRAFIA DO ANTIGO CONVENTO DE SÃO DOMINGOS**, Fachada principal (2004 anterior à intervenção)

Fonte: Arquivo da Divisão de Gestão Urbana da Câmara municipal de Évora.



Fig. 50. **FOTOGRAFIA DO ANTIGO CONVENTO DE SÃO DOMINGOS**, Fachada poente (2004 anterior à intervenção)

Fonte: Arquivo da Divisão de Gestão Urbana da Câmara municipal de Évora.

3.1.2. Caso de Estudo 2– Antigo Convento de São Domingos

Tipologia: Arquitetura Religiosa

Época de construção: XIII – XVI

Localização: Praça Joaquim António de Aguiar

Freguesia: Santo Antão

Proteção Legal: Integrado na área inscrita na Lista de Património Mundial da UNESCO, Centro Histórico de Évora

Categoria: E3

Breve descrição do edifício existente: Da estrutura original do Convento subsistiu, no corpo central, um espaço no piso térreo, dividido em várias salas, com cobertura em terraço e rematado por dois torreões; A restante área edificada foi bastante alterada, permanecendo uma nave com teto em ogiva, perpendicular ao espaço central; E duas grandes salas nas traseiras também com ogivas assentes em pilares e colunas com dimensões e formas variadas.

Intervenção: 2000 – 2008, Unidade habitacional e comercial

Projeto: Arq. Henrique Mira Godinho.

Origem e Evolução: Quando a Ordem Dominicana se instala na cidade de Évora, em 1286, o rei D. Dinis ordena que lhe seja cedido um terreno extramuros para a construção de um convento. A sua construção iniciou-se assim, graças a doações feitas, entre 1308 e 1320, (CAEIRO, 2005).

No século XVI a Igreja dominicana e o claustro gótico do convento já são representados no foral de D. Manuel I. Nesta época o convento é sujeito a grandes obras de ampliação, da qual resultou a construção da grande sala capitular ¹⁴⁰.

Segundo algumas descrições do convento documentadas, conclui-se que a igreja do convento seria, decerto, de grande beleza, com três naves. O convento sustentava 60 religiosos, e o seu claustro seria nobre. Do inventário, de 26 de julho de 1834, pode ler-se sobre o conjunto conventual: *“Compõe-se este convento de uma grande igreja, duas grandes quadras, uma em baixo e outra em cima, dois claustros grandes com celas, livraria, sala prioral, coro da enfermaria, um grande refeitório, cozinha, dispensa, adega, celeiro, uma casa*

140. Desta sala foram encontrados vestígios dispersos pela cidade, como na Capela dos Ossos, na casa Cabral, no antigo Tribunal da Inquisição, no cemitério dos Remédios entre outros locais.

com horta anexa com duas noras e lagar...” (CAEIRO, 2005, pp.143).

Durante as invasões francesas, em 1808, o Convento é bombardeado e saqueado. Como resultado as portas da Igreja, e parte do Convento ficou destruído, e foram roubados alguns objetos de valor, como cálices, patenas, castiçais, etc.

Após a extinção das ordens religiosas em 1834, o convento é secularizado, e mais tarde, por proposta do Administrador Geral do Distrito, José de Ávila, de um plano urbanístico nesse espaço, parte do convento foi demolido para dar lugar a uma praça pública, em 1836.

Desta intervenção resultou a Praça D. Pedro (atual Praça Joaquim António de Aguiar)¹⁴¹, e a construção do Teatro Garcia de Resende, tendo este substituído uma pequena parte do conjunto conventual.

Do antigo convento restaram poucos vestígios, como foi o caso de algumas dependências no piso térreo, com arcadas e abóbadas manuelinas e barrocas, e parte do claustro gótico e algumas salas com tetos em ogiva. Outras partes do convento encontram-se dispersas pela cidade como é o caso de dois portais monumentais que foram colocados no Cemitério dos Remédios e outro no Colégio Espírito Santo, entre outros.

No século XX a pequena parte que sobreviveu do antigo convento, foi ocupado por uma garagem/estação de serviços da firma Tudauto e por uma oficina metalomecânica. Esta empresa, em 1966, realizou obras ao conjunto, no intuito de possibilitar acesso ao espaço público. Destas obras foram redescobertas várias colunas pilares e outros elementos manuelinos e da época imediatamente posterior, pertencentes ao antigo convento. Também na década de 60 o torreão Norte é demolido para dar lugar a um edifício de habitação.

Mais tarde, no início do século XXI, a Comissão Vinícola da Região do Alentejo, adquire parte do edifício, onde instala um espaço comercial (Rota dos Vinhos). O restante edifício é adquirido pela empresa imobiliária Eborimo – Investimentos Imobiliários, que promove uma intervenção profunda, no intuito de recuperar os espaços existentes, que na altura se encontravam em elevado estado de degradação, para nele instalar uma unidade habitacional e de comércio.



Fig. 51. **FOTOGRAFIA DO ANTIGO CONVENTO DE SÃO DOMINGOS**, Corpo principal, rés-do-chão(2004 anterior à intervenção)

Fonte: Arquivo da Divisão de Gestão Urbana da Câmara municipal de Évora.

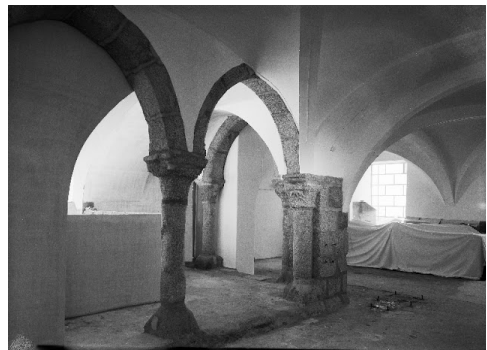


Fig. 52. **FOTOGRAFIA DO ANTIGO CONVENTO DE SÃO DOMINGOS**, Claustro antigo (2004 anterior à intervenção)

Fonte: <https://viverevora.blogspot.com/2011/12/evora-perdida-no-tempo-claustro-do.html>

141. Esta praça sofreu várias alterações ao longo dos anos.



Fig. 53. **FOTOGRAFIA DO ANTIGO CONVENTO DE SÃO DOMINGOS**, Fachada principal (2018)
Fonte: Fotografia tirada pela autora.



Fig. 54. **FOTOGRAFIA DO ANTIGO CONVENTO DE SÃO DOMINGOS**, Fachada poente (2018)
Fonte: Fotografia tirada pela autora.



Fig. 55. **FOTOGRAFIA DO ANTIGO CONVENTO DE SÃO DOMINGOS**, Corpo Principal, rés-do-chão (2018)
Fonte: Fotografia tirada pela autora.

Intervenção: Do edifício que restou do antigo espaço conventual, foi um conjunto de salas no piso térreo, rematadas por dois torreões de forma retangular com telhado de quatro águas, um deles, o que dá para a Rua do Calvário, terá sido demolido nos anos setenta e substituído por um edifício de habitação com a mesma volumetria do desaparecido torreão do convento.

O conjunto de salas no piso térreo, mantém a arquitetura simples, mas de grande qualidade, com estrutura ogivada da época manuelina, ocupado atualmente pela Rota dos Vinhos do Alentejo e por outras lojas e cafetaria que dão para a Praça Joaquim António de aguiar, estes têm cobertura em terraço. Nas traseiras deste grande pavilhão, ocupado por edifícios de habitação e outros serviços e comércio que dão para um pátio posterior, com cobertura de duas águas também mantém alguns elementos na cobertura do antigo convento.

O restante espaço a poente, junto à cerca, já bastante modificado, foi ocupado por edifícios de habitação nos pisos superiores e serviços e comércio no piso térreo. Apenas um pequeno conjunto a norte do pátio mantém alguns elementos do antigo espaço conventual, com uma nave em ogiva assente em pilares e colunas de dimensões e formas variadas.

No piso -1 onde foram instaladas as caves de estacionamento, durante a reabilitação do espaço, dado o forte estado de degradação, a parede que separa a sala da cerca acabou por ruir, assim como uma das colunas desta sala. Na cave imediatamente por baixo da loja da Rota dos Vinho do Alentejo, mantém-se intacta e funciona como adega.

Os pavilhões a norte que seriam antigos hangares, foram totalmente modificados dada a pouca qualidade arquitetónica dos espaços, e foram transformados em edifícios de habitação de 3 pisos, com espaços de comércio e serviços no piso térreo.

Grande parte do edifício conventual que resistiu foi muito alterado e descaracterizado, mantendo apenas alguns elementos estruturais que lembram o antigo convento.

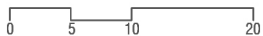
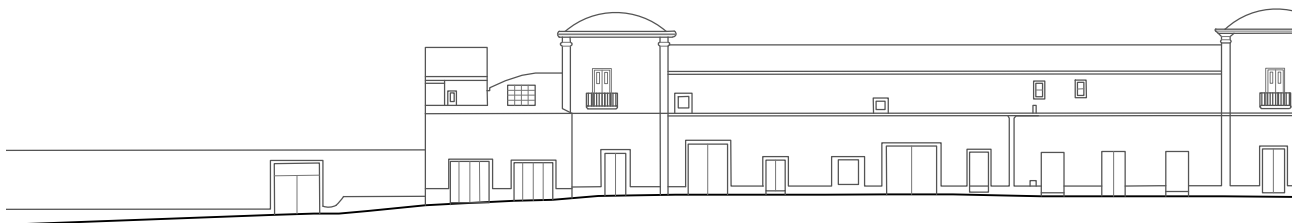
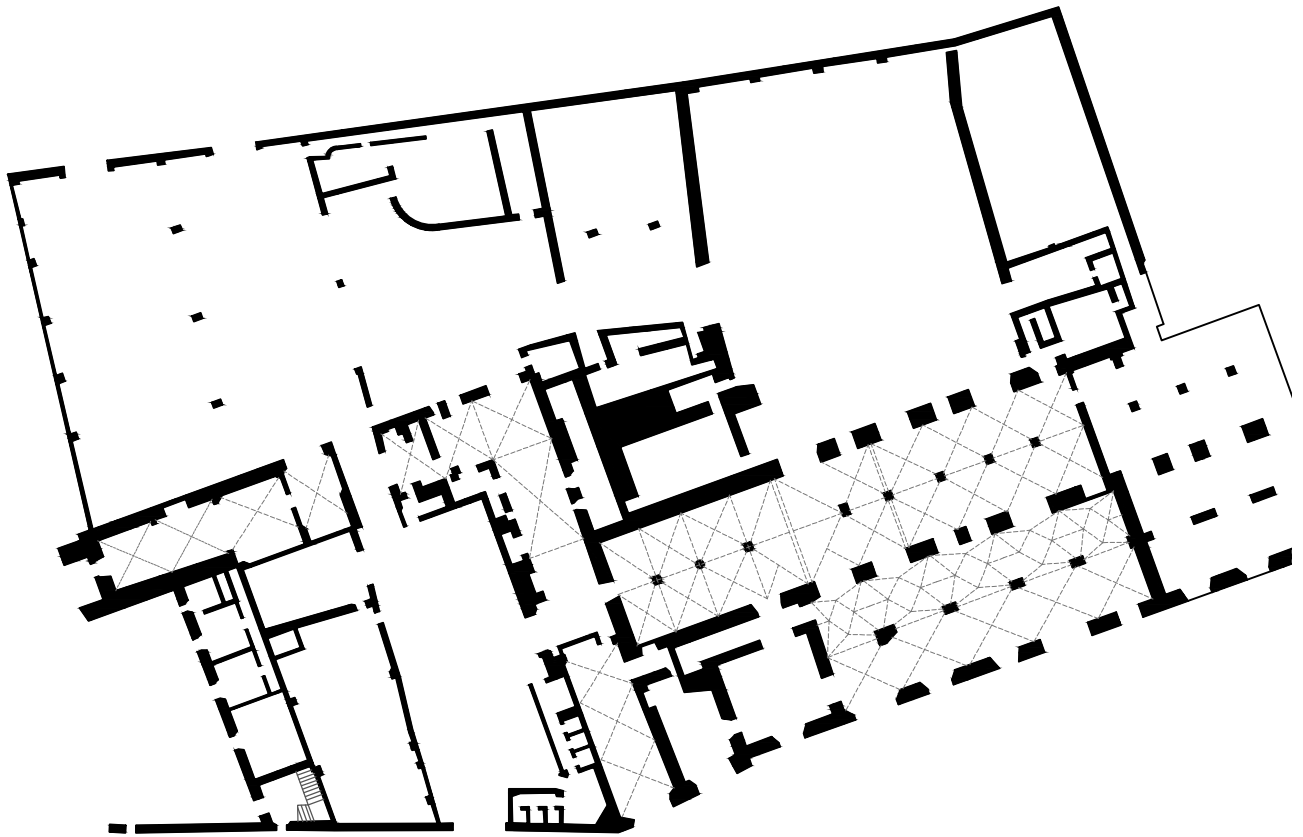


Fig. 56. **EVOLUÇÃO EM PLANTA PISO 0 E ALÇADO**, Séc.XX, Escala 1:500

Fonte: Planta realizada pela autora sobre a planta original(2018).

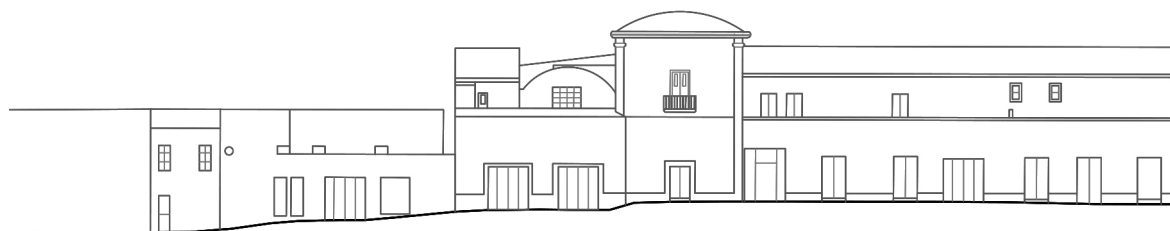
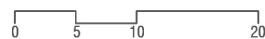


Fig. 57. **EVOLUÇÃO EM PLANTA PISO 0 E ALÇADO**, Séc.XXI, Escala 1:500

Fonte: Planta realizada pela autora sobre a planta original(2018).



3.1.3. Caso de Estudo 3– Antigo Celeiro Comum / MADE

Tipologia: Arquitetura Civil/ Industrial

Época de construção: XVIII

Localização: Praça 1º de maio

Freguesia: Sé e São Pedro

Proteção Legal: Integrado na área inscrita na Lista de Património Mundial da UNESCO, Centro Histórico de Évora

Categoria: E1

Breve descrição do edifício existente: Da construção original, como Real Celeiro Comum construído no início de 1773, toda a sua estrutura se mantém intacta. A área onde se faria o depósito de trigo, atualmente serve o espaço expositivo do Museu do Artesanato e do Design de Évora (MADE), e toda a área circundante, serve as áreas de apoio ao museu.

Intervenção: 2007

Projeto: Arq. Jorge Fragoso Pires com colaboração do Arq. Andrew Shore

Origem e Evolução: Em 1576 o rei D. Sebastião decidiu instalar em Évora o primeiro Depósito de Pão do Concelho, provisoriamente instalado nas torres do Castelo Manuelino (atual quartel de Dragões), sendo transferido mais tarde, em 1736 para lugar definitivo, entre a Rua do Paço e Largo de São Francisco, sobre os vestígios de um antigo palácio quinhentista.

A construção deste edifício teve início apenas em 1773, sob assistência do mestre pedreiro João Baptista e foi concluída em 1780.

O edifício com planta ortogonal de quatro naves com cinco tramos, com o objetivo de ser o mais amplo possível de modo a compartimentar o trigo dentro de tapumes, utilizando para isso o entalhe da pilastra.

Os vão altos explicam-se pela necessidade de arejamento, para possibilitar uma temperatura equilibrada no interior do edifício, era preciso que o ar mais quente saísse.

Era constituído no seu interior, pelo depósito de cereais ao centro, e pela sala de sessões, a sala vaga, cartório e moradia do

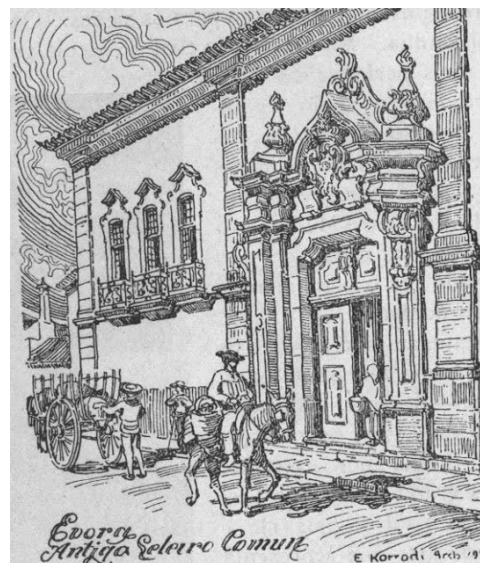


Fig. 58. **DESENHO CELEIRO COMUM**, por E. Korrodi (início século XX)

Fonte: <http://catekero.blogspot.com/2012/04/> (2018).

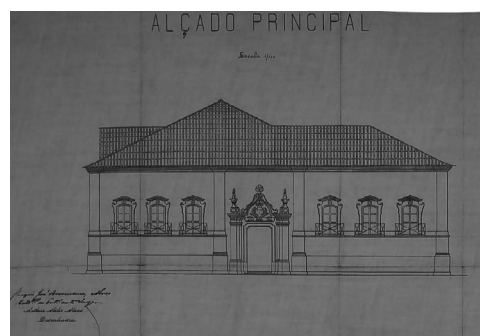


Fig. 59. **ALÇADO CELEIRO COMUM**, adaptação do Celeiro Comum a Cadeia Comarcã (1894)

Fonte: C.M.E. (s/d). Risco de um Século – Memórias da Evolução Urbana de Évora. (pp.32). (2018)

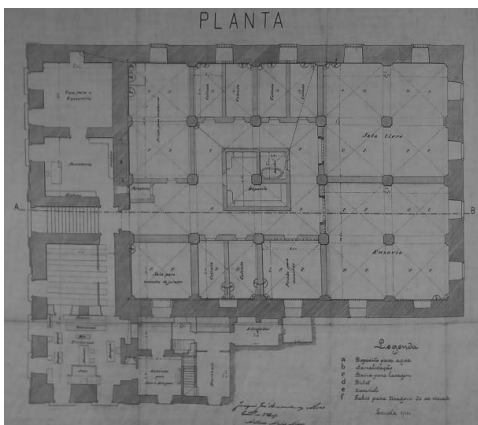


Fig. 60. **PLANTA CELEIRO COMUM**, adaptação do Celeiro Comum a Cadeia Comarcã (1894)
 Fonte: C.M.E. (s/d). Risco de um Século – Memórias da Evolução Urbana de Évora. (pp.32).(2018)



Fig. 61. **FOTOGRAFIA CELEIRO COMUM**, (2010)
 Fonte: <http://viajaredescobrir.blogspot.com/2010/04/portugal-evora-centro-de-artes.html> (2018).

tesoureiro. Estas dependências dividiam-se em dois pisos, para o primeiro que se acedia por uma escadaria central, com cobertura em abóbada.

O salão central de depósito era amplo de planta retangular, onde se recolhiam aproximadamente cinco milhões de quilos de cereal. Construído em alvenaria, formava um retângulo de 30,10 metros de comprimento, 21,60 metros de largura e 6,25 metros de altura, com as suas quatro naves de cinco tramos divididos por doze pilares em granito de secção poligonal, com cornijas acentuadas e assentes em robustas sapatas de granito, que estiveram durante os anos de 1821 a 1962 recobertas de alvenaria. Este salão era coberto com teto em abobada, com arcos redondos de aduelas almofadadas.

Ao contrário da simplicidade funcional do seu interior a fachada exterior do edifício, apresentava nobre decoração, com janelas de sacada, de granito sobreposto com frontões triangulares defendidas por balcões de ferro forjado, em estilo Rococó. Ao centro da fachada o portado, também em granito, com linhas barrocas, é ladeado por pilastras que atingem as salientes cornijas. O portal de arco lanceolado é envolto por ornamentos de conchas e volutas e encimado pelo brasão da casa real.

Em 1821 o edifício foi sujeito a obras de reabilitação sob projeto do Oficial de Pedraria Manuel Joaquim dos Santos. Após as obras, a instituição que geria o Celeiro Comum, transferiu a sua produção cerealífera para os bancos agrícolas, e iniciou-se então o projeto de uma prisão para aquele espaço, que nunca chegou a ser realizado. Em 1965, o estado instalou no edifício o Museu do Artesanato de Évora, que encerrou em 1991. Em 2007, após obras de reabilitação e renovação sob projeto do arquiteto Jorge Fragoso Pires com colaboração do arquiteto Andrew Shore, o edifício voltou a abrir as portas ao público como Museu do Artesanato e do Design de Évora (MADE).

Intervenção: O projeto de **reabilitação** e **renovação** do edifício do Antigo Celeiro, da autoria do arquiteto Jorge Fragoso Pires, propôs fazer apenas pequenas alterações e **reparações** à sua estrutura de modo a garantir a existência do museu e dos seus espaços de apoio.

No piso 0, piso de entrada, apenas existe uma grande escadaria em granito de acesso ao primeiro piso e zona de instalações

sanitárias para homens e mulheres, a este das escadas, antecedidas por uma ante-câmara por onde também se pode aceder a uma sala de investigação e através desta a um depósito.

No piso superior logo à entrada o público é recebido por um átrio e deste, e neste, existe a receção com gabinete e do lado oeste uma loja, a norte do átrio fica toda a zona expositiva com divisão de um espaço central reservado às exposições temporárias. Neste piso, antes salão do depósito de cereais, é uma ampla sala como foi referido anteriormente, fazendo assim uma métrica, que se manteve até aos nossos dias.

A solução que o arquiteto utilizou para a organização do museu foi utilizar a métrica existente, dividindo os espaços com materiais leves, entre pilares, e assim o visitante tem possibilidade de deambular livremente pelo espaço expositivo.



Fig. 62. **FOTOGRAFIA CELEIRO COMUM, Interior 2018**

Fonte: Fotografia tirada pela autora.



Fig. 63. **FOTOGRAFIA CELEIRO COMUM, Interior 2018**

Fonte: Fotografia tirada pela autora.

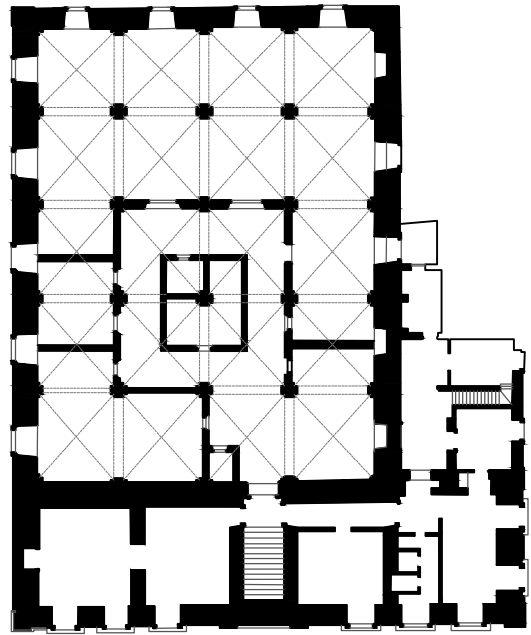
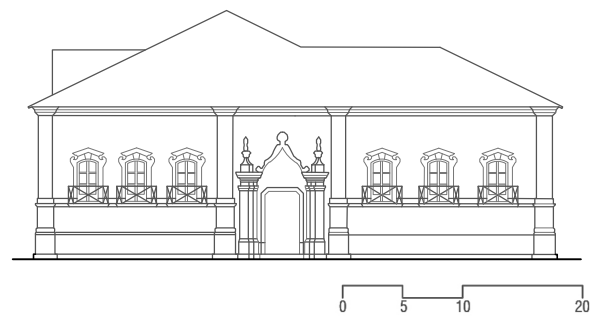


Fig. 64. **EVOLUÇÃO EM PLANTA PISO 1 E ALÇADO**, Séc.XIX, Escala 1:500
 Fonte: Planta realizada pela autora sobre a planta original(2018).



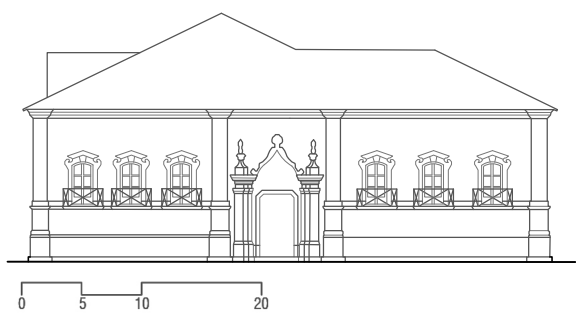
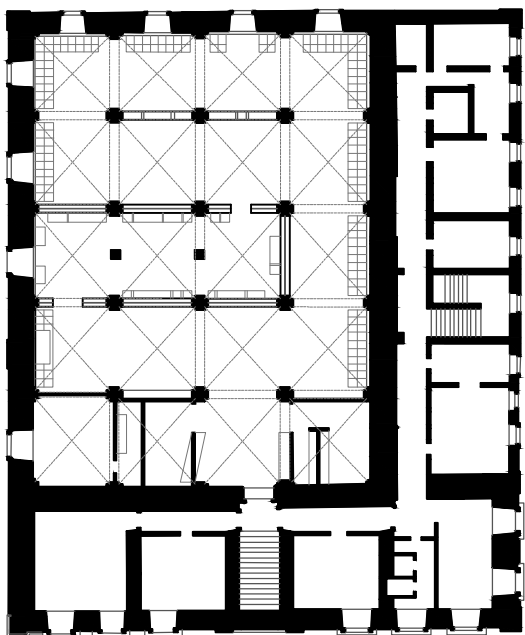


Fig. 65. **EVOLUÇÃO EM PLANTA PISO 1 E ALÇADO**, Séc.XXI, Escala 1:500

Fonte: Planta realizada pela autora sobre a planta original(2018).





Fig. 66. **FOTOGRAFIA PALÁCIO CONDES DE BASTO**, Coleção David Freitas (Antes da intervenção dos anos 50 do séc.XX)

Fonte: Arquivo Fotográfico Câmara Municipal de Évora(2018).



Fig. 67. **FOTOGRAFIA PALÁCIO CONDES DE BASTO**, Coleção David Freitas (Antes da intervenção dos anos 50 do séc.XX)

Fonte: Arquivo Fotográfico Câmara Municipal de Évora(2018).

3.1.4. Caso de Estudo 4– Antigo Palácio dos Condes de Basto / Paço de S. Miguel / Fundação Eugénio de Almeida

Tipologia: Arquitetura Civil

Época de construção: XVI

Localização: Entre o Largo Dr. Mário Chicó, a Rua Freiria de Cima e o Largo dos Colegiais

Freguesia: Sé e São Pedro

Proteção Legal: Dec. n.º 8218, de 29-6-1922; e Dec. 8252, de 10-7-1922.

Categoria: MN

Descrição do edifício existente: O conjunto edificado do Paço de São Miguel ocupa uma vasta área coberta e de espaços livres, construído sob o antigo alcáçar mourisco, compreende construções e alterações ao original, de várias épocas. Do edifício que chegou aos nossos dias, após Vasco Maria Eugénio de Almeida o ter adquirido, o mais alterado foram as fachadas. Toda a sua estrutura manteve-se quase inalterada.

Intervenção: 2013

Projeto: Arq. Francisco Barata Fernandes.

Origem e Evolução: O antigo Palácio dos Condes de Basto foi construído sobre o primórdio Alcáçar Mourisco, e cedido em 1176 pelo Rei D. Afonso Henriques à Ordem Militar de S. Bento de Calatrava¹⁴², é desta época a construção da capela de S. Miguel a sudeste do pátio principal.

A partir de 1220, o Palácio foi integrado na coroa como paço régio, tendo servido de pousada a vários reis e de quartel-general ao Condestável D. Nuno Álvares durante a guerra da Independência (1383-85). Apesar da origem do Palácio remontar à Idade Média, poucos foram os vestígios que se conservaram, devido à destruição do espaço na sequência dos confrontos que ocorreram devido à crise de sucessão ao trono¹⁴³.

O edifício tal como o conhecemos deveu-se, numa primeira fase, à família dos Condes de Basto, que aí residiu entre o final do século XV e a primeira metade do século XVII. Durante esta época, o palácio foi sujeito a uma grande campanha de obras¹⁴⁴. Deste

142. Posteriormente nomeada de Ordem de Avis.

143. Entre 1383 e 1385 entre os partidários de D. Leonor Teles e o futuro rei D. João, Mestre de Avis.

144. Durante o século XVI.

período são o conjunto de frescos quinhentistas que revestem o teto de algumas das salas, com temáticas profana, da autoria de alguns dos mais famosos pintores da época. A sua reedificação e obras de ampliação, visaram conferir-lhe a beleza arquitetónica e imponência que refletisse a riqueza da família nesta época.

Nesta fase a fachada do palácio virado para o pátio sofreu grandes alterações, principalmente com o acréscimo de um segundo piso térreo da moradia e das galerias alpendradas da frontaria do pátio e do jardim traseiro. Outra das alterações a esta fachada foram, no século XVI, a alteração dos vãos manuelinos-mudéjar que existiam, para vãos de linhas renascentistas. Também foi deste período o pavilhão de dois andares das cavalariças e dependências anexas dos criados a sul do pátio principal.

O pavilhão principal do palácio era de planta retangular cintado angularmente por um grande aparelho granítico, o seu telhado era de quatro águas, cuja fachada cai sobre a muralha da cerca velha. A proteger as empenas existiam duas torres uma em forma cúbica e outra de secção cilíndrica.

No seu interior, no piso térreo existiam alguns salões todos com tetos em abóbodas nervuradas decoradas com frescos. Um dos aposentos era de planta elíptica com maior eixo de 8.05 metros por 6.70 metros, com oito tramos de arcos abatidos, assentes em pilastras de perfis retos e losânicos, o teto tinha doze ogivas de arestas vivas, intervaladas por frisos. A sala seguinte, para ocidente, com dimensões de 8.50 metros de comprimento e 6.20 de largura, tinha cobertura nervurada com vinte e oito caixotões de aresta viva, revestidos com frescos. A leste desta dependência existia uma porta em arco lanceolado, gótico e uma imponente colunata de dois tramos amplos arquivados, que atingia a cornija da sala. O salão de Receções manteve-se intacto. Tinha planta retangular, com dimensões de 18.10 de comprimento e 7.50 de largura. Era dividido por quatro tramos com colunas toscanas de granito, e tinha três janelas de peito, por onde era feita a iluminação deste espaço.

Com comunicação direta com o salão de “Receção”, existia um oratório solarengo, construído sobre o adarve de uma meia torre pertencente ao antigo castelo, com planta quadrangular e teto hemisférico. Neste mesmo piso, existiam outras salas secundárias mas com importante valor arquitetónico.



Fig. 68. **FOTOGRAFIA PALÁCIO CONDES DE BASTO**, Coleção David Freitas (Durante a intervenção dos anos 50 do séc.XX)

Fonte: Arquivo Fotográfico Câmara Municipal de Évora(2018).



Fig. 69. **FOTOGRAFIA PALÁCIO CONDES DE BASTO**, (Após a intervenção dos anos 50 do séc.XX)

Fonte: SIPA(2018).



Fig. 70. **FOTOGRAFIA PALÁCIO CONDES DE BASTO**, (Após a intervenção dos anos 50 do séc.XX)
Fonte: SIPA(2018).



Fig. 71. **FOTOGRAFIA PALÁCIO CONDES DE BASTO**, (Após a intervenção dos anos 50 do séc.XX)
Fonte: SIPA (2018).



Fig. 72. **FOTOGRAFIA PALÁCIO CONDES DE BASTO**, 2018
Fonte: Fotografia tirada pela autora.

No andar superior existia o salão principal que se acedia por uma escada helicoidal, com proporções majestosas de 18,30 metros de comprimento e largura variável de 7,30 metros até 7,50 metros, este salão era iluminado por três janelas geminadas. Contíguo a este salão, existia uma dependência antecedida por um portal geminado de arcos de ferradura em granito e coluneis em mármore liso, com capitéis e bases torsas. Em planta esta dependência formava um retângulo com 8,25 metros por 6,80 metros, tinha dois vãos em estilo mudéjar, uma para o exterior e outra de ligação à ante-sala do terraço dos jardins.

Fazendo empena com um dos recantos do salão principal, existia uma galeria em estilo renascentista, constituída por arcaria arquivada de dez tramos com coluneis toscanos de mármore que assentavam em quatro vãos de arcos redondos reforçados por botaréis de alvenaria e teto nervurado, que abria assim para os jardins. Nestes jardins existia uma fonte de repuxo com geometria pentagonal, de mármore branco, e uma casa de fresco, com planta retangular, de abertura redonda, com azulejos policromados.

Para o pátio, no alçado oriental, ainda existiam dois balcões mainelados com arcos em ferradura de tijolo, um deles transformado em porta de acesso ao varandim que se apoiava em dupla arcada redonda de granito.

Quando no século XX, a família Eugénio de Almeida adquiriu o paço dos antigos Condes de Basto, todo o conjunto encontrava-se em forte estado de degradação. Vasco Maria Eugénio de Almeida em colaboração com o arquiteto Ruy Couto, em 1958 começou uma longa campanha de obras de consolidação, conservação e restauro.

Esta intervenção para além de tentar resolver os graves problemas estruturais que o edifício apresentava, acabou por revelar vários elementos de grande valor arquitetónico, que teriam sido cobertos, entre os séculos XVI e XVIII, e como era comum na época, restituir a feição primitiva ao edifício. Foram assim, desentapadas as galerias quinhentistas e os vãos de estilo manuelino-mudéjar, foram demolidos os tabiques que compartimentavam os antigos salões e a loggia e postos a descoberto os portais góticos de acesso aos jardins posteriores que também foram sujeitos a trabalhos de recuperação, voltando a dar-lhes a essência de horto de recreio.

Uma das preocupações do Conde Eugénio de Almeida e do

arquiteto Ruy Couto, nesta campanha de obras, era o realojamento das 15 famílias que residiam nos diferentes espaços do conjunto edificado, tal como a Sociedade Recreativa e Dramática Eborense que tinha ali a sua sede.

Intervenção: Em 2013 a Fundação Eugénio de Almeida com o intuito de converter o antigo Palácio de São Miguel ou Palácio dos Condes de Basto, num centro artístico e cultural, pertencente à Fundação Eugénio de Almeida, através do programa Acrópole XXI, foi encomendado o projeto de **conversão, recuperação e reabilitação** ao arquiteto Francisco Barata Fernandes.

No corpo principal do conjunto edificado, a proposta manteve o programa que já existia (Residência, Casa-Museu) complementado com os serviços administrativos da Fundação. Neste espaço apenas foram feitas algumas **intervenções** como a **reparação** da cobertura em telha, mantendo mesma composição e organização, resolvendo, também os problemas de infiltrações de água, térmicos e de humidade que existiriam. Foram também **reparadas e consolidadas** as paredes interiores e exteriores, que apresentavam alguma fissuras, degradação de argamassas, pintura, bem como a falta de impermeabilidade. Os pavimentos foram mantidos e **reparados**, e as caixilharias das janelas foram substituídos. Na fachada deste corpo edificado, foi desmontado um pequeno alpendre de entrada que teria sido erguido nos anos 50 do século XX, tal como o entre piso que existia sobre o vestíbulo da entrada. Foi aberto o vão da escada helicoidal dando acesso ao jardim.

Na galeria dos arcos, adjacente ao corpo principal, os trabalhos de **reparações e restauro** foram idênticos às do corpo principal. Foi criada uma parede que serve de fundo aos dois arcos, e reformulou-se os espaços interiores, de arrumos e de apoio aos espetáculos que acontecem no Pátio. Realizou-se a desmontagem das escadas que existiam nesta galeria, e que foram criadas apenas no século XX.

Na Ermida de São Miguel, a **intervenção** foi mínima, apenas de melhoramentos de conforto, iluminação, e acústica, e alguns trabalhos de **conservação e restauro**.

Na biblioteca e Arquivo, o processo de **intervenção** foi idêntico ao corpo principal, apenas de **reparos e consolidações** dos



Fig. 73. **FOTOGRAFIA PALÁCIO CONDES DE BASTO, 2018**

Fonte: Fotografia tirada pela autora.



Fig. 74. **FOTOGRAFIA PALÁCIO CONDES DE BASTO, 2018**

Fonte: Fotografia tirada pela autora.



Fig. 75. **FOTOGRAFIA PALÁCIO CONDES DE BASTO**, Autor: Fernando Guerra (2016)
Fonte: <http://ultimasreportagens.com/ultimas.php> (2018).

elementos construtivos e estruturais do edifício. **Reabilitou-se** o edifício, de forma a reforçar algumas infraestruturas necessárias na atualidade, tais como, elétricas, abastecimento de água, drenagem e esgotos, de comunicações e segurança. Em relação à organização interior deste corpo, apenas foi alterado o programa de uma das habitações dos guardas, que aí existiria, que foi aproveitado para arquivo do acervo da Biblioteca da Fundação. Manteve-se, apenas a habitação voltada para a rampa de S. Miguel, que foi reorganizada e **remodelada** com um programa de três quartos e novas condições de conforto. Aqui foram introduzidos vãos, nos quartos e na sala, para ventilação e iluminação destes, utilizando a composição de janelas e postigos existentes anteriormente. A fachada deste corpo foi **reconstruída**, repondo a composição anterior à intervenção do século XX, tal como foi desmontado o pórtico que antecede as casas, construído também nesta época.

O espaço da Administração do centro cultural, localiza-se no conjunto de edifícios e terraços, construídos, com a estrutura como conhecemos, apenas no século XX. Estes também foram sujeitos a obras de **conservação** de todo o exterior, e **remodelação** dos espaços interiores de forma a oferecer melhores condições. Um dos espaços com terraço foi **reabilitado** para a introdução de uma pequena cafetaria, e loja.

Por fim, no Museu das Carruagens procedeu-se à desmontagem do alpendre porticado, construído no século XX, substituindo-o por uma cobertura plana e simples, fazendo destacar os vãos existentes e a monumentalidade das construções envolventes, nomeadamente a Torre do Sertório e a cabeceira da Sé. Na parede poente, foi aberto um vão que possibilita vislumbre da Torre do Sertório, a partir do interior do museu. À cobertura aqui existente com laje à vista, foi acrescentado um teto falso que permitiu a introdução de iluminação artificial adequada.

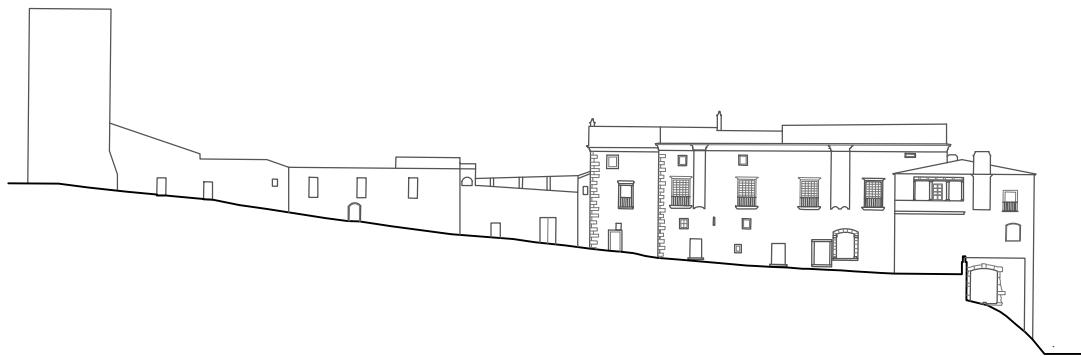
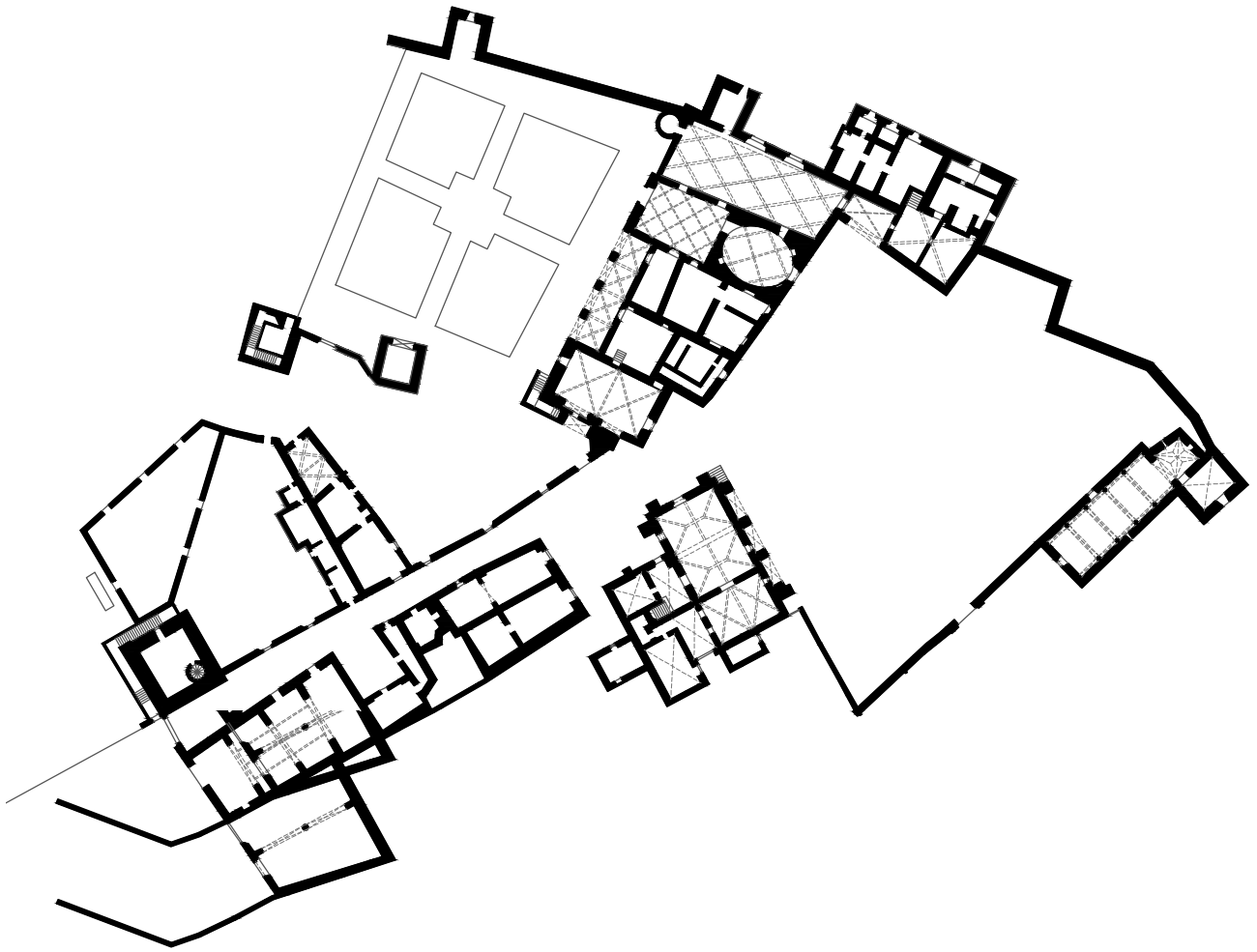


Fig. 76. **EVOLUÇÃO EM PLANTA PISO 0 E ALÇADO, Séc.XIX, Escala 1:800**

Fonte: Planta realizada pela autora sobre a planta original(2018).

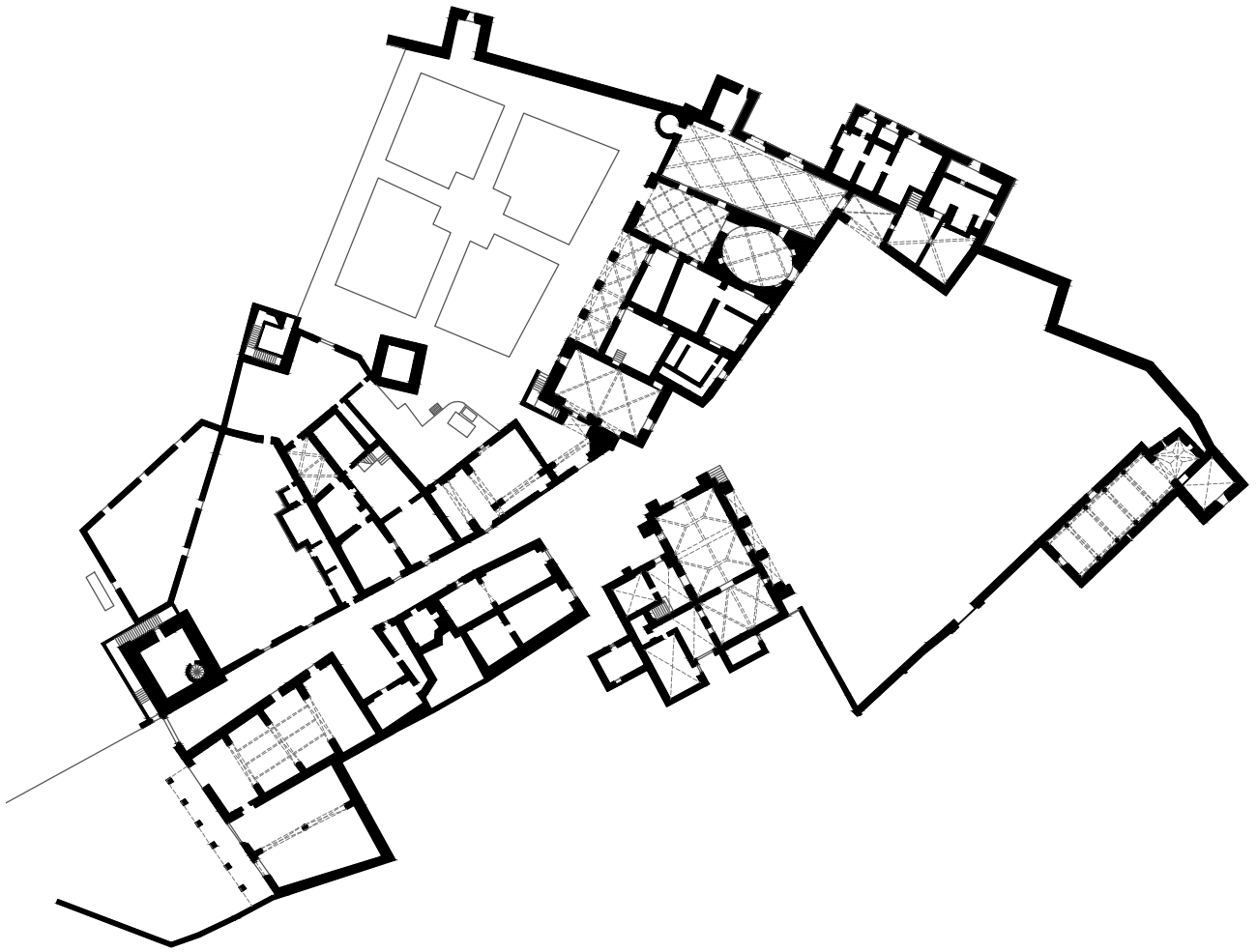


Fig. 77. **EVOLUÇÃO EM PLANTA PISO 0 E**
ALÇADO, Séc.XX, Escala 1:800

Fonte: Planta realizada pela autora sobre a planta original(2018).



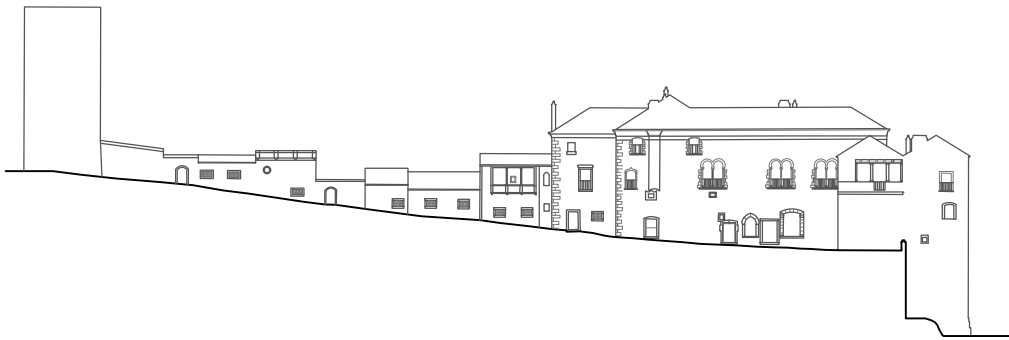


Fig. 78. **EVOLUÇÃO EM PLANTA PISO 0 E ALÇADO**, Séc.XXI, Escala 1:800

Fonte: Planta realizada pela autora sobre a planta original(2018).



Fig. 79. **FOTOGRAFIA IGREJA DE S. FRANCISCO, (1873)**
Fonte: SIPA (2018).



Fig. 80. **FOTOGRAFIA IGREJA DE S. FRANCISCO, (2002)**
Fonte: SIPA (2018).

3.1.5. Caso de Estudo 5– Igreja de São Francisco

Tipologia: Arquitetura Religiosa

Época de construção: XV; XVI

Localização: Praça 1º de maio

Freguesia: Sé e São Pedro

Proteção Legal: Dec. 16-6-1910, de 23-6-1910

Categoria: MN, E3 (janelas da frontaria IIP)

Breve descrição do edifício existente: A igreja como hoje a conhecemos fazia parte de um conjunto conventual, do qual só resistiu a Igreja, uma pequena galeria com arcada e a Capela dos OSSOS.

Intervenção: 2015

Projeto: Arq. Adalberto Dias

Origem e Evolução: O convento de São Francisco foi fundado em 1224, segundo crónicas desta época, sabe-se que já existiria um templo primitivo erguido em torno da ermida de São Joãozinho (integrada no espaço conventual).

Este conjunto conventual e igreja implantou-se fora das muralhas romano-godas, orientado no sentido poente/nascente, sendo a cabeceira da igreja a nascente. Foi por volta de 1483, que se iniciaram as obras da igreja que atualmente conhecemos, tendo a obra estagnado durante uma década, segundo o padre Manuel Fialho.

No reinado de D. Afonso V, a corte instalou-se em parte do edifício conventual, por esta altura foram feitas algumas obras de ampliação. Em 1493, já no reinado de D. João II, este instituiu neste edifício o Tribunal do Paço, dando assim continuação às ampliações do convento. O rei declarou então que pretendia ocupar parte do convento, para a construção de um palácio.

No reinado de D. Manuel I a construção do palácio e do espaço conventual, já se encontraria muito avançada. Nesta altura, a fachada da igreja teria sido reformulada, com a reedificação do pórtico principal e a adição da galilé, e teria sido acrescentado a torre sineira. No seu interior, todo amplificado, o alçado das naves laterais foram tornado-o mais alto, conservando ainda assim, alguns elementos

arquitetónicos da primitiva igreja, tais como o interior do nártex e o portal lateral. Apesar desta grande campanha de obras no espaço conventual, a construção do palácio real, realizado na mesma altura, foi aumentando ao ponto de tomar uma grande área do convento.

Em 1508, o interior da igreja de S. Francisco, já se encontraria em fase de acabamentos. Nesta época, iniciou-se a construção de mais alguns espaços do convento e igreja, como a sala do capítulo, dormitório, a capela dos Castros e a capela de S. Joãozinho. Em 1513, foi encomendada uma grande empreitada que compreendia a construção de um dormitório de 66 metros de comprimento, 18,5 de largura e 4,4 de altura, dividido por um corredor, sobre a sala do capítulo (também construída nesta empreitada), com quinze celas de cada lado, e junto à sala do capítulo, uma sacristia. Foram construídas também, duas dependências, uma enfermaria e uma livraria, sobre o refeitório, que abriam para o claustro. No ano seguinte, foram feitas intervenções em alguns dos aposentos, junto à capela, na sala da rainha, na enfermaria, na livraria e nas varandas e nas janelas que abriam para o claustro. As intervenções continuam pelo século XVI, conhecendo intervenção de vários arquitetos, como Diogo de Arruda (entre 1524 a 1531), Francisco de Arruda (entre 1531 a 1547) e de Diogo de Torralva (entre 1548 a 1565).

O paço real até 1616 foi ocupado diversas vezes pelos monarcas e suas cortes, existindo ligação para o convento por sete portas, que estaria entre o paço e a igreja, tornada assim Capela Real. Os frades construíram, nessa época, dois dormitórios na sala, e intencionalmente provocam estragos nos restantes espaços, para impossibilitar a futura ocupação do convento. No final do século XVII, foram construídas as dependências da confraria da Ordem Terceira, encostadas ao alçado Norte da Igreja.

No século XVIII, o convento encontrava-se em forte estado de degradação. E em 1733 foi desmontado o altar-mor manuelino e substituído pelo altar que ainda hoje existe, em mármore. Para além desta alteração durante este século reformularam-se as capelas do cruzeiro, a cobertura-mor foi substituída e colocaram-se novas portas na entrada principal.

Em 1808, o Convento foi saqueado pelos franceses durante as invasões napoleónicas, deixando-o ainda mais degradado e pobre de elementos decorativos.



Fig. 81. **FOTOGRAFIA IGREJA DE S. FRANCISCO,** (2002)

Fonte: SIPA (2018).



Fig. 82. **FOTOGRAFIA IGREJA DE S. FRANCISCO,** (2002)

Fonte: SIPA (2018).

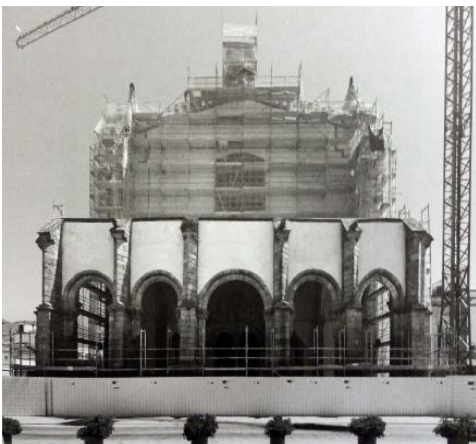


Fig. 83. **FOTOGRAFIA IGREJA DE S. FRANCISCO**, (2015 durante as obras de intervenção)
 Fonte: Dias, A. (2015) Igreja de S. Francisco reabilitação. (pp.25) (2018).



Fig. 84. **FOTOGRAFIA IGREJA DE S. FRANCISCO**, (2015 após as obras de intervenção)
 Fonte: Dias, A. (2015) Igreja de S. Francisco reabilitação. (pp.51) (2018).

145. Que teria sido remodelada no ano seguinte.

146. Paróquia de S. Pedro, detentora atual do conjunto patrimonial.

Em 1834 o Convento foi secularizado e cedido em parte à autarquia, que lá instalou o Tribunal Judicial da Comarca. Durante os anos seguintes a Igreja ficou fechada ao público.

Em 1859 iniciaram-se as obras para o mercado, sendo demolidos algumas dependências do convento e parte da muralha medieval. Entre 1860 e 1862, foi construída a torre que substituiu o campanário, foram construídos novos pavimentos e estuques das capelas, e foi promovido o restauro das imagens.

Em 1894, iniciaram-se as obras de demolição do Convento de São Francisco e a construção do atual quarteirão, delimitado pela Praça 1º de maio, rua da República e pela rua 24 de julho, salvando-se apenas a Igreja, parte do Claustro, a Sala do Capítulo, a Sacristia¹⁴⁵, a Capela dos Ossos e alguns anexos encostados ao edifício.

Desde 1937, a Direção Geral dos Edifícios e Monumentos iniciou intervenções no edifício, demolindo parte das instalações da Irmandade da Ordem Terceira, com o objetivo de desobstruir o portal gótico do alçado norte. Em 1940 foram repostos alguns lances da arcada do claustro, guardados até aí no Museu de Évora. Durante vários anos, até então o que restou do conjunto é regularmente intervencionado por esta instituição, com trabalhos de consolidação e reparação das estruturas e do conjunto edificado.

Intervenção: Após vários anos, desde o século passado, de tentativas de reparações e consolidações da estrutura e dos danos técnicos construtivos da igreja, pequenos retoques, que se mostraram pouco expressivos, em 2015 a paróquia¹⁴⁶, em conjunto com a Direção Regional da Cultura do Alentejo, decidiram finalmente fazer uma intervenção profunda no conjunto.

A **intervenção** feita, previa uma operação profunda de **consolidação** estrutural e tridimensional do edificado num todo.

Foi necessário proceder a um sistema de pregagens integradas e não visíveis nas paredes, contrafortes e arcobotantes a um conjunto de tirantes que atravessam a nave e amarram as abóbadas e consolidam os seus elementos estruturantes, de forma quase impercetível aos olhos dos visitantes. Esta ação foi articulada com a substituição de todas as coberturas e dos seus sistemas de drenagem, já que o edifício sofria de fortes problemas de infiltrações. Procedeu-se também à substituição de todas as esquadrias exteriores,

com o mesmo material e desenho que existia, mas reinterpretado de forma diferente de modo a reforçar a ventilação natural interior e transversal. Todas as fendas foram remendadas.

Durante todos os trabalhos de **consolidação e reparação** da igreja, em simultâneo foram **restaurados e conservados** os vários elementos decorativos existentes.

Por cima da sacristia, a sala régia, voltou a abrir-se para o altar-mor, devido à construção de uma nova abóbada para apoio da torre sineira, e desmontados os apoios de recurso que existiam, que impossibilitavam a abertura dos seus portais.

Para além da **intervenção** feita na igreja, o núcleo resistente do espaço conventual foi também intervencionado e **reabilitado**. Sobre a Sala do Capítulo e a Capela dos Ossos, construiu-se um núcleo museológico, fazendo uma **reinterpretação** do volume da antiga ala nascente das celas dos monges, a sua cobertura é em tijoleira de barro sobre uma estrutura metálica de duas águas e vão total, escolheu-se esta solução para não danificar os frescos das abóbadas do piso inferior e o revestimento de ossos da Capela, ao sobrecarregar a estruturas interior com sistema de construção a seco. Este espaço expositivo faz ligação para as galerias que estão sobre as capelas laterais da igreja, que se tornaram acessíveis após esta **intervenção**, por estas galerias o público tem acesso ao terraço da Galilé.

No troço de restou do antigo claustro, construiu-se uma nova cobertura que construtivamente é uma falsa abóbada de volta inteira, que dá continuação às arcadas originais do edificado antigo.

A Capela dos ossos também foi alvo de uma **intervenção** de **restauro, conservação e consolidação**. Todas as superfícies expostas, elementos osteológicos e argamassas de suporte da capela foram limpas. Foi necessário, também, realizar alguns trabalhos de **consolidação** das peças que se encontravam desintegradas, no intuito de conferir, acima de tudo, maior estabilidade estrutural, principalmente nas zonas inferiores das paredes onde o estado de degradação era mais notório.

Foi construída no nártex uma nova escadaria em granito, de acesso à igreja, substituindo a que existia. Esta nova escadaria com desenho elíptico e simétrico, que marca um toque *suis generis* por parte do arquiteto.



Fig. 85. **FOTOGRAFIA IGREJA DE S. FRANCISCO, 2018**

Fonte: Fotografia tirada pela autora.



Fig. 86. **FOTOGRAFIA IGREJA DE S. FRANCISCO, (2015 após as obras de intervenção)**

Fonte: Dias, A. (2015) Igreja de S. Francisco reabilitação. (pp.85) (2018).

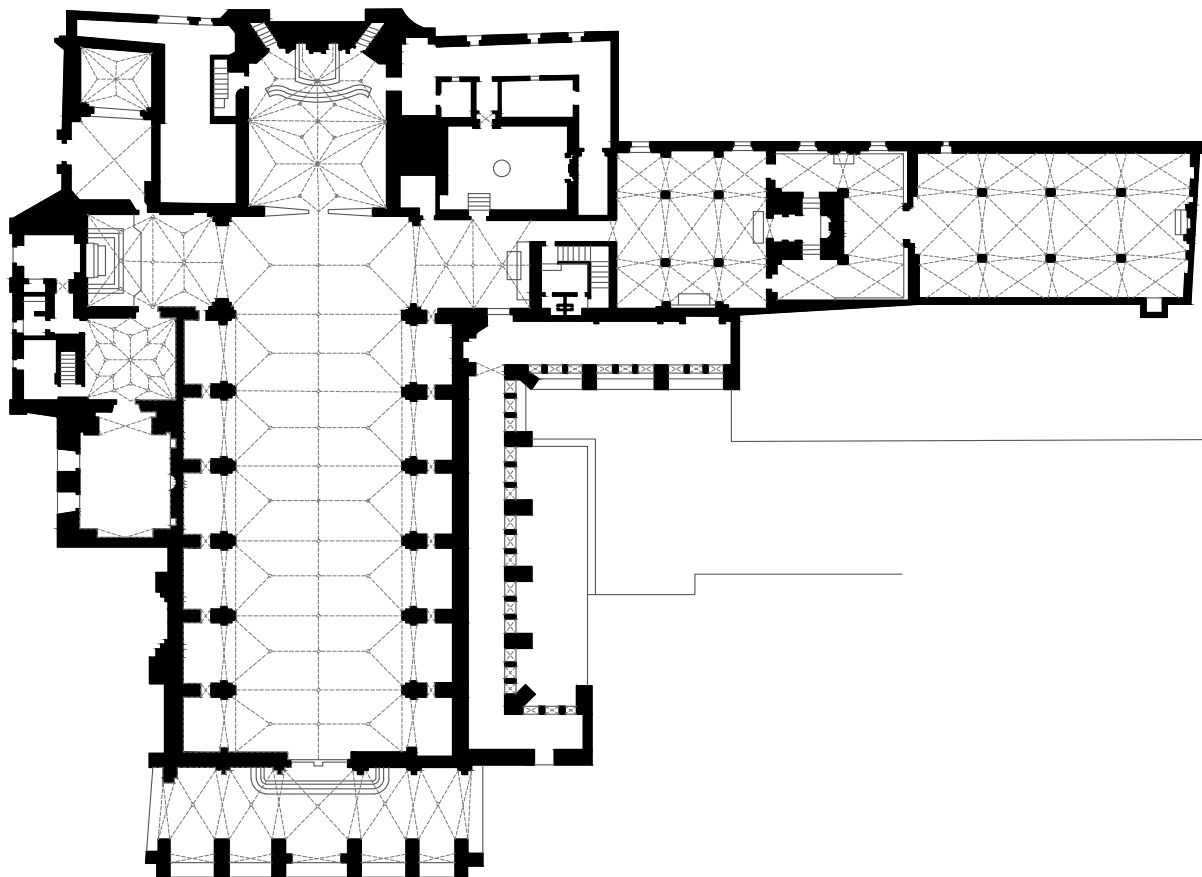
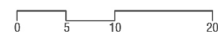


Fig. 87. **EVOLUÇÃO EM PLANTA PISO 0 E ALÇADO**, Séc.XX, Escala 1:600

Fonte: Planta realizada pela autora sobre a planta original(2018)..



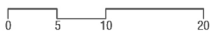
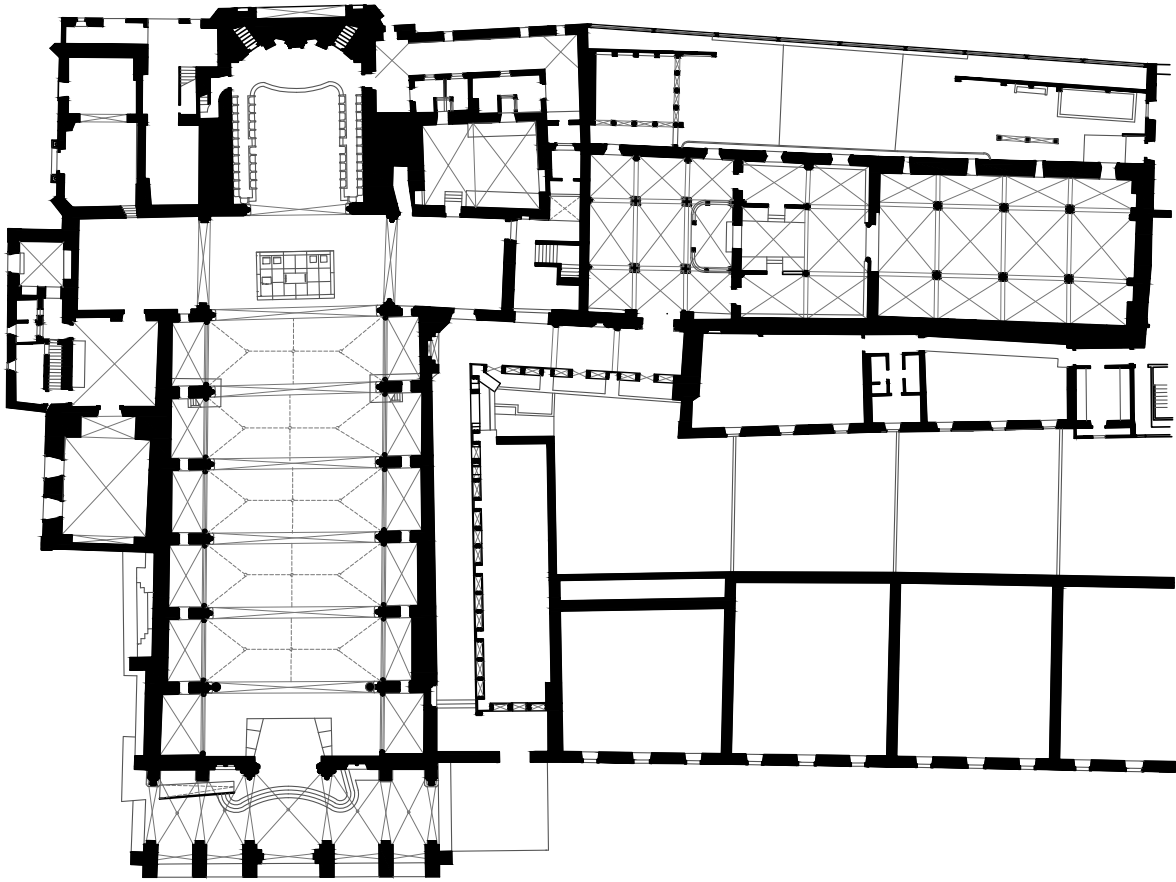


Fig. 88. **EVOLUÇÃO EM PLANTA PISO 0 E ALÇADO**, Séc.XXI, Escala 1:600
 Fonte: Planta realizada pela autora sobre a planta original(2018).



Fig. 89. **FOTOGRAFIA ANTIGO PALÁCIO DOS SEPÚLVEDAS** (1993)
Fonte: SIPA (2018).



Fig. 90. **FOTOGRAFIA ANTIGO PALÁCIO DOS SEPÚLVEDAS** (1993)
Fonte: SIPA (2018).

3.1.6. Caso de Estudo 6– Antigo Palácio dos Sepúlvedas /Hotel Mar de Ar Aqueduto

Tipologia: Arquitetura Civil

Época de construção: XVI

Localização: Rua Cândido dos Reis

Freguesia: São Mamede

Proteção Legal: Integrado na área inscrita na Lista de Património Mundial da UNESCO, Centro Histórico de Évora

Categoria: E3 (janelas da frontaria IIP)

Descrição do edifício existente: Do corpo original do palácio subsistem apenas alguns elementos, mais importantes da arquitetura manuelina, como o caso de uma sala térrea da banda norte e o pavilhão norte-sul com fachada para a Rua Cândido dos reis.

Intervenção: 2009

Projeto: Arq. Sofia Salema e Arq. Pedro Guilherme

Origem e Evolução: O antigo Palácio dos Sepúlvedas foi construído no início do século XVI por ordem do fidalgo castelhano D. Diogo de Sepúlveda, cuja a família se teria radicado em Évora.

Mais tarde o Arcebispo D. Teotónio de Bragança, que adquiriu o palácio, fundou o Colégio de São Manços de Donzelas Nobres. A Fundação deste colégio religioso contribuiu para a alteração profunda do edifício original. Deste apenas conservou alguns elementos, todos os aqueles que correspondem à traça manuelina e maneirista, como toda a fachada poente.

Este edifício de planta em “L” era composto por dois corpos retangulares um com orientação sudoeste-nordeste e o outro com orientação noroeste-sudeste, na articulação destes dois corpos, a sudoeste, implantou-se a igreja. A nordeste existia um grande pátio e vasta horta murado. A fachada virada para a atual rua Cândido dos reis, divide se em três corpos distintos; o primeiro de pano único, correspondendo à fachada lateral do corpo sudoeste-nordeste; o segundo correspondendo à fachada principal da igreja; e o terceiro correspondendo ao corpo noroeste-sudeste.

A cobertura dos três corpos era feita de telha com duas

águas e um terraço na zona da capela-mor da igreja.

No interior do conjunto, no piso térreo as dependências teriam coberturas em abóbadas de cruzaria e eram acedidas por vãos de arcos plenos, trilobados.

No piso superior existia uma sala também coberta por abóbada de cruzaria, suportada por pilastras adossadas, sendo as do centro chanfradas, existia também um hall com cobertura e abóbada, em arco pleno, nervurada e estrelada, apoiada em mísulas de granito. Existiam várias outras salas cobertas com abóbadas de cruzaria assentes em mísulas que continham pinturas murais com motivos vegetalistas.

A Igreja tinha apenas uma nave com cobertura em abóbada de berço e coro-alto com um grande arco abatido. A sacristia tinha cobertura em ogiva estrelada de doze nervuras, assentes nos ângulos por mísulas decoradas com pinturas murais de motivos vegetalistas.

Após a secularização do colégio, o edifício, durante o século XIX e início do século XX, foi utilizado com as mais diversas funções, fábrica de moagem de cereais e descasque de arroz, lagar de azeite, fabrica de sabão e de destilação de aguardente, fabrico de pão, de lavagem de lãs. Enquanto propriedade da Companhia Industrial Eborense, S. A.R.L, em 1875, foi utilizada como fábrica de lanifícios. Em 1888 funcionou como fábrica de rolhas de cortiça primeiro como propriedade de Thomaz Reynolds, e em 1895 sendo propriedade de The Cork Company Limited, S.A.R.L. Em 1901 passa a fabrica de transformação de cortiça, propriedade da Sociedade Nacional das Cortiças S.A.R.L. Em 1903 tornou-se sede da exploração de uma adega, propriedade da Adega Regional do Alentejo, S.A.R.L. Em 1916, funcionou como fábrica de pranchas, quadros, rolhas de cortiça e oficina de carpintaria mecânica. Em 1955, tornou-se propriedade da família Torres Vaz Freire, e em 1959 passou a ser utilizada como fabrica de têxteis, arrendada à PROTEXTIL- Promoção da Indústria Têxtil, S.A.R.L.

Após todos estes anos de utilização do conjunto edificado de forma pouco cuidada, em 1963 o antigo palácio, encontrava-se em forte estado de degradação, nesta data o edifício foi sujeito a obras de beneficiação e limpeza. Mas em 1970, a Industrial MELKA – Confeções, Lda. Arrenda o edifício no intuito de funcionar como fábrica de roupa.



Fig. 91. **FOTOGRAFIA ANTIGO PALÁCIO DOS SEPULVEDAS** (2009 durante as obras de intervenção)
Fonte: <http://www.termoprojecto.pt/portfolio/hotel-mar-de-ar-aqueduto-evora> (2018).



Fig. 92. **FOTOGRAFIA ANTIGO PALÁCIO DOS SEPULVEDAS** (2009 durante as obras de intervenção)
Fonte: <http://www.termoprojecto.pt/portfolio/hotel-mar-de-ar-aqueduto-evora> (2018).



Fig. 93. FOTOGRAFIA ANTIGO PALÁCIO DOS SEPÚLVEDAS, 2018

Fonte: Fotografia tirada pela autora.



Fig. 94. FOTOGRAFIA ANTIGO PALÁCIO DOS SEPÚLVEDAS, Interior, restaurante.2018

Fonte: Fotografia tirada pela autora.

Em 1998, foi feito o primeiro projeto de reabilitação a Hotel, nesta altura como propriedade da família Caeiro Rolo, funcionando aí o Hotel Quinta Palácio.

Finalmente em 2008, o conjunto edificado voltou a ser sujeito a grandes obras de reabilitação para aí funcionar o Hotel Mar de Ar aqueduto, como atualmente o conhecemos.

Intervenção: A **intervenção** de 2008 visou a instalação de um hotel de cinco estrelas com 64 suítes, bar e restaurante, spa e piscina exterior, para além de todas as áreas administrativa e de apoio. Todas as áreas comuns localizam-se, tanto no rés do chão como no primeiro piso no corpo virado para a Rua Cândido dos Reis, e todas as áreas de quartos e suítes localizam-se no corpo transversal.

A entrada faz-se pela rua Cândido dos Reis, na zona central deste copo. Ao entrar o visitante é recebido por um pequeno pátio que encaminha para um grande corredor que nos dá acesso, à antiga sacristia da igreja, onde se encontra a receção e que mantém as coberturas em ogiva estrelada que terá sido **renovada e restaurada**, e do lado oposto a este ao bar e restaurante.

Na fachada principal todos os vãos manuelinos foram reabertos.

A antiga sacristia permite a passagem para uma grande sala de estar que faz a passagem entre a receção e a zona de quartos, através de arcos de volta perfeita, no corpo mais a sudeste. É junto a esta sala que se encontram as escadas e elevadores que permitem os acessos ao piso superior. Este corpo a sudeste é rematado no lado que dá para Rua Cândido dos Reis por uma grande sala polivalente com oito colunas.

A noroeste da capela, todo o corpo foi também **reabilitado e restaurado** mantendo as coberturas em abóbadas de cruzaria, e funciona como bar, restaurante com várias salas, sendo rematado mais a noroeste pelas cozinhas, copas e todas as zonas de apoio ao restaurante.

O primeiro piso mantém a disposição do piso mais abaixo, sendo o corpo virado para a rua Cândido dos reis reservado a áreas comuns e áreas técnicas, com salas de estar/ polivalentes, salas de leitura, bar e serviços cada espaço dividido por arcadas de volta perfeita existentes, **restauradas e renovadas**. E o corpo transversal a

este reservado aos quartos e suites.

A antiga capela também foi toda **restaurada** e **consolidada**, funcionando agora como espaço polivalente.

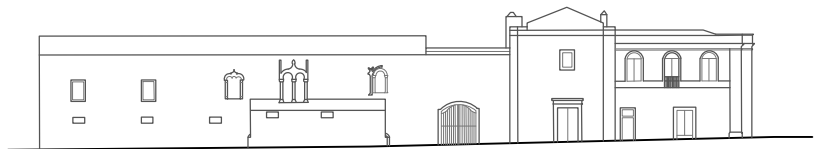
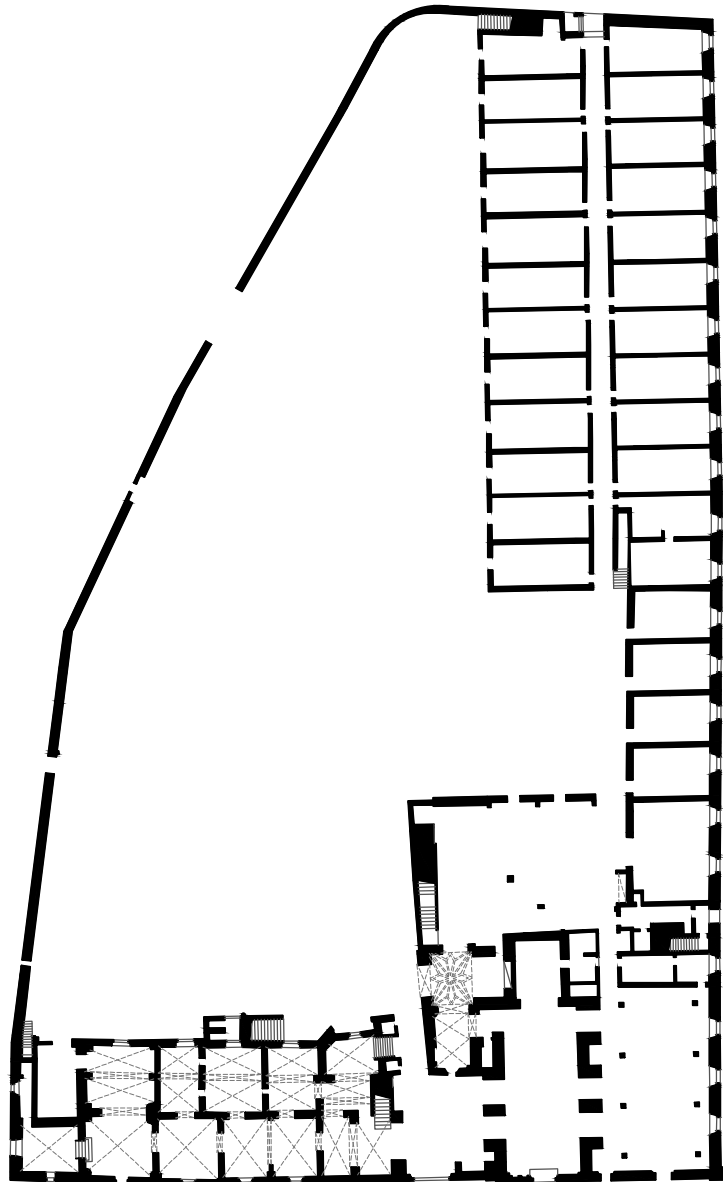


Fig. 95. **EVOLUÇÃO EM PLANTA PISO 0 E**
ALÇADO, Séc.XX
Fonte: Planta realizada pela autora sobre a planta original(2018).



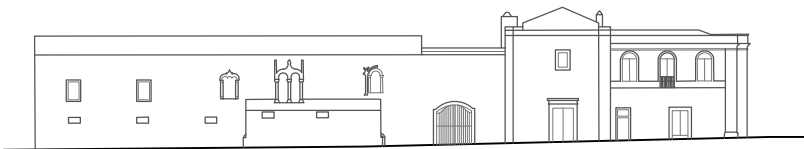
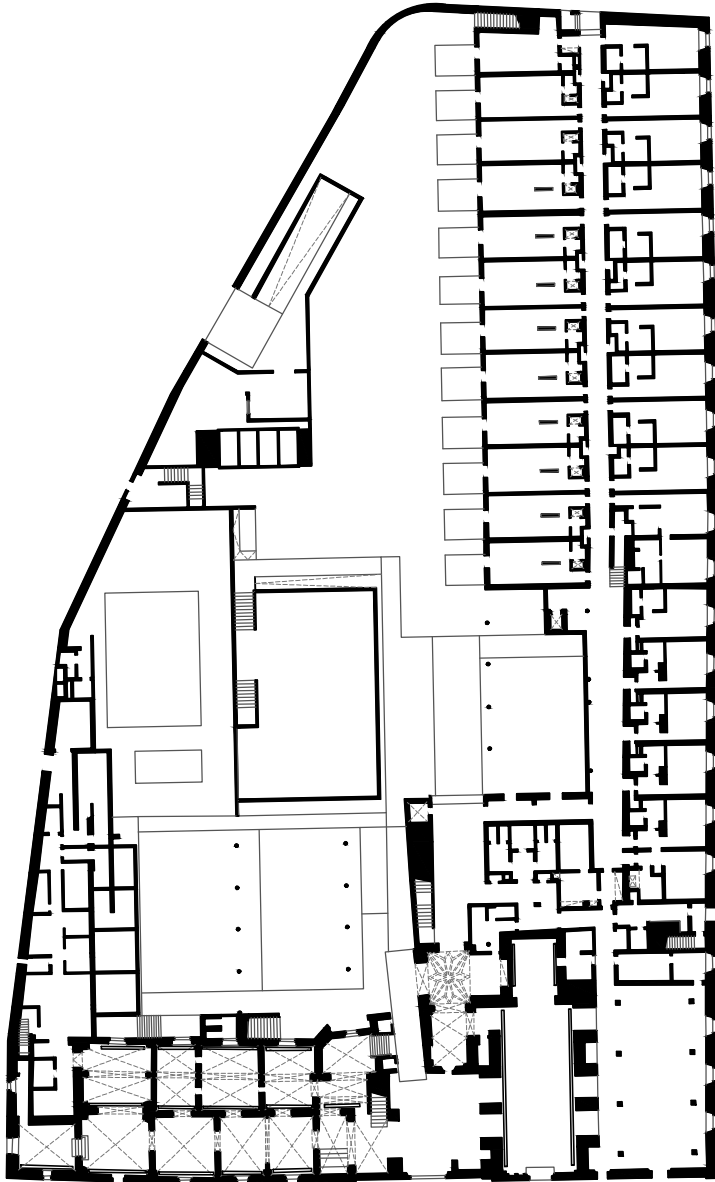


Fig. 96. **EVOLUÇÃO EM PLANTA PISO 0 E ALÇADO**, Séc.XXI, Escala 1:700

Fonte: Planta realizada pela autora sobre a planta original(2018).

3.2 CONCLUSÃO

Após a análise dos casos de Estudo, podemos dividi-los em dois grupos de acordo com o tipo de apropriação a que foram sujeitos ao longo do tempo:

Um primeiro grupo, referente àqueles edifícios que ao longo do tempo foram sujeitos a tantas intervenções que chegaram à atualidade, muito modificados e descaracterizados da construção original, por vezes, não deixando memória ou elementos históricos da construção original, dificultando até, a leitura da sua história ao longo dos séculos. Neste grupo incluímos o Antigo Palácio da Inquisição do qual também pouco resistiu da sua construção original, e que nos apresenta uma série de *layers*¹⁴⁷ construídos e demolidos ao longo do tempo. O Antigo Convento de São Domingos, do qual pouco manteve da sua construção original, tendo durante séculos sido secularizado e apropriado das mais diversas formas, incluindo algumas apropriações que pouco dignificaram o conjunto patrimonial. E o antigo Palácio dos Sepúlvedas, que à imagem do que aconteceu com o Convento de São Domingos, foi tão utilizado e reutilizado, das mais diversas formas, e sem preocupação com a sua identidade e memória, que nos chegou até aos nossos dias apenas com alguns elementos da construção original, havendo até alguma dificuldade na organização da sua história;

E um segundo grupo, aos quais pertencem aqueles edifícios que poucas intervenções tiveram ao longo dos séculos, e que chegaram à atualidade com uma imagem muito próxima da original. Sendo nestes casos, necessário apenas, pequenas intervenções de restauro, reparo, consolidação e conservação, mas também de reabilitação, na medida em que a sua função mudou e teve que se atualizar à sociedade do século XXI. Neste grupo de certa forma podemos incluir o antigo Celeiro Comum que nos chegou aos nossos dias, formal e estruturalmente, idêntico ao construído originalmente. Outro edifício que podemos incluir neste grupo é o antigo Palácio dos Condes de Basto, que apesar de algumas mudanças á sua forma e caráter original, é possível entender todas as fases da sua história. E

147. *Layers*, palavra em inglês referente a “camadas”.

também a Igreja de São Francisco, se falarmos do conjunto conventual como um todo, percebemos que muito mudou e que pouco resistiu do convento originalmente construído, mas quanto à Igreja propriamente dita, poucas foram as alterações feitas ao longo dos séculos, inclusive na sua função, que se manteve.

No caso do **Antigo Palácio da Inquisição**, admitindo que todas as intervenções feitas ao longo do tempo foram benéficas para a salvaguarda do conjunto, impossibilitando assim, que este caísse em ruína, mas que causaram alterações irreparáveis no conjunto original, pois uma coisa é acrescentar mais um layer de história e cultura de uma época, outra é mutilar e alterar o edificado, transmitindo por vezes um “falso histórico”, no valor do monumento. De certa forma foi o que aconteceu nos anos 60 do século XX. Mas que com a intervenção feita no século XXI, se conseguiu restaurar, em nossa opinião, a identidade e autenticidade e memória real da construção original. É certo que o arquiteto, para além de conservar os valores históricos e artísticos do conjunto do antigo Palácio da Inquisição, decidiu ainda acrescentar mais um elemento à sua história, marcando a intervenção do século atual com uma ampliação.

No caso do antigo **Convento de São Domingos**, um caso bem mais complexo de perda de identidade e autenticidade, e sem dúvida alguma, de perda de memória da sua primeira construção. Tão alterado e mutilado foi, a partir do século XIX, que nem vive na memória de grande parte dos habitantes da cidade de Évora, a existência de um Convento. No século XX, a utilização deste conjunto, tão pouco dignificou a sua construção, e integridade cultural, que às mãos do técnico do século atual, foi difícil repô-la. É de notar o facto de o arquiteto ter escolhido deixar à vista, o que do antigo convento resistiu ao tempo, mas mesmo assim, é difícil decifrar a sua memória e identidade, através de tão pouco elementos.

Da mesma forma o **Antigo Palácio dos Sepúlvedas** chegou aos nossos dias, bastante reutilizado ao longo dos séculos, foi totalmente mutilado e descaracterizado, sendo mesmo difícil contar o início da sua história. Os arquitetos responsáveis pela intervenção do século XXI, tiveram de certo, uma grande responsabilidade em devolver alguma autenticidade e integridade ao conjunto edificado, e é de facto, de notar a escolha em destapar a fachada que guardava elementos importantes da sua construção original e da sua memória,

dando a descobrir os vãos cobertos no século XX.

Diferente sorte teve o **Antigo Celeiro Comum**, que o facto de ter funcionado como reserva de cereais até tarde, motivou a que as poucas utilizações fossem decisivas para a alteração à sua imagem, mantendo sem qualquer dúvida a sua identidade, memória e autenticidade. A escolha dos arquitetos responsáveis pela intervenção no século XXI, foi pouco intrusiva e não deixou grande margem para completar mais um pouco da história do edifício, mas deixa com certeza, margem para a reutilização dos espaços para outra qualquer função no futuro, já que o atual museu, foi remodelado e reabilitado com materiais leves de fácil desmontagem. Mantendo a estrutura exatamente igual à construída originalmente.

No **Antigo Palácio dos Condes de Basto**, apesar de ter sido sujeito a várias alterações à sua estrutura, forma e decoração, manteve-se bastante aproximado à construção original, e é fácil contar toda a sua história. Como o antigo Palácio da Inquisição também foi alterado no século XX, mas ao contrário deste, para além de todas as alterações ao edifício terem ficado de alguma forma documentadas (o que facilita o decifrar da sua história ao longo dos anos), foi decisiva para pôr a descoberto alguns elementos originais, claro está em prol de outros. Falamos da fachada principal em que foi revelada e posta a descoberto a original, ao gosto manuelino-mudéjar, mas que para isso foi necessário mutilar a que existira e que foi construída posteriormente, com linhas renascentistas. O arquiteto responsável pela intervenção do século XXI, escolheu restaurar e conservar a fachada existente revelando também, o que resistiria das duas épocas passadas, deixando assim uma fachada “hibrida” em termos artísticos, mas completa em termos culturais e históricos. Apesar de também ter escolhido retirar alguns elementos construído no século XX, pois demonstraram ser “falsos históricos”, todo o conjunto desvenda, por cada recanto, as várias épocas e séculos ali vividos. A sua história, memória, identidade e autenticidade, vive diariamente no quotidiano de quem visita o conjunto.

Em relação ao caso da **Igreja de São Francisco**, também manteve a sua identidade e autenticidade e memória ao longo dos tempos. O problema maior foi, o evoluir dos problemas ao nível técnico e construtivo, antes da intervenção do século XXI, apenas teriam sido feitos remendos temporários e pouco satisfatórios à sua construção

e estrutura, é verdade que estes evitaram que o edifício caísse em ruína, mas que não foram solução no todo. Tendo em conta que a sua função se manteve até hoje igual, a resolução para a sua intervenção era consolidar e reparar os danos causados pelo tempo, que de resto foi cumprido. Hoje a Igreja recuperou a sua imagem limpa e cuidada, de monumento real (como na sua construção original) e conquistou a atenção dos visitantes, com a ajuda do museu proposto no que restava do seu convento.

Todos os edifícios são construídos com uma perspetiva de tempo de vida, e como tal, à partida todos os envolventes nas suas intervenções, estão preparados para que estes necessitem manutenção regular, para atrasar a sua degradação. Os edifícios patrimoniais, não são exceção, e como objetos patrimoniais contam a história de uma sociedade, sendo por vezes, os únicos testemunhos de uma época, e como tal torna-se ainda mais importante impedir que desapareçam. E devido aos vários séculos da sua existência e utilização precisam de uma manutenção mais regular.

A legislação atual, sobre intervenção em património arquitetónico, não prevê com exatidão e com que regularidade os edifícios necessitam de fiscalização e manutenção. Como tal, é importante rever toda a legislação sobre as intervenções em património, que sem dúvida, foi crescendo ao longo do tempo (principalmente desde o século XX)¹⁴⁸, mas que ainda assim, precisa de se tornar mais rígida e ativa quanto à regularização da fiscalização e intervenção destes edifícios, decretando um tempo mais controlado entre cada fiscalização e intervenção, permitindo que os nossos monumentos permaneçam vivos.

Mas será que apenas a sua conservação e restauro são suficientes para os manter vivos? Não será derrotista, pensar apenas em manter os edifícios patrimoniais vivos, e não vivê-los adaptando-os às sociedades atuais? Viver e habitar os edifícios, é também uma forma de os manter e de os preservar, e para dar continuação à sua memória, é necessário assumir as novas intervenções como mais um capítulo na história do edifício patrimonial, acrescentando mais ao seu caráter cultural e histórico.

Atualmente, devido à necessidade de reutilização do património arquitetónico existente, por uma questão económica e

148. Após a análise do primeiro capítulo e observando o anexo 1.8, é possível ter uma ideia de toda a legislação feita até 2018, e a sua evolução.

de escassez de espaço livre para mais construção, felizmente, tende a normalizar-se a intervenção nos edifícios patrimoniais e vontade de os manter aptos a serem reutilizados e vividos. Mas a forma de intervenção nestes edifícios ainda está pouco estudada e clarificada, é testemunho disso, o fraco conhecimento no meio técnico sobre estas intervenções. Atualmente, as intervenções em património arquitetónico ainda se realizam de uma forma muito experimental, quase como de casos de estudo se tratassem. Por isso, é importante que estes tipos de intervenções se realizem com maior regularidade.

Sabemos que apesar de necessária, qualquer intervenção, por mais pequena e subtil, altera o estado em que o edifício se encontrará; seja através da utilização de materiais novos sobre um edifício antigo, o que inevitavelmente marcará a diferença no todo (mesmo que do mesmo material se trate, a cor, matéria e limpeza da matéria será sempre diferente); seja pela técnica utilizada para a consolidação e reparação estrutural e construtiva, que poderá consistir na utilização de novos elementos de apoio; seja apenas, pela inevitável ampliação do edifício para capacitá-lo às novas funções a que se destinará.

Pressupondo isto, qualquer intervenção, por mais pequena que seja, deverá ser cuidadosa e meticulosa, na medida em deverá respeitar a autenticidade histórica e formal do edifício.

Várias questões se impõem, em qualquer tipo de intervenção:

A nova intervenção deve sobressair como ampliação à construção antiga, tornando-a assim mais um *layer*? Ou deverá ser o menos perceptível possível, na tentativa de aproximação ao preexistente? Se a escolha for assumir a nova intervenção, esta deverá destacar-se do conjunto patrimonial? Ou assumir o cunho do autor do projeto de reabilitação? Se por outro lado, a decisão for tornar a intervenção pouco perceptível, este deverá parecer pertencer à construção original? Deve assumir-se todas as intervenções feitas ao longo da vida de um edifício, assumindo todos os *layers* como testemunhos da história destes (também uma das razões pela qual se tornaram património), ou fazer o esforço de recuperar ou tentar recuperar o desenho original, “apagando” os testemunhos (bons ou maus) dos séculos posteriores da sua história?

Sem que existam verdades absolutas, são estas algumas das questões fundamentais na intervenção em património, a ter em conta na atualidade. As decisões tomadas serão irreversíveis futuramente.

Tendo por base todo o estudo apresentado anteriormente, as intervenções em qualquer edifício patrimonial deverá ter como primeiro pressuposto o estudo aprofundado do edifício e da sua história. É preciso conhecer muito bem onde se vai intervir compreendendo o elemento patrimonial e a sua envolvente, evitando assim, desvirtuar e mutilar o património e a sua autenticidade histórica e cultural.

Qualquer intervenção feita, após o conhecimento técnico e científico do objeto, deverá assumir as duas realidades, manter o “velho” e preexistente, destacando-se o “novo”, admitindo que as duas construções foram realizadas em tempos diferente, com técnicas diferentes e quiçá com materiais diferentes, transmitindo uma mensagem de continuidade e não de rutura. O antigo edifício deve ser vivido continuamente em vez de se tornar um monumento obsoleto, por isso o “velho” e o “novo” devem coexistir.

Posto isto, torna-se, de certa forma incoerente, como é que os dois devem coexistir de forma harmoniosa. O novo deve sobressair-se, por um lado sem destoar e sem se realçar em demasia. O que se pretende numa intervenção é realçar o edifício patrimonial, tirando partido das particularidades deste (que por si já serão exclusivas), e não a nova intervenção, fazendo com que os dois permitam uma leitura do todo, unitária e continua da sua história. O edifício patrimonial teve um passado, tem um presente e no futuro a intervenção que lhe foi feita, fará parte da sua história. Mas o novo também não se deve deixar confundir na preexistência, assim no futuro dará a leitura de um falso histórico, iludindo a percepção das diferentes épocas de intervenção. Mais uma vez, a leitura do edifício como um todo, que chegou aos nossos dias, e que se pretende ser vivido futuramente, deve contar toda a sua história, cada *layer* representativo da sua época.

04. Considerações Finais

Escolhido o tema de intervenções em património e o caso de estudo geral da cidade de Évora, serviu esta investigação para refletir sobre o papel importante que, nos dias que correm, é o tema sobre a salvaguarda dos edifícios patrimoniais, para a identidade de uma cidade, civilização ou sociedade.

Numa primeira parte, investigou-se o enquadramento histórico e cultural do tema, no tempo e em seguida no espaço, abordando o contexto internacional e posteriormente o contexto nacional. Assim, foi possível uma melhor perceção do significado de “património” e da forma como intervir nele.

Numa segunda parte investigou-se o caso de estudo geral em causa, para um melhor conhecimento sobre a cidade de Évora, sobre a sua história na constituição morfológica da cidade e, em seguida, de que forma o tema “património” foi estando presente ao longo dos séculos.

Por último, investigou-se mais profundamente sobre a forma de intervir no património arquitetónico da cidade de Évora, e qual o estado de conservação atual dos edifícios. Esta investigação ficou, de certa forma clarificada após a análise dos casos de estudo e a conclusão crítica a estes e às intervenções em património na cidade de Évora, como caso geral. Estes ajudam a perceber que ao longo do tempo, a forma de intervir e de apropriação dos edifícios patrimoniais, podem interferir na integridade, identidade, memória e autenticidade do edifício, através das adaptações a diferentes usos e utilizações dos edifícios patrimoniais, e através de intervenções pouco ponderadas, que facilmente podem causar transformações irreversíveis nos monumentos.

Esta dissertação teve como objetivo inicial, servir de complemento e atualização, ao *Inventário Artístico de Portugal, Concelho de Évora*, realizado em 1966, por Túlio Espanca. Mas no desenrolar de todo o estudo feito para este trabalho, foi necessário, para a compreensão do tema maior Intervenção em Património Arquitetónico, analisar toda a evolução das teorias, recomendações, normas e legislação relacionada, e de certa forma, serve esta dissertação de inventário sintetizado, sobre a evolução deste tema, e de base de estudo para futuros trabalhos de investigação.

Esta compilação dos temas essenciais ligados às intervenções no património, tal como análise crítica dos casos de

estudo da cidade de Évora, no espaço intramuros, visam chamar a atenção para a importância de uma profunda investigação técnica e científica ao edifício e à sua história antes de o intervencionar. E, se possível, esta investigação poderá também contribuir, para chamar a atenção para a importância da legislação sobre património.

Atualmente, urge a necessidade de uma legislação mais exigente, que consiga restringir um tempo mais curto entre cada intervenção no património arquitetónico, ou na impossibilidade de tal acontecer, que permita a fiscalização periódica a todo e qualquer edifício patrimonial, com o propósito que estes, não cheguem a estados de degradação complicados ou mesmo irreversíveis. Também impossibilitando os restauros, mesmo que menores, não ponham em causa, as qualidades arquitetónicas, integridade e autenticidade dos monumentos.

05. Bibliografia

Abel, A. B. (2007/2008). *Os Limites da Cidade de Évora*. (Tese de Doutoramento) Universidade de Évora, Évora.

Aguiar, J. (2002). *Cor e Cidade Histórica, Estudos Cromáticos e Conservação do património*. Porto, FAUP publicações.

Appleton, J. (2011). *Reabilitação de edifícios antigos : patologias e tecnologias de intervenção*. Ed. Orion. Lisboa.

Barbosa, J. M. P. (s/d). *Risco de um Século – Memórias da Evolução Urbana de Évora*. Ed. Câmara Municipal de Évora, Évora.

Beirante, Â. (1988). *Évora na Idade Média*. (Tese de Doutoramento) Universidade Nova de Lisboa. Lisboa.

Boavida-Portugal, L. M. (2003). *Os centros históricos numa estratégia de conservação integrada. Contributos para o estudo do processo urbano recente do centro histórico de Évora*. (Tese de Doutoramento) Universidade de Évora, Évora.

Borges, A. M. (1988). *Évora: da Reconquista ao século XVI – alguns aspetos de desenvolvimento urbano e arquitetura*. (Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica) Universidade de Évora. Évora.

Brandi, C. (2006). *Teoria do restauro*. Lisboa: Orion.

Brandi, C. (1999). *Caminhos do património*. Lisboa: DGEMN; Livros horizontes.

Caeiro, E. (2008). *Os Conventos do Termos de Évora. Contributos para a História Urbana da Cidade de Évora*. (Tese de Doutoramento não publicada) Universidade de Sevilha, Sevilha.

Choay, F. (1999). *Alegoria do Património*. Lisboa: Edições 70.

Choay, F. (2011). *As questões do Património. Antologia para um combate*. Lisboa: Edições 70.

Costa, R. P. (2014). *Ridendo castigat mores. A transcrição de entrevistas e a (re)construção social da realidade*. VII Congresso Português de Sociologia. 40 de democracias: progressos, contradições e prospetivas.

Dias, A. (2017). *Igreja de São Francisco Évora. Reabilitação*. Ed. Uzina. Évora.

Espanca, T. (1980). *Évora, Arte e História*. Câmara Municipal de Évora. Évora

Espanca, T. (1966). *Inventário Artístico de Portugal, Concelho de Évora*, I vol. Academia de Belas Artes. Lisboa.

Esperança, E. J. (1999). *Património. Políticas e práticas culturais*. (Tese de doutoramento) Universidade de Évora, Évora.

Ferreira, V. (2003). *Aparição*. Bertrande ed. Lisboa.

Fernández, A. A. [et al.] (1997). *Teoría e História de la Restauration*, (master de restauración y Rehabilitación del patrimonio). Madrid: Munilla-Leria.

Heidegger, M. (1951). *Construir, Habitar, Pensar*. Darmastad (s/e)

Holl, S., Pallasma, J., & Pérez-Gomez, A. (1994). *Questions of Perception. Phenomenology of architecture*. São Francisco: William Stout Publishers.

IPPAR. (1994). *Património arquitetónico e arqueológico: informar para proteger*. Lisboa: IPPAR.

IPPAR. (1994). *Património arquitetónico e arqueológico: Distrito de Évora*. Lisboa: IPPAR.

Leite, M. T. (2014). *O Espaço da Mouraria na Cidade de Évora*,

Séculos XIV e XV. (Dissertação de Mestrado não publicada) Universidade de Évora, Évora.

Lima, M. P. (2004). *Muralhas e Fortificações de Évora.* Argumentum. Évora

Lopes, F. (2012). *Património Arquitectónico e Arqueológico. Noção e normas de protecção.* Casal de Cambra: Caleidoscópio.

Lopes, F., & Correia, M. B. (2014). *Património Cultural. Critérios e normas internacionais de protecção.* Casal de Cambra: Caleidoscópio.

Lynch, K. (1975). *¿De qué Tiempo es este Lugar?.* Barcelona: GG, Coleccion Arquitectura y Critica.

Maldonado, L. R. & Vela, F. C. (1999). *Tratado de rehabilitación, metodología de la restauración y la rehabilitación.* Madrid: Munilla-Leria.

Mantas, V. G. (1985). *Arqueologia Urbana e Fotografia Aérea: contribuição para o Estudo do Urbanismo Antigo de Évora Santarém e Faro.* In trabalhos de Arqueologia 03, Encontro Nacional de Arqueologia Urbana. Setúbal.

Mumford, L. (1961). *The City in History.* Ed. Harcourt. Estados Unidos da América.

Muga, H. (2005). *Psicologia da Arquitectura. Canelas: Gailivro Neto, M. J. B. (2001). Memória propaganda e poder, o restauro dos monumentos nacionais (1929-1960).* Porto: FAUP publicações.

Norberg-Schulz, C. (1980). *Genius Loci: Towards a phenomenology of architecture.* Nova York: Rizzoli.

Pallasma, J. (1994). *Architecture of the Seven Senses.* Em S. Holl, J. Pallasma, & A. Pérez-Gomez, *Questions of Perception* (pp. 27-37). São Francisco: William Stout Publishers.

Pereira, G. (1947). *Estudos Eborenses*, vol. I. Ed. Nazareth, 2ª ed. Évora.

Pereira, G. (1885-1887-1891). *Documentos Históricos da Cidade de Évora*. Évora.

Resende, A. (1963). *História da Antiguidade da Cidade de Évora*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora.

Ribeiro, O. (s/d). *Évora. Sítio, Origem, Evolução e Funções de uma Cidade*. In Estudos em Homenagem a Mariano Feio, Coordenação Raquel Soeiro de Brito.

Rossi, A. (1966). *L'Architettura della Città*. Ed: Publicações Itália. Itália.

Ruskin, J. (1987). *Las Siete Lámparas de la Arquitectura*. Madrid: Stylos.

Saramago, J. (1997) *Viagem a Portugal*. 15ª. Ed. Caminho. Lisboa. p.342-343.

Sequeira, M. e Sousa, A. (1939). *Évora, Imprensa Nacional de Publicidade*. SARL. Lisboa.

Simplicio, M. D. (1997). *Evolução e morfologia do espaço urbano de Évora*. (tese doutoramento) Universidade de Évora. Évora.

Tomé, M. (2002). *Património e restauro em Portugal (1920-1995)*. Porto: FAUP publicações.

Val-Flores, G. (2008). *A Acrópole de Évora - Elementos para a definição de um percurso Histórico*. Évora: Departamento do Centro Histórico, Património e Cultura. Câmara Municipal de Évora.

Val-Flores, G. (2011). *A Evolução Urbana do Centro Histórico de Évora*, vol.1. Câmara Municipal de Évora.

Viollet-Le-Duc, E. E. (1866-68). *Dictionnaire Raisoné de l'architecture française du XI au XVI Siècle*. Paris: A. Morel.

Viollet-Le-Duc, E. E. (1863-1872). *Entretiens sur l'Architecture*. Paris: A. Morel, 1986.

Zumthor, P. (2006). *Atmosferas*. Barcelona: Gustavo Gili.

V. A. (2013). *Património intervenções*. Faculdade de Engenharia do Porto. Porto.

SITES WEB CONSULTADOS

CoE, 2005 - Convenção de Faro Disponível em <http://www.patrimoniocultural.pt/media/uploads/cc/ConvencaodeFaro.pdf>

Conferência Internacional sobre Conservação, 2000 – Carta de Cracóvia sobre os Princípios para a Conservação e o Restauro do Património Construído Disponível em <http://www.patrimoniocultural.pt/media/uploads/cc/cartadecracovia2000.pdf>

Direcção-Geral do Património Cultural (2001-2016) Sistema de Informação para o Património Arquitetónico.

Évora (1920). [Filme]. LISBOA-FILM. Obtido de <https://www.youtube.com/watch?v=Ugh7bc3TjAs>

ICOMOS. Legislação sobre Património. Disponível em <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/legislacao-sobre-patrimonio/>

International Conference on Memory (s.d.). Disponível em <http://www.icom2016.com/>

Lopes, F. (1961). [Filme]. As pedras e o Tempo. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=SMkWL6dLtfS>

(ORU CHE 2017) Operação de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Évora 2017. Câmara Municipal de Évora. Disponível em <http://www.cm-evora.pt/pt/site-viver/Habitar/ordenamento-do-territorio/destaques/Documents/ORU%20CHE%202017.pdf>

Plano Director Municipal de Évora. Planta Complementar do Ordenamento, Património Arquitetónico e Arqueológico. Des. 3-B, dez. 2007, escala 1/50.000 Disponível em http://www2.cm-evora.pt/pdmevora/DWF/50000/anexoiv_patrimonio_conc.jpg

UNESCO. Historic centre of Évora. Disponível em <http://whc.unesco.org/en/list/361>

REVISTAS

Boletim cultural da Câmara Municipal de Évora, *A cidade de Évora*, A. I (1942-43) n.º 1-4, II (1942-43) n.º 5-8, V (1947) n.º 12-14, VI (1948-49) n.º 15-18, VII (1949-50) n.º 19-22, XI-XIII (1954-56) n.º 35-38, XXXIX-LX (1982-83) n.º 65-66, XL-XLI (1984-85) n.º 67-68, s. II (1994-95) n.º 1

Diário da República, 1.ª série — N.º 150. (4 de agosto de 2015). Decreto-Lei n.º 149/2015, de 4 de agosto. De <https://dre.pt/application/conteudo/69935162>

Évora Mosaico n.º 10. Câmara Municipal de Évora. (out., nov. e dez. 2011). Disponível em <http://www.cm-evora.pt/pt/site-viver/culturaepatrimonio/cultura/EquipamentosCulturaisMunicipio1/livraria-municipal/Documents/MOSAICO10.pdf>

LOGGIA: Arquitectura & Restauración, n.º 5 (pp. 30-35). Solá-Morales, I. (1998).

Monumentos n.º 26. Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (abril 2007), Lisboa. (pp. 6-15, 16-25, 38-45, 46-57, 58-69, 106-111, 118-123, 124-133, 134-143, 144-155, 180-183, 184-189, 190-197, 198-223, 224-235, 250-253).

Monumentos n.º 16. Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (março 2002), Lisboa. (carta car-cóvia 2000, p.141- 145. P. 155, 156)

Monumentos n.º 17. Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (setembro 2002), Lisboa. (Igreja de são francisco, p. 9-18, 19-24, 25-28, 37-41, 83-88, 97-117, galeria das damas (palácio D. Manuel), 89-96, 144-149, 156-157.

06. Índice de Imagens

Imagem 1 - ARENA DE NÎMES EM FRANÇA , ocupado desde a Idade Média por casas. Fonte: gallica.bnf.fr / Bibliothèque nationale de France .	14
Imagem 2 - ADE RE AEDIFICATORIA , (1443-1452) Leon Baptista Alberti. Fonte: https://historiacivil.wordpress.com (abril, 2018)	15
Imagem 3 - ARCO DE TITO COM RESTOS DE FORTIFICAÇÃO MEDIEVAL , gravura de Giovanni Battista Piranesi. Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Arco_de_Tito (abril, 2018).	16
Imagem 4 - EUGÉNE VIOLLET-LE-DUC Fonte: https://bonjourparis.com/wp-content/uploads/2015/11/Viollet-Duc.jpg (abril, 2018).	20
Imagem 5 - JOHN RUSKIN Fonte: http://www.ruskinmuseum.com/content/john-ruskin/who-was-john-ruskin.php (abril, 2018).	21
Imagem 6 - CAMILLO BOITO Fonte: http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/08.086/3049 (abril, 2018).	22
Imagem 7 - LUCA BELTRAMI Fonte: https://fr.wikipedia.org/wiki/Luca_Beltrami#/media/File:Luca_Beltrami_1930.jpg (abril, 2018).	23
Imagem 8 - GUSTAVO GIOVANNONI Fonte: https://casabellaweb.eu/2015/11/25/gustavo-giovanoni/ (abril, 2018).	24
Imagem 9 - ALOÏS RIEGL Fonte: http://cuteurl.info/wwwainfo-alois-riegl.html (abril, 2018).	26
Imagem 10 - CESARI BRANDI Fonte: http://realitas.joaosecarmona.com/2014/09/restauro-critico.html (abril, 2018).	27
Imagem 11 - ALVARÁ EM FORMA DE LEY POR D. JOÃO V, DE 1721	35
Imagem 12 - ORTOFOTOMAPA DE ÉVORA, ONDE SE SALIENTA A CIDADE INTRAMUROS Imagem realizada pela autora	43
Imagem 13 - PLANTA SÉCULO I d. C., LIBERALITAS JULIA 	

ESCALA 1:5000 Planta realizada pela autora	50
Imagem 14 - PLANTA SÉCULO IV a. C., LIBERALITAS JULIA ESCALA 1:6500 Planta realizada pela autora	52
Imagem 15 - PLANTA SÉCULO X a. C., YÁBURA ESCALA 1:6500 Planta realizada pela autora	54
Imagem 16 - PLANTA DE ÉVORA 1166 - 1295 ESCALA 1:6500 Planta realizada pela autora	56
Imagem 17 - PLANTA DE ÉVORA 1300 - 1350 ESCALA 1:6500 Crescimento da malha urbana fora das muralhas existentes Planta realizada pela autora	58
Imagem 18 - PLANTA DE ÉVORA 1350 - 1470 ESCALA 1:6500 Planta realizada pela autora	60
Imagem 19 - PLANTA DE ÉVORA 1470 - 1580 ESCALA 1:6500 Planta realizada pela autora	62
Imagem 20 - PLANTA DE ÉVORA 1580 - 1800 ESCALA 1:6500 Planta realizada pela autora	64
Imagem 21 - PLANTA DE ÉVORA SÉC. XX ESCALA 1:6500 Desenvolvimento Urbano da cidade de Évora no século XX Planta realizada pela autora	66
Imagem 22 - MANUEL SEVERIM DE FARIA Fonte: https://eborateam.weebly.com/our-school.htm	70
Imagem 23 - D. FREI MANUEL CENÁCULO VILLAS-BOAS Fonte: https://plataformacidaniamonarquica.wordpress.com/2017/02/21/frei-manuel-do-cenaculo-o-construtor-de-bibliotecas/	71
Imagem 24 - JOAQUIM HELIODORO DA CUNHA RIVARA Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Joaquim_Heliodoro_da_Cunha_Rivara#/media/File:Joaquim_heliodoro_Cunha_Rivara.JPG	72
Imagem 25 - AUGUSTO FILIPE SIMÕES Fonte: http://pedrastalhas.blogspot.com/2017/08/o-templo-romano-de-evora-em-o-	

bras-146.html.	72
Imagem 26 - GABRIEL VITOR DO MONTE PEREIRA Fonte: http://aterraeagente.blogspot.com/2013/09/evora-4-rua-gabriel-victor-do-monte.html .	73
Imagem 27 - VASCO MARIA EUGÉNIO DE ALMEIDA Fonte: http://www.fea.pt/6196-vasco-maria-eugenio-de-almeida .	74
Imagem 28 - TÚLIO ALBERTO DA ROCHA ESPANCA Fonte: http://www.bib.uevora.pt/galeria/acervo_tulio_espanca/(album)/6025460071552749841 .	75
Imagem 29 - ÉVORA, FINAIS DO SÉCULO XIX Fonte: C.M.E. (2007). Évora Desaparecida. Fotografia e património 1839...1919. (pp.159).	81
Imagem 30 - ARMAZÉNS DO CHIADO NA PRAÇA DO GIRALDO, 2ª DÉCADA DO SÉC. XX Fonte: C.M.E. (2007). Évora Desaparecida. Fotografia e património 1839...1919. (pp.72).	83
Imagem 31 - CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO DOS CTT, 2ª DÉCADA DO SÉC. XX Fonte: C.M.E. (s/d). Risco de um Século – Memórias da Evolução Urbana de Évora. (pp.118).	83
Imagem 32 - ÉDEN ESPLANADA, (1943) Fonte: C.M.E. (s/d). Risco de um Século – Memórias da Evolução Urbana de Évora. (pp.136).	84
Imagem 33 - PLANTA DAS INTERVENÇÕES EM PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO NO SÉCULO XXI, (2001-2018) Planta realizada pela autora.	93
Imagem 34 - PLANTA DO LEVANTAMENTO DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO DO EDIFÍCIOS EM RUÍNAS E POTENCIALMENTE DEVOLUTOS NO CENTRO HISTÓRICO DE ÉVORA, (2016) Fonte: C.M.E., ORU pela Câmara Municipal de Évora	96
Imagem 35 - PLANTA DO LEVANTAMENTO DO ESTADO DE CONSER-	

VAÇÃO DO EDIFÍCIOS EM RUÍNAS E POTENCIALMENTE DEVOLUTOS NO CENTRO HISTÓRICO DE ÉVORA, (2018)

Fonte: Planta realizada pela autora. 98

Imagem 36 - PLANTA DA INQUISIÇÃO, Mateus do Couto(1634)

Fonte: Cedido pelo arquiteto Fernando Sequeira Mendes. (2018). 101

Imagem 37 - FOTOGRAFIA DA INQUISIÇÃO,

Autor desconhecido (Anterior à intervenção dos anos 60 do séc. XX)

Fonte: Cedido pelo arquiteto Fernando Sequeira Mendes. (2018). 101

Imagem 38 - FOTOGRAFIA DA INQUISIÇÃO,

Autor desconhecido (Anterior à intervenção dos anos 60 do séc. XX)

Fonte: Cedido pelo arquiteto Fernando Sequeira Mendes. (2018). 102

Imagem 39 - FOTOGRAFIA DA INQUISIÇÃO,

Autor desconhecido (Após intervenção dos anos 60 do séc. XX)

Fonte: Cedido pelo arquiteto Fernando Sequeira Mendes. (2018). 102

Imagem 40 - FOTOGRAFIA DA INQUISIÇÃO,

Autor desconhecido (Após intervenção dos anos 60 do séc. XX)

Fonte: Cedido pelo arquiteto Fernando Sequeira Mendes. (2018). 102

Imagem 41 - FOTOGRAFIA DA INQUISIÇÃO,

Autor : Fernando Guerra (2015)

Fonte: <http://ultimasreportagens.com/ultimas.php>. 103

Imagem 42 - FOTOGRAFIA DA INQUISIÇÃO, 2018

Fonte: Fotografia tirada pela autora. 103

Imagem 43 - FOTOGRAFIA DA INQUISIÇÃO, 2018

Fonte: Fotografia tirada pela autora. 103

Imagem 44 - FOTOGRAFIA DA INQUISIÇÃO,

Autor : Fernando Guerra (2015)

Fonte: <http://ultimasreportagens.com/ultimas.php>. 104

Imagem 45 - FOTOGRAFIA DA INQUISIÇÃO, 2018

Fonte: Fotografia tirada pela autora. 104

Imagem 46 - EVOLUÇÃO EM PLANTA E ALÇADO, Séc.XVII, Escala 1:700 Fonte: Planta realizada pela autora (2018).	105
Imagem 47 - EVOLUÇÃO EM PLANTA E ALÇADO, Séc.XX, Escala 1:700 Fonte: Planta realizada pela autora (2018).	106
Imagem 48 - EVOLUÇÃO EM PLANTA E ALÇADO, Séc.XXI, Escala 1:700 Fonte: Planta realizada pela autora (2018).	107
Imagem 49 - FOTOGRAFIA DO ANTIGO CONVENTO DE SÃO DOMINGOS, Fachada principal (2004 anterior à intervenção) Fonte: Arquivo da Divisão de Gestão Urbana da Câmara municipal de Évora.	108
Imagem 50 - FOTOGRAFIA DO ANTIGO CONVENTO DE SÃO DOMINGOS, Fachada poente (2004 anterior à intervenção) Fonte: Arquivo da Divisão de Gestão Urbana da Câmara municipal de Évora.	108
Imagem 51 - FOTOGRAFIA DO ANTIGO CONVENTO DE SÃO DOMINGOS, Corpo principal, rés-do-chão(2004 anterior à intervenção) Fonte: Arquivo da Divisão de Gestão Urbana da Câmara municipal de Évora.	109
Imagem 52 - FOTOGRAFIA DO ANTIGO CONVENTO DE SÃO DOMINGOS, Claustro antigo (2004 anterior à intervenção) Fonte: https://viverevora.blogspot.com/2011/12/evora-perdida-no-tempo-claustro-do.html	109
Imagem 53 - FOTOGRAFIA DO ANTIGO CONVENTO DE SÃO DOMINGOS, Fachada principal (2018) Fonte: Fotografia tirada pela autora.	110
Imagem 54 - FOTOGRAFIA DO ANTIGO CONVENTO DE SÃO DOMINGOS, Fachada poente (2018) Fonte: Fotografia tirada pela autora.	110
Imagem 55 - FOTOGRAFIA DO ANTIGO CONVENTO DE SÃO DOMINGOS, Corpo Principal, rés-do-chão (2018) Fonte: Fotografia tirada pela autora.	110
Imagem 56 - EVOLUÇÃO EM PLANTA E ALÇADO, Séc.XX, Escala 1:500 Fonte: Planta realizada pela autora (2018)	111

- Imagem 57 - EVOLUÇÃO EM PLANTA E ALÇADO, Séc.XXI,**
Escala 1:500
Fonte: Planta realizada pela autora (2018). 111
- Imagem 58 - DESENHO CELEIRO COMUM,** por E. Korrodi
(início século XX)
Fonte: <http://catekero.blogspot.com/2012/04/> (2018) 113
- Imagem 59 - ALÇADO CELEIRO COMUM,**
Adaptação do Celeiro Comum a Cadeia Comarcã (1894)
Fonte: C.M.E. (s/d). Risco de um Século – Memórias da Evolução Urbana de Évora. (pp.32).
(2018) 113
- Imagem 60 - PLANTA CELEIRO COMUM,**
Adaptação do Celeiro Comum a Cadeia Comarcã (1894)
Fonte: C.M.E. (s/d). Risco de um Século – Memórias da Evolução Urbana de Évora. (pp.32).
(2018) 114
- Imagem 61 - FOTOGRAFIA CELEIRO COMUM,** (2010)
Fonte: <http://viajaredescobrir.blogspot.com/2010/04/portugal-evora-centro-de-artes.html> (2018) 114
- Imagem 62 - FOTOGRAFIA CELEIRO COMUM,** Interior 2018
Fonte: Fotografia tirada pela autora. 115
- Imagem 63 - FOTOGRAFIA CELEIRO COMUM,** Interior (2008)
Fonte: <http://catekero.blogspot.com/2008/07/> (2018) 112
- Imagem 64 - EVOLUÇÃO EM PLANTA E ALÇADO, Séc.XIX,**
Escala 1:500
Fonte: Planta realizada pela autora (2018) 116
- Imagem 65 - EVOLUÇÃO EM PLANTA E ALÇADO, Séc.XXI,**
Escala 1:500
Fonte: Planta realizada pela autora (2018). 117
- Imagem 66 - FOTOGRAFIA PALÁCIO CONDES DE BASTO,**
Coleção David Freitas (Antes da intervenção dos anos 50 do séc.XX)
Fonte: Arquivo Fotográfico Câmara Municipal de Évora(2018). 118

Imagem 67 - FOTOGRAFIA PALÁCIO CONDES DE BASTO, Coleção David Freitas (Antes da intervenção dos anos 50 do séc.XX) Fonte: Arquivo Fotográfico Câmara Municipal de Évora(2018).	118
Imagem 68 - FOTOGRAFIA PALÁCIO CONDES DE BASTO, Coleção David Freitas (Durante a intervenção dos anos 50 do séc.XX) Fonte: Arquivo Fotográfico Câmara Municipal de Évora(2018)	119
Imagem 69 - FOTOGRAFIA PALÁCIO CONDES DE BASTO, (Após a intervenção dos anos 50 do séc.XX) Fonte: SIPA(2018).	119
Imagem 70 - FOTOGRAFIA PALÁCIO CONDES DE BASTO, (Após a intervenção dos anos 50 do séc.XX) Fonte: SIPA(2018).	120
Imagem 71 - FOTOGRAFIA PALÁCIO CONDES DE BASTO, (Após a intervenção dos anos 50 do séc.XX) Fonte: SIPA(2018).	120
Imagem 72 - FOTOGRAFIA PALÁCIO CONDES DE BASTO, 2018 Fonte: Fotografia tirada pela autora.	120
Imagem 73 - FOTOGRAFIA PALÁCIO CONDES DE BASTO, 2018 Fonte: Fotografia tirada pela autora.	121
Imagem 74 - FOTOGRAFIA PALÁCIO CONDES DE BASTO, 2018 Fonte: Fotografia tirada pela autora.	121
Imagem 75 - FOTOGRAFIA PALÁCIO CONDES DE BASTO, Autor: Fernando Guerra (2016) Fonte: http://ultimasreportagens.com/ultimas.php (2018).	122
Imagem 76 - EVOLUÇÃO EM PLANTA E ALÇADO, Séc.XIX, Escala 1:800 Fonte: Planta realizada pela autora (2018)	123
Imagem 77 - EVOLUÇÃO EM PLANTA E ALÇADO, Séc.XX, Escala 1:800 Fonte: Planta realizada pela autora (2018).	124

Imagem 78 - EVOLUÇÃO EM PLANTA E ALÇADO, Séc.XXI, Escala 1:800 Fonte: Planta realizada pela autora (2018).	125
Imagem 79 - FOTOGRAFIA IGREJA DE S. FRANCISCO, (1873) Fonte: SIPA (2018).	126
Imagem 80 -FOTOGRAFIA IGREJA DE S. FRANCISCO, (2002) Fonte: SIPA (2018).	126
Imagem 81 - FOTOGRAFIA IGREJA DE S. FRANCISCO, (2002) Fonte: SIPA (2018).	127
Imagem 82 - FOTOGRAFIA IGREJA DE S. FRANCISCO, (2002) Fonte: SIPA (2018).	127
Imagem 83 - FOTOGRAFIA IGREJA DE S. FRANCISCO, (2015 durante as obras de intervenção) Fonte: Dias, A. (2015) Igreja de S. Francisco reabilitação. (pp.25) (2018).	128
Imagem 84 - FOTOGRAFIA IGREJA DE S. FRANCISCO, (2015 após as obras de intervenção) Fonte: Dias, A. (2015) Igreja de S. Francisco reabilitação. (pp.51) (2018).	128
Imagem 85 - FOTOGRAFIA IGREJA DE S. FRANCISCO, 2018 Fonte: Fotografia tirada pela autora.	129
Imagem 86 - FOTOGRAFIA IGREJA DE S. FRANCISCO, (2015 após as obras de intervenção) Fonte: Dias, A. (2015) Igreja de S. Francisco reabilitação (pp.85). (2018).	129
Imagem 87 - EVOLUÇÃO EM PLANTA E ALÇADO, Séc.XX, Escala 1:500 Fonte: Planta realizada pela autora (2018).	130
Imagem 88 - EVOLUÇÃO EM PLANTA E ALÇADO, Séc.XXI, Escala 1:500 Fonte: Planta realizada pela autora (2018).	131

- Imagem 89 - FOTOGRAFIA ANTIGO PALÁCIO DOS SEPÚLVEDAS** (1993)
 Fonte: SIPA (2018). 132
- Imagem 90 - FOTOGRAFIA ANTIGO PALÁCIO DOS SEPÚLVEDAS**
 (1993)
 Fonte: SIPA (2018). 132
- Imagem 91 - FOTOGRAFIA ANTIGO PALÁCIO DOS SEPÚLVEDAS**
 (2009 durante as obras de intervenção)
 Fonte: <http://www.termoprojecto.pt/portfolio/hotel-mar-de-ar-aqueduto-evora>
 (2018). 133
- Imagem 92 - FOTOGRAFIA ANTIGO PALÁCIO DOS SEPÚLVEDAS**
 (2009 durante as obras de intervenção)
 Fonte: <http://www.termoprojecto.pt/portfolio/hotel-mar-de-ar-aqueduto-evora>
 (2018). 133
- Imagem 93 - FOTOGRAFIA ANTIGO PALÁCIO DOS SEPÚLVEDAS,**
 2018
 Fonte: Fotografia tirada pela autora. 134
- Imagem 94 - FOTOGRAFIA ANTIGO PALÁCIO DOS SEPÚLVEDAS,**
 2018
 Fonte: Fotografia tirada pela autora. 134
- Imagem 95 - EVOLUÇÃO EM PLANTA E ALÇADO, Séc.XX,**
 Escala 1:700
 Fonte: Planta realizada pela autora (2018). 135
- Imagem 96 - EVOLUÇÃO EM PLANTA E ALÇADO, Séc.XXI,**
 Escala 1:700
 Fonte: Planta realizada pela autora (2018). 136

07. Índice de Anexos

CAPÍTULO 01

Anexo 1.1 - Carta de Atenas, 1931.

Anexo 1.2 - Carta de Veneza, 1964.

Anexo 1.3 - Critérios de avaliação do Valor Universal Excepcional, para ser incluído na Lista do Património Mundial.

Anexo 1.4 - Carta Internacional sobre Salvaguarda das Cidades Históricas, 1987.

Anexo 1.5 - Documento de Nara sobre Autenticidade do Património Cultural, 1994.

Anexo 1.6 - Carta de Cracóvia sobre os Princípios para a Conservação e o Restauro do Património Construído, 2000.

Anexo 1.7 - Princípios de La Valetta para a Salvaguarda e Gestão dos Conjuntos Históricos, 2011.

Anexo 1.8 - Tabela de legislação patrimonial portuguesa.

CAPÍTULO 02

Anexo 2.1 - Documento da classificação pela UNESCO enviado à Câmara Municipal de Évora

CAPÍTULO 03

Anexo 3.1 - Catálogo do inventário das intervenções feitas no século XXI;

Anexo 3.2 - Tabelas do Estado de Conservação dos Edifícios. Referentes às três freguesias (Santo Antão, São Mamede e Sé e São Pedro), obtidas pelo estudo do INE;

Anexo 3.3 - Tabelas do Tipo Necessidade de Reparações dos Edifícios. Referentes às três freguesias (Santo Antão, São Mamede e Sé e São Pedro), obtidas pelo estudo do INE;

Anexo 3.4 - Fotografias Antigo Palácio da Inquisição/ Fundação Eugénio de Almeida.

Anexo 3.5 - Fotografias Antigo Convento de São Domingos.

Anexo 3.6 - Fotografias Antigo Celeiro Comum/ MADE.

Anexo 3.7 - Fotografias Antigo Palácio dos Condes de Basto/ Paço de São Miguel/ Fundação Eugénio de Almeida.

Anexo 3.8 - Fotografias Igreja de São Francisco.

Anexo 3.9 - Fotografias Antigo Palácio dos Sepúlvedas/ Hotel Mar de Ar Aqueduto.

7.1 ANEXOS

Anexo 1.1- Carta de Atenas, 1931.

Conclusões da Conferência Internacional de Atenas sobre o Restauro dos Monumentos

Serviço Internacional de Museus, Atenas, 21 a 30 de outubro de 1931.

I-Doutrinas. Princípios Gerais. A Conferência ouviu a exposição dos princípios gerais e doutrinas relativas à proteção de monumentos. Qualquer que seja a diversidade dos casos específicos, em que cada um possa comportar uma solução, constatou que, nos diversos Estados representados, predomina uma tendência geral para abandonar as reconstituições integrais e evitar os seus riscos, pela instituição de uma manutenção regular e permanente, adequada a assegurar a conservação dos edifícios. Na situação em que um restauro surja como indispensável, como consequência de degradação ou de destruição, recomenda o respeito pela obra histórica e artística do passado sem banir o estilo de nenhuma época. A Conferência recomenda que se mantenha a ocupação dos monumentos, que se assegure a continuidade da sua vida consagrando-os, contudo a utilizações que respeitem o seu carácter histórico ou artístico.

II - Administração e Legislação dos Monumentos Históricos A Conferência ouviu a exposição sobre as legislações cujo objetivo é o de proteger os monumentos de interesse histórico, artístico ou científico pertencentes às diferentes nações. Aprovou unanimemente a tendência geral que consagra nesta matéria um certo direito da coletividade perante a propriedade privada. Constatou que as diferenças entre estas legislações provinham das dificuldades de conciliar o direito público e o direito dos particulares. Em consequência, ao aprovar-se a tendência geral destas legislações, estima-se que elas devem ser apropriadas às circunstâncias locais e ao estado da opinião pública, de forma a encontrar o mínimo de oposição possível, tendo em conta, em relação aos proprietários, os sacrifícios que eles são chamados a assumir no interesse geral. Faz votos para que em cada Estado a autoridade pública esteja investida do poder, em caso de urgência, de tomar as medidas de conservação. Deseja vivamente que o Conselho Internacional de Museus publique uma recolha e um quadro comparativo das legislações em vigor nos diferentes Estados e a mantenha atualizada.

III - A valorização dos monumentos A Conferência recomenda o respeito, na construção dos edifícios, pelo carácter e a fisionomia das cidades, sobretudo na vizinhança de monumentos antigos cuja envolvente deve ser objeto de cuidados particulares. Também alguns conjuntos e certas perspectivas particularmente pitorescas, devem ser preservadas. Há também necessidade de estudar as plantas e ornamentações vegetais adequadas a certos monumentos ou conjuntos de monumentos para lhes conservar o seu carácter antigo. Recomenda sobretudo a supressão de toda a publicidade, de toda a presença abusiva de postes ou fios telefónicos, de toda a indústria ruidosa, incluindo as chaminés altas, na vizinhança dos monumentos artísticos ou históricos.

IV - Os materiais do restauro. Os peritos ouviram diversas comunicações relativas ao emprego dos materiais modernos para a consolidação dos edifícios antigos. Aprovam o emprego sensato de todos os recursos da técnica moderna e muito especialmente do betão armado. Especificam que os elementos resistentes devem ser dissimulados, salvo

impossibilidade total, a fim de não alterar o aspeto e o carácter do edifício a restaurar. Recomendam-nos, muito especialmente, nos casos onde se considere conveniente evitar os riscos de desmontagem e remontagem dos elementos a conservar.

V - As degradações dos monumentos A Conferência constatam que, nas condições de vida moderna, os monumentos do mundo inteiro se encontram cada vez mais ameaçados pelos agentes atmosféricos. Para além das precauções habituais e das soluções felizes obtidas na conservação da estatuária monumental pelos métodos correntes, não se saberia, tendo em consideração a complexidade dos casos e o estado atual dos conhecimentos, formular regras gerais, para lá das precauções habituais e das soluções bem-sucedidas que se verificaram na estatuária monumental pelos métodos correntes. A Conferência recomenda: 1º- A colaboração, em cada país, dos conservadores de monumentos e dos arquitetos com os representantes das ciências físicas, químicas e naturais, para conseguir alcançar métodos aplicáveis aos diferentes casos. 2º- Ao Conselho Internacional de Museus que se mantenha ao corrente dos trabalhos empreendidos em cada país sobre estas matérias e que lhes dê lugar nas suas publicações. A Conferência, no que respeita à conservação da escultura monumental, considera que a deslocação das obras do enquadramento para o qual elas tinham sido criadas é em princípio indesejável. Recomenda, a título de precaução, a preservação dos modelos originais, e, na sua falta, a execução de moldes.

VI - A técnica de conservação A Conferência constata com satisfação que os princípios e as técnicas expostas nas diversas comunicações de pormenor se inspiram numa tendência comum, a saber: Quando se trata de ruínas impõe-se uma conservação escrupulosa, recolocando no seu lugar os elementos originais encontrados (anastilose) sempre que o caso o permita; os materiais novos necessários a este efeito deverão ser sempre identificáveis. Quando a conservação de ruínas, trazidas à luz do dia no decurso de uma escavação for reconhecida como impossível, é aconselhado enterrá-las de novo, depois de, bem entendido, terem sido feitos levantamentos rigorosos. Deve dizer-se que a técnica e a conservação de uma escavação impõem a colaboração estreita do arqueólogo e do arquiteto. quanto aos outros monumentos, os peritos estiveram unanimemente de acordo em aconselhar, antes de qualquer consolidação ou restauro parcial, a análise escrupulosa das patologias desses monumentos. Eles reconheceram, com efeito, que cada caso constituía um caso específico.

VII - A conservação dos monumentos e a colaboração internacional

a) Cooperação técnica e moral

A Conferência, convencida de que a conservação do património artístico e arqueológico da humanidade interessa à comunidade dos Estados, guardiões da civilização; Deseja que os Estados, agindo de acordo com o espírito do Pacto da Sociedade das Nações, se prestem a uma colaboração sempre mais vasta e mais concreta, com o objetivo de favorecer a conservação dos monumentos artísticos e históricos; Estima ser altamente desejável que as instituições e agrupamentos qualificados possam, sem prejuízo do direito público internacional, manifestar o seu interesse pela salvaguarda das obras primas nas quais a civilização se exprimiu ao mais alto nível e que pareçam ameaçadas; Faz votos para que

os pedidos submetidos com este fim ao organismo da cooperação intelectual da Sociedade das Nações, possam ser confiados à benevolente atenção dos Estados. Caberia à Comissão Internacional de Cooperação Intelectual, após informação do Conselho Internacional de Museus e após ter recolhido toda a informação útil, especialmente junto da Comissão Nacional de Cooperação Intelectual interessada, pronunciar-se sobre a oportunidade das diligências a empreender e sobre o procedimento seguir em cada caso particular. Os membros da Conferência após terem visitado, no decurso dos trabalhos e do intercâmbio de estudos que fizeram nessa ocasião, diversos campos de arqueológicos e monumentos antigos da Grécia, foram unânimes em render homenagem ao Governo Grego que, durante longos anos, ao mesmo tempo que assegurava ele próprio, trabalhos consideráveis, aceitou a colaboração de arqueólogos e especialistas de todos os países. Os referidos membros viram aí um exemplo que não pode senão contribuir para a realização dos objetivos de cooperação intelectual e cuja necessidade lhes ocorreu no decurso dos trabalhos.

b) O papel da educação no respeito pelos monumentos

A Conferência está profundamente convicta de que a melhor garantia de conservação dos monumentos e obras artísticas vem do respeito e do empenhamento dos próprios povos e, considerando que estes sentimentos podem ser grandemente favorecidos por uma ação apropriada dos poderes públicos, faz votos para que os educadores habituem a infância e a juventude a abster-se de degradar os monumentos quaisquer que sejam, e lhes transmitam o interesse, de uma maneira geral, pela proteção dos testemunhos de todas as civilizações.

c) Criar uma documentação internacional

A Conferência faz votos para que:

- 1º- Cada Estado, ou as instituições criadas ou reconhecidas competentes para esse fim, publiquem um inventário dos monumentos históricos nacionais acompanhado de fotografias e descrições;
- 2º- Cada Estado constitua arquivos onde sejam reunidos todos os documentos relativos aos seus monumentos históricos;
- 3º - Cada Estado deposite no Conselho Internacional de Museus as suas publicações;
- 4º- O Conselho consagre, nas suas publicações, artigos relativos aos processos e aos métodos gerais de conservação de monumentos históricos;
- 5º - O Conselho estude a melhor utilização das informações assim centralizadas.

Anexo 1.2- Carta de Veneza, 1964.

Sobre a conservação e restauro dos monumentos e dos sítios

Preâmbulo

Imbuídos de uma mensagem do passado, os monumentos históricos perduram até aos nossos dias como testemunhos vivos das tradições de várias gerações. Os povos tornam-se cada vez mais conscientes da unidade dos valores humanos e consideram os monumentos antigos como património comum. A responsabilidades coletiva de os proteger para as gerações futuras é reconhecida. É nosso dever mantê-los com a riqueza da sua autenticidade.

É essencial que os princípios básicos da preservação e o restauro de antigos edifícios assentem num acordo de âmbito internacional, a partir do qual cada país se responsabilize pela sua aplicação no quadro das suas próprias cultura e tradições.

Ao definir estes princípios básicos pela primeira vez, a Carta de Atenas de 1931 contribuiu para o desenvolvimento de um amplo movimento internacional, que se materializou em documentos nacionais, no trabalho do ICOM e da UNESCO e, por fim, na criação de um Centro Internacional para o Estudo da Preservação e Restauro dos Bens Culturais. O desenvolvimento da investigação crítica visou enfrentar problemas gradualmente mais complexos e diversificados; chegou agora a altura de atualizar a Carta, de modo a definir melhor os princípios envolvidos e ampliar o seu âmbito num novo documento.

Assim sendo, o IIº Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos, reunido em Veneza de 25 a 31 de maio de 1964, aprovou o seguinte texto:

Definições

Art.1.º - A noção de monumento histórico engloba a criação arquitetónica isolada bem como o sítio rural ou urbano que testemunhe uma civilização particular, uma evolução significativa ou um acontecimento histórico. Esta noção estende-se não só às grandes criações, mas também às obras modestas que adquiriram com o tempo um significado cultural.

Art.2.º - A conservação e o restauro dos monumentos constituem uma disciplina que apela à colaboração de todas as ciências e de todas as técnicas que possam contribuir para o estudo e salvaguarda do património monumental.

Objetivos

Art.3.º - A conservação e o restauro os monumentos visam salvaguardar tanto a obra de arte como o testemunho histórico.

Conservação

Art.4.º - A conservação dos monumentos impõe em primeiro lugar uma manutenção permanente dos mesmos.

Art.5.º - A conservação dos monumentos é sempre favorecida pela sua adaptação a uma função útil à sociedade: esta afetação é pois desejável, mas não pode nem deve alterar a disposição e a decoração dos edifícios. É assim dentro destes limites que se devem conceber e que se podem autorizar as adaptações tornadas necessárias, exigidas pela evolução dos usos e dos costumes.

Art.6.º - A conservação de um monumento implica a conservação de um enquadramento à sua escala. Quando ainda existia o enquadramento tradicional, este deverá ser conservado, e qualquer construção nova, qualquer destruição ou qualquer arranjo suscetível de alterar as relações de volume e de cor devem ser proscritos.

Art.7.º - O monumento é inseparável da História – da qual é testemunho – e também do meio em que está situado. Por conseguinte, a deslocação do todo ou de uma parte de um monumento não pode ser tolerada, a não ser no caso em que

a salvaguarda do monumento o exija, ou quando razões de um grande interesse nacional ou internacional o justifiquem.

Art.8.º - Os elementos de escultura, pintura ou decoração que fazem parte integrante de um monumento não se podem separar dele senão quando esta seja a única medida suscetível de lhes assegurar a conservação.

Restauro

Art.9.º - O restauro é uma operação que deve ter um carácter excecional. Destina-se a conservar e a revelar os valores estéticos e históricos dos monumentos e baseia-se no respeito pelas substâncias antigas e pelos documentos autênticos (ou seja, pela antiguidade e pela autenticidade). O restauro deixa de ter significado quando se levanta a hipótese de reconstituição; numa reconstituição, qualquer trabalho complementar, que se reconheça indispensável por causas estéticas ou técnicas, fica condicionado a uma conciliação ou harmonia arquitetónica (continuidade) e terá que acusar a data da intervenção (modernidade). O restauro será sempre precedido e acompanhado de um estudo arqueológico e histórico do monumento.

Art.10.º - Sempre que as técnicas tradicionais se revelem inadequadas, a consolidação de um monumento pode ser assegurada com o apoio de todas as técnicas modernas de conservação e de construção cuja eficácia tenha sido comprovada por dados científicos e garantida pela experiência.

Art.11.º - Os contributos válidos das diferentes épocas referentes à edificação de um monumento devem ser respeitados, não sendo a unidade de estilo um objetivo a alcançar no decurso de um restauro. Quando um edifício contiver vários estilos sobrepostos, a eleição de um desses estilos, em detrimento dos restantes, não se justifica, a não ser excecionalmente, na condição de que os elementos eliminados tenham pouco interesse, que o conjunto de elementos subjacentes a esse estilo constitua um testemunho de alto valor histórico, arqueológico ou estético, e que o seu estado de conservação seja aceitável. O julgamento sobre as eliminações a efetuar não pode depender unicamente da opinião do autor do projeto.

Art.12.º - Os elementos destinados a ocupar as falhas existentes devem integrar-se harmonicamente no contexto, tendo que se distinguir das partes originais, a fim de que o restauro não falseie o documento de arte e de história.

Art.13.º - Os acrescentos não podem ser tolerados a não ser que respeitem todas as partes interessantes do edifício, o seu quadro tradicional, o equilíbrio da sua composição e as suas relações com o meio envolvente.

Sítios Monumentais

Art.14.º - Os sítios monumentais devem ser objeto de cuidado especiais a fim de salvaguardar a sua integridade e assegurar a sua sanidade, organização e valorização. Os trabalhos de conservação e de restauro que forem efetuados nos sítios monumentais devem inspirar-se nos princípios enunciados nos artigos precedentes.

Escavações

Art.15.º - Os trabalhos de escavação devem executar-se em conformidade com normas científicas e com a “Recomendação Definidora dos Princípios Internacionais a Aplicar em Matéria de Escavações Arqueológicas”, adotada pela UNESCO em 1956. O ordenamento das ruínas e as medidas necessárias à conservação e à proteção permanente dos elementos arquitetónicos postos a descoberto serão assegurados. Além disso, todas as iniciativas serão tomadas no sentido de facilitar a compreensão do monumento sem nunca desvirtuar o seu significado. Todo o trabalho de reconstrução deverá, no entanto, ser excluído à partida; somente a anastilose (recomposição das partes existentes, mas desmembradas) poderá ser encarada. Os elementos de integração serão sempre reconhecíveis e representarão o mínimo necessário para assegurar a conservação do monumento e restabelecer a continuidade das suas formas.

Documentação e Publicação

Art.16.º - Os trabalhos de conservação, de restauro e de escavação serão sempre acompanhados pela compilação de

uma documentação precisa de desenhos e de fotografias. Todas as fases de trabalho de seleção, de consolidação, de integração, assim como elementos formais e técnicos identificadores no decorrer dos trabalhos serão anotados. Esta documentação será guardada nos arquivos de um organismo público e colocada à disposição das pessoas que a quiserem consultar e a sua publicação é recomendada.

Participaram no Comité que redigiu a Carta Internacional para a Conservação e Restauro de Monumentos:

Piero Gazzola (Itália), Presidente Raymond Lemaire (Bélgica), Secretário Jose Bassegoda-Nonell (Espanha), Luis Benavente (Portugal), Djurdje Boskovic (Jugoslávia), Hiroshi Daifuku (UNESCO), P. L. de Vrieze (Holanda), Harald Langberg (Dinamarca), Mario Matteucci (Itália), Jean Merlet (França), Carlos Flores Marini (México), Roberto Pane (Itália), S. C. J. Pavel (Checoslováquia), Paul Philippot (ICCRROM), Victor Pimentel (Perú), Harold Plenderleith (ICCRROM), Deoclecio Rdrig de Campos (Vaticano), Jean Sonnier (França), François Sorlin (França), Eustathios Stikas (Grécia), Mrs. Gertud Tripp (Áustria), Jan Zachwatowicz (Polónia), Mustafa S. Zbiss (Tunisia).

Anexo 1.3- Critérios de avaliação do Valor Universal Excepcional, para ser incluído na Lista do Património Mundial¹

(i) representar uma obra-prima do génio criativo humano;

(ii) ser testemunho de um intercâmbio de influências considerável, durante um dado período de tempo ou numa determinada área cultural, sobre o desenvolvimento da arquitetura ou da tecnologia, artes monumentais, urbanismo ou paisagismo;

(iii) constituir um testemunho único ou pelo menos excepcional a uma tradição cultural ou de uma civilização viva ou desaparecida;

(iv) representar um exemplo excepcional de um tipo de construção, conjunto arquitetónico ou tecnológico ou de paisagem que ilustre um ou mais períodos significativos da história humana;

(v) ser um exemplo excepcional de um povoamento humano tradicional, da utilização tradicional do território ou do mar, que seja representativo de uma cultura (ou culturas), ou da interação humana com o meio ambiente, especialmente quando este último se tornou vulnerável sob o impacto de alterações irreversíveis;

(vi) estar direta ou materialmente associado a acontecimentos ou tradições vivas, ideias crenças, ou obras artísticas e literárias de significado universal excepcional. (O Comité considera que este critério deve, de preferência, ser utilizado em conjunto com outros critérios);

(vii) representar fenómenos naturais notáveis ou áreas de beleza natural e de importância estética excepcionais;

(viii) ser exemplos excepcionalmente representativos dos grandes estádios da história da Terra, nomeadamente testemunhos da vida, processos geológicos em curso no desenvolvimento de formas terrestres ou elementos geomórficos ou fisiográficos de grande significado;

(ix) ser exemplos excepcionalmente representativos de processos ecológicos e biológicos em curso na evolução e desenvolvimento de ecossistemas e comunidades de plantas e animais terrestres, aquáticos, costeiros e marinhos;

(x) conter os habitats naturais mais representativos e mais importantes para a conservação in situ da diversidade biológica, nomeadamente aqueles em que sobrevivem espécies ameaçadas de Valor Universal Excepcional do ponto de vista da ciência ou da conservação.

A proteção, gestão, autenticidade e integridade das propriedades também são condições importantes. Desde 1992, interações significativas entre as pessoas e o ambiente natural têm sido reconhecidas como **paisagens culturais**.

1 Consultado em: <http://whc.unesco.org/en/criteria/> (abril 2018)

Anexo 1.4- Carta Internacional sobre Salvaguarda das Cidades Históricas, 1987.

Preâmbulo e Definições

Resultantes de um desenvolvimento mais ou menos espontâneo, ou de um projeto deliberado, todas as cidades do mundo são expressões materiais da diversidade das sociedades através da História e, por esse facto, todas elas são históricas.

A presente Carta respeita mais precisamente às cidades, grandes ou pequenas, e aos centros ou bairros históricos, com o seu enquadramento natural ou construído que, para além da sua qualidade de documento histórico, exprimem os valores próprios das civilizações urbanas tradicionais.

Ora estas estão ameaçadas de degradação, de desagregação e mesmo de destruição, sob o efeito de um modo de urbanização nascido na era industrial, e que hoje atinge universalmente todas as sociedades.

Face a esta situação, por vezes dramática, e que provoca perdas irreversíveis de carácter cultural e social, e mesmo económico, o ICOMOS julgou necessário redigir uma Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas. Completando a Carta Internacional Sobre a Conservação e Restauro dos Monumentos e Sítios (Veneza, 1964), este novo texto define os princípios e os objetivos, os métodos e os instrumentos de ação adequada para salvaguardar a qualidade das cidades históricas, favorecer a harmonia da vida individual e social e perpetuar o conjunto dos bens, mesmo modestos, que constituem a memória da Humanidade.

Como no texto da recomendação da UNESCO respeitante à “salvaguarda dos conjuntos históricos ou tradicionais, e o seu papel na vida contemporâneas” (Varsóvia - Nairobi, 1976), assim como em outros diferentes instrumentos internacionais, entende-se aqui por “Salvaguarda das Cidades Históricas” as medidas necessárias para a sua proteção, a sua conservação e o seu restauro, assim como para o seu desenvolvimento coerente e para a sua adaptação harmoniosa à vida contemporânea.

Princípios e Objetivos

1. A salvaguarda das cidades e bairros históricos deve, para ser eficaz, fazer parte integrante de uma política coerente de desenvolvimento económico e social, e ser tomada em conta nos planos de ordenamento e de urbanização, a todos os níveis.

2. Os valores a preservar são o carácter histórico da cidade e o conjunto de elementos materiais e espirituais que exprimem a sua imagem, em particular:

a) a forma urbana, definida pela trama e suas parcelas;

b) as relações entre os diferentes espaços urbanos: espaços construídos, espaços livres, espaços plantados;

c) a forma e o aspeto dos edifícios (interior e exterior), tais como eles se definem pela sua estrutura, volume, estilo, escala, materiais, cor e decoração;

d) as relações da cidade com o seu enquadramento natural ou criado pelo homem;

e) as vocações diversas da cidade, adquiridas no decurso da sua história.

3. A participação e a implicação dos habitantes de toda a cidade são indispensáveis ao sucesso da salvaguarda. Elas devem ser procuradas em todas as circunstâncias, e favorecidas pela necessária tomada de consciência de todas as gerações. Nunca se deve esquecer que a salvaguarda das cidades e bairros históricos respeita, em primeiro lugar, aos seus habitantes.

4. As intervenções num bairro ou numa cidade histórica devem ser conduzidas com prudência, método e rigor, evitando todo o dogmatismo, mas tendo em conta problemas específicos, em cada caso particular.

Métodos e Instrumentos

5. A planificação da salvaguarda das cidades e bairros históricos deve ser precedida de estudos pluridisciplinares.

- Plano de Salvaguarda deve compreender uma análise dos dados, nomeadamente arqueológicos, históricos, arquitetónicos, sociológicos e económicos, e deve definir as principais orientações e as modalidades das ações a empreender nos planos jurídico, administrativo e financeiro.

- Plano de Salvaguarda deverá esforçar-se por definir uma articulação harmoniosa dos bairros históricos com o conjunto da cidade.

- Plano de Salvaguarda deve determinar os edifícios ou grupos de edifícios a proteger particularmente, a conservar em certas condições e, em circunstâncias excecionais, a destruir.

- estado dos locais será rigorosamente documentado antes de qualquer intervenção.

- Plano deverá beneficiar da adesão dos habitantes.

6. Na expectativa da adoção de um Plano de Salvaguarda, as ações necessárias à conservação devem ser empreendidas no respeito dos princípios e métodos da presente Carta e da Carta de Veneza.

7. A conservação das cidades e dos bairros históricos implica uma manutenção permanente do que está construído.

8. As funções novas e as redes de infraestruturas exigidas pela vida contemporânea devem ser adaptadas às especificidades das cidades históricas.

9. O melhoramento do “habitat” deve constituir um dos objetivos fundamentais da salvaguarda.

10. No caso de ser necessário efetuar transformações de imóveis, ou de os construir de novo, todo o acrescentamento deverá respeitar a organização espacial existente, nomeadamente os seus aspetos parcelares e a sua escala, como o impõem a qualidade e o valor de conjunto das construções existentes. A introdução de elementos de carácter contemporâneo, sob reserva de não prejudicarem a harmonia do conjunto, pode contribuir para o seu enriquecimento.

11. Interessa concorrer para um melhor conhecimento do passado das cidades históricas, favorecendo as pesquisas de arqueologia urbana e a apresentação apropriada das suas descobertas sem prejudicar a organização geral do tecido urbano.

12. A circulação dos veículos deve ser estreitamente regulamentada no interior das cidades e dos bairros históricos; as áreas de estacionamento deverão ser arrançadas de maneira a não degradar o seu aspeto, nem o do seu enquadramento.

13. As grandes redes de estradas, previstas no quadro do ordenamento do território, não devem penetrar nas cidades históricas, mas somente facilitar o tráfego que dessas cidades se aproxima, permitindo-lhe um acesso fácil.

14. Medidas preventivas contra as catástrofes naturais e contra todos os demais obstáculos (designadamente as poluições e as vibrações) devem ser tomadas a favor das cidades históricas, e isto tanto para assegurar a salvaguarda do seu património, como para a segurança e o bem-estar dos seus habitantes. Os meios postos em ação para prevenir ou reparar os efeitos de todas as calamidades devem ser adaptados ao carácter específico dos bens a salvaguardar.

15. Em ordem a assegurar a participação e a implicação dos habitantes, deve desenvolver-se uma informação geral, começando desde a idade escolar. Deve ser favorecida a ação das associações de defesa do património, e devem ser

tomadas medidas financeiras de natureza a facilitar a conservação e o restauro do que existe construído.

16. A salvaguarda exige que se organize uma formação especializada visando todas as profissões nela implicadas.

Texto aprovado em Toledo, em reunião que decorreu de 7 a 9 de setembro de 1986, e ratificado pelo ICOMOS em Washington, em outubro de 1987

Anexo 1.5- Documento de Nara sobre Autenticidade do Património Cultural, 1994.

UNESCO, ICCROM e ICOMOS, Nara (Japão), 1 a 6 de novembro de 1994

Preâmbulo

1. Os especialistas, signatários do presente documento, reunidos em Nara, Japão, saúdam a generosidade e a visão intelectual das autoridades japonesas que proporcionaram este encontro com o objetivo de questionar o pensamento convencional em matéria da conservação do património cultural, e debater as formas e os meios de alargar os horizontes na perspetiva de assegurar um maior respeito pela diversidade das culturas e do património na prática da conservação.

2. Os referidos peritos também desejam manifestar ao Comité do Património Mundial o seu apreço pela oportunidade de discussão proposta, sabendo que o referidos Comité deseja aplicar, na análise dos dossiers de candidatura à Lista do Património Mundial que lhe são submetidos, um conceito de autenticidade que respeite os valores sociais e culturais de todos os países.

3. O Documento de Nara sobre Autenticidade foi concebido no espírito da Carta de Veneza (1964) na qual se fundamenta e cujo âmbito conceptual pretende alargar em resposta às emergentes preocupações e interesses sobre o património cultural, no nosso mundo contemporâneo.

4. Num mundo que está cada vez mais sujeito às forças da globalização e da homogeneização, no qual a reivindicação da identidade cultural se exprime, por vezes, através de nacionalismos agressivos e da eliminação de culturas minoritárias, a contribuição essencial da noção de autenticidade na prática da conservação do património cultural, consiste em respeitar e realçar todas as facetas da memória coletiva da Humanidade.

DIVERSIDADE CULTURAL E DIVERSIDADE DO PATRIMÓNIO

5. A diversidade das culturas e do património cultural constituem uma riqueza espiritual e intelectual insubstituível para toda a Humanidade. Devem, pois, ser reconhecidos como fatores essenciais ao desenvolvimento, não só através da sua proteção, como também através da sua divulgação.

6. Esta diversidade exprime-se, tanto numa dimensão geográfica, como através do tempo, e diz respeito, quer às culturas, quer aos modos de vida que lhe estão associados. Nos casos em que as diferenças entre culturas, quer aos modos de vida que lhe estão associados. Nos casos em que as diferenças entre culturas estejam na origem de conflitos, o respeito pela diversidade cultural exige o reconhecimento da legitimidade dos valores culturais específicos de cada uma das partes envolvidas.

7. As diferentes formas de expressão, tangíveis e intangíveis, de qualquer cultura ou sociedade constituem o seu património, devendo como tal ser respeitadas.

8. É importante sublinhar o princípio fundamental da UNESCO segundo o qual o património cultural de cada um é o património cultural de todos. A responsabilidade pelo património cultural e pela sua gestão pertence, em primeiro lugar, à comunidade que o gerou ou àquela que o preserva. No entanto, a adesão às cartas e convenções internacionais relativas ao património cultural também implica a aceitação dos princípios é altamente desejável que cada comunidade reflita sobre o seu próprio património, sem menosprezar os seus próprios valores culturais fundamentais.

VALORES E AUTENTICIDADE

9. A conservação do património cultural, sob todas as formas e de todas as épocas históricas, justifica-se pelos valores atribuídos a esse património. A exata perceção desses valores depende, nomeadamente, da credibilidade das fontes de informação a seu respeito. O conhecimento, a compreensão e a interpretação das fontes de informação, relativamente às características originais e subsequentes do património, ao seu devir histórico e ao seu significado, são requisitos básicos para avaliar a autenticidade de uma obra, tanto nos seus aspetos formais, como físicos.

10. O conceito de autenticidade, tal como foi expresso na Carta de Veneza, representa o fator qualitativo essencial relativamente à credibilidade das fontes de informação histórica. O seu papel nas intervenções de conservação e restauro, bem como nos procedimentos de inscrição de bens culturais na Lista do Património Mundial ou em quaisquer outros inventários de património cultural.

11. Quer a preceção sobre os valores a atribuir ao património, que os fatores de credibilidade das fontes de informação podem variar de uma cultura para outra e até dentro de uma mesma cultura. Neste sentido, não é possível restringir a avaliação da autenticidade a critérios imutáveis. Pelo contrário, o respeito devido a cada cultura exige que os bens culturais sejam analisados e avaliados segundo critérios adaptados aos seus contextos culturais.

12. É portanto, da maior urgência que, no seio de cada cultura, sejam reconhecidas as características específicas dos seus valores culturais e a credibilidade e fiabilidade das respetivas fontes de informação.

13. Dependendo da natureza do monumento ou do sítio, do seu contexto cultural e da sua evolução no tempo, a avaliação sobre autenticidade pode estar ligada a uma grande variedade de fontes de informação. Estas compreendem a forma e a conceção, os materiais e a substância, o uso e a função, as tradições e as técnicas, a localização e o seu enquadramento, o espírito e a expressão, o estado original e evolução histórica. Estas fontes podem ser internas ou externas à obra, e permitem a descrição do património cultural nas suas dimensões artísticas, histórica, social e científica.

Anexo I

Sugestões para a aplicação deste Documento (propostas por Herb Stovel)

1. O respeito pela diversidade das culturas e do património exige um esforço sustentado para evitar impor fórmulas mecânicas ou procedimentos uniformizados ou sítio.

2. A avaliação da autenticidade, respeitante às culturas e a diversidade do património, exige uma abordagem que encoraje as culturas a desenvolver, quer metodologias de análise, quer instrumentos que reflitam a sua natureza e as suas necessidades. Essas abordagens poderão ter diversos aspetos em comum, donde resulta a necessidade de:

- Assegurar que a avaliação da autenticidade envolva uma colaboração multidisciplinar e uma contribuição adequada de todas as especialidades e conhecimentos disponíveis;

- Assegurar que os valores reconhecidos sejam verdadeiramente representativos de uma cultura e da diversidade dos seus interesses, nomeadamente no que diz respeito aos monumentos e sítios;

- Documentar claramente a natureza específica da autenticidade dos monumentos e dos sítios para constituir um guia prático para o seu futuro tratamento e acompanhamento;

- Atualizar as apreciações sobre a autenticidade à luz da evolução dos valores e do contexto.

3. É particularmente importante que haja um esforço de respeito pelos valores reconhecidos e que os processos para a sua identificação compreendam ações para desenvolver, na medida do possível, o consenso entre os diversos especialistas e no seio da comunidade.

4. As iniciativas devem basear-se na cooperação internacional entre todos os interessados pela conservação do património cultural, e fomentar esta cooperação, de modo a incrementar o respeito e o reconhecimento pela diversidade dos valores e das manifestações culturais.

5. A continuação e a extensão deste diálogo às várias regiões e culturas do mundo constituem um pré-requisito para aumentar o valor prático que reconhecemos à autenticidade na conservação do património comum da Humanidade.

6. A crescente sensibilização do público para esta dimensão fundamental do património cultural é absolutamente ne-

cessária para conceber medidas concretas que permitam salvaguardar os testemunhos do passado. Através desta sensibilização desenvolve-se uma maior compreensão pelos valores que os bens culturais representam e respeita-se o papel que os monumentos e sítios desempenham na sociedade contemporânea.

Anexo II

Definições

Conservação: Compreende todas as operações que visam: a compreensão de uma obra, o conhecimento da sua história e do seu significado; assegurar a sua salvaguarda material e, eventualmente, o seu restauro e a sua valorização. (O património cultural compreende os monumentos, os conjuntos e os sítios, tal como são definidos no artigo 1.º da Convenção do Património Mundial).

Fontes de informação: São conjunto das fontes materiais, escritas, orais e figurativas que possibilitam conhecer a natureza, as especificidades, o significado e a história de uma obra.

Anexo 1.6- Carta de Cracóvia sobre os Princípios para a Conservação e o Restauro do Património Construído, 2000.

Cracóvia (Polónia), 26 de outubro de 2000

Reconhecendo o contributo dos indivíduos e das instituições que, ao longo de três anos, participaram na preparação da Conferência Internacional sobre Conservação “Cracóvia 2000” e na sua Sessão Plenária com o título “o património cultural como fundamento do desenvolvimento da civilização”, os signatários, participantes na Conferência Internacional sobre Conservação “Cracóvia 2000”, conscientes dos profundos significados associados ao património cultural, submetem aos responsáveis pelo património os seguintes princípios como orientação dos seus esforços na salvaguarda desses bens culturais.

Preâmbulo

Atuando no espírito da Carta de Veneza (1964), tendo em conta as recomendações internacionais e motivados pelo processo da unificação europeia, na entrada do novo milénio, os signatários da presente Carta estão conscientes de viver um tempo no qual as identidades, num contexto cada vez mais amplo, se tomam mais distintas e singulares. A Europa atual caracteriza-se pela diversidade cultural e, assim, pela pluralidade de valores fundamentais associados ao património móvel, imóvel e intelectual, o que implica diferentes significados que originam conflitos de interesse. Esta situação requer de todos os responsáveis pela salvaguarda do património cultural uma maior atenção aos problemas e às decisões a serem tomadas na prossecução dos seus objetivos.

Cada comunidade, tendo em conta a sua memória coletiva e consciente do seu passado, é responsável, quer pela identificação, quer pela gestão do seu património. Os monumentos, considerados como elementos individuais desse património, possuem valores que se alteram com o tempo. Esta alteração de valores, que podemos identificar em cada monumento é, afinal, uma das características do património, ao longo da História. Através deste processo de mudança de valores, cada comunidade desenvolve uma consciência e um conhecimento da necessidade de preservar os bens culturais construídos, pois eles são portadores dos seus próprios valores patrimoniais comuns. Este processo não pode ser objeto de uma definição redutora. Apenas se pode indicar o modo segundo o qual pode ser identificado.

Os instrumentos e os métodos utilizados para uma correta preservação do património devem adaptar-se às situações concretas, que são evolutivas, sujeitas a um processo de contínua mudança.

O contexto particular de escolha destes valores requer a elaboração de um projeto de conservação e a tomada de uma série de decisões que constituem o projeto de restauro, de acordo com critérios técnicos e organizativos apropriados. Conscientes dos profundos valores da Carta de Veneza, e trabalhando para os mesmos objetivos, propõem os seguintes princípios para a conservação e restauro do património construído.

Objetivos e métodos

1. O património arquitetónico, urbano ou paisagístico, assim como os elementos que o compõem resultam de uma dialética entre os diferentes momentos históricos e os respetivos contextos socioculturais. A conservação deste património é o objetivo desta Carta. A conservação pode ser realizada mediante diferentes tipos de intervenções, tais como o controlo do meio ambiental, a manutenção, a reparação, o restauro, a renovação e a reabilitação. Qualquer intervenção implica decisões, escolhas e responsabilidades relacionadas com o património, entendido no seu conjunto, incluindo os elementos que embora hoje possam não ter um significado específico, poderão, contudo, tê-lo no futuro.

2. A manutenção e a reparação constituem uma parte fundamental do processo de conservação do património. Estas ações exigem diversos procedimentos, nomeadamente investigações prévias, testes, inspeções, controlos, acompanhamento dos trabalhos e do seu comportamento pós-realização. Os riscos de degradação do património devem ser previstos em relatórios apropriados para permitir a adoção de medidas preventivas.

3. A conservação do património construído é executada de acordo com o projeto de restauro, que se inscreve numa

estratégia para a sua conservação a longo prazo. O “projeto de restauro” deverá basear-se num conjunto de opções técnicas apropriadas e ser elaborado segundo um processo cognitivo que integra a recolha de informações e a compreensão do edifício ou do sítio. Este processo pode incluir o estudo dos materiais tradicionais, ou novos, o estudo estrutural, análises gráficas e dimensionais e a identificação dos significados histórico, artístico e sociocultural. No projeto de restauro devem participar todas as disciplinas pertinentes e a coordenação deve ser levada a cabo por uma pessoa qualificada na área da conservação e restauro.

4. Devem ser evitadas reconstruções de partes significativas de um edifício, baseadas no que os responsáveis julgam ser o seu “verdadeiro estilo”.

A reconstrução de partes muito limitadas, com um significado arquitetónico pode ser excepcionalmente aceite, na condição de se fundamentar, em documentação precisa e irrefutável. Se for necessário para o uso adequado do edifício, podem-se incorporar elementos espaciais e funcionais, mas estes devem exprimir a linguagem da arquitetura atual. A reconstrução total de um edifício, que tenha sido destruído por um conflito armado ou por uma catástrofe natural, só é aceitável se existirem motivos sociais ou culturais excecionais, que estejam relacionados com a própria identidade da comunidade local.

Diferentes tipos de património construído

5. Qualquer intervenção que afete o património arqueológico, devido à sua vulnerabilidade, deve estar estritamente relacionada com a sua envolvente: o território e a paisagem. Os aspetos destrutivos das escavações devem reduzir-se tanto quanto seja possível. Cada escavação deve ser acompanhada de documentação completa sobre os trabalhos arqueológicos.

Tal como em qualquer intervenção patrimonial, os trabalhos de conservação de achados arqueológicos devem basear-se no princípio da intervenção mínima. Os trabalhos arqueológicos só podem ser realizados por profissionais e a metodologia e técnicas usadas devem ser estritamente controladas.

Para a proteção e apresentação pública de sítios arqueológicos deve encorajar-se: o recurso a técnicas modernas; a criação de bancos de dados; a utilização de sistemas de informação e a utilização de técnicas de apresentação virtual dos sítios.

6. O objetivo da conservação dos monumentos e dos edifícios com valor histórico, que se localizem em meio urbano ou rural, é o de manter a sua autenticidade e integridade, incluindo os espaços interiores, o mobiliário e a decoração, de acordo com o seu aspeto original. Tal conservação requer um “projeto de restauro” apropriado, que defina os métodos e os objetivos. Em muitos casos, requer-se ainda um uso apropriado para os monumentos e edifícios com valor histórico, compatível com os seus espaços e o seu significado patrimonial. As obras em edifícios com valor histórico devem analisar e respeitar todas as fases construtivas pertencentes a períodos históricos distintos.

7. A decoração arquitetónica, as esculturas e os elementos artísticos, que fazem parte integrante do património construído, devem ser preservados mediante um projeto específico vinculado ao projeto geral de restauro.

Esta metodologia pressupõe que o especialista em restauro do património construído possua os conhecimentos e a formação adequada, para além da capacidade cultural, técnica e prática, para interpretar os diferentes ensaios e análises nas áreas artísticas específicas. O “projeto de restauro” deve garantir uma relação correta com o conjunto envolvente, incluindo o ambiente, a decoração e a escultura e respeitando as técnicas tradicionais da construção e a sua necessária integração como uma parte substancial do património construído.

8. As cidades e as aldeias históricas, no seu contexto territorial, representam uma parte essencial do nosso património universal. Cada um destes conjuntos patrimoniais deve ser considerado como um todo, com as suas estruturas, os seus espaços e as características socioeconómicas, em processo de contínua evolução e mudança.

Qualquer intervenção deve envolver todos os sectores da população e requer um processo de planeamento integrado, cobrindo uma ampla gama de atividades. Em meio urbano, a conservação tem por objeto, quer os conjuntos edificados, quer os espaços livres. A sua área de intervenção tanto pode restringir-se a uma parcela de um grande aglomerado urbano, como englobar a totalidade de uma pequena cidade ou mesmo uma aldeia, integrando sempre os respetivos

valores imateriais, ou intangíveis. Neste contexto, a intervenção na cidade histórica deve ter presente a morfologia, as funções e as estruturas urbanas, na sua interligação com o território e a paisagem envolventes. Os edifícios que constituem as zonas históricas podendo não se destacar pelo seu valor arquitetónico especial, devem ser salvaguardados como elementos de continuidade urbana, devido às suas características dimensionais, técnicas, espaciais, decorativas e cromáticas, elementos de união insubstituíveis para a unidade orgânica da cidade.

O “projeto de restauro” das cidades ou aldeias históricas deve, não só verificar a sustentabilidade das opções estratégicas que assume, como prever o processo de gestão de futuras alterações, ligando as questões da conservação do património aos aspetos económicos e sociais. Para além do conhecimento das estruturas físicas, devem ser estudadas as influências que futuras alterações poderão provocar, bem como os necessários instrumentos para gerir essas alterações.

O “projeto de restauro” de cidades e aldeias históricas deve considerar que os imóveis do tecido urbano desempenham uma dupla função:

a) são elementos definidores da forma urbana, mas também;

b) possuem uma espacialidade interna, que constitui um dos seus valores essenciais.

9. As paisagens reconhecidas como património cultural são o resultado e o reflexo da interação prolongada nas diferentes sociedades entre o homem, a natureza e o meio ambiente físico. São testemunhos da relação evolutiva das comunidades e dos indivíduos com o seu meio ambiente.

Neste contexto, a sua conservação, preservação e desenvolvimento centram-se nos aspetos humanos e naturais, integrando valores materiais e intangíveis. É importante compreender e respeitar o carácter das paisagens e aplicar leis e normas adequadas que harmonizem os usos mais importantes do território com valores paisagísticos essenciais.

Em muitas sociedades, as paisagens possuem uma relação histórica com o território e com as cidades. A integração da conservação da paisagem cultural com o desenvolvimento sustentado de regiões e localidades com atividades ecológicas, assim como com o meio ambiente natural requerem uma consciencialização e uma compreensão das suas relações ao longo do tempo, o que implica o estabelecimento de relações com o meio ambiente construído, de regiões metropolitanas, cidades e núcleos históricos.

A conservação integrada de paisagens arqueológicas ou com interesse paleontológico, bem como o desenvolvimento de paisagens que apresentam alterações muito significativas, envolvem a consideração de valores sociais, culturais e estéticos.

10. As técnicas de conservação devem estar intimamente ligadas à investigação pluridisciplinar sobre materiais e tecnologias usadas na construção, reparação e no restauro do património edificado. A intervenção escolhida deve respeitar a função original e assegurar a compatibilidade com os materiais, as estruturas e os valores arquitetónicos existentes. Quaisquer novos materiais ou tecnologias devem ser rigorosamente testados, comparados e experimentados antes da respetiva aplicação.

Embora a aplicação in situ de novas tecnologias possa justificar-se para uma boa conservação dos materiais originais, estas devem ser constantemente controladas tendo em conta os resultados obtidos, o seu comportamento ao longo do tempo e a possibilidade da sua eventual reversibilidade.

Deve estimular-se o conhecimento dos materiais e técnicas tradicionais de construção, bem como a sua apropriada manutenção no contexto da sociedade contemporânea, considerando-as como componentes importantes do património cultural.

Gestão

11. A gestão das cidades históricas e do património cultural em geral, tendo em conta os contínuos processos de mudança, transformação e desenvolvimento, consiste na adoção de regulamentos apropriados, na tomada de decisões, que implicam necessariamente escolhas, e no controlo dos resultados. Um aspeto essencial deste processo, é a necessidade de identificar os riscos, de antecipar os sistemas de prevenção apropriados e de criar planos de atuação de emergência. O turismo cultural, apesar dos seus aspetos positivos para a economia local, deve ser considerado como um risco.

Deve prestar-se uma particular atenção à otimização dos custos envolvidos.

A conservação do património cultural deve constituir uma parte integrante dos processos de planeamento económico e gestão das comunidades, pois pode contribuir para o desenvolvimento sustentável, qualitativo, económico e social dessas comunidades.

12. A pluralidade de valores do património e a diversidade de interesses requerem uma estrutura de comunicação que permita uma participação efetiva dos cidadãos no processo, para além dos especialistas e gestores culturais. Caberá às comunidades adotar os métodos e as formas apropriadas para assegurar uma verdadeira participação dos cidadãos e das instituições nos processos de decisão.

Formação e educação

13. A formação e a educação em património cultural exige a participação da sociedade e a integração da temática nos sistemas nacionais de educação a todos os níveis. A complexidade dos projetos de restauro, ou de quaisquer outras intervenções de conservação, por envolverem aspetos históricos, técnicos, culturais e económicos, requerem a nomeação de responsáveis bem formados e competentes.

A formação dos especialistas em conservação deve ser interdisciplinar e incluir o estudo da história da arquitetura, da teoria e das técnicas da conservação. Esta formação deve assegurar uma qualificação adequada, necessária à resolução de problemas de investigação, bem como para resolver corretamente as intervenções de conservação e restauro de uma forma profissional e responsável.

A formação de profissionais e técnicos nas disciplinas da conservação deve considerar a evolução das metodologias e do conhecimento técnico e participar no debate atual sobre as teorias e as políticas de conservação.

A qualidade da mão-de-obra e o trabalho técnico durante os projetos de restauro devem também ser valorizados com uma melhor formação profissional.

Medidas legais

14. A proteção e conservação do património construído podem ser melhoradas através da adoção de medidas legais e administrativas. Estas medidas devem assegurar que os trabalhos de conservação sejam realizados por especialistas em conservação ou sob sua supervisão.

As disposições legais também podem prever um período de estágios práticos, no contexto de programas estruturados. Deve conceder-se uma atenção especial aos recém-formados especialistas em conservação do património cultural, nomeadamente no momento da graduação como profissionais independentes. Este grau deveria ser adquirido sob supervisão de especialistas em conservação.

ANEXO. DEFINIÇÕES

O Comité de Redação da Carta de Cracóvia 2000 usou os seguintes conceitos e terminologia:

a) *Património*: é o conjunto das obras do homem nas quais uma comunidade reconhece os seus valores específicos e particulares e com os quais se identifica. A identificação e a valorização destas obras como património é, assim, um processo que implica a seleção de valores.

b) *Monumento*: é uma entidade identificada como portadora de valor e que constitui um suporte da memória. Nele, a memória reconhece aspetos relevantes relacionados com atos e pensamentos humanos, associados ao curso da história e, todavia, acessíveis a todos.

c) *Autenticidade*: é o somatório das características substanciais, historicamente provadas, desde o estado original até à situação atual, como resultado das várias transformações que ocorreram no tempo.

d) *Identidade*: entende-se como a referência coletiva englobando, quer os valores atuais que emanam de uma comunidade, quer os valores autênticos do passado.

e) *Conservação*: é o conjunto das atitudes de uma comunidade que contribuem para perpetuar o património e os seus monumentos. A conservação do património construído é realizada, quer no respeito pelo significado da sua identidade, quer no reconhecimento dos valores que lhe estão associados.

f) *Restauro*: é uma intervenção dirigida sobre um bem patrimonial, cujo objetivo é a conservação, da sua autenticidade e a sua posterior apropriação pela comunidade.

g) *Projeto de restauro*: o projeto, resultante das opções de conservação, é o processo específico através do qual a conservação do património construído e da paisagem são realizados com sucesso.

Comité de Redação: Alessandra Melucco (Itália), André De Naeyer (Bélgica), Andrzej Kadluczka (Polónia), Andrzej Michalowski (Polónia), Giuseppe Cristinelli (Itália), Herb Stovel (Canadá), Jacek Purchla (Bélgica), Jan Schubert (Alemanha), Javier Rivera Blanco (Espanha), Jean Louis Luxen (Bélgica), Joseph Cannataci (Malta), Jukka Jokilehto (Finlândia-Itália), Krzysztof Pawlowski (Polónia), Ingval Maxwell (Escócia), Ireneusz Pluska (Polónia), Manfred Wehdorn (Áustria), Marek Konokpa (Polónia); Mário Docci (Itália), Michael Petzet (Alemanha), Mihály Zádor (Hungria), Ray Bondin (Malta), Robert de Jong (Países Baixos), Salvador Pérez Arroyo (Espanha), Sherban Cantacuzino (Inglaterra), Tamas Fejerdy (Hungria), Tatiana Kirova (Itália) e Zbigniew Kobilinski (Polónia).

Anexo 1.7- Principios de La Valetta para a Salvaguarda e Gestão dos Conjuntos Históricos, 2011.

Adoptado por la XVII Asamblea General de ICOMOS el 28 de noviembre de 2011.

Preámbulo

La humanidad se enfrenta hoy en día a una serie de cambios que afecta a los hábitat humanos, en general, y a las poblaciones y áreas urbanas históricas, en particular. La globalización de los mercados y de los modos de producción provoca transvases de población entre regiones y hacia las ciudades, sobre todo hacia las grandes ciudades. Los cambios en la gobernanza política y en las prácticas empresariales entrañan nuevas construcciones y condiciones de trabajo en las poblaciones y áreas urbanas. Todas ellas son indispensables para luchar contra la segregación y el desarraigo social, y contribuyen a reforzar la identidad.

En el actual contexto internacional de reflexión sobre la conservación urbana, se advierte una creciente toma de conciencia respecto a estas nuevas demandas. Las organizaciones comprometidas con la conservación y la promoción del patrimonio precisan desarrollar sus competencias, sus instrumentos, sus pareceres y, en muchos casos, su papel en el proceso de planificación.

El CIVVIH (ICOMOS-Comité Internacional de Ciudades y Poblaciones Históricas) há actualizado sus enfoques y consideraciones contenidos en la Carta de Washington (1987) y la Recomendación de Nairobi (1976), basadas en el corpus de sus textos de referencia. El CIVVIH ha redefinido los objetivos, pareceres e instrumentos necesarios; para ello ha tomado en consideración la evolución significativa de las definiciones y metodologías en materia de salvaguardia y gestión de las poblaciones y áreas urbanas históricas.

Las modificaciones expresan: una mayor consideración del patrimonio histórico en el contexto territorial y no simplemente entendido como la delimitación de un conjunto o sector urbano; unos valores inmateriales, como la continuidad en el tiempo y la identidad; los usos tradicionales; el papel del espacio público como lugar de interacción social y otros factores socioeconómicos, como la integración social, y ambientales. Cuestiones como el paisaje considerado como referencia territorial común o la conceptualización del paisaje urbano como un todo, con sus aspectos topográficos históricos y perfiles (skylines), han cobrado una gran importancia. Otro cambio relevante, en el caso de ciudades de crecimiento rápido, atañe a los grandes desarrollos urbanos, ya que éstos pueden alterar los parcelarios tradicionales que ayudan a definir la morfología urbana histórica.

En este sentido, es fundamental considerar el patrimonio como un recurso constitutivo del ecosistema urbano. Este concepto debe ser estrictamente respetado para asegurar un desarrollo armonioso de las poblaciones históricas y sus entornos territoriales.

La noción de desarrollo sostenible ha adquirido una importancia tal que las directrices de urbanismo y de intervención arquitectónica se basan en la actualidad en políticas orientadas a la limitación de la expansión de la ciudad más que a preservar el patrimonio urbano.

El principal objetivo de este documento es proponer principios y estrategias aplicables a las intervenciones en poblaciones y áreas urbanas históricas. Estos principios y estrategias deberán salvaguardar los valores de las poblaciones históricas y de sus entornos territoriales, así como su integración en la vida social, cultural y económica propia de nuestro tiempo.

Las intervenciones deberán garantizar el respeto al patrimonio material e inmaterial, así como la calidad de vida de los habitantes.

El presente documento para la salvaguardia de las poblaciones y áreas urbanas históricas y de sus entornos territoriales se divide en cuatro partes:

1 Definiciones

2 Aspectos del cambio (Desafíos)

3 Criterios de intervención

4 Propuestas y estrategias

1 Definiciones

a Poblaciones y áreas urbanas históricas

Las poblaciones y áreas urbanas históricas se componen de elementos materiales e inmateriales. Los materiales comprenden, además de la propia estructura urbana: los elementos arquitectónicos, los paisajes interior y exterior de la ciudad, los vestigios arqueológicos, las vistas, los perfiles, las perspectivas y los hitos urbanos. Los elementos inmateriales comprenden: las actividades, los usos simbólicos e históricos, las prácticas culturales, las tradiciones, los testigos de la memoria y las referencias culturales que constituyen la substancia del valor histórico de las poblaciones o áreas urbanas históricas.

Las poblaciones y áreas urbanas históricas son estructuras espaciales que expresan la evolución de una sociedad y de su identidad cultural y son parte integrante de un contexto natural o antropizado más amplio del que no pueden ser disociadas.

Las poblaciones y áreas urbanas históricas son un testigo viviente del pasado que las ha modelado. Estos espacios históricos forman parte de la vida cotidiana de las personas. Su protección e integración en la sociedad contemporánea son el fundamento de la planificación urbana y de la ordenación del territorio.

b Medio

El medio se refiere a los contextos espaciales naturales y/o construidos por el género humano (en los que se ubica el patrimonio urbano histórico) que influyen en la manera estática o dinámica con la que se perciben, viven y aprecian las áreas históricas urbanas; o que están directamente ligados a ellas desde el punto de vista social, económico o cultural.

c Salvaguardia

La salvaguardia de las poblaciones y áreas urbanas históricas y de sus entornos espaciales comprende los procedimientos necesarios para su protección, conservación, promoción y gestión; y también para su desarrollo coherente y adaptación armoniosa a la vida moderna.

d Zona urbana protegida

Una zona urbana protegida es toda aquella parte de una población que representa un período histórico o una fase de su desarrollo. Incluye los monumentos y el entramado urbano original, en el que las construcciones expresan el valor cultural por el que se protege el lugar.

La protección debe incluir el desarrollo histórico de la población y mantener las principales funciones civiles, religiosas y sociales.

e Zona de amortiguamiento

La zona de amortiguamiento es un área definida espacialmente que se sitúa más allá de la zona urbana protegida y cuyo propósito es defender los valores culturales de esta zona protegida del impacto de las actividades productivas de su contexto; sea éste un impacto físico, visual o social.

f Plan de gestión

Un plan de gestión es un documento que especifica detalladamente las estrategias e instrumentos necesarios para la protección del patrimonio y que, al mismo tiempo, responde a las necesidades de la vida contemporánea. Contiene documentos legales, económicos, administrativos y de conservación; así como otros planes de conservación y seguimiento.

g El espíritu del lugar

El espíritu del lugar puede ser definido como el conjunto de elementos materiales e inmateriales, físicos y espirituales, que proporciona a un determinado sitio su identidad específica, significado, emoción y misterio. El espíritu del lugar crea el espacio y, al mismo tiempo, el espacio construye y estructura este espíritu

(Declaración de Quebec 2008).

2 Aspectos del cambio

Las poblaciones y áreas urbanas históricas, en tanto que organismos vivos, están sometidas a cambios continuos. Estos cambios afectan a todos los elementos constitutivos de la ciudad (naturales, y humanos, materiales e inmateriales). El cambio, dirigido adecuadamente, puede ofrecer oportunidades para mejorar la calidad de las poblaciones y áreas urbanas históricas a partir de sus características históricas.

a Cambio y medio ambiente natural

La Carta de Washington ya se refería específicamente a los problemas relacionados con las modificaciones del medio natural: “En las poblaciones y áreas urbanas históricas se han de adoptar medidas preventivas contra las catástrofes naturales y las diversas perturbaciones (especialmente la contaminación y las vibraciones), tanto para la conservación de su patrimonio como para la seguridad y bienestar de sus habitantes” (art. 14).

En las poblaciones y áreas urbanas históricas, el cambio debería realizarse respetando los equilibrios naturales y evitando la destrucción de los recursos naturales, el derroche de energía y la ruptura de equilibrio en los ciclos naturales.

El cambio debe ser utilizado para mejorar el contexto ecológico de las poblaciones y áreas urbanas históricas: mejorar la calidad del aire, del agua y de los suelos; favorecer la difusión y accesibilidad a los espacios verdes y eludir la presión excesiva sobre los recursos naturales.

Las poblaciones históricas y su medio deben ser protegidos de los efectos del cambio climático y de las cada vez más frecuentes catástrofes naturales.

El cambio climático puede tener consecuencias devastadoras para las poblaciones y áreas urbanas históricas ya que, a la fragilidad de sus entramados urbanos, hay que añadir la obsolescencia de muchos edificios que necesitarían grandes inversiones para encarar los problemas resultantes de este cambio.

El objetivo podría ser aprovechar las estrategias de la creciente toma de conciencia mundial respecto al cambio climático para aplicarlas a los desafíos de salvaguardia de las poblaciones históricas.

b Cambio y espacio construido

Respecto a la arquitectura moderna, la Carta de Washington señalaba: “La introducción de elementos de carácter contemporáneo, siempre que no perturben la armonía del conjunto, puede contribuir a su enriquecimiento” (art. 10).

La introducción de elementos de arquitectura contemporánea debe respetar los valores del sitio y sus inmediaciones. Esto contribuye a enriquecer la ciudad manteniendo viva la continuidad de su historia estética.

El respeto a los valores, modelos y estratos históricos debe inspirar intervenciones arquitectónicas apropiadas a las condiciones espaciales, visuales, inmateriales y funcionales de las ciudades y áreas urbanas históricas.

La nueva arquitectura debe ser coherente con la organización espacial del área histórica y respetuosa con su morfología tradicional; todo ello sin renunciar a expresar los modos arquitectónicos de su tiempo. Independientemente de su estilo y medios de expresión, toda nueva arquitectura deberá evitar los efectos negativos de contrastes drásticos o excesivos, las fragmentaciones y las interrupciones en la continuidad del entramado urbano.

Se debe dar prioridad a la continuidad en la composición, siempre que no degrade la arquitectura existente y, a su vez, permitir una creatividad respetuosa y que comprenda el espíritu del lugar.

Se requerirá una fuerte implicación de los arquitectos y urbanistas en la comprensión del contexto histórico urbano.

c Cambio de uso y medio social

La pérdida y/o la sustitución de funciones, usos tradicionales y de formas de vivir específicas de determinadas comunidades locales pueden tener un impacto negativo mayor en las poblaciones y áreas urbanas históricas. Si no se reconoce la naturaleza de estos cambios, se corre el riesgo de abocar a las poblaciones a su desplazamiento y a la desaparición de sus prácticas culturales, lo que tendría como consecuencia la pérdida de la identidad y carácter de los lugares abandonados. Esto podría transformar las poblaciones históricas en zonas monofuncionales consagradas al turismo y al ocio e inadecuadas para la vida cotidiana.

La salvaguardia de una ciudad histórica precisa esfuerzos para mantener los usos tradicionales y proteger a los residentes y usuarios tradicionales. También es esencial controlar el proceso de gentrificación causado por el incremento de precio de los alquileres y la degradación de los hábitat y espacios públicos de las poblaciones y áreas urbanas históricas. Es necesario reconocer que este proceso de gentrificación puede afectar a las poblaciones y conducir a la pérdida de habitabilidad de un lugar y, en último término, de su carácter.

El mantenimiento de la diversidad cultural y económica tradicionales de cada lugar es esencial, especialmente cuando esta diversidad se base en aspectos característicos singulares de un determinado lugar.

Las poblaciones y áreas urbanas históricas corren el riesgo de convertirse en un producto de consumo de masas, lo que puede conducir a la pérdida de su autenticidad y valor patrimonial.

Las nuevas actividades deben estar gestionadas prudentemente con el fin de evitar los efectos negativos de los problemas de transporte y de la congestión del tráfico.

d Cambio y patrimonio inmaterial

La preservación del patrimonio inmaterial es tan importante como la conservación y protección del patrimonio construido.

Los valores inmateriales que contribuyen a la identidad y al espíritu de los lugares deben ser definidos y preservados puesto que ayudan a la determinación del carácter de un territorio y de su espíritu.

3 Criterios de intervención

a Valores

Toda intervención en las poblaciones y áreas urbanas históricas debe respetar y hacer referencia a sus valores culturales materiales e inmateriales.

b Calidad

Cada intervención en las poblaciones y áreas urbanas históricas debe tener como objetivo la mejora de la calidad de vida de los habitantes y del medio ambiente.

c Cantidad

La acumulación de cambios puede tener un efecto negativo en la ciudad histórica y sus valores.

Los grandes cambios, cuantitativos y cualitativos, deben ser evitados, salvo que su objetivo sea claramente la mejora del medio ambiente urbano y de sus valores culturales.

Los cambios inherentes al crecimiento urbano deben ser controlados y cuidadosamente gestionados, de forma que se minimicen sus efectos visuales y físicos sobre el entramado urbano y arquitectónico.

d Coherencia

Respecto a la coherencia, este documento asume el artículo 3 de la Recomendación de Nairobi: “Cada conjunto histórico y su medio deberían considerarse globalmente como un todo coherente cuyo equilibrio y carácter específico dependen de la síntesis de los elementos que lo componen y que comprenden tanto las actividades humanas como los edificios, la estructura espacial y las zonas circundantes. Así pues, todos los elementos válidos, incluidas las actividades humanas (por modestas que sean), tienen en relación con el conjunto, un significado que procede respetar”.

Las poblaciones, áreas urbanas históricas y su medio deben ser considerados en su totalidad.

Su equilibrio y naturaleza dependen de las partes que los componen. En todo caso, la salvaguardia de las poblaciones y áreas urbanas históricas debe formar parte de la comprensión global de la estructura urbana y de su territorio. Esto requiere políticas de desarrollo económico y social coherentes y que tengan en cuenta a las poblaciones históricas en todos los niveles de planificación, siempre respetando su entramado social y su diversidad cultural.

e Equilibrio y compatibilidad

La salvaguardia de las poblaciones históricas debe, como condición prioritaria, preservar los grandes equilibrios (espaciales, ambientales, sociales, culturales y económicos). Esto implica acciones que permitan a la estructura urbana mantener sus habitantes originales y acoger a aquellos otros que lleguen (como residentes o como usuarios de la ciudad histórica). También deben posibilitar el desarrollo urbano sin causar la congestión.

f Tiempos

La rapidez del cambio es un parámetro que debe ser controlado. La velocidad excesiva de este cambio puede afectar la integridad del conjunto de valores de una ciudad histórica.

Las escalas y los tiempos de intervención deben estar previstos y ser compatibles con los documentos y estudios de planificación, al tiempo que los propios procedimientos de intervención deben ser transparentes y reglamentados.

g Método y rigor científico

“Es importante contribuir a un mejor conocimiento del pasado de las poblaciones y áreas urbanas históricas, favoreciendo las investigaciones arqueológicas y la adecuada presentación de sus descubrimientos, sin perturbar la organización general del tejido urbano” (Carta de Washington, art. 11).

La salvaguardia y la gestión de una ciudad o área histórica deben ser implementadas con prudencia, método y rigor, según los principios del desarrollo sostenible.

Salvaguardia y gestión deben apoyarse en estudios preliminares multidisciplinares con el fin de determinar los compo-

mentos y valores del patrimonio urbano que deben ser conservados. Es indispensable tener un conocimiento profundo del lugar y de su medio para toda acción de salvaguardia.

El mantenimiento y seguimiento permanentes son esenciales para la salvaguardia efectiva de una ciudad o área urbana histórica.

Una planificación apropiada requiere una documentación precisa y actualizada en tiempo real (análisis del contexto, estudio en diferentes escalas, inventario de las partes componentes e impactos, historia urbana que incluya las fases de evolución, etcétera). La consulta directa y el diálogo permanente con la población y otros grupos interesados son indispensables ya que la salvaguardia de las poblaciones históricas concierne en primer lugar a sus habitantes.

h Gobernanza

La buena gobernanza permite la organización de una amplia concertación entre todas las partes interesadas: autoridades electas, servicios municipales, administraciones públicas, expertos, organizaciones profesionales, asociaciones locales, universidades, residentes, etcétera. Todo esto es esencial para el éxito de la salvaguardia, de la rehabilitación y del desarrollo sostenible de las poblaciones y áreas urbanas históricas.

Puede facilitarse la participación ciudadana a través de la información, sensibilización y formación. Los sistemas de gobernanza urbana deberán examinar todos los aspectos que atañen a la diversidad social y cultural, de manera que se establezcan nuevas instituciones democráticas que se adapten a las nuevas realidades.

Los procesos de planificación y salvaguardia de las poblaciones y áreas históricas deben proveer de información y plazos suficientes para que los habitantes puedan actuar con pleno conocimiento de causa.

Deben favorecerse las acciones de salvaguardia y proveerse medios financieros para facilitar la colaboración en términos societarios con el sector privado en lo relativo a la conservación y restauración del medio edificado.

i Enfoque multidisciplinar y cooperación

“La planificación de la conservación de las poblaciones y áreas urbanas históricas debe ser precedida por estudios multidisciplinarios” (Carta de Washington, art. 5).

La salvaguardia de las poblaciones históricas debe basarse en la colaboración efectiva entre especialistas de numerosas y diferentes disciplinas; siempre a partir de estudios previos y con la cooperación de los investigadores, de los servicios públicos, de las empresas privadas y del gran público. Estos estudios deben conducir a propuestas concretas que puedan ser asumidas por los responsables políticos, los agentes económicos y sociales, y los habitantes.

j Diversidad cultural

En el contexto de la planificación urbana de conservación es necesario respetar y aprovechar la diversidad cultural de las diferentes comunidades que han habitado la ciudad con sus respectivas tradiciones a lo largo de la historia.

Es esencial establecer un delicado y consensuado equilibrio que permita mantener el patrimonio histórico en la plenitud de su diversidad cultural.

4 Propuestas y estrategias

a Los elementos que deben ser preservados son:

1 La autenticidad e integridad de las poblaciones y áreas históricas, cuyo carácter y cuya coherencia entre elementos materiales e inmateriales expresan su especificidad. Entre estos elementos deben ser destacados:

a. La forma urbana definida por el entramado, el parcelario, los espacios verdes y las relaciones entre los distintos espacios urbanos: construidos, libres y verdes.

b. La forma y el aspecto de los edificios (interior y exterior), definidos a través de su estructura, volumen, estilo, escala, materiales, color y decoración.

c. Las relaciones entre población o área urbana histórica y su entorno, bien sea natural o creado por el hombre” (Carta de Washington, art. 2).

d. Las diferentes funciones que la ciudad ha incorporado a lo largo de su historia.

e. Las tradiciones culturales, técnicas tradicionales, el espíritu de los lugares y todo aquello que contribuye a la identidad de un lugar.

2 Las relaciones existentes entre el sitio, concebido en su totalidad, las partes que lo constituyen, su contexto y las partes que forman este contexto.

3 El entramado social, la diversidad cultural.

4 Los materiales no renovables minimizan el consumo y estimulan su reutilización y reciclaje.

b Nuevas funciones

“Las nuevas funciones deben ser compatibles con el carácter, vocación y estructura de las poblaciones o áreas urbanas históricas” (Carta de Washington, art. 8). La introducción de nuevas funciones no debe comprometer el mantenimiento de los usos tradicionales ni todo aquello que sea útil para la vida cotidiana de los habitantes. Esto permite preservar la diversidad y pluralidad cultural históricas, factores considerados primordiales en estos contextos históricos urbanos.

Antes de introducir una actividad nueva, hay que considerar el número de usuarios interesados, la duración del uso, la compatibilidad con el resto de las actividades existentes y el impacto sobre las prácticas tradicionales locales.

Estas nuevas funciones deben satisfacer también las necesidades de desarrollo sostenible; y todo ello manejando un concepto de ciudad histórica entendida como ecosistema único e irremplazable.

c Arquitectura contemporánea

Cuando sea necesario construir edificios nuevos o adaptar los que ya existen, la arquitectura contemporánea debe ser coherente con la estructura espacial existente en la ciudad o área urbana histórica, así como en el resto del medio urbano. La arquitectura contemporánea debe expresarse a través de proyectos que respeten la escala de los sitios en los que se implantan y que guarden relación con las realidades arquitectónicas preexistentes y con el modelo de desarrollo de su contexto. “... un análisis del contexto urbano debería preceder a toda nueva construcción, no sólo para definir el carácter general del conjunto, sino también para analizar sus dominantes: armonía de las alturas, colores, materiales y formas, constantes de ordenación de las fachadas y los tejados, relaciones de los volúmenes construidos y de los espacios, así como sus proporciones medias y la implantación de los edificios. Se debería prestar especial atención a la dimensión de las parcelas, por cuanto toda modificación de ellas podría tener un efecto de masa perjudicial para la disposición del conjunto” (Recomendación de Nairobi, art. 28).

Las perspectivas, vistas, puntos focales y pasillos visuales son partes integrales de la percepción de los espacios históricos y deben ser respetados en el caso de nuevas intervenciones. Antes de cada una de éstas, se debe analizar y documentar cuidadosamente el contexto existente. Los conos visuales, desde y hacia las nuevas construcciones, deben ser identificados, estudiados y mantenidos.

La introducción de un edificio nuevo en un contexto o paisaje histórico debe ser evaluado también desde un punto de vista formal y funcional, sobre todo cuando esté proyectado para nuevas actividades.

d Espacio público

El espacio público no es sólo un espacio reservado a la circulación en las poblaciones y áreas urbanas históricas, sino también un lugar desde el que se permite contemplar, descubrir y disfrutar la ciudad. Su diseño, acondicionamiento, incluido el mobiliario urbano, así como su gestión, deben proteger su carácter y belleza, al tiempo que promover su uso como lugar consagrado a las relaciones sociales.

El equilibrio entre espacios públicos y entramados construidos compactos debe ser cuidadosamente analizado y controlado en caso de nuevas intervenciones o usos.

e Equipamientos y acondicionamiento urbano

Los planes urbanísticos de protección de las poblaciones y áreas urbanas históricas deben tener en cuenta las necesidades de equipamiento de sus habitantes.

La instalación de nuevos equipamientos en edificios históricos es un reto que los responsables de la ciudad no pueden obviar.

f Movilidad

“La circulación de vehículos debe ser estrictamente regulada en el interior de las poblaciones y áreas urbanas históricas” (Carta de Washington, art. 12).

“Cuando en el marco de la ordenación territorial esté prevista la construcción de grandes carreteras, o de vías de circulación intensa, no deberá permitirse que penetren en las poblaciones o áreas urbanas históricas, pero sí facilitar la aproximación y mejorar los accesos” (Carta de Washington, art. 13).

La mayor parte de las poblaciones y áreas urbanas históricas han sido concebidas para peatones y medios de transporte de baja velocidad. Progresivamente, estos espacios han sido invadidos por el automóvil, que ha provocado su degradación y, al mismo tiempo, una pérdida de calidad de vida.

Las infraestructuras de movilidad (aparcamientos, estaciones de metro, etcétera) deben ser planificadas de forma que no se dañe el entramado histórico y su medio. La ciudad histórica debe promover la creación de medios de transporte ligeros.

Es importante favorecer el tráfico peatonal y para esto hace falta limitar drásticamente la circulación motorizada y reducir el estacionamiento. Deben establecerse sistemas de transporte público adecuados, sostenibles y no contaminantes, y, al mismo tiempo, promover los sistemas de transporte ligeros.

Debería estudiarse y planificarse la red viaria dando prioridad a los peatones. Las áreas de estacionamiento se implantarán preferentemente fuera de las zonas protegidas y, si es posible, también de sus entornos o zonas de amortiguamiento. Las infraestructuras subterráneas, como el metro, deben planificarse de forma que no dañen el entramado histórico y arqueológico, ni sus entornos.

Las redes viarias principales deben eludir las zonas protegidas y sus zonas de amortiguamiento.

g Turismo

El turismo puede tener un papel positivo en el desarrollo y revitalización de las poblaciones históricas. El desarrollo en ellas del turismo debe estar basado en la promoción y disfrute de los monumentos y espacios libres, en el respeto y el mantenimiento de la identidad de las poblaciones locales, sus culturas y actividades tradicionales, y en la salvaguardia de las características del territorio y del medio ambiente. La actividad turística debe respetar y no interferir en la vida cotidiana de los residentes.

Una afluencia excesiva de turistas es peligrosa para la conservación de los monumentos y áreas históricas. Los planes de salvaguardia y gestión deben tomar en consideración el impacto previsto del turismo y regular el proceso de forma que beneficie al patrimonio urbano y a sus habitantes.

h Riesgos

“Los medios empleados para prevenir o reparar los daños ocasionados por una catástrofe deben adaptarse al carácter específico de los bienes que deben conservarse” (Carta de Washington, art. 14).

Los planes de salvaguardia ofrecen la oportunidad de reforzar la capacidad de prevenir el riesgo y de promover la gestión ambiental y los principios del desarrollo sostenible.

i Ahorro energético

Toda intervención en las poblaciones y áreas urbanas históricas debe orientarse a la mejora de la eficiencia energética y a la reducción de los elementos contaminantes, siempre respetando el patrimonio histórico.

Debe reforzarse la utilización de fuentes de energía renovables.

Toda construcción nueva en los barrios históricos debe ser energéticamente eficiente. Se debe adoptar una planificación de espacios verdes urbanos, corredores vegetales y otras medidas que eviten la formación de las islas de calor urbano.

j Participación

“La participación y el compromiso de los habitantes son imprescindibles para conseguir la conservación de la población o área urbana histórica y deben ser estimulados. No se debe olvidar que dicha conservación concierne en primer lugar a sus habitantes” (Carta de Washington, art. 3).

La planificación en las zonas urbanas históricas debe ser un proceso participativo en el que se impliquen todas las partes interesadas.

Con el objeto de asegurar la participación y la implicación de los habitantes, debe implementarse un programa de información general para los habitantes, comenzando por aquellos que estén en edad escolar. Debe favorecerse la acción de las asociaciones de defensa del patrimonio y activarse las medidas financieras destinadas a facilitar la conservación y restauración del medio construido.

La comprensión mutua, fundada en la sensibilización pública y en la búsqueda de objetivos comunes entre habitantes y profesionales, es la base del éxito de la conservación, revitalización y desarrollo de las poblaciones históricas.

Las tecnologías de la información permiten una comunicación directa e inmediata. Esto facilita la participación activa y responsable de los grupos locales. Debe promoverse el interés de las autoridades por la salvaguardia de las poblaciones y áreas urbanas históricas, de forma que establezcan medidas financieras adecuadas para alcanzar planes de promoción y gestión.

k) Plan de salvaguardia

“El plan de conservación tratará de lograr una relación armónica entre el área urbana histórica y el conjunto de la población” (Carta de Washington, art. 5).

Este plan atañe, a la vez, a los elementos materiales e inmateriales, con el fin de proteger la identidad de los lugares sin impedir su evolución.

Los objetivos principales del plan de salvaguardia deben “...definir la principal orientación y modalidad de las acciones que han de llevarse a cabo en el plano jurídico, administrativo y financiero” (Carta de Washington, art. 5).

Un plan de salvaguardia debe estar basado en un plan urbanístico que considere el conjunto de la ciudad y que incluya un análisis de los valores arqueológicos, históricos, arquitectónicos, técnicos, sociológicos y económicos. Debe definir un proyecto de conservación y combinarlo con un plan de gestión y de seguimiento continuo.

El plan de salvaguardia debe determinar las reglas y objetivos, así como prever los resultados de cualquier tipo de cambio. “El plan de conservación determinará los edificios o grupos de edificios que deben protegerse totalmente, conservar en ciertas condiciones, o los que, en circunstancias excepcionales, pueden destruirse” (Carta de Washington, art. 5).

Las condiciones y estado de los lugares serán rigurosamente documentados antes de cualquier intervención.

El plan de salvaguardia debe identificar y proteger los elementos constitutivos de los valores culturales de la ciudad o zona urbana histórica, al igual que los componentes que enriquecen y/o muestran el carácter de la ciudad y su área urbana.

Las propuestas del plan de salvaguardia deben ser realistas, tanto desde el punto de vista legal, financiero y económico, como desde el punto de vista de las normas y restricciones que imponen.

“El plan debe contar con la adhesión de los habitantes” (Carta de Washington, art. 5).

En ausencia de un plan de salvaguardia, todas las intervenciones para conservar y transformar la ciudad histórica deben ser llevadas a cabo conforme a los principios y objetivos de salvaguardia y valorización.

I Plan de gestión

Debe elaborarse un sistema de gestión eficaz según el tipo y características de las poblaciones y áreas urbanas históricas y según su contexto cultural y natural. Este sistema debe integrar las actividades tradicionales y estar coordinado con el resto de los instrumentos de planificación urbana y territorial vigentes.

Un plan de gestión se apoya en el conocimiento, la salvaguardia y valorización de los recursos materiales e inmateriales.

En consecuencia, el sistema debe:

- determinar los valores culturales,
- identificar a las poblaciones y agentes y concernidos y sus valores,
- identificar conflictos potenciales,
- definir objetivos de salvaguardia,
- definir métodos e instrumentos legales, financieros, administrativos y técnicos,
- comprender las oportunidades, fortalezas, retos y amenazas,
- definir las estrategias adecuadas, los tiempos de implementación y las acciones específicas.

La implementación de un plan de gestión como el definido debe hacerse mediante un proceso participativo.

Además de los datos provenientes de la administración local, trabajos de campo y una documentación detallada, el plan debe incluir, en un anexo, las conclusiones de los debates entre las partes implicadas y el análisis de los conflictos sobrevenidos durante las sesiones de debate.

Seguimiento

Estas recomendaciones son el resultado de un trabajo de colaboración impulsado por el CIVVIH, que ha contribuido así a la reflexión general que desarrolla ICOMOS.

Se trata de un documento abierto que podrá actualizarse a la luz de la evolución de las cuestiones debatidas

Anexo 1.8- Tabela referente a toda a legislação com maior importância sobre o património português.

Ano	Nome	Descrição
1721	Alvará em forma de Ley de 20 de agosto de 1721	Primeiro ato legislativo em Portugal que apresentava medidas estruturadas às ações de conservação e restauro patrimoniais, e previa medidas para as boas práticas de intervenção. Ordenava a preservação do património português, estabelecendo sanções por incumprimento a esta medida.
1901	Portaria de 10 de abril de 1901	Primeiro documento sobre Património Cultural. Continha todos os elementos necessários para o conhecimento da história antiga. Recomendava a não destruição de monumentos, sem que antes se verificasse se tinham valor histórico ou não.
1901	Decreto Orgânico, de 24 de outubro de 1901	Este Decreto aprovou as normas bases para a classificação de imóveis como Monumentos Nacionais. Estabeleceu a aplicação rigorosa dos meios legais para a salvaguarda e valorização do património construído.
1910	Decreto, de 16 de junho de 1910	Surgiu no Seguimento da aprovação das "Bases para a classificação dos imóveis que devem ser considerados monumentos nacionais" publicado no Decreto de 24 de outubro de 1901. E divulgou assim, os primeiros imóveis classificados como Monumentos Nacionais.
1911	Decreto nº. 1, de 26 de maio de 1911	Teve como principal objetivo a proteção dos imóveis com grande valor artístico ou histórico, mas que ainda assim não mereçam a classificação de Monumentos Nacionais.
1924	Lei nº. 1 700, de 18 de dezembro de 1924	Previu a criação de um cadastro de todos os bens culturais. Aprovou que as zonas de proteção em torno de cada imóvel classificado, não deveriam ser inferiores a 50 metros.
1926	Decreto nº. 11 445, de 13 de fevereiro de 1926	Este decreto definiu a Direção Geral das Belas Artes como responsável por manter o inventário geral dos imóveis classificados atualizado. Também, definiu mais rigorosamente a divisão entre "Monumento Nacional" e "Outros Imóveis de Interesse".
1928	Decreto nº. 15 216, de 22 de março de 1928	Criou a classificação de "Imóvel de Interesse Público".
1932	Decreto nº. 20 985, de 7 de março de 1932	Determinava a criação de um inventário dos bens do património artístico e arqueológico do país. Criou também, pela primeira vez, um regime elaborado de proteção do património artístico, histórico e arqueológico. Começou a considerar-se "Monumento Nacional" os edifícios que tivessem valor artístico, histórico ou arqueológico dos quais era imposto a sua defesa e manutenção, e "Imóvel de Interesse Público" os edifícios que também possuíssem interesse público em termos de valor artístico, histórico ou turístico, mas sem usufruir da classificação de "monumento nacional".
1932	Decreto nº. 21 875, de 18 de novembro de 1932	Estabeleceu e restringiu as zonas de proteção dos edifícios públicos de reconhecido valor arquitetónico.
1934	Decreto-Lei nº. 23 566, de fevereiro de 1934	Classificou os bens do domínio público e privado do Estado para efeitos de organização do cadastro, estabelecendo ainda, normas para a avaliação desses mesmos bens.
1934	Decreto-Lei nº. 24 802, 21 de dezembro de 1934	Primeiro documento legislativo sobre ordenamento do território tendo como pressuposto a salvaguarda do património. São assim criados os "Planos Gerais de Urbanização" obrigatório para todas as câmaras municipais do país.
1944	Decreto-Lei nº. 33 921, de 5 de setembro de 1944	Dado a demora da criação dos Planos Gerais de Urbanização por parte das câmaras municipais, devido à sua inexistência, foram criados os "Planos Parciais de Urbanização".
1945	Decreto-Lei nº. 34 993, de 11 de outubro de 1945	Estabeleceu que as zonas de proteção dos edifícios públicos não classificados como monumentos nacionais seriam fixados pelo Ministério das Obras Públicas e Comunicações sobre proposta da Direção Geral dos Serviços de Urbanização.
1948	Lei nº 2030, de 22 de junho de 1948	Foram definidos os principais conceitos para a intervenção nas cidades históricas, pelo I Congresso nacional de Arquitetos. Este apresentava uma certa ambiguidade já que por um lado existiam propostas com o intuito de conservar, mas por outro, haviam propostas de demolição. A partir deste movimento surgiu o conceito de renovação urbana, esta lei permitiu a expropriação por utilidade pública, por parte da Administração, face à inércia dos proprietários. Também, de modo a enquadrar o financiamento do Estado nas obras de renovação e regular a desocupação dos edifícios, criou os "Planos Gerais de Reconstrução". Mas, mais uma vez, dada a ambiguidade desta lei, foi permitido demolir edifícios com valor histórico para dar lugar a novas construções.
1949	Lei nº. 2 032, de 11 de junho de 1949	Criou instrumentos legais que apelavam à classificação de conjuntos arquitetónicos. Começaram então, a surgir dispersos pelo país, propostas de classificação de conjuntos arquitetónicos de caráter urbano.
1951	Decreto-Lei nº. 38 382, de 7 de agosto de 1951	Este Decreto, aprovou o Regulamento Geral das Edificações Urbanas (REGU), que fixava as condições de construção e reconstrução dos edifícios urbanos. Este diploma continha também, várias disposições relativas à proteção dos monumentos nacionais e dos imóveis de interesse público.
1955	Decreto-Lei nº. 40 388, de 22 de novembro de 1955	Este decreto, autorizou o Governo a aplicar o regime jurídico relativo às zonas de proteção de edifícios públicos não classificados como monumento nacional a edifícios ou outras construções de interesse público, desde que a sua importância assim o reclamassem.
1971	Decreto-Lei nº 560/71 de dezembro de 1971 e Decreto-Lei nº 561/71, 17 de dezembro de 1971	Foram publicados dois diplomas com consequências para o ordenamento do território. Estes dois diplomas legais, regulam os Planos Gerais de Urbanização e os Planos de Portmensor, criando assim, um quadro jurídico que permitiu que o capital financeiro domine, em parte, a produção de solo urbano e a promoção de habitação, particularmente nas áreas de concentração urbano industriais e nas áreas turísticas.
1973	Decreto-Lei nº 8/73, de 8 de janeiro de 1973	Este, responsabilizou os municípios e o Fundo de Fomento da Habitação pela elaboração e execução de Planos de Urbanização e Planos de Portmensor que promovam a renovação de áreas urbanas muito ocupadas ou com más condições de salubridade, solidez, estética ou de segurança contra incêndios. Aqui o conceito de renovação urbana difere da Lei nº 2030 de 1948, pois pressupõe o planeamento, iniciativa pública e reconhecimento de proteção dos direitos dos habitantes locais, mas sem colocar como princípio de intervenção a

Ano	Nome	Descrição
1721	Alvará em forma de Ley de 20 de agosto de 1721	Primeiro ato legislativo em Portugal que apresentava medidas estruturadas às ações de conservação e restauro patrimoniais, e previa medidas para as boas práticas de intervenção. Ordenava a preservação do património português, estabelecendo sanções por incumprimento a esta medida.
1901	Portaria de 10 de abril de 1901	Primeiro documento sobre Património Cultural. Continha todos os elementos necessários para o conhecimento da história antiga. Recomendava a não destruição de monumentos, sem que antes se verificasse se tinham valor histórico ou não.
1901	Decreto Orgânico, de 24 de outubro de 1901	Este Decreto aprovou as normas bases para a classificação de imóveis como Monumentos Nacionais. Estabeleceu a aplicação rigorosa dos meios legais para a salvaguarda e valorização do património construído.
1910	Decreto, de 16 de junho de 1910	Surgiu no seguimento da aprovação das "Bases para a classificação dos imóveis que devem ser considerados monumentos nacionais" publicado no Decreto de 24 de outubro de 1901. E divulgou assim, os primeiros imóveis classificados como Monumentos Nacionais.
1911	Decreto nº 1, de 26 de maio de 1911	Teve como principal objetivo a proteção dos imóveis com grande valor artístico ou histórico, mas que ainda assim não mereçam a classificação de Monumentos Nacionais.
1924	Lei nº. 1 700, de 18 de dezembro de 1924	Previu a criação de um cadastro de todos os bens culturais. Aprovou que as zonas de proteção em torno de cada imóvel classificado, não deveriam ser inferiores a 50 metros.
1926	Decreto nº. 11 445, de 13 de fevereiro de 1926	Este decreto definiu a Direção Geral das Belas Artes como responsável por manter o inventário geral dos imóveis classificados atualizado. Também, definiu mais rigorosamente a divisão entre "Monumento Nacional" e "Outros Imóveis de Interesse".
1928	Decreto nº. 15 216, de 22 de março de 1928	Criou a classificação de "Imóvel de Interesse Público".
1932	Decreto nº. 20 985, de 7 de março de 1932	Determinava a criação de um inventário dos bens do património artístico e arqueológico do país. Criou também, pela primeira vez, um regime elaborado de proteção do património artístico, histórico e arqueológico. Começou a considerar-se "Monumento Nacional" os edifícios que tivessem valor artístico, histórico ou arqueológico dos quais era imposto a sua defesa e manutenção, e "Imóvel de Interesse Público" os edifícios que também possuíssem interesse público em termos de valor artístico, histórico ou turísticos, mas sem usufruir da classificação de "monumento nacional".
1932	Decreto nº. 21 875, de 18 de novembro de 1932	Estabeleceu e restringiu as zonas de proteção dos edifícios públicos de reconhecido valor arquitetónico.
1934	Decreto-Lei nº. 23 566, de fevereiro de 1934	Classificou os bens do domínio público e privado do Estado para efeitos de organização do cadastro, estabelecendo ainda, normas para a avaliação desses mesmos bens.
1934	Decreto-Lei nº. 24 802, 21 de dezembro de 1934	Primeiro documento legislativo sobre ordenamento do território tendo como pressuposto a salvaguarda do património. São assim criados os "Planos Gerais de Urbanização", obrigatório para todas as câmaras municipais do país.
1944	Decreto-Lei nº. 33 921, de 5 de setembro de 1944	Dado a demora da criação dos Planos Gerais de Urbanização por parte das câmaras municipais, devido à sua inexistência, foram criados os "Planos Parciais de Urbanização".
1945	Decreto-Lei nº. 34 993, de 11 de outubro de 1945	Estabeleceu que as zonas de proteção dos edifícios públicos não classificados como monumentos nacionais seriam fixados pelo Ministério das Obras Públicas e Comunicações sobre proposta da Direção Geral dos Serviços de Urbanização.
1948	Lei nº 2030, de 22 de junho de 1948	Foram definidos os principais conceitos para a intervenção nas cidades históricas, pelo I Congresso nacional de Arquitetos. Este apresentava uma certa ambiguidade já que por um lado existiam propostas com o intuito de conservar, mas por outro, haviam propostas de demolição. A partir deste movimento surgiu o conceito de renovação urbana, esta lei permitiu a expropriação por utilidade pública, por parte da Administração, face à inércia dos proprietários. Também, de modo a enquadrar o financiamento do Estado nas obras de renovação e regular a desocupação dos edifícios, criou os "Planos Gerais de Reconstrução". Mas, mais uma vez, dada a ambiguidade desta lei, foi permitido demolir edifícios com valor histórico para dar lugar a novas construções.
1949	Lei nº. 2 032, de 11 de junho de 1949	Criou instrumentos legais que apelavam à classificação de conjuntos arquitetónicos. Começaram então, a surgir dispersos pelo país, propostas de classificação de conjuntos arquitetónicos de caráter urbano.
1951	Decreto-Lei nº. 38 382, de 7 de agosto de 1951	Este Decreto, aprovou o Regulamento Geral das Edificações Urbanas (REGELU), que fixava as condições de construção e reconstrução dos edifícios urbanos. Este diploma continha também, várias disposições relativas à proteção dos monumentos nacionais e dos imóveis de interesse público.
1955	Decreto-Lei nº. 40 388, de 22 de novembro de 1955	Este decreto, autorizou o Governo a aplicar o regime jurídico relativo às zonas de proteção de edifícios públicos não classificados como monumento nacional a edifícios ou outras construções de interesse público, desde que a sua importância assim o reclamassem.
1971	Decreto-Lei nº 560/71 de dezembro de 1971 e Decreto-Lei nº 561/71, 17 de dezembro de 1971	Foram publicados dois diplomas com consequências para o ordenamento do território. Estes dois diplomas legais, regulam os Planos Gerais de Urbanização e os Planos de Pormenor, criando assim, um quadro jurídico que permitiu que o capital financeiro domine, em parte, a produção de solo urbano e a promoção de habitação, particularmente nas áreas de concentração urbano industriais e nas áreas turísticas.
1973	Decreto-Lei nº 8/73, de 8 de janeiro de 1973	Este, responsabilizou os municípios e o Fundo de Fomento da Habitação pela elaboração e execução de Planos de Urbanização e Planos de Pormenor que promovam a renovação de área urbanas muito ocupadas ou com más condições de salubridade, solidez, estética ou de segurança contra incêndios. Aqui o conceito de renovação urbana difere da Lei nº 2030 de 1948, pois pressupõe o planeamento, iniciativa pública e reconhecimento de proteção dos direitos dos habitantes locais, mas sem colocar como princípio de intervenção a

		conservação do património, perdendo assim, o carácter de instrumento de reabilitação urbana. Assim surge o "Plano de Pormenor de Renovação Urbana" que deve ser produzido segundo os termos definidos no Decreto-Lei nº. 561/71 de 17 de dezembro de 1971.
1976	Decreto-Lei n.º 116-B/76, de 9 de fevereiro de 1976	Renovou o proposto no artigo 44º. do Decreto nº. 20 985 de 7 de março de 1932, ou seja, determinava que os proprietários de imóveis classificados eram obrigados a realizar obras de conservação.
1976	Decreto-Lei n.º 794/76, de 5 de novembro de 1976	Este Decreto veio instituir a "Áreas Críticas de Recuperação e Reconstrução Urbanística" e "Medidas Preventivas" que permitiram proteger as zonas históricas das cidades, delimitando as zonas a proteger e regulamentar no sentido de proteção patrimonial. Neste documento surgiram restrições às demolições de edifícios ocupados por habitações, numa perspetiva social, prevendo apenas um conjunto limitado de situações em que estas pudessem ocorrer.
1980	Decreto-Lei n.º 59/80, de 3 de abril de 1980	Foi criado por este decreto o Instituto Português do Património Cultural (IPPC) "(...)" como serviço destinado a promover a salvaguarda e a valorização de bens que, pelo seu valor histórico, artístico, arqueológico, bibliográfico, documental, etnográfico ou paisagístico, integrassem o património cultural do País." Como consequência desta atribuição "(...)" veio-lhe competir a gestão dos museus e palácios nacionais, de várias bibliotecas públicas, dos arquivos distritais, de estações e sítios arqueológicos, de serviços públicos encarregados só restaurar e até academias científicas, instituições públicas de cariz associativo."
1980	Decreto-Lei n.º 477/80, de 15 de outubro de 1980	Estabeleceu normas relativas à organização e atualização periódica do inventário geral do património do Estado.
1981	Portaria n.º 16/81, de 9 de janeiro de 1981	Este documento aprova o Regulamento do Conselho Consultivo do Instituto Português do Património Cultural; "o conselho consultivo é um órgão do IPPC ao qual compete estudar e emitir pareceres sobre os problemas relativos à proteção, conservação e defesa do património cultural móvel e imóvel do País."; este conselho "(...)" pode formular propostas ou sugestões sobre quaisquer problemas relativos à esfera da sua competência específica."
1982	Decreto-Lei n.º 208/82, de 26 maio de 1982	Decreto os Planos Diretores Municipais (PDM), como instrumento do ordenamento do território.
1983	Decreto-Lei n.º 309/83, de 1 de julho de 1983	Autoriza "(...)" a Direção-Geral do Património do Estado a promover a alienação urgente, em hasta pública, dos imóveis do Estado que não se encontrem a ser efetivamente utilizados ou que os serviços atetários considerem disponíveis, por terem deixado de satisfazer aos indispensáveis requisitos de funcionalidade e operacionalidade."
1985	Lei n.º 13/85, de 6 de julho de 1985	Definiu-se pela primeira vez e Portugal, o conceito de Património Cultural, aqui descrito como o conjunto de "bens materiais e imateriais que, pelo seu reconhecido valor próprio, devam ser considerados como de interesse relevante para a permanência e identidade da cultura portuguesa, através do tempo".
1987	Decreto-Lei n.º 349/87, de 5 de novembro de 1987	Atribuiu ao Instituto Português do Património Cultural (IPPC) a responsabilidade administrativa de quaisquer obras ou trabalhos licenciados ou efetuados, em desconformidade com legislação relativa ao património cultural, nomeadamente nas zonas de proteção dos monumentos nacionais, dos imóveis de interesse arqueológico, assim como outras áreas designadas na lei.
1990	Decreto-Lei n.º 69/90, de 2 de março de 1990	Na procura da articulação da política de conservação do património arquitetónico com a política de ordenamento do território, este decreto veio regulamentar o planeamento urbano em Portugal.
1991	Decreto do Presidente da República n.º 5/91, de 23 de janeiro de 1991	Aprovou o Código de Expropriação por Utilidade Pública.
1992	Decreto-Lei n.º 106-F/92, de 1 de junho de 1992	Criou o Instituto Português do Património Arquitetónico e Arqueológico (IPPAR), responsabilizando esta entidade pela área da cultura. "São atribuições do IPPAR a salvaguarda e a valorização de bens que, (...) integram o património cultural arquitetónico e arqueológico do País."
1993	Decreto-Lei n.º 16/93, de 23 de janeiro de 1993	Definiu "(...)" o regime geral dos arquivos e do património arquivístico."
1995	Lei n.º 90-C/95, de 1 de setembro de 1995	Aprovou uma nova lei do património cultural. Esta definiu a criação de "(...)" mecanismos de colaboração entre os serviços do Estado, "(...)" em matéria de proteção, salvaguarda e valorização, tendo em vista a elaboração de um inventário geral e sistemático do património cultural português". "Prever a obrigatoriedade de os proprietários ou titulares de outros direitos reais de gozo sobre imóveis "(...)", responsáveis pela sua conservação, executarem obras e intervenções determinadas pelos serviços público competentes" e "estabelecer o regime das contra-ordenações em matéria de património cultural, classificando como ilícitos de mera ordenação social, puníveis com a aplicação das (...)coimas."
1997	Decreto n.º 67/97, de 31 de dezembro de 1997	Procede à alteração de algumas classificações e reclassificações de diversos imóveis de relevante interesse arquitetónico e arqueológico, como monumentos nacionais, imóveis de interesse público e imóveis de valor concelhio.
1998	Lei n.º 48/98, de 11 de agosto de 1998	Divulgou a Lei de Bases da Política do Ordenamento do Território e do Urbanismo, em que estabelece a política na gestão do território e organiza para esse fim três níveis de concretização: nacional, regional e municipal, definindo também, os instrumentos de planeamento associado e o conteúdo dos mesmos.
1999	Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro de 1999	Estabeleceu o regime jurídico da urbanização e edificação (R.U.E).
1999	Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro de 1999	
2000	Lei n.º 13/2000, de 24 de fevereiro de 2000	
2000	Lei n.º 19/2000, de 24 de agosto de 2000	
2001	Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de junho de 2001	Primeira alteração à Lei nº. 13/85 de 6 de julho de 1985 que estabeleceu o património cultural português.

2001	Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro de 2001	Determinou ao Estado a função de organizar e administrar um Inventário Nacional do Património cultural. Fixou as Bases da Política e do Regime de Proteção e Valorização do Património, fortalecendo o papel do Estado.
2004	Decreto-Lei n.º 104/2004, de 7 de maio de 2004	Primeiro documento jurídico que se consagrou como regime jurídico excecional de reabilitação urbana de zonas históricas e de áreas críticas de recuperação e de reconversão urbanística. Simplificou o mecanismo do processo de licenciamento das intervenções com os instrumentos jurídicos que atribuíram poder efetivo de intervenção às Sociedades de Reabilitação Urbana (SRU).
2006	Decreto-Lei n.º 19/2006, de 18 de julho de 2006	Surge, neste decreto a classificação de bens de Interesse Nacional, pela necessidade de criar padrões de referência tanto para a revisão de bens sujeitos a anteriores níveis de proteção legal bem como para futuros procedimentos de classificação.
2006	Decreto-Lei n.º 156/2006, de 8 de agosto de 2006	Este decreto aprovou o regime de determinação e verificação do coeficiente de conservação.
2007	Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto de 2007	Estabeleceu o regime jurídico do património imobiliário público. "(...) estabelece: As disposições gerais e comuns sobre a gestão dos bens imóveis" públicos e privados do Estado, das Regiões Autónomas e das autarquias locais; e "estabelece ainda os deveres de coordenação de gestão patrimonial e de informação sobre bens imóveis dos sectores públicos administrativo e empresarial, designadamente para efeitos de inventário."
2007	Decreto-Lei n.º 316/2007, de 19 de setembro de 2007	Fez o cruzamento entre as diversas modalidades simplificadas de Plano de Pormenor, e recuperou os Planos de Salvaguarda. E introduziu ainda os Planos de Pormenor de Reabilitação Urbana.
2009	Decreto-Regulamentar n.º 9/2009, de 29 de maio de 2009	Definiu reabilitação urbana, renovação urbana e reestruturação urbana.
2009	Decreto-Lei n.º 138/2009, de 15 de junho de 2009	Criou "(...) o Fundo de salvaguarda do Património Cultural, abreviadamente designado por Fundo de Salvaguarda, no âmbito do Ministério da Cultura."
2009	Decreto-Lei n.º 140/2009, de 15 de junho de 2009	"(...) estabelece o regime jurídico dos estudos, projeto, relatório, obras ou intervenções sobre bens culturais classificados ou em vias de classificação, de interesse público ou de interesse municipal. "; "(...). Com efeito, todos têm direito à fruição dos valores e bens que integram o património cultural, (...); assim como "(...) todos têm o dever de, sem prejuízo dos seus direitos (...), preservar, defender, conservar e valorizar o património cultural."
2009	Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro de 2009	Pretendeu regular os procedimentos usados para a classificação dos bens imóveis de interesse cultural, do regime jurídico das zonas de proteção e do plano de pormenor de salvaguarda.
2012	Decreto-Lei n.º 115/2012, de 25 de maio de 2012	Este decreto aprova a "(...) criação da estrutura orgânica da Direção-Geral do Património Cultural (DGPC), que, (...) sucede nas atribuições do Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico, (...); "A DGPC tem por missão assegurar a gestão, salvaguarda, valorização, conservação e restauro dos bens que integrem o património cultural imóvel, móvel e imaterial do País, bem como desenvolver e executar a política museológica nacional."
2012	Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto de 2012	Esta Lei procedeu à 54.ª alteração ao Código Civil, aprovando medidas destinadas a agilizar a reabilitação urbana.
2012	Decreto-Lei n.º 266-B/2012, de 31 de dezembro de 2012	Criou o regime de determinação do nível de conservação dos prédios urbanos ou frações autónomas para os efeitos previstos em matéria de arrendamento urbano, de reabilitação urbana e de conservação do edifício.
2014	Decreto-Lei n.º 53/2014, de 8 de abril de 2014	Referia-se ao "Regime Excecional para Reabilitação Urbana" (RERU). Estabeleceu "um regime excecional e temporário a aplicar à reabilitação de edifícios ou de frações, cuja construção tenha sido concluída há pelo menos 30 anos ou localizados em áreas de reabilitação urbana, sempre que estejam afetos ou se destinem a ser afetos total ou predominantemente a uso habitacional."
2014	Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro de 2014	Este decreto procedeu à décima terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, que estabeleceu o regime jurídico da urbanização e edificação (RUJE). "Nesta medida, o presente decreto-lei vem simplificar o controlo de operações urbanísticas efetuado mediante o procedimento de comunicação prévia com prazo, a qual, quando corretamente instruída, dispensa a prática de atos permissivos."
2015	Decreto-Lei n.º 149/2015, de 4 de agosto de 2015	Procedeu à primeira alteração
2016	Decreto-Lei n.º 28/2016, de 23 de junho de 2016	
2017	Lei n.º 79/2017, de 18 de agosto de 2017	
2018	Decreto-Lei n.º 35/2018, de 18 de maio de 2018	O presente decreto procedeu à primeira alteração ao decreto-lei n.º 138/2009, de 15 de junho, "(...) adequando os órgãos do Fundo de Salvaguarda do Património Cultural à atual estrutura orgânica dos serviços dependentes do membro do Governo responsável pela área da cultura. "; "(...) são, ainda, afetas ao Fundo de Salvaguarda do Património Cultural receitas provenientes das coimas previstas na Lei n.º 121/99, de agosto de na Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro."

Anexo 2.1- Documento da classificação pela UNESCO enviado à Câmara Municipal de Évora.¹



Anexo 3.1- Catálogo do inventário das intervenções feitas no século XXI.

Cidade – Centro Histórico							
Nome	Tipologia	Ano de construção	Localização	Arquiteto / Dono/Afeição	Cronologia	Última intervenção (ano /função /ano)	Proteção legal
1. Convento de S. Domingos	Arquitetura religiosa	Séc. XIII – XVI	Praça Joaquim António de Aguiar, Freguesia de Santo Antão	Afeio: Ordem do Pregadores	-Séc. XVI construção da igreja e aumento do edifício; -Início séc. XIX: durante as invasões francesas, o Convento é bombardeado e saqueado; - 1834: iniciam-se obras de demolição; -1836: demolição de grande parte do edifício; - Séc. XX: ocupação das zonas existentes como oficinas; -1996 Recuperação de parte do edifício, para espaço promocional da Rota dos vinhos (dono: CVRA, arq. Jorge Fragoso Pires).	- 2000 – 2008: - Unidade habitacional; - Eborimo – Investimentos Imobiliários.	- Categoria: PVI - PL: não classificado
2. Igreja e Convento de S. João Evangelista/ Loios	Arquitetura religiosa	Séc. XV - XVI	Largo Conde de Vila Flor, Freguesia Sé e São Pedro	Afeio: Irmãs da consagração de Santo Elói	-1498 Obras de extensão; -1965 Inaugurado como pousada afeta a ENATUR; - 2003 Pousada é gerida pelo Grupo Pestana.	- 2003: - Pousada; - Arq.: Rui Ângelo do Couto (projeto de adaptação a pousada); -Decoração: João Filipe Vaz Martins; - Dono: Grupo Pestana.	- IGREJA: Categoria: MN PL: Dec. 16-6-1910, de 23-6-1910; - CONVENTO: Categoria: MN PL: Dec. nº 8217, de 29-6-1922.
3. Colégio dos Mãos do Coro (ala norte Sé) *	Arquitetura religiosa/ Civil: Colégio	Séc. XVII	Rua do Cenáculo, junto do cruzamento com a Rua de São Manços; União de Freguesia de Santo Antão, São Mamede, Sé e São Pedro;	Patrocínio e traço: 10º Arcebispo de Evora d. Simão da Gama	- 1864 – cedência do imóvel ao Asilo de Infância Desvalida; -Séc. XX instalações sucessivas de colégios; -1998 – início do processo de recuperação do imóvel, com projeto para instalação de uma residencial, que não foi aprovado; -2005-06 Obras de adaptação a Museu.	- 2009 (inauguração); -Museu de Arte Sacra; -Arq.: João Luís Carrilho da Graça.	- Categoria: EI - PL: Não classificado
4. Igreja e Convento de S. Francisco / Capela dos ossos	Arquitetura religiosa	Séc. XV – XVIII	Praça 1º de Maio; Freguesia Sé e São Pedro	Afeio: Ordem de São Francisco Arq.: -Mestre João de Alcobaca (séc. XIV); - Mestre Martim Lourenço (150-1524); - Mestres Afonso Pires e Rodrigo Alvares (1513-1520); - Mestre Diogo de Arruda (1524-1531); - Mestre Francisco de Arruda (1531 - 1547); - Mestre Diogo Torralva (1548-1556);	- Séc. XV D. Afonso V e a corte instalam-se no convento, sendo esta a génese do Paço real. - Séc. XV – XVI o convento/paço real é submetido a várias obras de construção e ampliação; - 1834 Extinção e abandono do convento; - O antigo refeitório é utilizado para Tribunal Judicial da Comarca. -1870 Demolição de parte do edifício para abertura de uma praça (praça 1º de Maio); Séc. XX e XXI várias obras de reabilitação.	- 2015; - Museu; - Dono: Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de São Pedro - Arq.: Adalberto Dias	- IGREJA Categoria: MN PL: Dec. 16-6-1910, de 23-6-1910. - CAPELA
5. Igreja de S. Vicente	Arquitetura religiosa	Séc. XV - XVI	Largo de São Vicente; Freguesia da Sé e São Pedro	- Afeio: Irmãmande do Senhor Jesus dos Passos		- 2010/2014;	- Categoria: IP - PL: Dec. nº 95/78, de 12-9

6. Igreja de Santo Antão	Arquitetura religiosa	Séc. XVI; XVII	Praça do Giraldo; Freguesia Santo Antão	- Afeto: Ordem do Templo	- 1557-63 mandada construir pelo Cardeal infante D. Henrique, planta atribuída ao mestre Manuel Pires;	- Sala de Exposições temporárias. - 2017; - Igreja; - Dono: Paróquia de Santo Antão; - Intervenção por parte da DRCA.	- Categoria: IP PL: Dec. nº 251/70, de 3.01
7. Convento e Igreja do Salvador do Mundo	Arquitetura religiosa	Séc. XVII	Praça do Sertório; Freguesia Santo Antão	- Afeto: Mosteiro Feminino da Ordem de S. Francisco (Clarissas);	- Entre 1700 e 1705 o convento é muito transformado, perdendo o seu caiz apalaçado; - Séc. XIX Extinção da ordem religiosa; serviu como quartel de artilharia 1 até ser parcialmente demolido; - Séc. XX década de 60 Edifício é ocupada pela Reparação de Monumentos do Sul da DGEEM, constrói-se também o edifício dos Correios Telégrafos e Telefones; - 1995 Criação do laboratório de Análises de Materiais de Construção.	- 2010/2014; - Sala de exposições, CTT; - Arq. Saraia Carneirão (Igreja). - Dono: Direção Regional de Edifícios e Monumentos do Sul, Arquidiocese de Évora.	- Categoria: E1 PL: não classificado
8. Antiga Pousada real dos Estaus	Arquitetura Religiosa	Séc. XVI	Praça do Giraldo nº 65, Freguesia Sé e São Pedro		- Séc. XX aquisição do imóvel por privado sofrendo grandes reformas que modificaram significativamente o edifício; obras de remodelação assinaladas na fachada da capela; - Séc. XXI edificação do corpo superior da banda norte.	- 2011/2012; - Requalificação do Edifício sede da ACDE (Associação Comercial Distrito de Évora). - RECUPEREVORA.	- Categoria: E2 PL: não classificado
9. Palácio do Arcebispo de Braga Azevedo e Moura	Arquitetura civil	Séc. XVII	Rua Vasco da Gama, nº 4; Freguesia Sé e São Pedro	- Afeto: Arcebispo de Braga.	- Séc. XIX instalação da coletividade Círculo Eborense.	- 2010 (obras de recuperação); - Sociedade círculo eborense.	- Categoria: E1 PL: não classificado.
10. Palácio Barahona	Arquitetura Civil	Séc. XVI/XVII (casa nobre pré-existente); Séc. XIX	Rua da República; Freguesia Sé e São Pedro	- Dono: José Maria Ramalho; após a sua morte: Francisco Eduardo de Barahona Fragoso; - Arq.: Giuseppe Cinatti	- 1960 O palácio torna-se propriedade da Companhia de Seguros "A Pátria" - Mais tarde é sede "Mundial Confiança EP", Fidelidade Mundial; - 2006 É instalado no edifício o Tribunal da relação.	- 2006; - Tribunal da Relação; - Dono: Estado Português.	- Categoria: E1/V1 PL: não classificado
11. Palácio da Inquisição / Casas Pintadas	Arquitetura Civil	Séc. XVII (projeto 1636)	Largo do Conde de Vila Flor; Freguesia Sé e São Pedro	- Dono: Tribunal do Santo Ofício; - Arq. Mateus Couto	- 1821 E extinta a Inquisição Portuguesa; - 1845 A Inquisição Velha é demolida, para aí se construir uma moradia a mando da Duquesa Palmela; - Séc. XX O edifício conheceu várias ocupações, tal como, casa de habitação, hotel, Instituto de Estudos Superiores; - 1963-1965 O edifício, agora como Instituto Superior dos Estudos Económicos e Sociais, foi sujeito a várias obras, uma das quais a cargo do arquiteto Rui Couto; - 2005 O edifício é aproveitado para a instalação de exposições temporárias, sob a tutela da Fundação Eugénio de Almeida.	- 2008 - 2013; - Museu; - Arq.: Fernando Sequeira Mendes, ARQUIESPAÇO atelier; - Dono: Fundação Eugénio de Almeida.	- PALÁCIO: categoria: E1 PL: não classificado. - CASAS PINTADAS: categoria: IP PL: Dec. nº 37801, de 2-5-1950.

12. Palácio dos Condes de Basto / Ermida de São Miguel	Arquitetura Civil	1176 (já era parte integrante da alcaçar) Séc. XVI a XX	Largo de São Miguel; Freguesia Sé e São Pedro	Dono: Ordem de Calatrava	<p>- Séc. XVI Edifício tem obras de recuperação e pertence aos Condes de Basto;</p> <p>- 1958 O imóvel é adquirido por Eugénio de Almeida, que procedeu a obras de reabilitação;</p> <p>- Novas obras de reabilitação ao abrigo do projeto Acrópole XXI.</p>	<p>- 2013;</p> <p>- Museu;</p> <p>- Arq.: Francisco Barata Fernandes;</p> <p>- Dono: Fundação Eugénio de Almeida.</p>	<p>- PALÁCIO: Categoria: MN PL: Dec. nº 8218, de 29-6-1922, e Dec. 8252, de 10-7-1922</p> <p>- ERMIDA: Categoria: IIP PL: Dec. nº 29 604, de 16-5-1939</p>
13. Palácio dos Condes de Murça / Palácio do Barrocal	Arquitetura Civil	Séc. XVI - XIX	Rua Serra pinto, Freguesia de Santo Antão	Dono: Fidalgo D. Rui de Melo	<p>- 1948 Adquirido pelo Estado;</p> <p>- 1949 Início das obras para instalação da Delegação Regional de Évora da Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho;</p> <p>- 1991 Edifício afeto ao INATEL;</p>	<p>- 2011;</p> <p>- Museu do Relógio, Café;</p> <p>- Dono: INATEL.</p>	<p>- Categoria: E1 PL: não classificado.</p>
14. Palácio do Vimioso (ala poente)	Arquitetura Civil	Séc. XVI (construído sobre as ruínas do que poderia ter sido um recolhimento de monges)	Largo do Marquês de Marialva; Freguesia Sé e São Pedro	Dono: Condes do Vimioso	<p>- 1978 Venda do palácio à Universidade de Évora;</p> <p>- 1981 a 1986 Instalação do Instituto Português do Património Cultural;</p>	<p>- 2012;</p> <p>- Departamento de História da Arte e Investigação Artística, Centro Interdisciplinar de Estudos Políticos e Sociais, Núcleo da Biblioteca Geral, Centro de Investigação;</p> <p>- Arq.: Pedro Lagrifa Oliveira</p> <p>- Dono: Universidade de Évora.</p>	
15. Palácio dos Sepúlveda	Arquitetura Civil	Séc. XVI		Dono: D. Diogo de Sepúlveda	<p>- 1592 Arcebispo D. Teotónio de Bragança adquire o palácio e nele funda o Colégio de São Manços de Donzelas Nobres;</p> <p>- 1853 O imóvel é utilizado como fábrica de moagem de cereais, lagar de azeite, fabrico de sabão e aguardente;</p> <p>- 1875 O imóvel pertence agora à Companhia Industrial Eboresense, S.A.R.L., continuando com funções de fábrica de moagem, descasque de arroz, destilação de aguardente, fabrico de pão, azeite e lavagem de lãs;</p> <p>- 1888 Funciona como fábrica de rolhas de cortiça, pela Thomaz Reynolds;</p> <p>- Séc. XX O edifício já se encontra em estado de avançada degradação;</p> <p>- 1903 Sede da Adega Regional do Alentejo;</p> <p>- 1916 Volta a funcionar como fábrica, de pranchas, quadros, rolhas de cortiça e oficina de carpintaria mecânica;</p> <p>- 1955 Passa a funcionar como fábrica de têxteis, PROTETIL, mais tarde da MELKA;</p> <p>- 1998 Projeto de instalação do Hotel Quinta Palácio.</p>	<p>- 2008;</p> <p>- Hotel Mar de Ar Aqueduto;</p> <p>- Arq.: Sofia Salema + Pedro Guilherme;</p> <p>- Dono: Historic Design Hotel and Spa.</p>	<p>- Categoria: E3 PL: não classificado</p>

<p>16. Paço dos Melos de Carvalho</p>	<p>Arquitetura Civil</p>	<p>Séc. XVI - XVII</p>	<p>Largo Alexandre Herculano, nº8; Freguesia Sé e São Pedro</p>	<p>Dono: Desembargador Maritim Vaz de Carvalho</p>	<p>- 1958 Venda do imóvel ao Grémio da Lavoura de Évora e Viana do Alentejo e instalação da sede; - 1980 Cooperativa Agrícola dos Lavradores de Évora e Viana do Castelo no Alentejo; Cooperativa Ovina de Évora; Cooperativa Agrícola dos produtores de leite de Évora; - 2004 Projeto de renovação para instalação de um Restaurante (projeto arq. Rui Russo); - 2007 Alteração de parte do imóvel para instalação de um supermercado.</p>	<p>- 2008; - Caté /Bar - Arq. José Carlos Andrade Rodrigues; - Dono: José Manuel Pereira Pestana Vasconcelos.</p>	<p>- Categoria: MN PL: Dec. 3-7-1920, de 8-7-1920.</p>
<p>17. Paço Arquebispocal de Évora (Museu de Évora)</p>	<p>Arquitetura Civil</p>	<p>Séc. XVI - XVII</p>	<p>Largo Conde Vila Flor; Freguesia Sé e São Pedro</p>	<p>Dono: Igreja Católica Arq.: Alvaro Anes; Duarte de Medina.</p>	<p>-1590 inicia-se a construção do Paço, no local onde se situava o Paço medieval; -1918 O Museu regional é instalado na atual Biblioteca Pública, ocupando também algumas salas do Paço Arquebispocal, partilhando com serviços do Concelho e do Governo Civil e com a cadeia; - 1991 O edifício é afeto ao Instituto Português de Museus.</p>	<p>- Remodelação 2004 - 2006; (Projecto1994) - Museu de Évora; - Arq.: Raul Hestnes Ferreira. - Dono: DRCAAlentejo;</p>	<p>- Categoria: E1 PL: não classificado</p>
<p>18. Palácio do Arcebispo de Braga Azevedo e Moura</p>	<p>Arquitetura Civil</p>	<p>Séc. XV</p>	<p>Rua Vasco da Gama, nº 4; Freguesia Sé e São Pedro</p>	<p>Dono: Arcebispo de Braga e Azevedo e Moura</p>	<p>- Séc. XVII construção do imóvel; - Séc. XIX entrada na posse da família do arcebispo de Braga Azevedo e Moura; -1836 instalação da coletividade Circulo Eborense; - 1964 construção de varanda coberta no alçado posterior; - 2010 Obras de recuperação e beneficiação do imóvel, com maior ênfase na cobertura e divisão interior</p>	<p>- Remodelação 2010; - Sociedade Circulo eborense; - Dono: Associação.</p>	<p>- Categoria: E1 PL: não classificado</p>
<p>19. Casa dos Senhores do Morgado Esporão</p>	<p>Arquitetura Civil</p>	<p>Séc. XVI; XIX</p>	<p>Travessa das Casas Pintadas, nº 6; Freguesia Sé e São Pedro</p>	<p>Dono: Senhores do morgado do Esporão</p>	<p>- 1610 O edifício é vendido em hasta pública e adquirido pelo cônego Alvaro Ferreira Magro; - Até ao séc. XX o edifício teve vários proprietários; - 1952 é colocada na fachada uma lápide dedicada à benemerita D. Leonor Barreto de Figueiredo. - Séc. XX o edifício fica vários anos devolutos.</p>	<p>- 2015-2017 (inauguração) - Apart-hotel - Arq. Girão Lima - Arquiteros - Dono: Science Retreats, LDA.</p>	<p>- Categoria: E3 PL: não classificado.</p>
<p>20. Casa na rua de Burgos/ Palácio Gouveia</p>	<p>Arquitetura Civil</p>	<p>Séc. I – XVI – XVIII</p>	<p>Largo Alexandre Herculano, Rua de Burgos, nº5-7; Freguesia Sé e São Pedro</p>	<p>Dono: Séc. XVI - Cônego Joaquim Nunes de Melo; Séc. XIX – José Carlos de Gouveia</p>	<p>- 1550 Alterações realizadas na totalidade do imóvel e instalação de um dos primeiros Museus de História Natural do país; - Séc. XX Após a destruição parcial causada pelas invasões francesas, o imóvel foi vendido e submetido a obras de recuperação pelo arquiteto José Filipe Ramalho; foi vendido novamente a Comissão de Coordenação da Região Alentejo para instalação dos seus serviços;</p>	<p>- 2007; - Direção Regional da cultura do Alentejo; - Arq.: José Filipe Ramalho; - Dono: Direção regional da cultura no Alentejo.</p>	<p>- Categoria: E3 Época: I; XVI; XVIII. PL: não classificado.</p>

	Industrial de armazenamento e logística (celeiro)	SEC. XX	Rua do cicoso	Sebastião Rossado, Sebastião José, Ângelo Henriques; - Vedores: João Pedro Stokler, Estevão Mendes da Silva	- 2011 Abertura do Museu do Artesanato e do Design de Évora, coleção Paulo Parra.	- 2015-16; - Hotel Olive - Dono: Lux Hotels;	- Categoria: E2 P.L.: não classificado
--	---	---------	---------------	--	---	--	---

30. Outras intervenções no Centro Histórico:

2000 - 2005 Intervenções do Programa EVORACOM: requalificação de espaços públicos – Travessa e Praça do Sertório, Praça 1º de Maio, Rua Cândido dos Reis, Praça Joaquim António de Aguiar, Rua Elias Garcia e Largo Luís de Camões, Rua João de Deus, Rua 5 de Outubro, Alarcova de Cima e Alarcova de Baixo, Rua Miguel Bombarda e Largo Alvaro Velho, Rua da República.

2000 - 2008 Programa de iluminação cénica dos Monumentos – iluminação do Templo Romano, da Sé, Igreja de Santa Clara, Igreja de Santiago, Igreja da Misericórdia, Igreja do Calvário e Igreja de Santo Antão, das arcadas e da fonte da Praça do Giraldo; as muralhas e a Igreja de São Francisco também foram iluminadas através de intervenções da DGEIN.

2003 - 2004 Teve início o restauro da Catedral, fase inicial que abrangeu a cobertura do claustro e o Zimboário, pelo IPPAR; Começam as campanhas de restauro da Igreja de Santa Marta e da Igreja de Santo Antão, da responsabilidade das paróquias.

2000 - 2010 Remodelação do Teatro Garcia de Resende - não concluída – e recuperação do Mercado Municipal 1º de Maio.

2003 - 2006 Requalificação da zona envolvente às muralhas, entre a Porta do Raimundo e da Porta da Lagoa (programa POLIS).

2003 - 2010 Programa Municipal Casa Caiada – 87 intervenções; Programa Municipal Recuperação Cavilharias Madeira – 51 intervenções; Programa Municipal Reabilitação de Fogos – 126 intervenções; Programa RECREIA/REHABITA – intervenções apoiadas em 43 edifícios e 117 frações.

2004 - 2005 Programa de reforço da iluminação urbana ambiental, colocação de cerca 1000 novas lanternas na cidade.

2005 - 2006 Finalização de programa de Calçadas das tachadas, nas principais artérias do Centro Histórico, rua Elias Garcia, o largo Luís de Camões, a rua João de Deus, a praça do Sertório, rua Miguel Bombarda, rua e largo da Misericórdia, largo de São Vicente e largo Alvaro Velho, rua da República (numa primeira fase foram intervenções na rua Cândido dos Reis e a Praça do Giraldo).

2010 - 2014 Projeto Acrópole XXI (parcela para regeneração urbana) – reabilitação do pátio de São Miguel (juntamente com o palácio dos condes de Basto e palácio da Inquisição da Fundação Eugénio de Almeida), reabilitação da Torre do Salvador (juntamente com a igreja do Salvador), centro interpretativo de arqueologia no Colégio Verney, requalificação do edifício sede ACDE.

¹ Fonte:

- http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/Default.aspx, junho 2017.
- Proposta de delimitação da Área de Reabilitação Urbana – Centro Histórico de Évora, <http://www.cm-evora.pt/pt/site-municipio/atividade-municipio/Regulamentos/Paginas/list.aspx>, junho 2017.
- *Inventário artístico de Portugal - distrito de Évora*; ESPANCA, Tuijo; Academia Nacional de Belas-Artes, Lisboa, 1978.
- <http://www.fundacaoeugenioalmeida.pt/patrimonio-cultural/-/3124.htm>, junho 2017.
- *Cadernos de Património – Pátio de São Miguel*; MENDES, Susana; Fundação Eugénio de Almeida, 2014 Évora.
- *Cadernos de Património – Antigo Tribunal da Inquisição*; MENDES, Susana; Fundação Eugénio de Almeida, 2014 Évora.
- *Casas Pintadas em Évora*; RAMOS, Maria do Céu, SIM-SIM, Henrique; Fundação Eugénio de Almeida, 2014 Évora

Anexo 3.2- Tabelas do Estado de Conservação dos Edifícios. Referentes às três freguesias (Santo Antão, São Mamede e Sé e São Pedro), obtidas pelo estudo do INE.

Évora – Freguesia Santo Antão												
Estado de conservação	Total	Antes de 1919	1919 - 1960	1946 - 1960	1961 - 1970	1971 - 1980	1981 - 1990	1991 - 1995	1996 - 2000	2001 - 2005	2006 - 2011	
	1098	3	791	261	25	3	1	0	12	1	1	
Sem necessidade de reparação	327	1	296	10	5	2	0	0	11	1	1	
Com necessidade de reparação	769	2	493	251	20	1	1	0	1	0	0	
Pequenas reparações	592	1	333	236	19	1	1	0	1	0	0	
Reparações médias	157	1	141	14	1	0	0	0	0	0	0	
Grandes reparações	20	0	19	1	0	0	0	0	0	0	0	
Muito degradado	2	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	

Évora – Freguesia São Mamede												
Estado de conservação	Total	Antes de 1919	1919 - 1960	1946 - 1960	1961 - 1970	1971 - 1980	1981 - 1990	1991 - 1995	1996 - 2000	2001 - 2005	2006 - 2011	
	984	155	380	158	192	44	6	4	2	2	41	
Sem necessidade de reparação	709	129	313	96	113	34	6	3	1	2	12	
Com necessidade de reparação	266	25	65	59	77	10	0	1	1	0	28	
Pequenas reparações	191	19	45	45	62	5	0	0	0	0	15	
Reparações médias	55	3	13	10	14	5	0	0	1	0	4	
Grandes reparações	20	3	7	4	1	0	0	1	0	0	4	
Muito degradado	9	1	2	3	2	0	0	0	0	0	1	

Évora – Freguesia Sé e São Pedro												
Estado de conservação	Total	Antes de 1919	1919 - 1960	1946 - 1960	1961 - 1970	1971 - 1980	1981 - 1990	1991 - 1995	1996 - 2000	2001 - 2005	2006 - 2011	
	1056	384	257	69	71	79	72	49	29	34	12	
Sem necessidade de reparação	620	196	156	40	46	53	48	23	16	33	9	
Com necessidade de reparação	427	185	98	29	24	25	23	26	13	1	3	
Pequenas reparações	322	135	69	25	20	20	17	21	12	0	3	
Reparações médias	83	41	25	3	4	2	4	3	1	0	0	
Grandes reparações	22	9	4	1	0	3	2	2	0	1	0	
Muito degradado	9	3	3	0	1	1	1	0	0	0	0	

* Provável erro gráfico do INE (o resultado final não corresponde aos valores apresentados nesta linha)
 Fonte: http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpgid=censos2011_apresentacao&xpid=CENSOS (julho 2018)

Anexo 3.3- Tabelas do Tipo Necessidade de Reparações dos Edifícios. Referentes às três freguesias (Santo Antão, São Mamede e Sé e São Pedro), obtidas pelo estudo do INE.

Necessidade de reparações	Évora – Freguesia Santo Antão											
	Total	Antes de 1919	1919 - 1960	1946 - 1960	1961 - 1970	1971 - 1980	1981 - 1990	1991 - 1995	1996 - 2000	2001 - 2005	2006 - 2011	
Na cobertura	1098	3	791	261	25	3	1	0	12	1	1	
Nenhumas*	322	1	292	9	4	3	0	0	11	1	1	
Pequenas	322	1	292	9	4	3	0	0	11	1	1	
Médias	485	1	227	235	20	0	1	0	1	0	0	
Grandes	264	1	247	15	1	0	0	0	0	0	0	
Muito grandes	25	0	23	2	0	0	0	0	0	0	0	
Muito grandes	2	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	
Na estrutura	1098	3	791	261	25	3	1	0	12	1	1	
Nenhumas	325	1	294	10	5	2	0	0	11	1	1	
Pequenas	514	1	257	234	19	1	1	0	1	0	0	
Médias	230	1	212	16	1	0	0	0	0	0	0	
Grandes	27	0	26	1	0	0	0	0	0	0	0	
Muito grandes	2	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	
Nas Paredes e caixilharias exteriores	1098	3	791	261	25	3	1	0	12	1	1	
Nenhumas	272	1	246	7	3	2	0	0	11	1	1	
Pequenas	538	1	285	230	20	0	1	0	1	0	0	
Médias	259	1	233	22	2	1	0	0	0	0	0	
Grandes	27	0	25	2	0	0	0	0	0	0	0	
Muito grandes	2	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	

* Provável erro gráfico do INE (o resultado final não corresponde aos valores apresentados nesta linha)
 Fonte: http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpgid=censos2011_apresentacao&xpid=CENSOS (julho 2018)

Évora – Freguesia São Mamede

Necessidade de reparações	Total	Antes de 1919	1919 -	1946 -	1961 -	1971 -	1981 -	1991 -	1996 -	2001 -	2006 -
			1960	1960	1970	1980	1995	2000	2005	2011	
	984	155	380	158	192	44	6	4	2	2	41
Na cobertura	581	114	237	82	96	33	6	3	1	2	7
Nenhumas*	581	114	237	82	96	33	6	3	1	2	7
Pequenas	224	25	97	39	48	4	0	0	0	0	11
Médias	140	10	34	30	42	7	0	0	1	0	16
Grandes	29	5	10	3	4	0	0	1	0	0	6
Muito grandes	10	1	2	4	2	0	0	0	0	0	1
Na estrutura	984	155	380	158	192	44	6	4	2	2	41
Nenhumas	709	131	306	96	118	35	6	3	1	2	11
Pequenas	187	16	51	44	56	4	0	0	0	0	16
Médias	57	4	13	11	15	5	0	0	1	0	8
Grandes	21	3	7	4	1	0	0	1	0	0	5
Muito grandes	10	1	3	3	2	0	0	0	0	0	1
Nas Paredes e caixilhari- as exteriores	984	155	380	158	192	44	6	4	2	2	41
Nenhumas	619	110	284	79	96	33	5	3	1	2	6
Pequenas	197	30	57	44	48	4	1	0	0	0	13
Médias	118	10	21	24	39	7	0	0	1	0	16
Grandes	36	3	15	5	7	0	0	1	0	0	5
Muito grandes	14	2	3	6	2	0	0	0	0	0	1

* Provável erro gráfico do INE (o resultado final não corresponde aos valores apresentados nesta linha)
Fonte: http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpgid=censos2011_apresentacao&xpid=CENSOS (julho 2018)

Evora – Freguesia Sé e São Pedro

Necessidade de reparações	Total	Antes de 1919	1919 -	1946 -	1961 -	1971 -	1981 -	1991 -	1996 -	2001 -	2006 -
			1960	1960	1970	1980	1990	1995	2000	2005	2011
	1056	384	257	69	71	79	72	49	29	34	12
Na cobertura	564	179	148	33	39	48	41	22	17	28	9
Nenhumas*	564	179	148	33	39	48	41	22	17	28	9
Pequenas	297	109	66	28	28	22	15	14	9	5	1
Médias	138	74	27	6	3	4	11	9	2	0	2
Grandes	38	15	8	2	0	3	4	4	1	1	0
Muito grandes	19	7	8	0	1	2	1	0	0	0	0
Na estrutura	1056	384	257	69	71	79	72	49	29	34	12
Nenhumas	929	182	158	41	41	59	51	30	22	33	12
Pequenas	293	139	60	24	25	13	14	12	6	0	0
Médias	96	47	29	3	4	3	4	5	1	0	0
Grandes	28	13	6	1	0	3	2	2	0	1	0
Muito grandes	10	3	4	0	1	1	1	0	0	0	0
Nas Paredes e caixilharias exteriores	1056	384	257	69	71	79	72	49	29	34	12
Nenhumas	494	152	139	36	43	41	34	13	8	21	7
Pequenas	340	147	74	23	18	24	18	13	8	12	3
Médias	157	64	33	8	5	10	11	15	9	0	2
Grandes	47	17	8	1	3	1	7	6	4	0	0
Muito grandes	18	4	3	1	2	3	2	2	0	1	0

* Provável erro gráfico do INE (o resultado final não corresponde aos valores apresentados nesta linha)
 Fonte: http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpgid=censos2011_apresentacao&xpid=censos (julho 2018)

Anexo 3.4 - Fotografias Antigo Palácio da Inquisição/ Fundação Eugénio de Almeida.

Fotografias anteriores à intervenção do século XX



Antigo Palácio da Inquisição, exterior
Fonte: autor desconhecido, cedida pelo arquiteto Fernando Sequeira Mendes (2018).



Antigo Palácio da Inquisição, exterior
Fonte: autor desconhecido, cedida pelo arquiteto Fernando Sequeira Mendes (2018).



Antigo Palácio da Inquisição, exterior
Fonte: autor desconhecido, cedida pelo arquiteto Fernando Sequeira Mendes (2018).

Fotografias século XXI



Antigo Palácio da Inquisição, interior
Fonte: fotografia tirada pela autora, 2018



Antigo Palácio da Inquisição, exterior
Fonte: fotografia tirada pela autora, 2018



Antigo Palácio da Inquisição, interior
Fonte: <http://ultimasreportagens.com/ultimas.ph>, autor: Fernando Guerra.

Anexo 3.5 - Fotografias Antigo Convento de São Domingos.

Fotografias século XX



Antigo Convento de S. Domingos, exterior
Fonte: arquivo fotográfico da (2018).



Antigo Convento de S. Domingos, exterior
Fonte: arquivo fotográfico da (2018).



Antigo Convento de S. Domingos, interior
Fonte: arquivo fotográfico da (2018)

Fotografias século XXI



Antigo Convento de S. Domingos, exterior
Fonte: fotografia tirada pela autora, 2018



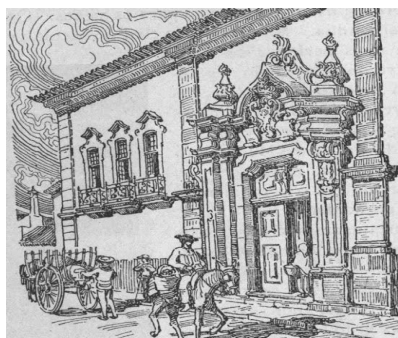
Antigo Convento de S. Domingos, interior
Fonte: fotografia tirada pela autora, 2018



Antigo Convento de S. Domingos, exterior
Fonte: fotografia tirada pela autora, 2018

Anexo 3.6 - Fotografias Antigo Celeiro Comum/ MADE.

Fotografias século XX e anteriores



Antigo Celeiro Comum, exterior (início século XX)

Fonte: desenho de E. Korrodi, <http://catekero.blogspot.com/2012/04/> (2018)



Antigo Celeiro Comum, exterior

Fonte: SIPA



Antigo Celeiro Comum, interior

Fonte: <http://catekero.blogspot.com/2012/04/> (2018).

Fotografias século XXI



Antigo Celeiro comum, exterior

Fonte: fotografia tirada pela autora, 2018



Antigo Celeiro Comum/MADE, interior

Fonte: fotografia tirada pela autora, 2018



Antigo Celeiro Comum/MADE, interior

Fonte: fotografia tirada pela autora, 2018

Anexo 3.7 - Fotografias Antigo Palácio dos Condes de Basto/ Paço de São Miguel/Fundação Eugénio de Almeida.

Fotografias século XX



Antigo Palácio dos condes de Basto, exterior
Fonte: SIPA (2018)



Antigo Palácio dos condes de Basto, exterior
Fonte: SIPA. (2018)



Antigo Palácio dos condes de Basto, exterior
Fonte: SIPA. (2018)

Fotografias século XXI



Antigo Palácio dos Condes de Basto, exterior
Fonte: fotografia tirada pela autora, 2018



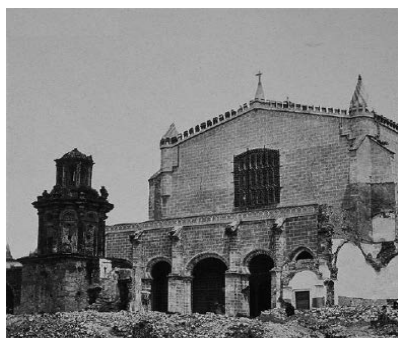
Antigo Palácio dos Condes de Basto, exterior
Fonte: fotografia tirada pela autora, 2018



Antigo Palácio dos Condes de Basto, exterior
Fonte: fotografia tirada pela autora, 2018
<http://ultimasreportagens.com/ultimas.ph>, autor: Fernando Guerra

Anexo 3.8 - Fotografias Igreja de São Francisco.

Fotografias século XX e anteriores



Igreja de São Francisco, exterior (século XIX)
Fonte: SIPA(2018)



Igreja de São Francisco, exterior (século XX)
Fonte: SIPA(2018)



Igreja de São Francisco, exterior (século XX)
Fonte: SIPA(2018)

Fotografias século XXI



Igreja de São Francisco, exterior
Fonte: Adalberto Dias, (2018)



Igreja de S. Francisco, exterior
Fonte: fotografia tirada pela autora, 2018



Igreja de S. Francisco, interior
Fonte: fotografia tirada pela autora, 2018

Anexo 3.9 - Fotografias Antigo Palácio dos Sepúlvedas /Hotel Mar de Ar Aqueduto.

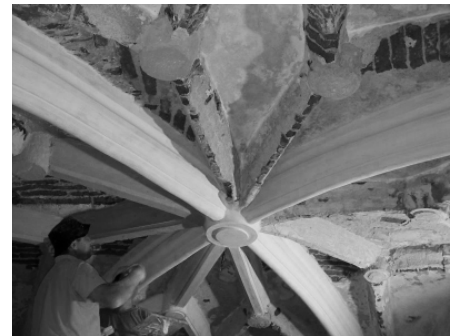
Fotografias século XX e durante as obras de intervenção



Antigo Palácio dos Sepúlvedas, exterior
Fonte: SIPA (2018)



Antigo Palácio dos Condes de Basto, interior
Fonte: <http://www.termoprojecto.pt/portfolio/hotel-mar-de-ar-aqueduto-evora> (2018)



Antigo Palácio dos Condes de Basto, interior
Fonte: <http://www.termoprojecto.pt/portfolio/hotel-mar-de-ar-aqueduto-evora>. (2018)

Fotografias século XXI



Antigo Palácio dos Condes de Basto, exterior
Fonte: fotografia tirada pela autora, 2018



Antigo Palácio dos Condes de Basto, interior
Fonte: <http://ultimasreportagens.com/ultimas.php>, autor: Fernando Guerra, 2018



Antigo Palácio dos Condes de Basto, interior
Fonte: fotografia tirada pela autora, 2018

